

David Harvey

O NEOLIBERALISMO
história e implicações

R\$ 12,40

TRADUÇÃO
Adail Sobral
Maria Stela Gonçalves



Edições Loyola

Título original:

A brief history of neoliberalismo

© David Harvey, 2005

A brief history of neoliberalismo was originally published by arrangement with Oxford University Press.

A brief history of neoliberalismo foi editada originalmente na Inglaterra em 2005, foi traduzida e publicada em acordo com a Oxford University Press.

ISBN: 0-19-928326-5

PREPARAÇÃO: Mauricio B. Leal

PROJETO GRÁFICO: Flávia da Silva Dutra

REVISÃO: Iranildo Bezerra Lopes

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP

☎ (11) 6914-1922

☎ (11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

Editorial: loyola@loyola.com.br

Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma elou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 978-85-15-03536-6

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2008

SUMÁRIO

FIGURAS E TABELAS

7

AGRADECIMENTOS

9

INTRODUÇÃO

11

CAPÍTULO 1

liberdade é apenas
mais uma palavra...

15

CAPÍTULO 2

A construção do
consentimento

49

CAPÍTULO 3

O Estado neoliberal

75

CAPÍTULO 4

Desenvolvimentos
geográficos desiguais

97

CAPÍTULO 5

Neoliberalismo "com
características chinesas"

131

CAPÍTULO 6

O neoliberalismo
em movimento

165

CAPÍTULO 7

As perspectivas
da liberdade

197

BIBLIOGRAFIA

221

ÍNDICE ALFABÉTICO

235

Figuras

1.1	A crise econômica dos anos 1970: inflação e desemprego nos Estados Unidos e na Europa, 1960-1987	24
1.2	A crise da riqueza dos anos 1970: parcela de ativos na posse do 1% mais rico da população norte-americana, 1922-1998	25
1.3	A restauração do poder de classe: parcela da renda nacional na posse do 0,1% da população, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, 1913-1998	27
1.4	A concentração da riqueza e do poder de compra nos Estados Unidos: a remuneração dos CEOs em relação aos salários médios dos Estados Unidos, 1970-2003, e parcelas da riqueza na posse das famílias mais ricas, 1982-2002	28
1.5	O "choque Volcker": alterações das taxas de juros reais, Estados Unidos e França, 1960-2001	33
1.6	O ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos Estados Unidos, 1960-2000	34
1.7	A revolta fiscal das classes altas: níveis dos impostos nos Estados Unidos para as faixas mais altas e mais baixas, 1913-2003	35
1.8	A extração de mais-valia do exterior: taxas de retorno dos investimentos domésticos e externos nos Estados Unidos, 1960-2002	39
1.9	O fluxo de tributos para os Estados Unidos: lucros e renda de capital vindos do resto do mundo em relação aos lucros domésticos	39
4.1	Padrão global de investimentos externos diretos, 2000	101
4.2	A crise da dívida internacional de 1982-1985	104
4.3	Emprego nos principais setores <i>maquila</i> do México em 2000	111
4.4	A Coreia do Sul vai ao exterior: investimento externo direto, (IED) 2000	119
5.1	A geografia da abertura da China ao investimento externo na década de 1980	142
5.2	A crescente desigualdade de renda na China: rural e urbana, 1985-2000	155
6.1	Taxas globais de crescimento, anualmente e por década, 1960-2003	167



6.2	A hegemonia do capital financeiro: patrimônio líquido e taxas de lucro de corporações financeiras e não-financeiras dos Estados Unidos, 1960-2001	171
7.1	A posição em deterioração dos Estados Unidos no capital global e nos fluxos de propriedade, 1960-2002: entradas e saídas de investimentos nos/dos Estados Unidos e mudança da parcela de propriedade dos Estados Unidos nas mãos de estrangeiros	205

Tabelas

5.1	Medidas das entradas de capital: empréstimos externos, investimentos externos diretos e alianças estratégicas, 1979-2002	135
5.2	Mudanças na estrutura do emprego na China, 1980-2002	139

AGRADECIMENTOS

As Figuras 4.1, 4.3, 4.4 e 5.1 foram reproduzidas com a gentil permissão da Guilford Press: P. DICKEN, *Global Shift: Reshaping the Global Economic Map in the 21st Century*, 4. ed., 2003.

A figura 1.3 foi reproduzida por cortesia da MIT Press Journals: THOMAS PIKETTY, Emmanuel SAEZ, *Income Inequality in the United States, 1913-1988*, *The Quarterly Journal of Economics* 118:1 (fev. 2003).

A figura 5.2 foi reproduzida por cortesia de J. Perloff: X. WU, J. PERLOFF, *China's Income Distribution over Time: Reasons for Rising Inequality*, CUDARE Working Papers 977.

A figura 1.6 foi reproduzida por cortesia da Verso Press: R. POLLIN, *Contours of Descent*, 2003.

As figuras 1.4, 1.7, 1.8, 1.9 e 7.1 foram reproduzidas com a gentil permissão de Gerard Duménil e estão disponíveis no site: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>.

As figuras 1.2, 1.5 e 6.2 foram reproduzidas com a permissão do editor de *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution* de Gerard DUMÉNIL e Dominique LEVY, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press; copyright © 2004 President and Fellows of Harvard College.

A figura 4.2 foi reproduzida por cortesia de Blackwell Publishing: S. CORBRIDGE, *Debt and Development*, 1993.

Os futuros historiadores poderão coerentemente ver os anos 1978-80 como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo. Em 1978, Deng Xiaoping deu os primeiros passos fundamentais para a liberalização de uma economia gerida por um governo comunista em um país que abrigava 20% da população mundial. O trajeto que Deng definiu iria transformar a China, em duas décadas, de um remoto país fechado num centro aberto de dinamismo capitalista com taxas de crescimento constantes sem paralelo na história humana. Do outro lado do Pacífico, e em circunstâncias completamente diferentes, uma figura relativamente obscura (mas agora renomada) chamada Paul Volcker assumiu o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED) em julho de 1979, e no curso de alguns meses mudou dramaticamente a política monetária. O FED a partir de então assumiu a liderança na luta contra a inflação, independentemente das conseqüências (em particular no que se refere ao desemprego). Do outro lado do Atlântico, Margaret Thatcher já tinha sido eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha, em maio de 1979, com a tarefa de restringir o poder dos sindicatos e levar ao fim uma destruidora estagnação inflacionária que envolvera o país na década precedente. Então, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos e, armado com uma genialidade e um carisma pessoal, impeliu seu país a revitalizar a economia, ao apoiar as decisões de Volcker no FED e adicionar sua própria mistura particular de políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial. A partir desses diversos epicentros, os impulsos revolucionários aparentemente se disseminaram e reverberaram para impor ao mundo que nos cerca uma imagem totalmente diferente.

Transformações desse alcance e dessa profundidade não ocorrem por acaso. Assim, é pertinente perguntar por que meios e percursos a nova configuração econômica — freqüentemente designada pelo termo *globalization* — foi arrancada das entranhas da antiga. Tanto Volcker e Reagan como Thatcher e Deng Xiaoping usaram argumentos secundários que havia muito estavam em circulação e os transformaram em argumentos fundamentais (embora em nenhum caso sem enfrentar uma longa batalha). Reagan retomou a tradição minoritária que remontava, no âmbito do Partido Republicano, a Barry Goldwater, no início dos anos 1960. Deng viu a riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de Hong Kong, de Cingapura e da Coreia do Sul em ascensão e procurou mobilizar o socialismo de mercado em vez do planejamento central para proteger e promover os interesses do Estado chinês. Volcker e Thatcher arrancaram das sombras de uma relativa obscuridade uma doutrina par-



titular que respondia pelo nome de “neoliberalismo” e a transformaram na diretriz central do pensamento e da administração econômicos. E é principalmente dessa doutrina — de sua origem, sua ascensão e suas implicações — que me ocupo aqui¹.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. Quase todos os Estados, dos recém-criados após o colapso da União Soviética às socialdemocracias e Estados do bem-estar social ao velho estilo, como a Nova Zelândia e a Suécia, adotaram, às vezes voluntariamente e em outros casos em resposta a pressões coercíveis, alguma versão da teoria neoliberal

1. S. GEORGE, *A Short History of Neoliberalism: Twenty Years of Elite Economics and Emerging Opportunities for Structural Change*, in W. BELLO, N. BULLARD, K. MALHOTRA (Ed.), *Global Finance: New Thinking on Regulating Capital Markets*, London, Zed Books, 2000, 27-35; G. DUMÉNIL, D. LÉVY, *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2004; J. PECK, *Geography and Public Policy: Constructions of Neoliberalism*, *Progress in Human Geography* 28/3 (2004) 392-405; J. PECK, A. TICKELL, *Neoliberalizing Space*, *Antipode* 34/3 (2002) 380-404; P. TREANOR, *Neoliberalism: Origins, Theory, Definition*. Disponível em: <<http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/neoliberalism.html>>.



e ajustaram ao menos algumas políticas e práticas aos seus termos. O neoliberalismo foi rapidamente adotado pela África do Sul pós-*apartheid*, e mesmo a China contemporânea, como veremos, parece seguir esse caminho. Além disso, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos “bancos de idéias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo.

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. Na medida em que julga a troca de mercado “uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas”², o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado. Isso requer tecnologias de criação de informações e capacidades para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar massivas bases de dados para orientar decisões no mercado global. Disso decorre o interesse do neoliberalismo pelas tecnologias de informação e sua promoção dessas tecnologias (o que levou alguns a proclamar a emergência de um novo tipo de “sociedade da informação”). Essas tecnologias comprimiram a crescente densidade das transações de mercado tanto no espaço como no tempo; produziram uma expansão particularmente intensa do que denominei alhures “compressão do tempo-espaço”: quanto mais ampla a escala geográfica (o que explica a ênfase na “globalização”) e quanto mais curtos os períodos de tempo dos contratos de mercado, tanto melhor. Esta última preferência tem como paralelo a célebre descrição de Lyotard da condição

2. TREANOR, *Neoliberalism*.



pós-moderna como aquela em que “o contrato temporário” suplanta as “instituições permanentes nos domínios profissional, emocional, sexual, cultural, familiar e internacional, bem como nas questões políticas”. As conseqüências culturais do domínio de semelhante ética do mercado são legião, como já mostrei em *Condição pós-moderna* (Loyola, 1992).

Embora estejam hoje disponíveis muitos relatos gerais das transformações globais e de seus efeitos, o que geralmente falta — e é essa a lacuna que este livro procura preencher — é a história político-econômica da origem da neoliberalização e de como ela prôliferou de modo tão abrangente no cenário mundial. O engajamento crítico com essa história sugere além disso uma estrutura passível de permitir identificar e construir propostas políticas e econômicas alternativas.

Beneficiei-me em épocas recentes de conversas com Gerard Duménil, Sam Gindin e Leo Panitch. Contraí dívidas de prazo mais longo com Masao Miyoshi, Giovanni Arrighi, Patrick Bond, Cindi Katz, Neil Smith, Bertell Ollman, Maria Kaika e Erik Swyngedouw. Uma conferência sobre o neoliberalismo patrocinada pela Rosa Luxemburg Foundation em Berlim, em novembro de 2001, foi o que despertou de início meu interesse por esse tópico. Agradeço ao então pró-reitor de Pós-Graduação da CUNY (Universidade da Cidade de Nova York), Bill Kelly, e a meus colegas e estudantes, primordial mas não exclusivamente, do Programa de Antropologia, por seu interesse e seu apoio. A todos isento, naturalmente, de toda responsabilidade pelos resultados.

CAPÍTULO 1
liberdade é apenas mais uma palavra...

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como “os valores centrais da civilização”. Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos.

Os conceitos de dignidade e de liberdade individual são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do Leste Europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria, assim como aos estudantes da Praça Tianamen, na China. Os movimentos estudantis que percorreram o mundo em 1968 — de Paris e Chicago a Bancoc e Cidade do México — foram em parte motivados pela busca de uma maior liberdade de expressão e de escolha pessoal. De maneira mais geral, esses ideais são caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões soberanas.

A idéia de liberdade, que há muito é parte intrínseca da tradição dos Estados Unidos, tem tido em anos recentes uma pálida presença. O 11 de setembro foi interpretado imediatamente por muitos como um ataque a essa idéia. “Um mundo pacífico de crescente liberdade”, escreveu o presidente Bush no primeiro aniversário desse dia terrível, “atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os sempiternos ideais americanos e une os aliados da América”. A humanidade, concluiu ele, “tem em suas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade a todos os seus inimigos imemoriais”, e “os Estados Unidos assumem suas responsabilidades de líderes dessa grandiosa missão”. Mais tarde, essa linguagem foi incorporada ao documento da Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos divulgado logo depois disso. “A liberdade é a dádiva do Todo-Poderoso a cada homem e mulher deste mundo”, disse mais tarde o presidente, adicionando que “na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade”¹.

1. G. W. BUSH, *President Addresses the Nation in Prime Time Press Conference*, 13 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/04/20040413-20.html>>.



Quando todas as outras razões para lançar-se em uma guerra preventiva contra o Iraque se mostraram insustentáveis, o presidente apelou à idéia de que a liberdade conferida ao Iraque era em si e por si uma justificativa adequada para a guerra. Os iraquianos estavam livres, e isso era tudo o que realmente importava. Resta contudo perguntar que tipo de liberdade é concebido aqui, uma vez que, como o crítico cultural Matthew Arnold há muito observou argutamente, "a liberdade é um cavalo muito bom de cavalgar, mas dê cavalgar para ir a algum lugar"². Para que lugar se espera então que o povo do Iraque cavalgue com o cavalo da liberdade que lhe foi doado pela força das armas?

A resposta americana foi enunciada em setembro de 2003, quando Paul Bremer, chefe da Coalition Provisional Authority [Autoridade Provisória da Coalizão], promulgou decretos que incluíam "a total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito de as empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais"³, incluindo serviços públicos, bancos e finanças, meios de comunicação, indústrias manufatureiras, serviços, transportes e construção. Apenas o petróleo foi isentado da taxaço (presumivelmente por causa de sua condição especial de gerador de receita para pagar a guerra e devido à sua importância geopolítica). O mercado de trabalho, por outro lado, viu-se submetido a uma estrita regulação; o direito de greve foi considerado ilegal e a sindicalização proibida nos setores-chave. Além disso, também se instituiu um "imposto único" altamente regressivo (um plano de reforma fiscal cuja implementação vem sendo há muito tempo defendida pelos conservadores nos Estados Unidos).

Essas medidas foram para alguns uma violação das Convenções de Genebra e de Praga, visto que se exige de uma potência ocupante a proteção dos ativos do país ocupado em vez de sua liquidação⁴. Alguns iraquianos resistiram à imposição ao Iraque daquilo que a *Economist* de Londres denominou regime de "sonho capitalista". Um membro da Autoridade Provisória da Coalizão nomeada pelos Estados Unidos fez críticas veementes à imposição do "fundamentalismo do livre mercado", considerando-o uma "lógica falha que ignora a história"⁵. Embora

2. Matthew Arnold é citado em R. WILLIAMS, *Culture and Society, 1780-1850*, London, Chatto & Windus, 1958, 118.

3. A. JUHASZ, Ambitions of Empire: The Bush Administration Economic Plan for Iraq (and Beyond), *Left Turn Magazine* 12 (fev.-mar. 2004) 27-32.

4. N. KLEIN, Of Course the White House Fears Free Elections in Iraq, *Guardian*, 24 jan. 2004, 18.

5. T. CRAMPTON, Iraqi Official Urges Caution on Imposing Free Market, *New York Times*, 14 out. 2003, C5.



possam ter sido ilegais quando impostas por uma potência ocupante, as regras de Bremer seriam legais se confirmadas por um governo "soberano". O governo provisório nomeado pelos Estados Unidos, que tomou posse no final de junho de 2004, foi declarado "soberano", mas só tinha o poder de confirmar leis existentes. Antes da passagem do poder, Bremer multiplicou o número de leis para especificar nos mínimos detalhes regras de livre mercado e livre comércio (em questões bem específicas como leis de direitos autorais e de direitos de propriedade intelectual), exprimindo a esperança de que esses arranjos institucionais "adquirissem vida e impulso próprios", de modo a dificultar sua reversão⁶.

Segundo a teoria neoliberal, os tipos de medidas esboçados por Bremer eram tanto necessários como suficientes para criar riqueza e, por conseguinte, melhorar o bem-estar da população em geral. O pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal e há muito determina a atitude norte-americana para com o resto do mundo⁷. O que os Estados Unidos evidentemente buscaram impor com mão pesada ao Iraque foi um tipo particular de aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros. Dou a esse tipo de aparelho de Estado o nome de *Estado neoliberal*. As liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro. Em suma, Bremer convidou os iraquianos a cavalgar com seu cavalo da liberdade diretamente para dentro do curral neoliberal.

Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no "pequeno 11 de setembro" (quase exatamente trinta anos antes do dia em que Bremer anunciou o regime a ser instalado no Iraque). O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi "liberado" de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). Mas como se iria recuperar a economia

6. JUHASZ, *Ambitions of Empire*, 29.

7. G. W. BUSH, Securing Freedom's Triumph, *New York Times*, 11 set. 2002, A33. O *The National Security Strategy of the United State of America* pode ser acessado em: <www.whitehouse.gov/nsc/r1ss>.



estagnada? As políticas de substituição de importações (que promoveram a indústria nacional mediante subsídios ou barreiras tarifárias) que tinham dominado as tentativas latino-americanas de desenvolvimento econômico estavam em baixa, especialmente no Chile, onde nunca tinham funcionado muito bem. Com o mundo inteiro em recessão econômica, havia necessidade de uma nova abordagem.

Um grupo de economistas conhecidos como "the Chicago boys", por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. É interessante a história de como eles foram escolhidos. Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada, de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado "Clube de Segunda-Feira" e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc.) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. O direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações chilenas foi garantido. O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações. O único setor reservado ao Estado foi o recurso-chave, o cobre (mais ou menos como o petróleo no Iraque). Isso veio a ser crucial para a viabilidade orçamentária do Estado, já que as receitas do cobre fluíam exclusivamente para seus cofres. A imediata recuperação da economia chilena em termos de taxas de crescimento, de acumulação de capital e de elevadas taxas de retorno dos investimentos estrangeiros durou pouco. O caldo azedou quando da crise latino-americana da dívida em 1982. O resultado foi uma aplicação muito mais pragmática e menos dogmática ideologicamente de políticas neoliberais nos anos seguintes. Tudo isso, incluindo o pragmatismo, ofereceu úteis dados para suportar



a subsequente adoção do neoliberalismo na Grã Bretanha (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan) nos anos 1980. Não pela primeira vez, uma experiência brutal realizada na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro (mais ou menos como a experimentação com o imposto único no Iraque foi proposta por decretos sob as ordens de Bremer)⁸.

O fato de duas reestruturações tão obviamente semelhantes do aparelho do Estado ocorrerem em épocas tão diferentes e em lugares completamente diferentes do mundo sob a influência coerciva dos Estados Unidos sugere que o sombrio alcance do poder imperial desse país pode ter por fundamento a rápida proliferação de formas neoliberais de Estado em todo o mundo a partir da metade dos anos 1970. Embora tenha ocorrido indubitavelmente nos últimos trinta anos, isso está longe de ser toda a história, como o mostra o componente doméstico da virada neoliberal no Chile. Além disso, não foram os Estados Unidos que forçaram Margaret Thatcher a seguir o pioneiro caminho neoliberal que ela seguiu em 1979. Nem foram eles que obrigaram a China em 1978 a seguir a rota da liberalização. Os encaminhamentos parciais rumo à neoliberalização na Índia nos anos 1980 e na Suécia no começo dos anos 1990 não podem facilmente ser atribuídos ao alcance imperial do poder dos Estados Unidos. Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial têm sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis. Por que então ocorreu a virada neoliberal, e quais as forças que a tornaram hegemônica no âmbito do capitalismo global?

Por que ocorreu a virada neoliberal?

A reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930. Pretendia ainda impedir o ressurgimento das rivalidades geopolíticas interestados que levaram à guerra. Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores. O pensamento da época talvez seja melhor representado por um texto influente de dois

8. M. FOURCADE-GOURINCHAS, S. BABB, The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries, *American Journal of Sociology* n. 108 (2002) 542-549; J. VALDEZ, *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile*, New York, Cambridge University Press, 1995; R. LUDERS, The Success and Failure of the State-Owned Enterprise Divestitures in a Developing Country: The Case of Chile, *Journal of World Business* (1993) 98-121.



cientistas sociais eminentes, Robert Dahl e Charles Lindblom, publicado em 1953. Tanto o capitalismo como o comunismo em suas formas puras tinham falhado, alegaram eles. O único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade⁹. Internacionalmente, uma nova ordem mundial foi construída com os acordos de Bretton Woods, e várias instituições, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações (Basileia), foram estabelecidas para ajudar a estabilizar as relações internacionais. O livre comércio de bens foi incentivado sob um sistema de câmbio fixo escorado na convertibilidade do dólar norte-americano em ouro a um preço fixo. O câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que tinham de ser controlados, mas os Estados Unidos tinham de permitir o livre fluxo do dólar para além de suas fronteiras para que o dólar funcionasse como a moeda de reserva global. Esse sistema existiu sob a ampla proteção do poder militar norte-americano. Somente a União Soviética e a Guerra Fria impunham limites ao seu alcance global.

Uma variedade de Estados socialdemocratas, democrata-cristãos e dirigistas emergiu na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Os próprios Estados Unidos passaram a seguir uma forma democrática liberal de Estado, e o Japão, sob a estreita supervisão dos Estados Unidos, construiu um aparato de Estado nominalmente democrático, mas na prática altamente burocrático, ao qual se atribuiu a responsabilidade de administrar a reconstrução do país. O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado — ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos — para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um “compromisso de classe” entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garante da paz e da tranquilidade domésticas. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.).

Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente “liberalismo embutido”, para sinalizar como os processos

9. R. DAHL, C. LINDBLOM, *Politics, Economy and Welfare: Planning and Politico-Economic Systems Resolved into Basic Social Processes*, New York, Harper, 1953.



de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial¹⁰. O planejamento liderado pelo Estado e em alguns casos a posse pelo Estado de alguns dos setores-chave (carvão, aço, automóveis) não foi incomum (por exemplo, na Grã-Bretanha, na França e na Itália). O projeto neoliberal busca desvencilhar o capital dessas restrições.

O liberalismo embutido produziu elevadas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas avançados durante os anos 1950 e 1960¹¹. Isso dependeu em parte da generosidade dos Estados Unidos em aceitar déficits com o resto do mundo e absorver todo o produto adicional dentro de suas fronteiras. Esse sistema trouxe benefícios como mercados de exportação de expansão (mais obviamente para o Japão, mas também, desigualmente,¹ na América do Sul e em alguns outros países do Sudeste asiático), mas as tentativas de exportar o “desenvolvimento” para boa parte do resto do mundo em larga medida malograram. Para boa parte do Terceiro Mundo, particularmente a África, o liberalismo embutido continuou a ser um sonho distante. O impulso subsequente à neoliberalização após 1980 envolveu pouca mudança material em suas condições de empobrecimento. Nos países capitalistas avançados, a política redistributiva (incluindo algum grau de integração política do poder sindical da classe trabalhadora e apoio à negociação coletiva), os controles sobre a livre mobilidade do capital (algum grau de repressão financeira particularmente por meio de controle do capital), a ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, as intervenções ativas do Estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminharam lado a lado com taxas de crescimento relativamente elevadas. O ciclo de negócios foi controlado com sucesso mediante a aplicação de políticas fiscais e monetárias keynesianas. Promoveu-se uma economia social e moral (sustentada às vezes por um forte sentido da identidade nacional) por meio das atividades de um Estado intervencionista. O Estado transformou-se na verdade num campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado.

10. S. KRASNER (Ed.), *International Regimes*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1983; M. BLYTH, *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

11. P. ARMSTRONG, A. GLYNN, J. HARRISON, *Capitalism Since World War II: The Making and Breaking of the Long Boom*, Oxford, Blackwell, 1991.



Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir, internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam. Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da OPEP de 1973, o sistema de taxas de câmbio fixas DCE Bretton Woods baseado em reservas de ouro tinha se mostrado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus. As taxas de câmbio fixas foram abandonadas por causa disso em 1971. O ouro não mais poderia funcionar como a base metálica da moeda internacional; as taxas de juro passaram a ser flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram abandonadas. O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento pelo menos nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava claramente esgotado e deixara de funcionar. A superação da crise requeria alguma alternativa.

Uma resposta consistiu em aprofundar o controle e a regulação estatais da economia por meio de estratégias corporativistas (incluindo, se necessário, reprimir as aspirações do trabalho e dos movimentos populares por meio de medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e preços). Essa resposta foi implementada por partidos socialistas e comunistas da Europa, que puseram suas esperanças em experimentos inovadores de governança em lugares como a “Bolonha Vermelha” controlada pelos comunistas na Itália, na transformação revolucionária de Portugal na esteira do colapso do fascismo, na passagem a um socialismo de mercado mais aberto e idéias de “eurocomunismo”, particularmente na Itália (sob a liderança de Berlinguer) e na Espanha (sob a influência de Carrillo), ou então na expansão da forte tradição socialdemocrata do Estado de bem-estar social na Escandinávia. A esquerda congregou um considerável poder popular em apoio a esses programas, chegando perto do poder na Itália e adquirindo de fato o poder de Estado em Portugal, na França, na Espanha e na Grã-Bretanha, tendo mantido o poder na Escandinávia. Mesmo nos Estados Unidos, o Congresso, controlado pelos democratas, lançou uma ampla onda de reformas regulatórias do começo da década de 1970 (promulgada por Richard Nixon, um presidente republicano que, no processo, chegou



ao ponto de dizer que “agora somos todos keynesianos”), que regulavam tudo, da proteção ambiental à segurança e à saúde ocupacionais, passando pelos direitos civis e pela proteção ao consumidor¹². Mas a esquerda não conseguiu ir muito além das soluções socialdemocratas e corporativistas tradicionais, que na metade dos anos 1970 se mostraram incompatíveis com os requisitos da regulação do capital. O resultado foi a polarização do debate entre aqueles que apoiavam a socialdemocracia e o planejamento central, de um lado (que, quando no poder, como no caso dos trabalhistas ingleses, com frequência acabavam tentando reprimir, em geral por razões pragmáticas, as aspirações de seus próprios eleitores), e os interesses de todos os que pretendiam liberar o poder corporativo e dos negócios e restabelecer as liberdades de mercado, de outro. Em meados da década de 1970, os interesses deste último grupo passaram ao primeiro plano. Mas como restaurar as condições para a retomada da acumulação ativa do capital?

Como e por que o neoliberalismo se mostrou vitorioso como a única resposta a essa questão é o cerne do problema que temos a resolver. Retrospectivamente, a resposta pode parecer tanto inevitável como óbvia, mas na época, julgo razoável dizer, ninguém de fato sabia ou entendia com certeza que tipo de resposta funcionaria e de que maneira funcionaria. O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington”. A essa altura, tanto Clinton como Blair poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon e dito simplesmente: “Agora somos todos neoliberais”. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação freqüentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.

Há contudo um elemento nessa transição que merece atenção específica. A crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada (Figura 1.1). A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alter-

12. G. ELEY, *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

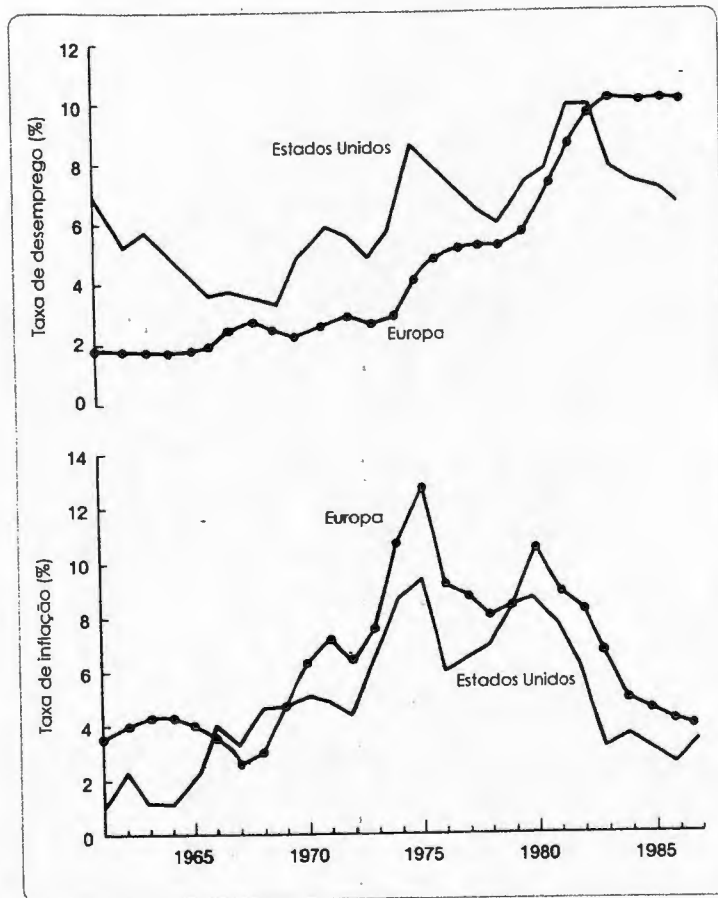


Figura 1.1 A crise econômica dos anos 1970: inflação e desemprego nos Estados Unidos e na Europa, 1960-1987

Fonte: Harvey, *Condição pós-moderna*

nativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). Na Suécia, por exemplo, o que ficou conhecido como o Plano Rehn-Meidner se



ofereceu literalmente para comprar gradualmente a parcela dos proprietários em seus próprios negócios e transformar o país numa democracia de trabalhadores/acionistas. Mas, para além disso, a ameaça econômica à posição das elites e classes dirigentes tornava-se então palpável. Uma condição do acordo do pós-guerra em quase todos os países era que o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do bolo econômico. Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da Segunda Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas. Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram parques dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX. Mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda (Figura 1.2) com o colapso do valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica.

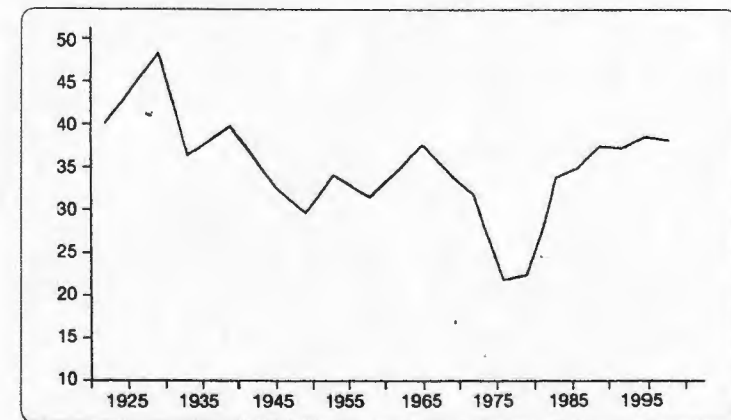


Figura 1.2 A crise da riqueza dos anos 1970: parcela de ativos na posse do 1% mais rico da população norte-americana, 1922-1998

Fonte: Duménil, Lévy, *Capital Resurgence*

O golpe no Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, promovidos pelas elites domésticas com o apoio dos Estados Unidos, ofereceram um tipo de solução. O subsequente experimento chileno



com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da acumulação do capital revivida foram altamente prejudicados pela privatização forçada. O país e suas elites dirigentes, ao lado de investidores estrangeiros, se saíram muito bem no começo. Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000 (Figuras 1.3 e 1.4). Quase certamente, com os efeitos das reformas fiscais do governo Bush que agora se fazem sentir, a concentração de renda e riqueza nos estratos superiores da sociedade, isso se mantém, dado que o imposto sobre a propriedade (imposto sobre a riqueza) está defasado e a taxa de renda de investimentos e ganhos de capital está se reduzindo, enquanto a taxa de salários e remunerações se mantém¹³.

Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. Na Rússia, depois da "terapia de choque" neoliberal aplicada nos anos 1990, surgiu uma pequena e poderosa oligarquia. Extraordinários surtos de desigualdade de renda e riqueza ocorreram na China com a adoção de práticas orientadas para o livre mercado. A onda de privatização no México a partir de 1992 lançou uns poucos indivíduos (como Carlos Slim) quase da noite para o dia na lista dos mais ricos do mundo da revista *Fortune*. Globalmente, "os países da Europa Oriental e da Comunidade de Estados Independentes (CIS) registraram alguns dos maiores aumentos já ocorridos... em desigualdade social. Os países da OCDE (Organização

13. G. DUMÉNIL, D. LÉVY, Neoliberal Dynamics: Towards A New Phase?, in K. VAN DER FIJL, L. ASSASSI, D. WIGAN (Ed.), *Global Regulation: Managing Crises after the Imperial Turn*, New York, Palgrave Macmillan, 2004, 41-63. Ver também TASK FORCE ON INEQUALITY AND AMERICAN DEMOCRACY, *American Democracy in an Age of Rising Inequality*, American Political Science Association, 2004; T. PIKETTY, E. SAEZ, Income Inequality in the United States, 1913-1998, *Quarterly Journal of Economics* 118 (2003) 1-39.

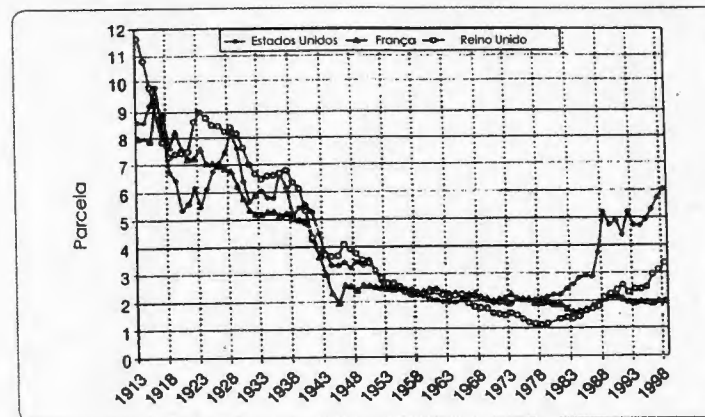


Figura 1.3 A restauração do poder de classe: parcela da renda nacional na posse do 0,1% da população, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, 1913-1998
Fonte: Task Force on Inequality and American Democracy, *American Democracy in the Age of Rising Inequality*

para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980", enquanto "a diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era de 74 para 1 em 1977, vindo de 60 para 1 em 1990 e de 30 para 1 em 1960¹⁴. Embora haja exceções a essa tendência (vários países do Leste e do Sudoeste asiático têm mantido até agora em limites razoáveis as desigualdades de renda, como o faz a França — ver Figura 1.3), os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a idéia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um

14. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Human Development Report, 1999*, New York, Oxford University Press, 1999, 3.

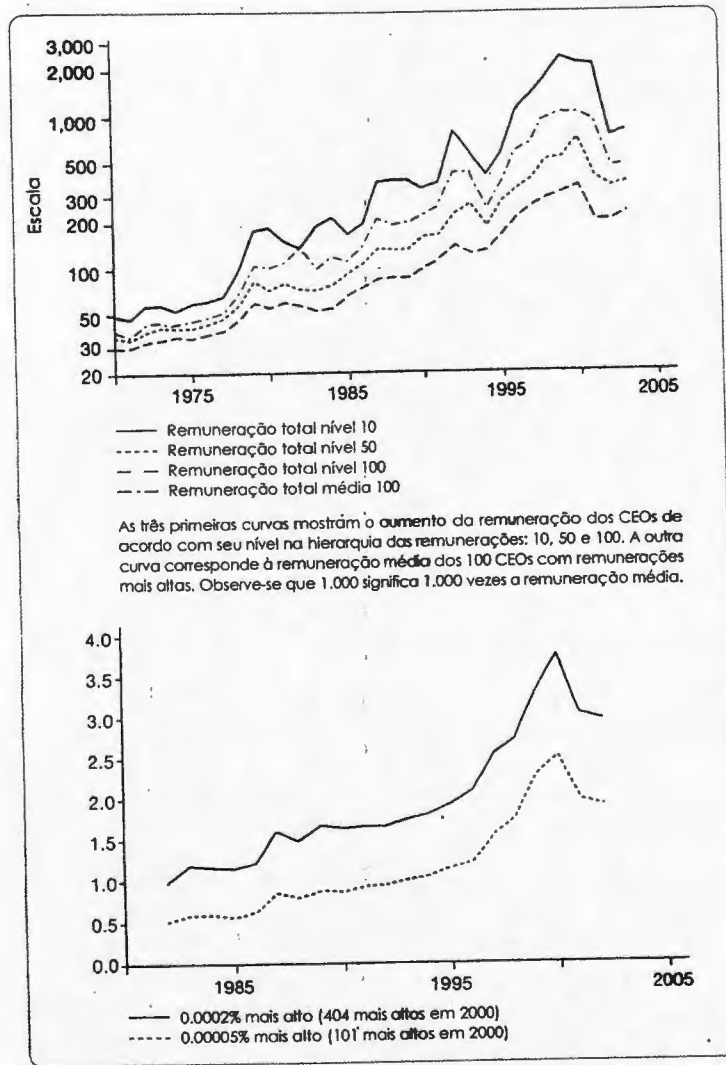


Figura 1.4 A concentração da riqueza e do poder de compra nos Estados Unidos: a remuneração dos CEOs em relação aos salários médios dos Estados Unidos, 1970-2003, e parcelas da riqueza na posse das famílias mais ricas, 1982-2002

Fonte: Duménil, Lévy, *Neoliberal Income Trends*

sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega



o poder que têm as idéias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato indica uma tensão criativa entre o poder das idéias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global.

A ascensão da teoria neoliberal

O neoliberalismo como potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo havia muito se achava oculto sob as asas da política pública. Um grupo pequeno e exclusivo de passionais defensores seus — principalmente economistas, historiadores e filósofos acadêmicos — se congregaram em torno do renomado filósofo político austríaco Friedrich von Hayek para criar a *Mont Pelerin Society* (que leva o nome do *spa* suíço em que se reuniram pela primeira vez) em 1947 (entre os notáveis estavam Ludwig von Mises, o economista Milton Friedman e mesmo, por algum tempo, o célebre filósofo Karl Popper). A declaração de fundação da sociedade diz:

Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua.

O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade¹⁵.

Os membros do grupo se descreveram como “liberais” (no sentido europeu tradicional) devido a seu compromisso fundamental com ideais de liberdade pessoal. O rótulo “neoliberal” marcava sua adesão

15. Ver: <<http://www.montpelcrin.org/aboutmps.html>>.



aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx. Mas também seguiam a idéia de Adam Smith de que a mão invisível do mercado constituía o melhor recurso de mobilização de mesmo os mais vis instintos humanos, como a gula, a ambição e o desejo de riqueza e poder em benefício de todos. Assim, a doutrina neoliberal opunha-se profundamente às teorias do Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que alcançaram a proeminência nos anos 1930 em resposta à Grande Depressão. Muitos legisladores, depois da Segunda Guerra Mundial, recorreram à orientação da teoria keynesiana em seus esforços para manter sob controle os ciclos de negócios e as recessões. Os neoliberais se mostravam ainda mais fortemente contrários a teorias do planejamento estatal centralizado como as propostas por Oscar Lange, mais próximo da tradição marxista. Alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos de interesse envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou os grupos de pressão corporativos). As decisões do Estado em questões de investimento e acumulação do capital estavam fadadas a ser erradas porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos sinais do mercado. Esse arcabouço teórico, como vários comentadores assinalaram, não é inteiramente coerente¹⁶. O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento. O artifício jurídico de definir as corporações como indivíduos perante a lei introduz suas próprias distorções, tornando irônico o credo pessoal de John D. Rockefeller, gravado em pedra no Rockefeller Center da cidade de Nova York, que diz: “o valor supremo do indivíduo” acima de todas as coisas. E, como veremos, há na posição neoliberal contradições suficientes para tornar as práticas neoliberais em desenvolvimento (com respeito a questões como o poder de monopólio e falhas de mercado) irreconhecíveis diante da aparente pureza da doutrina neoliberal. Por conseguinte, merece cuidadoso exame a tensão entre a teoria do neoliberalismo e a pragmática concreta da liberalização.

16. Uma judiciosa resenha está em H.-J. CHANG, *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*, London, Zed Books, 2003. Mas, como assinala PECK em *Geography and Public Policy*, o neoliberalismo absorveu muitas vezes outros elementos em seu arcabouço, sendo por isso difícil entendê-lo como “pura” teoria.



Hayek, autor de textos essenciais como *A constituição da liberdade*, alega que era fundamental a batalha das idéias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha, não apenas contra o marxismo, mas também contra o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano. O grupo do Mont Pelerin obteve apoio financeiro e político; nos Estados Unidos em particular, um poderoso grupo de indivíduos abastados e líderes corporativos visceralmente contrários a todas as formas de intervenção e regulação do Estado, e mesmo ao internacionalismo, se empenhou em realizar a oposição ao que via como um consenso emergente de busca de uma economia mista. Temerosos dos efeitos políticos, num cenário de pós-guerra, da aliança com a União Soviética e da economia de comando construída nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, estavam prontos a aceitar qualquer coisa — do macarthismo aos bancos de idéias neoliberais — para proteger e aumentar seu poder. Mas esse movimento permaneceu à margem tanto da política como da influência acadêmica até os conturbados anos da década de 1970. A partir de então, começou a ocupar o centro do palco, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, nutrido por vários bem financiados bancos de idéias (rebentos da Mont Pelerin Society, como o Institute of Economic Affairs, de Londres, e a Heritage Foundation, de Washington), bem como mediante sua crescente influência na academia, particularmente na Universidade de Chicago, em que reinava Milton Friedman. A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974 e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia. Esse prêmio específico, embora assumisse a aura de um Nobel, não tinha nenhuma relação com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária suíça. A teoria neoliberal, em especial em sua versão monetarista, passou a ter influência prática numa variedade de campos políticos. Por exemplo, durante o governo Carter, a desregulação da economia surgiu como uma das respostas ao estado crônico de estagflação que prevalecera nos Estados Unidos por toda a década de 1970. Mas a dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979.

Em maio desse ano, Margareth Thatcher foi eleita na Grã-Bretanha com a firme obrigação de reformar a economia. Sob a influência de Keith Joseph, um publicista e polemista bem ativo, com fortes vínculos com o neoliberal Institute of Economic Affairs, ela aceitou o abandono do keynesianismo e a idéia de que as soluções monetaristas “do lado da oferta” eram essenciais para curar a estagflação que marcara a economia britânica naquela década. Thatcher reconhecia que isso significava nada



menos que uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado socialdemocrata que se consolidara no país a partir de 1945.¹⁷ Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), dismantlar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão). Ficou famosa sua declaração: "a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais" — e, acrescentou depois, suas famílias. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advindo da retórica de Thatcher era implacável¹⁷; como ela mesma disse, "a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito". E transformar ela de fato transformou, ainda que de modo algum completa e abrangentemente, para não falar sem custos políticos.

Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos¹⁸. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as conseqüências para o emprego. A taxa real de juro, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve (Figura 1.5). A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20%. Iniciou-se assim "uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais"¹⁹. Essa, argu-

17. A história da rota de Thatcher rumo ao neoliberalismo está esboçada em D. YERGIN, J. STANISLAW, *The Commanding Heights: The Battle Between Government and Market Place that is Remaking the Modern World*, New York, Simon & Schuster, 1999.

18. L. PANITCH, S. GINDIN, Finance and American Empire, in *The Empire Reloaded: Socialist Register* 2005, London, Merlin Press, 2005, 46-81.

19. D. HENWOOD, *After the New Economy*, New York, New Press, 2003, 208.

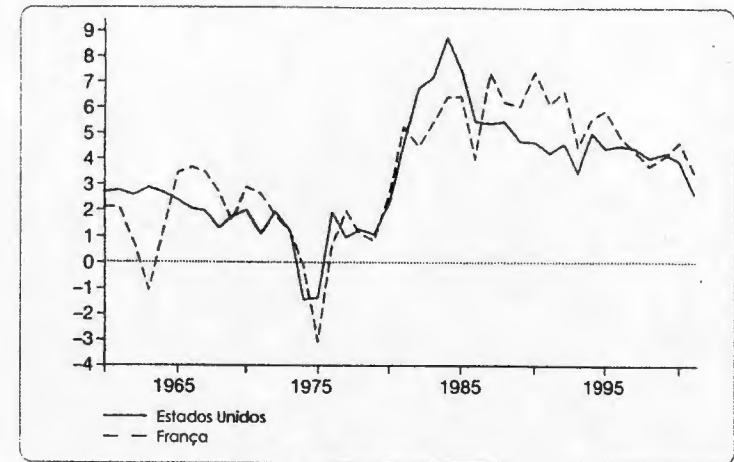


Figura 1.5 O "choque Volcker": alterações das taxas de juros reais, Estados Unidos e França, 1960-2001

Fonte: Duménil, Lévy, *Capital Resurgence*

mentou Volcker, era a única saída para a tenebrosa crise de estagflação que caracterizara os Estados Unidos e boa parcela da economia global por todos os anos 1970.

O "choque Volcker", como passou desde então a ser conhecido, tem de ser interpretado como medida necessária mas não suficiente para a neoliberalização. Alguns bancos centrais havia muito enfatizavam a responsabilidade fiscal antiinflacionária e adotavam políticas mais próximas do monetarismo do que da ortodoxia keynesiana. No caso da Alemanha Ocidental, isso vinha de lembranças históricas da inflação descontrolada que destruiu a República de Weimar dos anos 1920 (criando as condições para a ascensão do fascismo) e da inflação, igualmente poderosa, que ocorrera no final da Segunda Guerra Mundial. O FMI havia muito vinha se opondo ao excesso de endividamento e pedia, se é que não impunha, restrições fiscais e austeridade orçamentária aos Estados clientes. Mas em todos esses casos o monetarismo tinha como paralelo a aceitação de um poder sindical forte e um compromisso político de construção de um sólido Estado de bem-estar social. A virada para o neoliberalismo se apoiava assim não só na adoção do monetarismo como na implantação de políticas governamentais em muitas outras arenas.

A vitória de Ronald Reagan sobre Carter em 1980 mostrou-se crucial, ainda que Carter tivesse seguido sem dificuldades a desregulação (das empresas aéreas e de caminhões de carga) como solução parcial para a crise de estagflação. Os conselheiros de Reagan estavam convencidos de

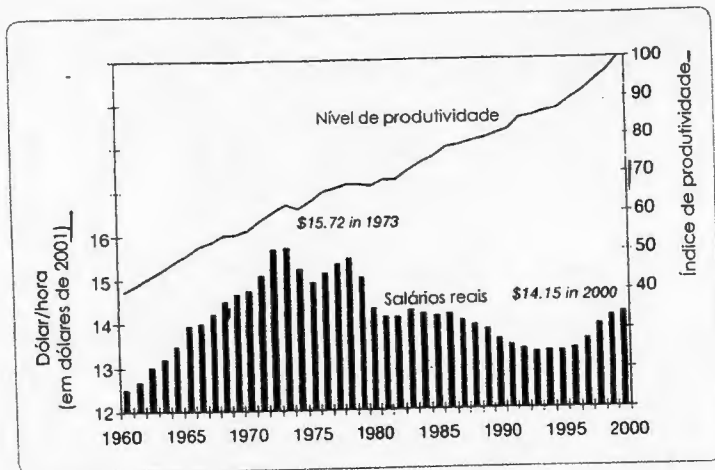


Figura 1.6 O ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos Estados Unidos, 1960-2000
Fonte: Pollin, *Contours of Descent*

que o “remédio” monetarista de Volcker para uma economia doente e em estagnação era certo. Volcker foi apoiado e permaneceu em sua posição de presidente do Federal Reserve. O governo Reagan então ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional. Reagan derrotou o PATCO, o sindicato dos controladores de voo, numa longa e amarga greve em 1981. Isso marcou um ataque generalizado aos poderes do trabalho organizado no próprio momento em que a recessão inspirada em Volcker produzia altas taxas de desemprego (de ao menos 10%). O PATCO, contudo, era mais do que um sindicato comum: era um sindicato de trabalhadores graduados que tinha o caráter de uma associação de profissionais especializados. Era, portanto, um ícone da classe média e não do sindicalismo da classe trabalhadora. O efeito global sobre a condição do trabalho foi dramático — talvez melhor captado pelo fato de o salário mínimo federal, que era paritário ao nível de pobreza em 1980, ter caído para 30% abaixo desse nível por volta de 1990. Iniciou-se assim, com vigor, o longo declínio dos níveis dos salários reais.

As indicações de Reagan para posições de poder em áreas como regulação ambiental, segurança ocupacional e saúde acentuaram ainda mais a campanha contra o grande governo. A desregulação de tudo — de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro — abriu novas áreas de liberdade de mercado irrestrita para poderosos interesses corporativos. As reduções de impostos sobre os investimentos na



prática subsidiaram o movimento do capital do nordeste e do meio-oeste sindicalizados para o sul e o oeste não-sindicalizados e fracamente regulados. O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno mais elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendência a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista. Os impostos corporativos sofreram uma dramática redução e a faixa mais alta passou de 70% a 28%, naquilo que foi denominado “a maior redução de impostos da história” (Figura 1.7).

E teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta.

Houve, contudo, outra mudança concomitante que também alimentou o movimento de neoliberalização nos anos 1970. A elevação de preços pela OPEP, que veio com o embargo do petróleo de 1973, colocou vastas parcelas de poder financeiro à disposição de países produtores de petróleo como a Arábia Saudita, o Kuwait e Abu Dhabi. Sabemos hoje, a partir de relatórios das agências de informação britânica, que os Estados Unidos estavam se preparando para invadir esses países em 1973 para restaurar o fluxo do petróleo e baixar os preços. Também sabemos que os sauditas concordaram na época, presumivelmente sob pressão militar, se não ameaça aberta, dos Estados Unidos, em reciclar todos os

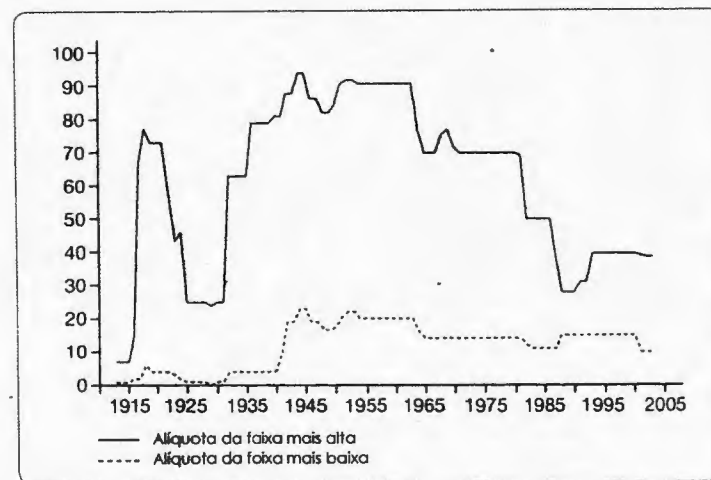


Figura 1.7 A revolta fiscal das classes altas: níveis dos impostos nos Estados Unidos para as faixas mais altas e mais baixas, 1913-2003
Fonte: Duménil, Lévy, *Neoliberal Income Trends*



seus petrodólares por meio dos bancos de investimento de Nova York²⁰. Estes últimos viram-se de repente com amplos recursos para os quais precisavam encontrar aplicações lucrativas. As opções dos Estados Unidos, dadas as condições econômicas de depressão e as baixas taxas de retorno na metade dos anos 1970, não eram boas. Era necessário buscar no exterior oportunidades mais vantajosas. Os governos pareciam ser a aposta mais segura, porque, na célebre afirmação de Walter Wriston, presidente do Citibank, os governos não podem se mudar nem desaparecer. E muitos governos no mundo em desenvolvimento, até então desesperados por recursos, estavam ansiosos o bastante para se endividar. Mas, para que isso ocorresse, era preciso haver liberdade de ação e condições razoavelmente seguras para emprestar. Os bancos de investimento de Nova York contavam com a tradição imperial norte-americana tanto para manter abertas novas oportunidades de investimento como para proteger suas operações externas.

A tradição imperial norte-americana havia muito vinha se forjando e em larga medida se definia contra as tradições imperiais da Grã-Bretanha, da França, da Holanda e de outras potências europeias²¹. Enquanto no final do século XIX acalentaram a idéia de conquista colonial, no século XX os Estados Unidos desenvolveram um sistema mais aberto de colonialismo sem colônias. O caso paradigmático foi desenvolvido na Nicarágua nas décadas de 1920 e 1930, quando fuzileiros foram enviados para defender interesses norte-americanos mas se viram envolvidos numa longa e difícil rebelião guerrilheira liderada por Sandino. A reação foi conseguir um homem forte local — no caso, Somoza — e oferecer a ele, à sua família e a aliados mais próximos assistência econômica e militar para que pudessem reprimir ou cooptar a oposição e acumular para si próprios uma riqueza e um poder consideráveis. Em troca, eles sempre mantiveram o país aberto às operações do capital norte-americano e se necessário promoveriam os interesses dos Estados Unidos tanto no país como na região (no caso da Nicarágua, a América Central) como um todo. Foi esse o modelo desenvolvido depois da Segunda Guerra na fase de descolonização global imposta às potências europeias por insistência norte-americana. Por exemplo, a CIA organizou o golpe que derrubou o governo democraticamente eleito de

20. L. ALVAREZ, Britain Says U.S. Planned to Seize Oil in '73 crisis. *New York Times*, 4 jan. 2004, A6. Quanto à reciclagem de dólares saídas através dos Estados Unidos, ver P. GOWAN, *The Faustian Bid for World Dominance*, London, Verso, 1999, 20.

21. D. HARVEY, *The New Imperialism*, Oxford, Oxford University Press, 2003 [Ed. br.: *O novo imperialismo*, São Paulo, Loyola, 2004.]; N. SMITH, *American Empire, Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*, Berkeley, University of California Press, 2003; N. SMITH, *The Endgame of Globalization*, New York, Routledge, 2005.



Mosaddeq no Irã em 1953, instalando o xá do Irã, que firmou contratos referentes ao petróleo com empresas norte-americanas (e não devolveu os ativos às empresas britânicas que Mosaddeq nacionalizara). O xá também se tornou um dos guardiões-chave dos interesses dos Estados Unidos na região petrolífera do Oriente Médio.

No período do pós-guerra, boa parte do mundo não-comunista estava aberto ao domínio norte-americano mediante táticas desse tipo. Isso se tornou o método preferido de combate à ameaça de rebeliões e de revoluções comunistas, envolvendo uma estratégia antidemocrática (e ainda mais enfaticamente antipopulista e anti-socialista/comunista) da parte dos Estados Unidos que levou o país a firmar cada vez mais alianças com repressivas ditaduras militares e regimes autoritários (claro que de modo mais espetacular na América Latina). Os relatos de John Perkins em *Confessions of an Economic Hit Man* [Confissões de um matador econômico] estão cheias de detalhes feios e desagradáveis de como isso era feito na maioria das vezes. Em consequência, os interesses norte-americanos se tornaram mais, em vez de menos, vulneráveis na luta contra o comunismo internacional. Embora se pudesse comprar com bastante facilidade o consentimento de elites dirigentes locais, a necessidade de coagir movimentos de oposição ou socialdemocratas (como o do Chile de Allende) associou os Estados Unidos a uma longa história de violência — em larga medida encoberta — por boa parte do mundo em desenvolvimento.

¹ Foi nesse contexto que os fundos excedentes reciclados pelos bancos de investimento de Nova York se dispersaram pelo globo. Antes de 1973, a maioria dos investimentos externos dos Estados Unidos era do tipo direto, voltada principalmente para a exploração de recursos básicos (petróleo, minérios, matérias-primas, produtos agrícolas) ou para o cultivo de mercados específicos (telecomunicações, automóveis etc.) na Europa e na América Latina. Esses bancos sempre tinham sido ativos no plano internacional, mas depois de 1973 isso se acentuou, ainda que se concentrasse no fornecimento de recursos financeiros a governos estrangeiros²². Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar ativamente essa estratégia no nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York²³. Mas, como os empréstimos eram em

22. PANITCH, GINDIN, *Finance and American Empire*.

23. As muitas crises da dívida dos anos 1980 foram amplamente descritas em GOWAN, *The Global Gamble*.



dólares norte-americanos, todo aumento modesto, para não falar dos acentuados, nas taxas de juro nos Estados Unidos podia facilmente levar países vulneráveis à inadimplência, expondo os bancos de investimento de Nova York a sérias perdas.

O primeiro grande teste disso veio na esteira do choque Volcker, que levou o México à moratória em 1982-84. O governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas neoliberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de "expurgo" de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do "fundamentalismo do livre mercado" e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o "ajuste estrutural". O México foi um dos primeiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo o mundo²⁴.

Mas o caso do México demonstrou na verdade uma diferença essencial entre a prática liberal e a neoliberal: naquela, os emprestadores assumem as perdas decorrentes de más decisões de investimento, ao passo que sob esta última os tomadores são forçados pelo Estado e por forças internacionais a assumir o ônus do custo do pagamento da dívida sejam quais forem as conseqüências para a vida e o bem-estar da população local. Se isso exige a entrega de ativos a empresas estrangeiras a preço de banana, que assim seja. Isso, como se pode perceber, não é compatível com a teoria neoliberal. Um dos efeitos disso, como demonstram Duménil e Lévy, foi permitir aos proprietários de capital norte-americanos a extração de altas taxas de retorno do resto do mundo ao longo das décadas de 1980 e 1990 (Figuras 1.8 e 1.9)²⁵. A restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural.

24. J. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*, New York, Norton, 2002.

25. G. DUMÉNIL, D. LÉVY, *The Economics of US Imperialism at the Turn of the 21st Century*, *Review of International Political Economy* 4 (2004) 657-676.

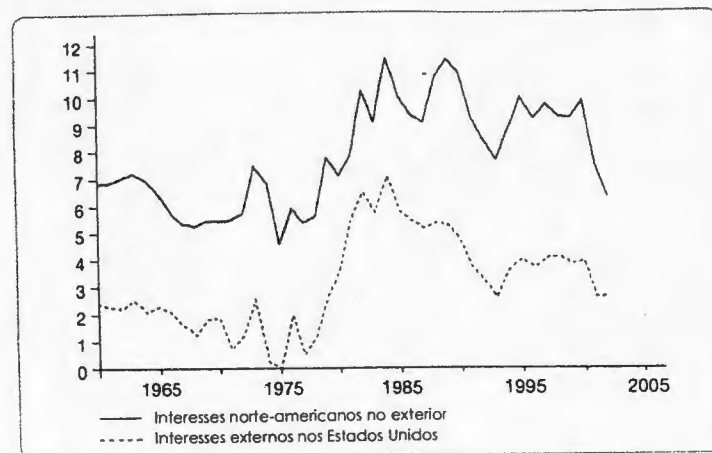


Figura 1.8 A extração de mais-valia do exterior: taxas de retorno dos investimentos domésticos e externos nos Estados Unidos, 1960-2002

Fonte: Duménil, Lévy, *The Economics of US Imperialism*

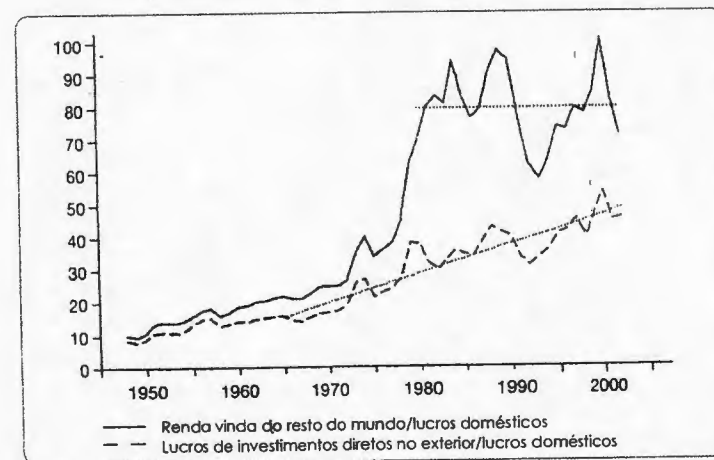


Figura 1.9 O fluxo de tributos para os Estados Unidos: lucros e renda de capital vindos do resto do mundo em relação aos lucros domésticos

Fonte: Duménil, Lévy, *Neoliberal Dynamics: Towards a New Phase?*

O significado do poder de classe

Mas o que se quer dizer exatamente aqui com "classe"? Este é sempre um conceito obscuro (alguns diriam mesmo dúbio). Seja como for, a neoliberalização implicou sua redefinição. Isso cria um problema: se a



neoliberalização tem sido o veículo da restauração do poder de classe, deveríamos poder identificar as forças de classe que estão em sua base e aquelas que se beneficiaram dela. Mas essa é uma tarefa difícil quando “classe” não é uma configuração social estável. Em alguns casos, estratos “tradicionais” conseguiram manter uma base coerente de poder (muitas vezes organizada por meio da família e do parentesco). Mas em outros casos a neoliberalização veio acompanhada de uma reconfiguração daquilo que constitui uma classe alta. Margaret Thatcher, por exemplo, atacou algumas das formas consolidadas de poder de classe; ela se opôs à tradição aristocrática que dominava as elites militar, judiciária e financeira da City [o centro financeiro] de Londres, e muitos segmentos da indústria, ao mesmo tempo em que se colocou do lado dos empreendedores agressivos e dos novos ricos. Thatcher apoiou essa nova classe de empreendedores (como Richard Branson, Lord Hanson e George Soros) e foi muitas vezes apoiada por ela. A ala tradicional de seu próprio partido conservador ficou estarecida. Nos Estados Unidos, o poder e a importância crescentes dos financistas e dos CEOs das grandes corporações, assim como a imensa eclosão de atividade em setores completamente novos (como computação e Internet, meios de comunicação e varejo), alteraram significativamente o locus do poder econômico da classe alta. Embora possa ter tido como foco a restauração do poder de classe, a neoliberalização não significou necessariamente a restauração do poder econômico às mesmas pessoas.

Contudo, como ilustram os casos contrastantes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, “classe” significa diferentes coisas em diferentes lugares, e em alguns casos (por exemplo, nos Estados Unidos) é com frequência considerado algo sem nenhum sentido. Além disso, tem havido fortes ondas de diferenciação em termos da formação e da reformulação da identidade de classe em diferentes partes do mundo. Na Indonésia, na Malásia e nas Filipinas, por exemplo, o poder econômico concentrou-se fortemente nas mãos de uns poucos membros da minoria étnica chinesa, e a forma de aquisição desse poder econômico muito diferiu da observada na Austrália e nos Estados Unidos (onde se concentrou fortemente em atividades de comércio e envolveu a manipulação dos mercados²⁶). E a ascensão dos sete oligarcas na Rússia adveio da configuração bastante peculiar de circunstâncias que havia na esteira do colapso da União Soviética.

Ainda assim, há algumas tendências gerais identificáveis. A primeira foi que os privilégios da propriedade e da gerência de empresas capitalistas — tradicionalmente separados — se fundiram quando se começou a pagar aos CEOs (gerentes) em opções de ações (títulos de propriedade).

26. Ver exemplos em A. CHUA, *World on Fire: How Exporting Free Market Democracy Breeds Ethnic Hatred and Global Instability*, New York, Doubleday, 2003).



Então, o valor das ações tomou o lugar da produção como guia da atividade econômica e, como mais tarde se evidenciou com o colapso de empresas como a Enron, as tentações especulativas resultantes disso podem se tornar avassaladoras. A segunda tendência foi a dramática redução da separação entre capital monetário que recebe dividendos e juros, de um lado, e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil em busca de lucros, do outro. Essa separação produziu em vários momentos anteriores conflitos entre financistas, produtores e comerciantes. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a política governamental dos anos 1960 cuidava primordialmente das necessidades dos financistas da City de Londres, muitas vezes em detrimento da produção doméstica, sendo na época muito comum o surgimento de conflitos nos Estados Unidos entre financistas e corporações produtivas. Na década seguinte, boa parte desse conflito desapareceria ou assumiria novas formas. As grandes corporações assumiram uma orientação crescentemente financeira, mesmo quando, como no setor automotivo, estavam voltadas para a produção. A partir de mais ou menos 1980 não era incomum que as empresas tivessem prejuízos na produção compensados por ganhos de operações financeiras (que envolviam tudo, de operações de crédito e seguros à especulação em moedas voláteis e mercados futuros). As fusões intersetoriais uniram a produção, a comercialização, as propriedades imóveis e os interesses financeiros de novas maneiras, produzindo diversificados conglomerados. Quando a US Steel mudou de nome para USX (fazendo altos investimentos em seguros), o presidente do conselho, James Roderick, respondeu à pergunta “O que é X?” com a resposta simples “X é dinheiro”²⁷.

Tudo isso se vinculava à forte expansão da atividade e do poder no mundo financeiro. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou a “financeirização” de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado e, como assinala Randy Martin, a vida cotidiana^{28 29}. Criou ainda uma volatilidade sempre crescente nas rela-

27. Citado in HARVEY, *Condition of Postmodernity*, p. 158.

28. R. MARTIN, *The Financialization of Daily Life*, Philadelphia, Temple University Press, 2002.

29. *Financialization*: no Brasil usa-se também “financeirização”. Mas como se trata de sujeição de toda a economia ao capital financeiro para fins especulativos de acumulação



ções globais de troca; houve sem sombra de dúvida uma mudança de poder da produção para o mundo das finanças. Ganhos na capacidade manufatureira não mais significavam aumento da renda *per capita*, mas certamente significavam concentração em serviços financeiros. Por isso, o apoio às instituições financeiras e à integridade do sistema financeiro se tornou a preocupação central da coletividade de Estados neoliberais (como o grupo formado pelos países mais ricos do mundo, conhecido como G7). No caso de um conflito entre Main Street [a “rua” da produção] e Wall Street [o centro financeiro], esta última seria favorecida. Surge a real possibilidade de Wall Street se sair bem enquanto o resto dos Estados Unidos (e o resto do mundo) se sai mal. E durante vários anos, especialmente na década de 1990, foi justo isso o que aconteceu. Enquanto nos anos 1960 costumava-se usar o *slogan* “o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos”, nos anos 1990 o *slogan* era “o que é bom para Wall Street é tudo o que interessa”.

Assim, um dos núcleos substanciais da ascensão do poder de classe sob o neoliberalismo reside nos CEOs, os principais operadores dos conselhos de administração, e nos líderes dos aparatos financeiros, legais e técnicos que cercam a quintessência da atividade capitalista³⁰. Mas o poder dos verdadeiros proprietários do capital, os acionistas, foi um tanto diminuído, a não ser quando podiam reunir uma soma de votos suficientemente ampla para afetar a política corporativa. Algumas vezes, os acionistas foram privados de milhões pelas operações dos CEOs e de seus conselheiros financeiros. Ganhos especulativos também possibilitaram reunir enormes fortunas num espaço de tempo bem curto (Warren Buffett e George Soros são exemplos disso).

Seria contudo errôneo restringir a noção de classe alta a esse grupo. A abertura de oportunidades de empreendimento, bem como as novas estruturas nas relações comerciais permitiram o surgimento de processos de formação de classe substancialmente novos. Fizeram-se fortunas rápidas em novos setores da economia, como a biotecnologia e as tecnologias da informação (por exemplo, Bill Gates e Paul Allen). Novas relações de mercado viabilizaram todo tipo de possibilidades de comprar barato e vender caro, quando não reais mercados cativos, de modo que se construíram fortunas que ou se estendem horizontalmente (como no caso do império global de comunicações em expansão de Rupert Murdoch) ou se diversificam em todo tipo de negócios, desde a extração de

do capital e não para outros fins, produtivos, criando o chamado “capital fictício”, preferimos insistir em “financiarização” — ver, de HARVEY, *Condição pós-moderna* e, neste livro, cap. 6, “riqueza fictícia”, uma extensão do conceito. (N.T.)

30. Essa é a única definição aceita nas obras de Duménil e Lévy por exemplo.



recursos naturais e a produção até, a partir de uma base comercial, serviços financeiros, construção civil e varejo. Aconteceu aí muitas vezes de uma relação privilegiada com o poder estatal também ter um papel-chave. Os dois homens de negócios mais íntimos de Suharto na Indonésia, por exemplo, tanto alimentaram os interesses financeiros da família Suharto como promoveram seus vínculos com aquele aparato de Estado para acumular uma imensa riqueza. Por volta de 1977, um deles, o Salim Group, era “alegradamente o maior conglomerado de propriedade chinesa do mundo, com ativos de 20 bilhões de dólares e cerca de quinhentas empresas”. Partindo de uma empresa de investimentos relativamente pequena, Carlos Slim obteve o controle do sistema de telecomunicações mexicano recém-privatizado e logo o transformou num imenso império conglomerado que não só controla uma enorme parcela da economia mexicana, como tem ampla participação no setor varejista dos Estados Unidos (Circuit City e Barnes and Noble), para não falar por toda a América Latina³¹. Nos Estados Unidos, a família Walton ficou imensamente rica quando a Wal-Mart assumiu uma posição dominante no varejo dos Estados Unidos, mas também com a integração a linhas de produção chinesas, bem como com pontos de venda no mundo inteiro. Embora haja claros vínculos entre esses tipos de atividades e o mundo das finanças, a incrível capacidade não só de acumular imensas fortunas pessoais, como de exercer o poder de controle sobre amplos setores da economia confere a esses poucos indivíduos um enorme poder econômico de influenciar processos políticos. Não admira que o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo em 1996 tenha sido “igual à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial — 2,3 bilhões de pessoas”. E o que é ainda pior: “as 200 pessoas mais ricas do mundo mais do que dobraram seu patrimônio líquido, nos quatro anos anteriores a 1998, para mais de 1 trilhão de dólares. Os ativos dos três maiores bilionários alcançavam na época um valor superior ao PIB de todos os países menos desenvolvidos e sua população de 600 milhões de pessoas”³².

Há no entanto um outro complexo problema a ser considerado nesse processo de radical reconfiguração das relações de classe. Tem surgido, e sido muito debatida, a questão de saber se essa nova configuração de classe deveria ser considerada transnacional ou se ainda pode ser entendida como algo baseado exclusivamente nos parâmetros da nação-Estado³³. Minha própria posição é a seguinte: a idéia de que a classe domi-

31. CHUA, *World on Fire*.

32. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Human Development Report, 1996*, New York, Oxford University Press, 1996, 2, e Id., *Human Development Report, 1999*, 3.

33. W. ROBINSON, *A Theory of Global Capitalism in a Transnational World*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2004, defende com brilhantismo esse argumento.



nante tenha algum dia limitado suas operações a alguma nação-Estado, ou definido suas lealdades em termos de uma alguma nação-Estado, tem sido historicamente bastante exagerada. Nunca fez muito sentido falar de uma classe capitalista distintamente norte-americana *versus* uma britânica, francesa, alemã ou coreana. Os vínculos internacionais sempre foram importantes, especialmente através de atividades coloniais e neocoloniais, mas também por meio de ligações transnacionais que remontam ao século XIX, se não forem ainda mais antigas. Não há, contudo, dúvidas de que houve uma ampliação dessas ligações transnacionais durante a fase de globalização neoliberal, sendo fundamental identificar essas conexões. Mas isso não significa que as principais figuras dessa classe não estejam associadas a aparatos de Estado específicos, devido tanto às vantagens como às proteções que isso lhes proporciona. Os *aparatos de Estado* a que elas se associam especificamente são um fator importante, mas não têm uma estabilidade maior do que a atividade capitalista a que se dedicam. Rupert Murdoch pode ter começado na Austrália e depois se concentrado na Grã-Bretanha para finalmente ter a cidadania (sem dúvida concedida num prazo bem curto) norte-americana. Ele não está acima ou fora de poderes estatais específicos, mas sem dúvida nem por isso deixa de exercer considerável influência, através de seus interesses midiáticos, na política da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da Austrália. Todos os 247 editores supostamente independentes de seus jornais em todo o mundo apoiaram a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Todavia, como forma de abreviatura, ainda faz sentido falar dos interesses da classe capitalista norte-americana, ou britânica, ou coreana, porque os interesses corporativos de pessoas como Murdoch, Carlos Slim ou o Salim Group se alimentam de aparatos de Estado específicos e nutrem aparatos de Estado específicos. Porém cada um deles pode exercer — e de fato exercem — poder de classe em mais de um Estado ao mesmo tempo.

Embora esse grupo diversificado de indivíduos incrustado nos mundos corporativo, financeiro, comercial e de desenvolvimento não conspire necessariamente como classe, e embora possa haver freqüentes tensões entre eles, ainda assim há entre todos certa convergência de interesses que de modo geral reconhece as vantagens (e neste momento alguns dos riscos) a ser obtidas da neoliberalização. E eles também dispõem, mediante organizações como o Fórum Econômico Mundial de Davos, de meios para trocar idéias, firmar associações com líderes políticos e fazer consultas a esses líderes políticos. Eles exercem uma imensa influência sobre os assuntos globais e dispõem de uma liberdade de ação que nem passa perto da que possui qualquer cidadão comum.



As perspectivas da liberdade

Essa história da neoliberalização e da formação de classe e a aceitação proliferante das idéias da Mont Pelerin Society como diretrizes da época são uma interessante leitura quando colocadas contra o pano de fundo dos contra-argumentos propostos por Karl Polanyi em 1944 (pouco antes de a Mont Pelerin Society ter sido fundada). Numa sociedade complexa, assinalou ele, o significado da liberdade se torna tão contraditório e tão frágil quanto são estimulantes suas injunções a agir. Há, observou ele, dois tipos de liberdade, um bom e o outro ruim. Entre estes últimos, ele inclui “a liberdade de explorar o semelhante ou a liberdade de obter ganhos extraordinários sem prestar um serviço comensurável à comunidade, a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas para o benefício público ou a liberdade de obter lucros de calamidades públicas secretamente planejadas para vantagens privadas”. Mas, prosseguindo, Polanyi afirma que “a economia de mercado em que essas liberdades floresceram também produziram liberdades que valorizamos muito. Liberdade de consciência, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de associação, liberdade de escolher o próprio emprego”. Embora possamos “prezar essas liberdades em si mesmas” — e sem dúvida muitos ainda o fazem —, elas foram em larga medida “subprodutos da mesma economia que também é responsável pelas más liberdades”³⁴. A resposta de Polanyi a essa dualidade nos parece estranha, dada a atual hegemonia do pensamento neoliberal:

A passagem da economia de mercado pode tornar-se o começo de uma era de liberdade sem precedentes. Mais do que em qualquer outra época, podem-se ampliar e tornar mais gerais a liberdade jurídica e a liberdade real; a regulação e o controle podem obter liberdade não só para uns poucos, mas para todos. A liberdade não como a concessão de privilégios, maculada na fonte, mas como direito prescritivo que ultrapassa as limitações da esfera política e alcança a organização do próprio tecido social. Assim, antigas liberdades e antigos direitos cívicos se somarão ao fundo de novas liberdades geradas pelo tempo livre e pela segurança que a sociedade industrial oferece a todos. Uma tal sociedade tem condições de ser ao mesmo tempo justa e livre³⁵.

Infelizmente, observou Polanyi, a passagem para esse futuro está bloqueada pelo “obstáculo moral” do utopismo liberal (e mais de uma vez ele cita Hayek como típico dessa tradição):

34. K. POLANYI, *The Great Transformation*, Boston, Beacon Press, 1954.

35. *Ibid.*, 256-258.



O planejamento e o controle estão sendo atacados como a negação da liberdade. O livre empreendimento e a propriedade privada são declarados vitais para a liberdade. Afirma-se que nenhuma sociedade com fundamentos que não estes merece ser considerada livre; a liberdade que a regulação cria é denunciada como não-liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que oferece são reduzidos a camuflagem da escravidão³⁶.

A idéia de liberdade “degenera assim em mera defesa do livre empreendimento”, que significa “a plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade”. Mas se, como é sempre o caso, “não é possível uma sociedade sem poder e compulsão, nem um mundo em que a força não tenha função”, a única maneira de manter essa visão utópica liberal está na força; na violência e no autoritarismo. Para Polanyi, o utopismo liberal ou neoliberal está fadado à frustração pelo autoritarismo ou mesmo pelo fascismo declarado³⁷. Perdem-se as boas liberdades e as más liberdades assumem o controle.

O diagnóstico de Polanyi se mostra peculiarmente apropriado à nossa condição contemporânea. Oferece uma potente perspectiva a partir da qual entender o que pretende o presidente Bush ao dizer que “na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade”. Ajuda a explicar por que o neoliberalismo se tornou tão autotitário, violento e antidemocrático no próprio momento em que “tem em suas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade a todos os seus inimigos imemoriais”³⁸. Faz-nos ter como foco a maneira como tantas corporações têm obtido lucros com a privação da esfera pública dos benefícios de suas tecnologias (como drogas contra a aids), bem como com as calamidades da guerra (como no caso da Halliburton), com a inanição e com o desastre ambiental. Evoca a preocupação de saber se muitas dessas calamidades ou quase calamidades (a corrida armamentista e a necessidade de combater inimigos reais ou imaginados) não terão sido secretamente criadas em benefício de corporações. E deixa muitíssimo claro por que os abastados e poderosos apóiam com tanta avidez certas concepções particulares de direitos e liberdades enquanto tentam nos persuadir de sua universalidade e sua bondade. Afinal, trinta anos de liberdades neoliberais não apenas restauraram o poder de uma classe

36. Ibid.

37. Ibid.

38. BUSH, *Securing Freedom's Triumph*; ver também F. ZAKARIA, *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*, New York, Norton, 2003.



capitalista estreitamente definida, como também produziram imensas concentrações de poder corporativo no setor energético, nos meios de comunicação, na indústria farmacêutica, nos transportes e mesmo no varejo (a Wal-Mart, por exemplo). A liberdade do mercado que Bush proclama como ponto alto da aspiração humana mostra não ser nada mais do que meios convenientes de disseminar o poder monopolista corporativo — e a Coca-Cola — pelos quatro cantos do globo, sem restrições. Com uma influência desproporcionada sobre os meios de comunicação e o processo político, essa classe (com Rupert Murdoch e a Fox News na liderança) tem tanto o estímulo como o poder para nos persuadir de que estamos todos melhores sob um regime neoliberal de liberdades. Para a elite, vivendo com conforto em seus guetos dourados, o mundo tem de fato de parecer um lugar melhor. Como poderia ter dito Polanyi, o neoliberalismo proporciona direitos e liberdades àqueles “que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança”, deixando um verniz para o resto de nós. Como então o “resto de nós” aquiesceu tão facilmente a esse estado de coisas?

Como se instaurou a neoliberalização e quem o fez? A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder. Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições. Aquilo que Gramsci denomina "senso comum" (definido como "o sentido sustentado em comum") tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser construído a partir do engajamento crítico com as questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais¹. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou "outros" em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. Podem-se invocar *slogans* políticos que mascarem estratégias específicas por trás de vagos artificios retóricos. A palavra "liberdade" ressoa tão amplamente na compreensão de senso comum que têm os norte-americanos que se tornou "um botão que as elites podem pressionar para abrir a porta às massas" a fim de justificar quase qualquer coisa². Foi assim que Bush pôde justificar retrospectivamente a guerra do Iraque. Gramsci concluiu, portanto, que as questões políticas, quando "disfarçadas como culturais", se tornam "insolúveis"³. Buscando compreender a construção do consentimento político, temos de aprender a extrair significados políticos de seu impenetrável revestimento cultural.

Como então se gerou suficiente consentimento popular para legitimar a virada neoliberal? Os canais por meio dos quais se fez isso foram diversificados. Fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem

1. A. GRAMSCI, *Selections from the Prison Notebooks*, London, Lawrence & Wishart, 1971, 321-343.

2. J. RAPLEY, *Globalization and Inequality: Neoliberalism's Downward Spiral*, Boulder, Colorado, Lynne Reiner, 2004, 55.

3. GRAMSCI, *Selections from the Prison Notebooks*, 149.



a sociedade civil — universidades, escolas, Igrejas e associações profissionais. A "longa marcha" das idéias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de idéias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar — tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado.

Em tudo isso, foi hegemônico o recurso a tradições e valores culturais. O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe. Além disso, uma vez que fez a virada neoliberal, o aparato do Estado pôde usar seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder. Como vamos ver, esse foi o ponto forte particular de Thatcher e Reagan.

Como então o neoliberalismo negociou a virada a fim de substituir tão abrangentemente o liberalismo embutido? Em alguns casos, a resposta reside amplamente no uso da força (quer militar, como no Chile, quer financeira, como nas operações do FMI em Moçambique ou nas Filipinas). A coerção pode produzir uma aceitação fatalista, e mesmo abjeta, da idéia de que não havia nem há, como insistia tanto Margaret Thatcher, "alternativa". A construção ativa do consentimento também variou de lugar para lugar. Além disso, como atestam inúmeros movimentos de oposição, o consentimento muitas vezes se enfraqueceu ou fracassou em diferentes lugares. Contudo, temos de examinar, para além desses mecanismos culturais e ideológicos infinitamente variados — por mais importantes que sejam —, as qualidades da experiência cotidiana a fim de melhor identificar as bases materiais da construção do consentimento. E é nesse nível — a experiência da vida cotidiana sob o capitalismo na década de 1970 — que começamos a ver como o neoliberalismo penetrou nas compreensões do "senso comum". O efeito disso em muitas partes do mundo foi vê-lo cada vez mais como uma maneira necessária e até completamente "natural" de regular a ordem social.

Todo movimento político que considera sacrossantas as liberdades individuais corre o risco de ser incorporado sob as asas neoliberais. Os levantes políticos mundiais de 1968, por exemplo, traziam uma forte inflexão do desejo de maiores liberdades pessoais. Isso certamente se aplicou aos estudantes, como aqueles estimulados pelo movimento da "livre



expressão" surgido nos anos 1960 em Berkeley, ou os que tomaram as ruas de Paris, Berlim e Bancoc, ou os que foram impiedosamente alvejados na Cidade do México pouco antes dos jogos olímpicos de 1968. Esses estudantes exigiram liberdade de restrições parentais, educacionais, corporativas, burocráticas e do Estado. Mas o movimento de 1968 também tinha a justiça social como objetivo político primordial.

Mas os valores "liberdade individual" e "justiça social" não são necessariamente compatíveis. A busca da justiça social pressupõe solidariedades sociais e a propensão a submeter vontades, necessidades e desejos à causa de alguma luta mais geral em favor de, por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental. As metas da justiça social e da liberdade individual foram fundidas de maneira problemática no movimento de 1968. A tensão foi mais evidente na frágil relação entre a esquerda tradicional (o trabalho organizado e os vínculos políticos favoráveis às solidariedades sociais) e o movimento estudantil desejoso de liberdades individuais. A suspeita e a hostilidade que separaram essas duas tendências na França (por exemplo, o Partido Comunista e o Movimento Estudantil) durante os eventos de 1968 é algo digno de nota. Embora não seja impossível vencer essas diferenças, não é difícil ver como criar entre elas uma separação duradoura. A retórica neoliberal, com sua ênfase fundacional nas liberdades individuais, o poder de fragmentar o libertarianismo, a política da identidade, o multiculturalismo e até o consumismo narcisista advindos das forças sociais se puseram a buscar a justiça social por meio da conquista do poder do Estado. Há muito tempo tem se mostrado extremamente difícil, na esquerda norte-americana, por exemplo, forjar a disciplina coletiva necessária para a ação política alcançar a justiça social sem ofender o desejo de liberdade individual dos atores políticos e para o reconhecimento e a expressão plenos de identidades particulares. O neoliberalismo não criou essas distinções, mas pôde facilmente explorá-las, se não fomentá-las.

No começo dos anos 1970, quem buscava liberdades individuais e justiça social podia fazer causa comum diante do que muitos viam como um inimigo comum. Considerava-se que poderosas corporações aliadas a um Estado intervencionista dirigiam o mundo de maneiras individualmente opressivas e socialmente injustas. A Guerra do Vietnã foi o mais óbvio catalisador do descontentamento, mas também havia um amplo ressentimento com respeito às destrutivas atividades das corporações e do Estado diante do ambiente, o impulso para o consumismo inconsciente, a incapacidade de resolver os problemas sociais e de responder adequadamente à diversidade, ao lado de intensas restrições a possibilidades individuais e comportamentos pessoais vindos tanto de controles "tradicionais" como dos implantados pelo Estado. Os direitos civis eram um problema, e as questões da sexualidade e dos direitos reprodutivos



estavam na ordem do dia. Para quase todos os envolvidos no movimento de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso, os neoliberais concordavam facilmente. Mas as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram considerados inimigos vitais que precisavam de alterações, se não de uma transformação revolucionária, o que representava uma ameaça para o poder da classe capitalista. Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado "pós-modernismo", que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980.

Na época, não se dava muita atenção a isso. Os movimentos de esquerda não conseguiam entender ou confrontar, e menos ainda transcender, a tensão inerente entre buscar liberdades individuais e lutar pela justiça social. Porém, o sentido intuitivo do problema era, suspeito eu, claro o bastante para qualquer membro da classe alta, mesmo para aqueles que nunca tinham lido Hayek nem ouvido falar da teoria neoliberal. Vou ilustrar essa idéia comparando as viradas neoliberais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha nos conturbados anos 1970.

No caso norte-americano, começo por um memorando confidencial enviado por Lewis Powell à Câmara de Comércio dos Estados Unidos em agosto de 1971. Powell, prestes a ser nomeado membro da Suprema Corte por Richard Nixon, alegou que a crítica e a oposição ao sistema norte-americano de livre mercado tinha ido longe demais e que "chegou — na verdade, há muito passou — o momento de o saber, a engenhosidade e os recursos dos negócios americanos serem mobilizados contra aqueles que o destruíam". A seu ver, a ação individual não era suficiente. "A força", escreveu ele, "reside na organização, no planejamento e na implementação meticolosos de longo prazo, na coerência da ação durante um período indefinido de anos, na escala de financiamento que só se obtém por meio do esforço conjunto e no poder político que só se



obtem por meio da ação unida e de organizações de alcance nacional". A Câmara de Comércio, disse ele, deveria lançar um ataque às principais instituições — universidades, escolas, meios de comunicação, mercado editorial e cortes de justiça — a fim de mudar a maneira como as pessoas pensam "sobre as corporações, o direito, a cultura e o indivíduo". Não faltavam recursos aos negócios norte-americanos, principalmente quando congregados⁴.

É difícil dizer que influência direta teve essa injunção à entrada na luta de classes. Todavia, sabemos que a Câmara de Comércio depois disso ampliou sua base de 60 mil empresas em 1972 para mais de um quarto de milhão dez anos mais tarde. Associada à National Association of Manufacturers [Federação Nacional da Indústria] (que se mudou para Washington em 1972), a Câmara reuniu um imenso conjunto de recursos para fazer *lobby* junto ao Congresso e promover pesquisas. A Business Roundtable [Mesa-Redonda de Negócios], organização que reunia CEOs (chefes executivos) "comprometidos com a busca ativa de poder político para as corporações", foi fundada nesse mesmo ano, tornando-se mais tarde a base de uma ação coletiva favorável aos negócios. As corporações envolvidas equivaliam a "cerca de metade do PIB dos Estados Unidos" na década de 1970 e gastavam perto de 900 milhões de dólares por ano (o que na época era uma quantia considerável) em questões políticas. Formaram-se com apoio corporativo bancos de idéias — a Heritage Foundation, o Hoover Institute, o Center for the Study of American Business (Centro de Estudos dos Negócios Americanos) e o American Enterprise Institute (Instituto das Empresas Americanas) — tanto para polemizar como para, se necessário (a National Bureau of Economic Research [NBER] — Agência Nacional de Pesquisas Econômicas, por exemplo), elaborar bem fundados argumentos técnicos e empíricos, assim como político-filosóficos, de apoio amplo a políticas neoliberais. Quase metade do financiamento da tão respeitada NBER veio das empresas líderes da lista *Fortune 500*. Intimamente ligada à comunidade acadêmica, a NBER teria um impacto deveras profundo no pensamento dos departamentos de economia e escolas de negócios das principais universidades dedicadas à pesquisa. Dispondo de amplos recursos oferecidos por pessoas abastadas (como o fabricante de bebidas Joseph Coors, que mais tarde veio a ser um dos "assessores informais" de Reagan) e suas fundações (Olin, Scaife, Smith Richardson, Pew Charitable Trust), surgiu um dilúvio de tratados e livros — entre os quais *Anarchy State and Utopia* [Estado anárquico e utopia] talvez tenha

4. J. COURT, *Corporatesteering: How Corporate Power Steals your Personal Freedom*, New York, J. P. Tarcher/Putnam, 2003, p. 33-38.



sido o mais lido e apreciado — que defendiam valores neoliberais. Uma versão televisada do livro de Friedman *Free to Choose* [Liberdade de escolha] recebeu financiamento da Scaife em 1977. Blyth conclui que “Os homens de negócios estavam aprendendo a gastar como classe”⁵.

Ao destacar as universidades como espaços a que dedicar particular atenção, Powell identificou uma oportunidade, mas a um só tempo um problema, pois estas eram de fato centros de sentimento anticorporativo e antiestado (os estudantes de Santa Bárbara tinham incendiado a sede do Bank of America na cidade e enterrado cerimonialmente um automóvel na areia). Mas muitos estudantes eram (e ainda são) abastados e privilegiados, ou ao menos classe média, e nos Estados Unidos os valores da liberdade individual há muito vêm sendo celebrados (na música e na cultura popular) como fundamentais. Temas neoliberais podiam encontrar aqui um fértil terreno para propagar-se. Powell não defendeu a expansão do poder estatal. Não obstante, os negócios deveriam “cultivar assiduamente” o Estado e, quando necessário, usá-lo “agressivamente e com determinação”⁶. Mas como exatamente vai o poder do Estado ser empregado para remoldar as compreensões do senso comum?

Uma linha de resposta à dupla crise da acumulação do capital e do poder de classe surgiu quando das batalhas urbanas dos anos 1970. A crise fiscal da cidade de Nova York foi um caso paradigmático. A reestruturação capitalista e a desindustrialização vinham havia anos corroendo a base econômica da cidade, e a rápida suburbanização deixara boa parte do centro da cidade empobrecida. O resultado foi uma insatisfação social explosiva da parte de populações marginalizadas na década de 1960, definindo o que viria a ser conhecido como “a crise urbana” (problemas semelhantes surgiram em muitas outras cidades norte-americanas). A expansão do emprego público e dos serviços públicos — facilitada em parte por generosos recursos federais — foi considerada a solução. Contudo, diante de dificuldades fiscais, o presidente Nixon simplesmente declarou no começo da década de 1970 que a crise urbana acabara. Embora fosse uma novidade para muitos habitantes da cidade, isso assinalava a redução da ajuda federal. Com a aceleração da recessão, aumentou a distância entre receitas e despesas no orçamento da cidade de Nova York (já grande por causa de descontrolados empréstimos tomados durante muitos anos). No começo, as instituições financeiras tiveram condições de suprir-essa carência, mas em 1975 um forte grupo de banqueiros de

5. BLYTH, *Great Transformations*, 155. As informações do parágrafo precedente vêm dos capítulos 5 e 6 do relato de Blyth, que recorreram a T. EDSALL, *The New Politics of Inequality*, New York, Norton, 1985, cap. 2 e 3.

6. COURT, *Corporateering*, 34.



investimento (liderados por Walter Wriston, do Citibank) se recusou a rolar a dívida e levou a cidade à bancarrota técnica. O resgate que se seguiu envolveu a construção de novas instituições que assumiram a administração do orçamento da cidade. Elas tinham total liberdade de gestão das receitas de impostos a fim de pagar em primeiro lugar os acionistas, ficando o que restasse para ser empregado em serviços essenciais. O efeito disso foi jogar por terra as aspirações dos fortes sindicatos municipais da cidade, implementar congelamentos de salário e cortes no emprego público e na manutenção de serviços sociais (educação, saúde pública, serviços de transporte) e impor cobranças de taxas aos usuários (o sistema universitário da CUNY — City University of New York — passou a cobrar a partir de então). A indignidade final foi a exigência de que os sindicatos municipais investissem os recursos de seus fundos de pensão em títulos do município. Os sindicatos tinham como opção moderar suas exigências ou enfrentar a perspectiva de perder seus fundos de pensão em caso de falência da cidade⁷.

Isso foi equivalente a um golpe das instituições financeiras contra o governo democraticamente eleito da cidade de Nova York, e tão eficaz quanto o golpe militar que ocorrera antes no Chile. Em meio a uma crise fiscal, fez-se uma redistribuição da riqueza favorável às classes altas. Zevin alega que essa crise foi o sintoma de “uma estratégia emergente de desinflação aliada a uma redistribuição regressiva de renda, riqueza e poder”. Foi “uma primeira, e talvez decisiva, batalha numa nova guerra” cujo propósito era “mostrar aos outros que o ocorrido em Nova York podia e em alguns casos iria acontecer com eles”⁸.

É uma questão aberta saber se todos os envolvidos na negociação desse compromisso fiscal o entenderam como uma estratégia de restauração do poder de classe. A necessidade de manter a disciplina fiscal é em si mesma objeto de preocupação e, tal como o monetarismo em seu sentido mais geral, não envolve necessariamente redistribuições regressivas. É improvável, por exemplo, que Felix Rohatyn, o banqueiro que negociou o acordo entre a cidade, o Estado e as instituições financeiras, tivesse em mente a restauração do poder de classe. A única maneira de ele poder “salvar” a cidade era satisfazer os banqueiros de investimento e ao mesmo tempo reduzir o padrão de vida da maioria da população de Nova York. Mas era quase certamente a restauração do poder de classe

7. W. TABB, *The Long Default: New York City and the Urban Fiscal Crisis*, New York, Monthly Review Press, 1982; J. FREEMAN, *Working Class New York, Life and Labor Since World War II*, New York, New Press, 2001.

8. R. ZEVIN, *New York City Crisis: First Act in a New Age of Reaction*, in R. ALCALAY, D. MERMELSTEIN (Ed.), *The Fiscal Crisis of American Cities: Essays on the Political Economy of Urban America with Special Reference to New York*, New York, Vintage Books, 1977, 11-29.



que banqueiros de investimento como Walter Wriston tinham em mente. Afinal, ele equiparara toda forma de investimento estatal nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha ao comunismo. E esse era quase certamente o objetivo do secretário do Tesouro de Ford, William Simon (que mais tarde seria o dirigente da ultraconservadora Olin Foundation). Observando o desenrolar dos eventos no Chile com aprovação, ele aconselhou vigorosamente o presidente Ford a recusar ajuda à cidade (a manchete do *New York Daily News* dizia: "Ford diz a New York: Nada posso fazer!"). Os termos de toda operação de resgate das finanças municipais, disse ele, deviam ser "tão punitivos, e a experiência como um todo tão dolorosa, que nenhuma cidade, nenhuma subdivisão política deveria algum dia ser tentada a percorrer o mesmo caminho"⁹.

Embora disseminada, a resistência à austeridade só podia, de acordo com Freeman, "retardar, mas não interromper, a revolução a partir de cima. Em poucos anos, muitas das conquistas históricas da classe trabalhadora de Nova York se tornariam letra morta". Boa parte da infra-estrutura social da cidade sofreu prejuízo e a infra-estrutura física (por exemplo, o sistema de transporte subterrâneo) se deteriorou acentuadamente por falta de investimento e até de manutenção. A vida cotidiana em Nova York "tornou-se tenebrosa e a atmosfera cívica opressiva". O governo da cidade, o movimento trabalhista municipal e a classe trabalhadora do município foram concretamente privados "de boa parte do poder que tinham acumulado nas três décadas precedentes"¹⁰. Desmoralizada, a classe trabalhadora de Nova York aceitou com relutância a nova realidade.

Mas os banqueiros de investimento da cidade não se afastaram dela; eles aproveitaram a oportunidade para reestruturá-la de maneiras adequadas ao seu próprio programa. A criação de um "clima de negócios favorável" era uma prioridade e se traduziu em usar recursos públicos para criar infra-estruturas adequadas aos negócios (particularmente no setor de telecomunicações), a que se associaram subsídios e incentivos fiscais para empreendimentos capitalistas. O bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social. As instituições de elite da cidade se mobilizaram para vender a imagem de Nova York como centro cultural e turístico (inventando o famoso logotipo com a inscrição "I Love New York"). As elites dirigentes se empenharam, muitas vezes divididas, em apoiar a abertura do campo cultural a toda modalidade de diferentes

9. TABB, *The Long Default*, 28. Quanto a Walter Wriston, ver T. FRANK, *One Market Under God: Extreme Capitalism, Market Populism and the End of Economic Democracy*, New York, Doubleday, 2000, 53-6.

10. FREEMAN, *Working Class New York*.



correntes cosmopolitas. A exploração narcisista do ego, da sexualidade e da identidade se tornou o *leitmotiv* da cultura burguesa urbana. A liberdade e a licença artísticas, promovidas pelas poderosas instituições culturais da cidade, levaram na verdade à neoliberalização da cultura. A "Nova York delirante" (para usar a frase memorável de Rem Koolhaas) apagou a memória coletiva da Nova York democrática¹¹. As elites da cidade aceitaram, não sem relutância ativa, a exigência de diversificação de estilos de vida (incluindo os relativos às preferências sexuais e ao gênero) e de aumento constante das opções de nichos de consumidores (em áreas como a produção cultural). Nova York se tornou o epicentro da experimentação cultural e intelectual pós-moderna. Entrementes, os banqueiros de investimento reconstruíram a economia municipal em torno de atividades financeiras, serviços auxiliares como assistência jurídica e meios de comunicação (ps quais experimentaram uma revivescência graças à submissão da economia ao capital financeiro [financiarização] que então ocorria) e a um consumismo diversificado no qual a expulsão dos moradores pobres por empreendimentos imobiliários destinados à classe média ("gentrificação") e a "restauração" de bairros decadentes desempenharam um papel proeminente e lucrativo. A administração da cidade passou a ser concebida cada vez mais como entidade empreendedora, em vez de social democrática ou mesmo administrativa. A competição entre centros urbanos por capitais de investimento transformou o governo em governança urbana mediante parcerias público-privadas. Os negócios da cidade passaram a ser crescentemente realizados por trás de portas fechadas e houve uma redução do conteúdo democrático e representacional da governança local¹².

A Nova York de classe trabalhadora e étnico-imigrante foi lançada de volta às sombras e fortemente afetada pelo racismo e por uma epidemia de consumo de *crack* de proporções épicas nos anos 1980. Ela deixou muitos jovens mortos, encarcerados ou sem teto, e os sobreviventes mais tarde foram assolados pela epidemia de aids surgida na década de 1990. A redistribuição de renda através da violência criminosa se tornou uma das poucas opções reais para os pobres, e as autoridades reagiram criminalizando comunidades inteiras de pessoas empobrecidas e margi-

11. R. KOOLHAAS, *Delirious New York*, New York, Monacelli Press, 1994; M GREENBERG, *The Limits of Branding: The World Trade Center, Fiscal Crisis and the Marketing of Recovery*, *International Journal of Urban and Regional Research* 27 (2003) 386-416.

12. TABB, *The Long Default*. Sobre a subsequente "venda" de Nova York, ver GREENBERG, *The Limit of Branding*; sobre o empreendedorismo urbano de maneira mais geral, ver D. HARVEY, *From Managerialism to Entrepreneurialism The Transformation of Urban Governance in Late Capitalism*, in Id., *Spaces of Capital*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2001, cap. 16.



nalizadas. As vítimas foram consideradas culpadas, e [Rudolf] Giuliani, o então prefeito, ficou famoso pela vingança que promoveu em favor de uma burguesia cada vez mais abastada de Manhattan, cansada de ter de enfrentar na porta de casa os efeitos dessa devastação.

A administração da crise fiscal de Nova York abriu pioneiramente o caminho para práticas neoliberais, tanto domesticamente, sob Reagan, como internacionalmente por meio do FMI na década de 1980. Estabeleceu o princípio de que, no caso de um conflito entre a integridade das instituições financeiras e os rendimentos dos detentores de títulos, de um lado, e o bem-estar dos cidadãos, de outro, os primeiros devem prevalecer. Acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral. A política do governo Reagan nos anos 1980, conclui Tabb, foi “apenas o cenário de Nova York” dos anos 1970 “bastante ampliado”¹³.

A transposição dessas conclusões locais na metade da década de 1970 para o nível nacional foi bem acelerada. Thomas Edsall (jornalista que se dedicou à cobertura local de Washington durante anos) publicou uma presciente matéria em 1985:

Durante a década de 1970, os interesses dos negócios aprimoraram sua capacidade de agir como classe, reprimindo seus instintos competitivos em favor de uma ação conjunta e colaborativa no campo da legislação. Em lugar de empresas individuais voltadas apenas para obter favores especiais para si..., o tema dominante da estratégia política dos negócios passou a ser o interesse comum na derrota de medidas legislativas como a proteção ao consumidor e a reforma da lei trabalhista, bem como a promulgação de medidas legais favoráveis no campo dos impostos, da regulamentação e das proteções antimonopólios¹⁴.

Para alcançar essa meta, as corporações de negócios precisavam de um instrumento político de classe e de uma base popular. Assim, buscaram ativamente capturar o Partido Republicano como instrumento particular seu. A formação de poderosos comitês de ação política a fim de obter, como diz o velho ditado, “o melhor governo que o dinheiro pode comprar” foi um importante passo nesse sentido. As leis de financiamento de campanhas eleitorais, supostamente “progressistas”, criadas em 1971, na prática legalizaram a corrupção financeira da política. Um crucial conjunto de decisões da Suprema Corte [o Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos] teve início em 1976 quando se estabeleceu em primeiro

13. TABB, *The Long Default*, 15.

14. EDSALL, *The New Politics of Inequality*, 128.



lugar que o direito de as corporações fazerem contribuições ilimitadas em dinheiro a partidos políticos e a comitês de ação política estava assegurado pela Primeira Emenda, que garante os direitos dos indivíduos (nesse caso corporações) à liberdade de expressão¹⁵. Os comitês de ação política (CAPs) puderam desde então garantir o domínio financeiro de ambos os partidos políticos [o Democrata e o Republicano] por interesses corporativos, comerciais e de associações profissionais. Os CAPs corporativos, que em 1974 eram 89, passaram a 1.467 por volta de 1982. Embora seu interesse fosse financiar poderosos representantes de ambos os partidos desde que seus interesses fossem protegidos, os CAPs também se inclinaram sistematicamente a apoiar novos candidatos direitistas. No final dos anos 1970, Reagan (então governador da Califórnia) e William Simon (a quem ele já conhecera) se deram ao trabalho de instar os CAPs a dirigir esforços para financiar candidatos republicanos com simpatias direitistas¹⁶. O limite de 5 mil dólares à contribuição de cada comitê de ação política a um dado indivíduo obrigou CAPs de diferentes corporações e setores da indústria a trabalhar juntos, o que implicou a construção de alianças baseadas antes na classe do que nos interesses particulares.

A propensão do Partido Republicano a representar “seu eleitorado da classe dominante” nesse período contrastou, observa Edsall, com a atitude “ideologicamente ambivalente” dos democratas, que se alimentava “do fato de seus vínculos com vários grupos sociais serem difusos e de, nele, nenhum desses grupos — mulheres, negros, operários, idosos, hispânicos, organizações políticas urbanas — ter um destaque claro com relação aos outros”. Além disso, a dependência dos democratas com relação às contribuições dos “muito ricos” tornava muitos deles altamente vulneráveis à influência direta dos interesses dos negócios¹⁷. Embora tivesse uma base popular, o Partido Democrata não podia seguir com facilidade uma linha política anticapitalista ou anticorporativa sem romper totalmente seus vínculos com poderosos interesses financeiros.

Mas o Partido Republicano precisava de uma sólida base eleitoral para colonizar de fato o poder. Foi mais ou menos nessa época que os republicanos buscaram uma aliança com a direita cristã. Seus integrantes não tinham sido politicamente ativos no passado, mas a fundação da “maioria moral” de Jerry Falwell como partido político em 1978 mudou o quadro por completo. O Partido Republicano tinha agora sua base cris-

15. Todas as decisões legais relevantes dos anos 1970 estão reunidas em COURT, *Corporatizing*, 29-31.

16. Os relatos de EDSALL, *The New Politics of Inequality*, seguidos por BLYTH, *Great Transformations*, causam um forte impacto.

17. EDSALL, *The New Politics of Inequality*, 235.



tã. Ele também apelara ao nacionalismo cultural da classe trabalhadora branca e ao seu ressentido senso de virtude moral (ressentido porque essa classe vivia sob condições de insegurança econômica crônica e se sentia excluída de muitos dos benefícios distribuídos pela ação afirmativa e outros programas do governo). Essa base política podia ser mobilizada, em termos positivos, pela religião e pelo nacionalismo cultural, e, negativamente, mediante o racismo, a homofobia e o antifeminismo disfarçados, quando não ostensivos. O problema não era o capitalismo e a neoliberalização da cultura, mas os “liberais”, que haviam usado excessivo poder do Estado para favorecer grupos específicos (negros, mulheres, ambientalistas). Um bem financiado movimento de intelectuais neoconservadores (congregados em torno de Irving Kristol e Norman Podhoretz e da revista *Commentary*), que esposava a moralidade e os valores tradicionais, conferia credibilidade a essas teses. Apoiando a virada neoliberal economicamente, mas não culturalmente, eles condenavam os excessos intervencionistas da chamada “elite liberal” (tomando bastante obscuro o possível sentido de “liberal”). O efeito disso foi desviar a atenção do capitalismo e do poder corporativo como possuidores de qualquer relação que fosse com os problemas econômicos ou culturais que o comercialismo e o individualismo descontrolados estavam criando.

A partir de então, a aliança nada santa entre os grandes negócios e os cristãos conservadores, apoiada pelos neoconservadores, consolidou-se vigorosamente e acabou por erradicar todos os elementos liberais (que nos anos 1960 eram importantes e influentes) do Partido Republicano, em especial a partir de 1990, transformando-o na força eleitoral direitista relativamente homogênea da atualidade¹⁸. Não foi a primeira nem, devemos temer, a última vez na história que um grupo social foi persuadido a votar contra seus interesses materiais, econômicos e de classe por razões culturais, nacionalistas e religiosas. Em alguns casos, contudo, provavelmente é mais apropriado substituir “persuadido” por “eleito”, pois há muitas provas de que os cristãos evangélicos (que não ultrapassam 20% da população), que constituem o núcleo da “maioria moral”, aceitaram sofregamente a aliança com os grandes negócios e o Partido Republicano como forma de promover seu programa evangélico e moral. Esse foi sem dúvida o caso da misteriosa e secreta organização de cristãos conservadores que constituía o Conselho de Política Nacional, fundado em 1991 para “desenvolver estratégias que conduzem o país para a direita”¹⁹.

18. T. FRANK, *What's the Matter with Kansas: How Conservatives Won the Hearts of America*, New York, Metropolitan Books, 2004.

19. D. KIRKPATRICK, *Club of the Most Powerful Gathers in Strictest Privacy*, *New York Times*, 28 ago. 2004, A10.



O Partido Democrata, por outro lado, estava fundamentalmente movido pela necessidade de acalmar interesses corporativos e financeiros, e mesmo a atendê-los, ao mesmo tempo em que tomava algumas poucas medidas voltadas para a melhoria das condições materiais de vida de sua base popular. Durante o governo Clinton, o partido acabou preferindo aqueles a esta e, assim, caiu diretamente nas asas neoliberais da prescrição e da implementação de políticas (como, por exemplo, na reforma do sistema de bem-estar social)²⁰. Mas, como no caso de Felix Rohatyn, é duvidoso que esse fosse o programa de Clinton desde o começo. Diante da necessidade de superar um imenso déficit e relançar o crescimento econômico, o único caminho econômico viável para ele era reduzir o déficit para baixar as taxas de juros. Isso significava ou uma taxação ponderavelmente alta (equivalente ao suicídio eleitoral) ou cortes no orçamento. Fazer esta última opção significava, como disseram Yergin e Stanislaw, “trair seu eleitorado tradicional para papanicar os ricos”; em outras palavras, como mais tarde confessou o ex-presidente do Conselho de Conselheiros Econômicos de Clinton, Joseph Stiglitz, “conseguimos apertar o cinto dos pobres enquanto folgávamos o dos ricos”²¹. Na realidade, a política social foi entregue aos cuidados dos detentores de títulos de Wall Street (mais ou menos como antes ocorrera na cidade de Nova York), com as consequências previsíveis.

A estrutura política que surgiu era bem simples. O Partido Republicano pôde mobilizar amplos recursos financeiros e sua base popular para votar contra seus interesses materiais por motivos culturais/religiosos, enquanto o Partido Democrata não podia cuidar das necessidades materiais de sua base popular tradicional (por exemplo, lutar em favor de um sistema nacional de assistência à saúde) por medo de ofender os interesses de classe capitalistas. Dada a assimetria, a hegemonia política do Partido Republicano tornou-se mais garantida.

A eleição de Reagan em 1980 foi apenas o primeiro passo no longo processo de consolidação da mudança política necessária ao apoio à virada de Volcker para o monetarismo e a prioridade que ele deu à luta contra a inflação. Como Edsall observou na época, as políticas de Reagan estavam centradas num “impulso generalizado de redução do alcance e do conteúdo da regulamentação federal da indústria, do ambiente, dos locais de trabalho, da assistência à saúde e da relação entre compradores e vendedores”. Os principais recursos usados foram os cortes orçamentários, a desregulamentação e “a nomeação de pessoas contrárias à regulamentação e favoráveis à ação da indústria” para posições-chave²².

20. Ver J. STIGLITZ, *The Roaring Nineties*, New York, Norton, 2003.

21. YERGIN, STANISLAW, *Commanding Heights*, 337; STIGLITZ, *The Roaring Nineties*, 108.

22. EDSALL, *The New Politics of Inequality*, 217.



O National Labour Relations Board [Comitê Nacional de Relações Trabalhistas], estabelecido na década de 1930 para regular as relações capital-trabalho no ambiente de trabalho, foi convertido pelos nomeados por Reagan num veículo para atacar e regulamentar os direitos trabalhistas no próprio momento em que se desregulamentavam os negócios²³. Bastaram seis meses em 1983 para reverter quase 40% das decisões tomadas nos anos 1970, que ao ver do capital eram demasiado favoráveis ao trabalho. Para Reagan, qualquer regulamentação (exceto do trabalho) era negativa. Ordenou-se ao Office of Management and Budget [Escritório de Administração e Orçamento] a realização de uma completa análise de custo-benefício de todas as propostas de regulamentação (passadas e presentes). Caso não se pudesse demonstrar que os benefícios da regulamentação excediam inequivocamente os seus custos, as regulamentações deviam ser jogadas no lixo. Para completar, elaboradas revisões do regulamento fiscal — referentes em particular à depreciação de investimentos — permitiram que muitas corporações fugissem a toda taxação, ao mesmo tempo em que a redução da taxa mais alta do imposto das pessoas físicas de 78% para 28% obviamente refletiu a intenção de restaurar o poder de classe (ver Figura 1.7). O pior de tudo foi a livre transferência de ativos públicos para mãos privadas. Muitos dos principais avanços revolucionários na pesquisa farmacêutica, por exemplo, receberam recursos dos National Institutes of Health [Institutos Nacionais de Saúde] em colaboração com as indústrias farmacêuticas. Mas em 1978 permitiu-se que elas se apropriassem de todos os benefícios em termos de direitos de patente sem nada devolver ao Estado, garantindo-se assim à indústria a partir de então lucros altos e altamente subsidiados²⁴.

Mas tudo isso exigia neutralizar o trabalho e as organizações trabalhistas para que se conformassem à nova ordem social. Se Nova York foi pioneira nisso ao disciplinar os fortes sindicatos municipais em 1975-77, Reagan a seguiu no nível nacional ao desmontar o sindicato dos controladores de voo em 1981 e ao deixar claro que os sindicatos não eram bem-vindos como participantes dos conselhos internos do governo. A difícil relação social que prevalecera entre o poder corporativo e o poder sindical dos anos 1960 desapareceu. Com o desemprego alcançando 10% na metade de 1980, era propício o momento para atacar todas as formas de trabalho organizado e retirar todos os seus privilégios — assim como seu poder. A transferência da atividade industrial das regiões Nordeste e

23. Mais uma vez, o relato feito aqui recorre amplamente a BLYTH, *Great Transformations*, e a EDSALL, *The New Politics of Inequality*.

24. M. ANGELL, *The Truth About the Drug and What To Do About It*, New York, Random House, 2004.



Meio-Oeste, sindicalizadas, para os estados não-sindicalizados e “bons para trabalhar” do Sul, quando não para o México e o Sudeste asiático, se tornou prática-padrão (subsidiada pela taxação favorável sobre os novos investimentos e ajudada pela mudança de ênfase da produção para as finanças como a mola mestra do poder de classe capitalista). A desindustrialização das regiões industriais centrais antes sindicalizadas (o chamado “cinturão da ferrugem”) tirou o poder do trabalho. As corporações podiam ameaçar com o fechamento de fábricas e correr o risco — e em geral sair ganhando — de greves quando necessário (por exemplo, na indústria do carvão).

Mas também nesse caso o que importava não era o uso do porrete, pois havia algumas cenouras que podiam ser oferecidas aos trabalhadores individualmente a fim de destruir sua ação coletiva. As regras rígidas e estruturas burocráticas dos sindicatos os tornavam vulneráveis a ataques. A falta de flexibilidade era freqüentemente tão desvantajosa para trabalhadores individuais quanto o era para o capital. As virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais, particularmente aqueles que haviam sido excluídos dos benefícios monopolistas que a forte sindicalização às vezes trazia. Uma maior liberdade em geral e a liberdade de ação no mercado de trabalho podiam ser louvadas como uma virtude tanto para o capital como para o trabalho, e também nesse caso não foi difícil integrar valores neoliberais ao “senso comum” de boa parte da força de trabalho. A maneira como essa potencialidade ativa se tornou um sistema altamente explorador de acumulação flexível (em que todos os benefícios advindos da crescente flexibilidade das alocações do trabalho tanto no espaço como no tempo vão para o capital) é a chave da explicação da estagnação ou queda dos salários reais, exceto por um breve período da década de 1990 (ver Figura 1.6), a par da redução dos benefícios. A teoria neoliberal sustenta convenientemente que o desemprego é sempre voluntário. O trabalho, diz o argumento, tem um “preço de reserva” abaixo do qual prefere não trabalhar. O desemprego surge porque o preço de reserva do trabalho é demasiado alto. Como esse preço de reserva é estabelecido em parte pelos benefícios previdenciários (e abundavam as histórias de “rainhas da previdência” flinando ao volante de Cadillacs), é razoável pensar que a reforma neoliberal levada a efeito por Clinton no “bem-estar social em sua forma atual” tem de ser uma etapa crucial na redução do desemprego.

Tudo isso precisava de uma boa explicação, e para esse fim a guerra de idéias teve de fato um papel importante. As idéias econômicas mobilizadas em apoio à virada neoliberal se configuraram, sugere Blyth, como



uma complexa fusão de monetarismo (Friedman), expectativas racionais (Robert Lucas), escolha pública (James Buchanan e Gordon Tullock) e das idéias (menos respeitáveis, mas nem por isso privadas de influência) sobre o “lado da oferta” de Arthur Laffer, que chegou ao ponto de sugerir que os efeitos de incentivo do corte de impostos iriam provocar tal aumento da atividade econômica que incrementariam automaticamente as receitas de impostos (Reagan ficou apaixonado por essa idéia). O ponto comum mais aceitável desses argumentos era a alegação de que a intervenção do governo era antes o problema do que a solução, e que “uma política monetária estável associada a radicais cortes de impostos nas faixas mais altas produziria uma economia mais saudável” ao manter os incentivos à atividade empreendedora corretamente alinhada²⁵. A imprensa especializada, com a grande liderança do *Wall Street Journal*, se apropriou dessas idéias e passou a defender abertamente a neoliberalização como a solução necessária para todos os males econômicos. Essas idéias passaram a ser voz corrente graças ao trabalho de autores prolíficos como George Gilder (com o patrocínio de bancos de idéias), e as escolas de negócios que então se instalaram em universidades prestigiosas como Stanford e Harvard, com generosos recursos de corporações e fundações, se tornaram centros da ortodoxia neoliberal desde o primeiro instante de sua instalação. O levantamento da disseminação de idéias é sempre difícil, mas por volta de 1990 a maioria dos departamentos de economia das grandes universidades acadêmicas [instituições que fazem pesquisa] e das escolas de negócios foi dominada por modos neoliberais de pensamento, um fato cuja importância não se pode subestimar. As universidades acadêmicas dos Estados Unidos foram e são campos de treinamento para muitos estrangeiros que levam aquilo que aprenderam para seus países de origem — por exemplo, as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo eram economistas treinados nos Estados Unidos —, assim como para instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a ONU.

A conclusão é a meu ver clara. Segundo Edsall, “durante a década de 1970, o braço político do setor corporativo norte-americano promoveu uma das mais bem elaboradas campanhas de busca de poder na história recente”. No começo da década de 1980, “tinha alcançado um nível de influência e de alavancagem próxima dos anos dourados da década de 1920”²⁶. E por volta de 2000 os negócios tinham usado essa capacidade de alavancagem para restaurar sua parcela da riqueza e da renda nacionais a níveis que também não se viam desde os anos 1920.

25. BLYTH, *Great Transformations*; ver também essa obra, particularmente acerca do papel de Gilder.

26. EDSALL, *The New Politics of Inequality*, 1.



Na Grã-Bretanha, a construção do consentimento foi totalmente distinta²⁷. O que ocorreu no Kansas diferiu bastante dos eventos de Yorkshire. As tradições culturais e políticas eram muito diferentes: na Grã-Bretanha não há direita cristã a que se dirigir e mobilizar na formação de uma maioria moral. O poder corporativo britânico é pouco inclinado a apoiar o ativismo político aberto (suas contribuições aos partidos políticos foram mínimas), preferindo em vez disso exercer influência direta mediante as redes de classe e privilégio que há muito vinculam governo, academia, poder judiciário e funcionalismo público estável (que na época ainda mantinha sua tradição de independência) com os líderes da indústria e da finança. A situação política também apresentava radicais diferenças, dado que o Partido Trabalhista fora construído em larga medida como instrumento do poder da classe trabalhadora, sob a vigilância de sindicatos fortes e por vezes bem militantes. Assim, desenvolveu-se naquele país uma estrutura de bem-estar social bem mais elaborada e abrangente do que se sonhou algum dia nos Estados Unidos. Os principais setores da economia (carvão, aço, montadoras de automóveis) foram nacionalizados, e grande parte do setor habitacional era gerido pelo setor público. Além disso, o Partido Trabalhista adquirira significativas parcelas de poder no âmbito da governança municipal, e o London County Council [Conselho Municipal da Cidade de Londres], dirigido por Herbert Morrison, esteve na vanguarda desde os anos 1930. As solidariedades sociais construídas pelo movimento sindical e a governança municipal tinham clara prioridade. Mesmo quando assumiu o poder durante períodos prolongados depois da Segunda Guerra Mundial, o Partido Conservador se absteve de toda tentativa de dismantelar o Estado de bem-estar social que lhe fora legado.

O governo trabalhista dos anos 1960 se recusara a enviar tropas ao Vietnã, salvando assim o país de traumas domésticos diretos em virtude da participação numa guerra impopular. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha (ainda que com relutância e em alguns casos não sem violentas lutas e considerável insistência norte-americana) concordara em promover a descolonização e, depois do empreendimento fracassado no Canal de Suez (1956), e gradualmente (e mais uma vez com relutância em muitos casos), retirou boa parte do manto do poder imperial direto. A retirada das forças da parte leste de Suez nos anos 1960 foi um importante marco desse processo. A partir de então, a Grã-Bretanha tornou-se em ampla medida um parceiro menor da OTAN sob o escudo militar do poder norte-americano. Ainda assim, continuou

27. S. HALL, *Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left*, New York, Norton, 1988.



a projetar uma presença neocolonial em boa parte daquilo que fora seu império e, assim agindo, freqüentemente entrou em conflito com outras grandes potências (como, por exemplo, na sangrenta guerra civil nigeriana quando Biafra tentou alcançar independência). A questão das relações britânicas com suas ex-colônias — e de suas responsabilidades para com elas — foi muitas vezes problemática, tanto no nível doméstico como no internacional. As estruturas neocoloniais de exploração comercial foram com freqüência antes aprofundadas do que erradicadas. Contudo, correntes migratórias das ex-colônias para a sede do ex-império começavam a devolver as conseqüências deste de novas maneiras.

O mais importante resíduo da presença imperial britânica foi a continuidade do papel da City de Londres como centro financeiro internacional. Nos anos 1960, isso se tornou cada vez mais importante quando o Reino Unido se mobilizou para proteger e consolidar a posição da City com relação às potências em ascensão do capital financeiro globalmente orientado. Isso gerou uma série de relevantes contradições. A proteção do capital financeiro (por meio de manipulações das taxas de juro) na maioria das vezes conflitava com as necessidades do capital doméstico voltado para a produção (levando assim a uma divisão estrutural da classe capitalista) e em alguns casos inibia a expansão do mercado doméstico (ao restringir o crédito). O compromisso com uma libra forte prejudicava a posição exportadora da indústria britânica e ajudou a criar as crises do balanço de pagamentos na década de 1970. Surgiram contradições entre o liberalismo embutido instaurado domesticamente e o liberalismo de livre mercado do capital financeiro com base em Londres que operava no plano mundial. A City de Londres, o centro financeiro, havia muito favorecia políticas monetaristas em vez de keynesianas, formando assim um bastião de resistência ao liberalismo embutido.

O Estado de bem-estar social construído na Grã-Bretanha depois da Segunda Guerra Mundial nunca agradou a todos os setores. Fortes correntes de crítica circulavam na mídia (lideradas pelo influente jornal *Financial Times*), cada vez mais subserviente aos interesses financeiros. O individualismo, a liberdade de iniciativa e a liberdade de expressão eram concebidas como opostas à inépcia burocrática enrijecedora do aparato de Estado e do opressivo poder sindical. Essas críticas se disseminaram no país durante a década de 1960, acirrando-se nos tenebrosos anos de estagnação econômica da década seguinte. Na época, temia-se que a Grã-Bretanha estivesse se tornando "um Estado corporativista excessivamente próximo da mediocridade indefinida"²⁸. A corrente subterrânea de pensamento representada por Hayek constituía uma oposição

28. YERGIN, STANISLAW, *Commanding Heights*, 92.



viável, tinha seus defensores nas universidades e, ainda mais importante, dominava o trabalho do Institute of Economic Affairs [Instituto de Assuntos Econômicos], fundado em 1955, e no qual Keith Joseph, mais tarde um dos principais conselheiros de Margaret Thatcher, alcançou proeminência pública nos anos 1970. A fundação do Centre for Policy Studies [Centro de Estudos de Política], em 1974, e do Adam Smith Institute (em 1976), ao lado do crescente compromisso da imprensa com a neoliberalização nessa década, afetou de modo relevante o clima da opinião pública. Um importante movimento jovem (dado à sátira política) surgido antes e a caótica cultura *pop* que então chegou à "Londres agitada" dos anos 1960 tratavam com sarcasmo e desafiavam a estrutura tradicional da rede de relações de classe. O individualismo e a liberdade de expressão assumiram proeminência, e um movimento estudantil de inclinação esquerdista, influenciado de muitas maneiras pelas complexidades das relações com o arraigado sistema de classes britânico e com seu legado colonial, tornou-se um elemento ativo na política do país, com grandes semelhanças com o que ocorrera em outras partes do mundo no movimento de 1968. Sua atitude insolente com respeito aos privilégios de classe (fossem dos aristocratas, dos políticos ou dos burocratas sindicais) veio a ser a base do radicalismo ulterior da virada pós-moderna. O ceticismo com relação à política iria abrir o caminho à suspeita diante de toda e qualquer metanarrativa.

Embora houvesse muitos elementos a partir dos quais construir o consenso para uma virada neoliberal, o fenômeno Thatcher não teria surgido, e muito menos vencido, não fosse a séria crise de acumulação do capital durante os anos 1970. A estagnação prejudicava a todos, e em 1975 a inflação disparou para 26% e o desemprego chegou a 1 milhão de pessoas (ver Figura 1.1). As indústrias nacionalizadas drenavam recursos do Tesouro, ensejando um confronto entre o Estado e os sindicatos. Em 1972 e, novamente, em 1974, os mineiros britânicos (de uma indústria nacionalizada) fizeram greve pela primeira vez desde 1926. Eles sempre tinham sido a vanguarda das batalhas trabalhistas britânicas. Seus salários não acompanhavam a inflação acelerada e eles contavam com a simpatia pública. O governo conservador, em meio a apagões de poder, declarou estado de emergência, impôs uma semana de trabalho de três dias e procurou obter apoio público contra os mineiros. Em 1974, convocou uma eleição a fim de obter apoio para sua posição. E perdeu, permitindo que o governo trabalhista voltasse ao poder e negociasse a greve em termos favoráveis aos mineiros.

Mas essa foi uma vitória de Pirro. O governo trabalhista não tinha condições de manter os termos do acordo e suas dificuldades fiscais se agravaram. A crise do balanço de pagamentos se combinou com monu-



mentais déficits orçamentários. Recorrendo em 1975-76 a créditos do FMI, o governo viu-se diante das alternativas de submeter-se aos ditames de restrições orçamentárias e de austeridade ditados pelo órgão ou declarar sua falência, sacrificando a integridade da libra e ferindo de morte os interesses da City de Londres. Ele escolheu a primeira opção, implementando draconianos cortes orçamentários nos gastos sociais²⁹. O governo trabalhista agiu em oposição aos interesses materiais de seus tradicionais apoiadores, mas ainda assim não tinha solução para as crises de acumulação e de estagnação. Buscou sem sucesso mascarar as dificuldades apelando a ideais corporativistas cuja expectativa era o sacrifício de algo da parte de cada pessoa em benefício da comunidade política. Seus apoiadores entraram em revolta aberta, e funcionários públicos deram início a uma série de greves paralisantes no “inverno da insatisfação” de 1978.

Os trabalhadores do setor da saúde pararam, e a assistência médica teve de ser gravemente racionada. Coveiros em greve se recusaram a enterrar os mortos, e os motoristas de caminhão também pararam. Só responsáveis por lojas tinham o direito de permitir que caminhões que levavam “artigos essenciais” cruzassem os piquetes. A empresa férrea britânica publicou uma curta nota: “Hoje os trens não circulam”... os sindicatos em greve pareciam prestes a parar o país inteiro³⁰.

A corrente principal da mídia atacou com força total sindicatos gananciosos e perturbadores da ordem pública, e o apoio público aos trabalhadores caiu bastante. O governo trabalhista se desfez, e na eleição que se seguiu Margaret Thatcher obteve uma ponderável maioria, com um claro mandato emitido por seus apoiadores de classe média para restringir o poder sindical do funcionalismo público.

Como é evidente, o que há em comum entre os casos norte-americano e britânico reside nas relações de trabalho e na luta contra a inflação. Quanto a esta última, Thatcher colocou na ordem do dia o monetarismo e o rígido controle orçamentário. Altas taxas de juro se traduziram em altas taxas de desemprego (passando da média de 10% em 1979-84; e o Trades Union Congress [a central sindical britânica] perdeu em cinco anos 17% de seus membros). O poder de barganha do trabalho se enfraqueceu. Alan Budd, conselheiro econômico de Thatcher, mais tarde sugeriu que “as políticas dos anos 1980 de atacar a inflação estrangulando a economia e os gastos públicos eram uma estratégia encoberta para neutralizar os trabalhadores”. O país criou aquilo que Marx denominou “exército industrial de reserva”, observou Budd, de que resultaram o solapamento do poder trabalhista e o livre acesso dos capitalistas ao lucro fácil desde

29. T. BENN, *The Benn Diaries, 1940-1990*, ed. R. Winstone, London, Arrow, 1996.

30. YERGIN, STANISLAW, *Commanding Heights*.



então. E, numa ação paralela à provocação que Reagan fez ao PATCO (o sindicato dos controladores de voo) em 1981, Thatcher provocou uma greve de mineiros em 1984 ao anunciar uma onda de reorganizações na estrutura do trabalho e o fechamento de minas (o carvão importado era mais barato). A greve durou quase um ano, e apesar de muita simpatia e apoios públicos os mineiros perderam. A espinha dorsal de um elemento nuclear do movimento trabalhista britânico fora quebrada³¹. Thatcher reduziu ainda mais o poder sindical ao abrir o Reino Unido à competição e ao investimento externos. A competição demoliu boa parte da indústria tradicional britânica nos anos 1980 — a indústria do aço (Sheffield) e os estaleiros (Glasgow) praticamente desapareceram em poucos anos, levando consigo boa parte do poder dos sindicatos. Thatcher destruiu de fato a indústria automobilística autóctone inglesa, com seus fortes sindicatos e tradições militantes; em seu lugar ofereceu o país para ser uma plataforma externa dos fabricantes de automóveis japoneses em busca de acesso à Europa³². Estes instalaram novas fábricas e recrutaram trabalhadores não-sindicalizados que pudessem submeter-se às relações de trabalho em estilo japonês. O efeito geral, em apenas dez anos, foi transformar o Reino Unido num país de salários relativamente baixos e com uma força de trabalho relativamente obediente (considerando os demais países da Europa). Quando Thatcher deixou o governo, a atividade de greve caíra para um décimo de seu nível anterior. Ela erradicara a inflação, controlara o poder sindical, dominara a força de trabalho e, no processo, construía para suas políticas o consentimento da classe média.

Não obstante, a batalha de Thatcher teve de ser travada em outras frentes. Uma nobre ação de retaguarda contra as políticas neoliberais foi desenvolvida em muitas municipalidades — Sheffield, o Great London Council, o Conselho da Região Metropolitana de Londres (que Thatcher teve de extinguir para alcançar seus objetivos mais amplos na década de 1980) e Liverpool (em que foi preciso afastar a metade dos conselheiros locais) constituíram centros ativos de resistência em que os ideais de um novo socialismo municipal (que no caso de Londres incorporava muitos dos novos movimentos sociais) foram tanto buscados como postos em prática até ser esmagados em meados dos anos 1980³³. Thatcher come-

31. R. BROOKS, *Maggie's Man: We Were Wrong*, *Observer*, 21 jun. 1992, 15; P. HALL, *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*, Oxford, Oxford University Press, 1996; FOURCADE-GOURINCHAS, BABB, *The Rebirth of the Liberal Creed*.

32. T. HAYTER, D. HARVEY (Ed.), *The Factory in the City*, Brighton, Mansell, 1995.

33. G. REES, J. LAMBERT, *Cities in Crisis: The Political Development in Post-War Britain*, London, Edward Arnold, 1985; M. HARLOE, C. PICKVANCE, J. URRY (Ed.) *Place, Policy and Politics: Do Localities Matter?*, London, Unwin Hyman, 1990; M. BODDY, C. FUDGE (Ed.), *Local Socialism? Labour Councils and New Left Alternatives*, London, Macmillan, 1984.



ção reduzindo com selvageria os recursos que o governo central repassava aos municípios, mas vários deles reagiram simplesmente aumentando os impostos prediais, o que a forçou a legislar contra seu direito de fazê-lo. Descaracterizando os conselhos trabalhistas progressistas como “esquerdistas desmiolados” (expressão que a imprensa dominada pelos conservadores alegremente adotou), ela buscou então impor princípios neoliberais por meio de uma reforma das finanças municipais. Propôs um “imposto geral” (*pool tax*) — um imposto regressivo em vista de imposto sobre a propriedade — que controlaria os gastos municipais ao obrigar todo residente a pagar. Isso provocou uma imensa batalha política que teria seu papel na queda política de Thatcher.

A ministra também se dedicou a privatizar todos os setores da economia que estavam nas mãos do governo. A receita das privatizações encheria os cofres públicos e livraria o governo de pesadas obrigações futuras com empresas deficitárias. Essas empresas geridas pelo Estado tinham de ser adequadamente preparadas para a privatização, o que significa reduzir sua dívida e melhorar sua eficiência e suas estruturas de custo, mais frequentemente através da demissão de trabalhadores. A avaliação do preço das empresas também foi organizada para oferecer consideráveis incentivos ao capital privado — um processo que os oponentes compararam a “dar a prata da família”. Em vários casos, esconderam-se subsídios na própria forma de avaliação — empresas de água e esgotos, estradas de ferro e mesmo empresas geridas pelo Estado no setor automobilístico e na indústria do aço detinham propriedades fundiárias em locais nobres de alto valor, o que foi excluído das avaliações de maneira definitiva. A privatização e os ganhos especulativos da propriedade vendida caminharam de mãos dadas. Mas o objetivo no caso também era modificar a cultura política ao ampliar o campo da responsabilidade pessoal e corporativa e estimular uma maior eficiência, a iniciativa individual/corporativa e a inovação. A British Aerospace, a British Telecom, a British Airways e empresas nas áreas do aço, da eletricidade e do gás, do petróleo, do carvão, da água, dos serviços de transportes rodoviários, estradas de ferro e muitas outras empresas estatais menores foram vendidas numa maciça onda de privatizações. A Grã-Bretanha foi pioneira em mostrar como fazê-lo de maneira razoavelmente ordeira e, para o capital, lucrativa. Thatcher se apressou por estar convencida de que, uma vez realizadas, essas mudanças se tornariam irreversíveis. Mas a legitimidade de todo esse movimento apoiou-se com sucesso na ampla venda de habitações públicas a seus ocupantes, o que produziu um vasto aumento do número de proprietários em uma década. Isso satisfaz os ideais tradicionais de propriedade individual como o sonho da classe trabalhadora e introduziu no mercado imobiliário um dinamismo novo, e com frequência especula-



tivo, muito do agrado das classes médias, que viram o valor de seus ativos se elevar — ao menos até a crise do começo dos anos 1990.

Desmantelar o Estado de bem-estar social era no entanto uma tarefa bem diferente. Atacar áreas como a educação, a assistência à saúde, a assistência social, as universidades, a burocracia do Estado e o judiciário foi uma tarefa que se mostrou bem difícil. Nesse caso, ela teve de combater atitudes arraigadas e muitas vezes tradicionais de classe média alta de seus principais apoiadores. Thatcher buscou desesperadamente estender a todas as áreas o ideal da responsabilidade pessoal (por exemplo, através da privatização da assistência de saúde) e reduzir ao mínimo as obrigações do governo. Mas não conseguiu avançar tão bem. Para a opinião pública britânica, havia limites à neoliberalização de tudo. Para dar um exemplo, só em 2003 um governo trabalhista, enfrentando oposição generalizada, conseguiu introduzir na educação superior do país uma estrutura de pagamento de taxas. Em todas essas áreas houve dificuldade para forjar uma aliança de consentimento para os fins da mudança radical. No tocante a isso, seu Gabinete e seus partidários estavam notoriamente divididos (entre os “secos” e os “molhados”), e houve vários anos de desgastantes confrontos em seu próprio partido e na mídia para conseguir implantar modestas reformas neoliberais. O melhor que ela pôde fazer foi tentar implantar à força uma cultura do empreendedorismo e impor estritas regras de controle, responsabilidade financeira e produtividade a instituições, como as universidades, em que essas medidas não eram muito adequadas.

A primeira-ministra forjou o consentimento mediante o cultivo de uma classe média que adorava os prazeres da casa própria, da propriedade privada em geral, do individualismo e da liberação de oportunidades de empreendimento. Com as solidariedades da classe trabalhadora se reduzindo sob pressão e sob estruturas de emprego em mudança radical graças à desindustrialização, os valores de classe média se ampliaram a ponto de incorporar muitos daqueles que um dia tinham tido uma firme identidade de classe trabalhadora. A abertura do país ao comércio mais livre permitiu o florescimento de uma cultura do consumo, e a proliferação de instituições financeiras levou um número cada vez maior de valores de uma cultura da dívida a ocupar o centro da vida antes tão estável da Inglaterra. O neoliberalismo envolveu a transformação da antiga estrutura de classes britânica em ambos os lados do espectro. Além disso, ao manter a City de Londres como participante central das finanças globais, Thatcher transformou crescentemente o coração da economia inglesa, Londres e o Sudeste, num centro dinâmico de riqueza e poder em permanente crescimento. O poder de classe não foi tanto restaurado a algum setor tradicional quanto, na verdade, concentrado expansiva-



mente em torno de um dos centros globais chave de operações financeiras. Recrutados de Oxbridge [das universidades de Oxford e Cambridge] afluíram em Londres como corretores de títulos e moedas, acumulando rapidamente riqueza e poder e transformando Londres numa das mais caras cidades do mundo.

Embora a revolução Thatcher tenha sido preparada pela organização do consentimento no âmbito das classes médias tradicionais que lhe asseguraram suas três vitórias eleitorais, o programa como um todo, especialmente em seu primeiro governo, foi bem mais influenciado (graças a Keith Joseph) por motivações ideológicas fundadas na teoria neoliberal do que já foi um dia o caso dos Estados Unidos. Mesmo tendo pessoalmente uma sólida formação de classe média, ela claramente adorava os contatos, tradicionalmente próximos, entre o Gabinete do primeiro-ministro e os "capitães" da indústria e das finanças. Ela recorria com frequência ao conselho deles e, em alguns casos, favoreceu-os claramente ao subvalorizar ativos do governo para fins de privatização. O projeto de restauração do poder de classe — em oposição ao desmantelamento do poder da classe trabalhadora — teve provavelmente um papel mais subconsciente em sua evolução política.

Pode-se avaliar o sucesso de Reagan e Thatcher de várias maneiras³⁴. Não obstante, julgo mais útil enfatizar o modo como eles se apropriaram do que eram até então posições políticas, ideológicas e intelectuais minoritárias e as transformaram na corrente majoritária. A aliança de forças que eles ajudaram a consolidar e as maiorias que lideraram tornaram-se um legado que uma geração ulterior de líderes políticos achou dificuldades para desalojar. Talvez o maior testemunho de seu sucesso resida no fato de tanto Clinton como Blair terem visto a si mesmos numa situação em que a margem de manobra era tão limitada que não lhes restou alternativa a não ser manter o processo de restauração do poder de classe, ainda que seus melhores instintos tivessem com isso sido contrariados. E, uma vez que o neoliberalismo se tornou tão penetrantemente arraigado no mundo de fala inglesa, ficou difícil tirar dele a considerável relevância que adquiriria no tocante a como o capitalismo em geral passou a funcionar internacionalmente. Isso não significa dizer, como veremos, que o neoliberalismo foi simplesmente imposto alhures pela influência e pelo poder anglo-americano. Porque, como demonstram amplamente esses dois estudos de caso, as circunstâncias internas e a subsequente natureza da virada neoliberal foram bem distintas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, sendo de esperar, por extensão, que tanto forças

34. O fracasso de Thatcher quanto à realização de várias de suas metas de política macroeconômica está bem documentado em P. HALL, *Governing the Economy*.



internas como influências e imposições externas tenham tido um papel distintivo em outras partes do mundo.

Reagan e Thatcher lançaram mão dos indícios de que dispunham (do Chile e de New York City) e se colocaram à frente de um movimento de classe determinado a restaurar seu poder. Sua genialidade esteve na criação de um legado e de uma tradição que envolveram políticos que os sucederam numa teia de restrições de que não era fácil escapar. Seus sucessores, como Clinton e Blair, pouco mais podiam fazer além de continuar a boa obra da neoliberalização, quer isso os agradasse ou não.

O papel do Estado na teoria neoliberal é de definição razoavelmente fácil. Mas a prática da neoliberalização evoluiu de tal modo que se afastou ponderavelmente do modelo que a teoria oferece. Além disso, a evolução um tanto caótica e o desenvolvimento geográfico desigual de instituições, poderes e funções nos últimos trinta anos sugerem que o Estado neoliberal pode ser uma forma política instável e contraditória.

O Estado neoliberal na teoria

De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio¹. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado tem portanto de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades. Por extensão, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistas legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. Protegem-se os direitos de propriedade intelectual (por exemplo, através de patentes) a fim de estimular as mudanças tecnológicas. Assim, os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o pressuposto de que "uma maré montante faz subir todos os barcos" ou sob o do "efeito multiplicador", a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio.

Os neoliberais são particularmente ativos na promoção da privatização de ativos. A ausência de claros direitos de propriedade — como sucede em muitos países em desenvolvimento — é julgada uma das maiores barreiras institucionais ao desenvolvimento econômico e à melhoria do bem-estar humano. O reconhecimento e a atribuição de direitos de proprieda-

1. CHANG, *Globalisation*; B. JESSOP, Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective, *Antipode* 34/3 (2202) 452-472; N. POULANTZAS, *State Power Socialism*, London, Verso, 1978); S. CLARKE (Ed.), *The State Debate*, London, McMillan, 1991; S. HAGGARD, R. KAUFMAN, *The Politics of Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts and the State*, Princeton, Princeton University Press, 1992; M. NOZICK, *Anarchy, State and Utopia*, New York, Basic Books, 1977.



de são tidos como a melhor maneira de proteger as pessoas da chamada "tragédia dos bens comuns", a tendência de superexploração por alguns indivíduos de bens comuns à todos como a terra e a água. Setores antes geridos ou regulados pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados (libertos de todo tipo de interferências). A competição — entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, regiões, países, grupos regionais) — é considerada a virtude primordial. Naturalmente, as regras de base da competição no mercado têm de ser adequadamente observadas. Em situações nas quais essas regras não estejam claramente estabelecidas, ou em que haja dificuldades para definir os direitos de propriedade, o Estado tem de usar seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado (como a negociação de direitos de poluição). Afirmar-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos — tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos. O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global.

Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. Esse princípio é aplicado aos domínios do bem-estar social, da educação, da assistência à saúde e até aos regimes previdenciários (a seguridade social foi privatizada no Chile e na Eslováquia, e há propostas nesse sentido nos Estados Unidos). O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo).

A livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é julgada crucial. Todas as barreiras ao livre movimento (como tarifas compensatórias, sobretaxas, o planejamento e o controle ambientais ou outros impedimentos específicos a um dado lugar) têm de ser removidas, exceto em áreas essenciais ao "interesse nacional", como quer que este seja definido. A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é entregue de bom grado ao mercado global. A competição internacional é tida como algo saudável, já que melhora e eficiência e a produtividade, reduz os preços e, dessa maneira, controla as tendências inflacionárias. Os Estados devem por conseguinte empenhar-se coletivamente para a redução e a negociação de barreiras ao movimento



do capital por suas fronteiras e para a abertura dos mercados (tanto para mercadorias como para o capital) às trocas globais. Há contudo controvérsias sobre se isso se aplica também ao trabalho como mercadoria. Na medida em que todos os Estados devem colaborar para reduzir as barreiras comerciais, devem ser implantadas estruturas de coordenação, como o grupo de países capitalistas avançados (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão) conhecido como G7 (agora G8, com a entrada da Rússia). Acordos internacionais entre países para garantir o regime de direito e as liberdades de comércio, como os agora incorporados às normas da Organização Mundial de Comércio, são vitais para o avanço do projeto neoliberal no cenário global.

Os teóricos neoliberais têm no entanto uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar. Os neoliberais preferem afastar as instituições-chave, como o Banco Central, das pressões democráticas. Como a teoria neoliberal está centrada no regime de direito e na interpretação estrita da ordem constitucional, segue-se que o conflito e a oposição devem ser mediados pelos tribunais. Soluções e remédios para todo e qualquer problema devem ser buscados por meio do sistema legal.

Tensões e contradições

Há algumas áreas de sombra, assim como pontos de conflito no âmbito da teoria geral do Estado neoliberal. Em primeiro lugar, há o problema da interpretação do poder de monopólio. A competição costuma resultar no monopólio ou no oligopólio à medida que empresas mais fortes vão expulsando do mercado empresas mais fracas. A maioria dos teóricos neoliberais considera que não há nisso nenhum problema (dizem que deveria maximizar a eficiência), desde que não haja barreiras que impeçam o ingresso de competidores (condição de modo geral de difícil realização e que o Estado tem por conseguinte de alimentar). O caso dos chamados "monopólios naturais" apresenta mais problemas. Não faz sentido ter várias redes de fornecimento de energia elétrica, de gás, de água ou de esgoto ou redes ferroviárias concorrentes entre Washington e Boston. A regulação pelo Estado do fornecimento, do acesso, da formação de preços parece inevitável nesses domínios. Embora possa



haver regulação parcial (que permite que produtores concorrentes forneçam energia elétrica na mesma rede ou mantenham linhas ferroviárias distintas na mesma linha, por exemplo), são bem concretas as possibilidades de lucros abusivos e outras irregularidades, como mostraram exaustivamente as crises de energia na Califórnia em 2002 ou a mortal desorganização das vias férreas britânicas.

A segunda grande área de controvérsia tem a ver com o fracasso de mercado. Isso acontece quando os indivíduos e empresas evitam pagar todos os custos que lhes cabem tirando do mercado seus passivos (no jargão técnico, os passivos são "externalizados"). O caso clássico é o da poluição, no qual indivíduos e empresas evitam custos ao lançar resíduos tóxicos, sem pagar por isso, no meio ambiente. Ecossistemas produtivos podem sofrer degradação ou destruição por causa disso. A exposição a substâncias perigosas ou a riscos físicos no local de trabalho pode afetar a saúde humana e mesmo esgotar o conjunto de trabalhadores saudáveis da força de trabalho. Embora os neoliberais reconheçam o problema, e alguns aceitem o argumento da intervenção estatal limitada, outros defendem a inação, porque a cura quase certamente vai ser pior do que a doença. Mesmo assim, a maioria concorda que, se de fato necessárias, as intervenções devem operar por meio de mecanismos de mercado (imposição de taxas e oferecimento de incentivos, venda de direitos de poluir e assim por diante). As falhas competitivas são abordadas de maneira semelhante. Pode-se incorrer em custos crescentes de transação com a proliferação de relações contratuais e subcontratuais (terceirizadas). O vasto aparato da especulação por moedas, para ficar num exemplo, mostra-se cada vez mais custoso ao mesmo tempo em que assume um papel crescentemente fundamental para obter lucros especulativos. Surgem outros problemas quando, digamos, todos os hospitais concorrentes de uma dada região compram o mesmo equipamento sofisticado, que fica então subutilizado, elevando os custos agregados. Nesses casos, o argumento em favor da contenção de custos mediante planejamento pelo Estado, regulação e coordenação forçada é sólido, porém, uma vez mais, os neoliberais suspeitam profundamente dessas intervenções.

Presume-se que todos os agentes que operam no mercado tenham acesso às mesmas informações, assim como se presume que não haja assimetrias de poder ou de informações que interfiram na capacidade dos indivíduos de tomar decisões econômicas racionais em seu próprio benefício. Mas é raro alcançar essa condição na prática, se é que se alcança, o que tem importantes consequências². Agentes melhor informa-

2. Stiglitz, *The Roaring Nineties*, ganhou o Nobel por seus estudos sobre como as assimetrias de informação afetaram os comportamentos do mercado e os resultados.



dos e mais fortes têm uma vantagem que pode com demasiada facilidade ser mobilizada para obter informações ainda melhores e um maior poder relativo. Além disso, o estabelecimento de direitos de propriedade intelectual (patentes) estimula a "busca de renda". Quem detém os direitos de patente usa seu poder de monopólio para estabelecer preços de monopólio e evitar transferências de tecnologia exceto se se pagarem altos preços. Por conseguinte, as relações assimétricas de poder tendem antes a aumentar do que diminuir com o passar do tempo, a não ser que o Estado aja para se contrapor a elas. O pressuposto neoliberal de perfeito acesso a informações e de igualdade de condições na competição parece ser ou inocentemente utópico ou um escamoteamento deliberado de processos que vão levar à concentração de riqueza e, portanto, à restauração do poder de classe.

A teoria neoliberal da mudança tecnológica se sustenta nos poderes coercivos da competição para levar à busca de novos produtos, de novos métodos de produção e de novas formas organizacionais. Mas esse impulso se incorpora a tal ponto ao senso comum dos empreendedores que se torna um fetiche: a crença de que para todo e qualquer problema há um remédio tecnológico. Na medida em que se torna hegemônica não só no interior das corporações, mas também dentro do aparato de Estado (no setor militar em especial), essa crença produz fortes tendências independentes de mudança tecnológica que podem tornar-se desestabilizadoras quando não contraproducentes. Os desenvolvimentos tecnológicos podem sair do controle quando setores que só se dedicam à inovação tecnológica criam novos produtos e novas maneiras de fazer coisas para os quais ainda não há mercado (produzem-se novos produtos farmacêuticos para os quais se inventam novas doenças). Além disso, atravessadores talentosos podem mobilizar inovações tecnológicas para solapar relações sociais e instituições dominantes e, por meio de suas atividades, até mesmo reformular o senso comum para sua própria vantagem pecuniária. Há, portanto, um vínculo constitutivo entre dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações espaço-tempo, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo³.

Há por fim alguns problemas políticos fundamentais no âmbito do neoliberalismo que precisam ser abordados. Surge uma contradição entre um individualismo possessivo sedutor mas alienante e o desejo de uma vida coletiva dotada de sentido. Embora se suponha que os indivíduos sejam livres para escolher, não se supõe que eles escolham construir

3. Ver HARVEY, *Condition of Postmodernity*; Id., *The Limits to Capital*, Oxford, Basil Blackwell, 1982.



instituições coletivas fortes (como sindicatos) em vez de associações voluntárias fracas (como instituições de caridade). Os indivíduos com toda certeza não deveriam escolher associar-se para criar partidos políticos voltados para forçar o Estado a intervir no mercado ou eliminá-lo. Para defender-se de seus maiores temores — o fascismo, o comunismo, o socialismo, o populismo autoritário e mesmo o regime da maioria —, os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não-democráticas e que não prestam contas a ninguém (como o Banco Central norte-americano e o FMI) para tomar as decisões essenciais. Isso cria o paradoxo das intensas intervenções estatais e do governo em mãos das elites e de “especialistas” num mundo em que se supõe que o Estado não é intervencionista. Isso remete à narrativa utópica de Francis Bacon *A Nova Atlântida* (publicada pela primeira vez em 1926), na qual um Conselho de Anciões Sábios se encarrega de todas as decisões fundamentais. Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante. Nessa situação, todavia, ele pode recorrer a uma arma secreta: a competição internacional e a globalização podem ser usadas para disciplinar movimentos opostos ao programa neoliberal em Estados individuais. Se não der certo, o Estado em questão terá de recorrer à persuasão, à propaganda ou, se necessário, à força bruta e ao poder de polícia para suprimir a oposição ao neoliberalismo. Foi esse precisamente o medo de Polanyi: que o projeto utópico liberal (e por extensão neoliberal) só pudesse em última análise se sustentar pelo recurso ao autoritarismo. A liberdade das massas teria de ser restringida em benefício das liberdades dos poucos.

○ Estado neoliberal na prática

O caráter geral do Estado na era da neoliberalização é de difícil descrição por duas razões específicas. Em primeiro lugar, tornam-se rapidamente evidentes desvios do modelo da teoria neoliberal, não se podendo atribuir todos eles às contradições internas já esboçadas. Em segundo, a dinâmica evolutiva da neoliberalização tem agido de modo a forçar adaptações que variam muito de lugar para lugar e de época para época. Toda tentativa de extrair alguma configuração geral de um Estado neoliberal típico a partir dessa geografia histórica instável e volátil parece ser tarefa insana. Mesmo assim, julgo útil esboçar alguns fios gerais de argumentação que mantêm em ação o conceito de um Estado distintivamente neoliberal.

Há dois campos em particular em que o ímpeto de restauração do poder de classe distorce e em alguns aspectos até reverte a teoria neoli-



beral na prática. O primeiro vem da necessidade de criar um “clima de negócios ou de investimentos favorável” para empreendimentos capitalistas. Embora haja algumas condições — como a estabilidade política ou o pleno respeito à lei e mesmo à justiça em sua aplicação — que podem plausivelmente ser consideradas “neutras quanto a classe social”, outras são manifestamente viciadas. Os vícios surgem em particular do tratamento do trabalho e do ambiente como meras mercadorias. Em caso de conflito, o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de auto-regeneração do ambiente. O segundo campo de vícios vem do fato de que, em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental.

Nem sempre é fácil discernir essas distorções sistemáticas no amálgama de práticas de Estado divergentes e, muitas vezes, caoticamente incompatíveis. Aqui, considerações pragmáticas e oportunistas têm um importante papel. O presidente Bush defende os livres mercados e o livre comércio, mas impôs tarifas ao aço a fim de aumentar suas chances eleitorais (pelo que se viu com sucesso) em Ohio. Impõem-se arbitrariamente cotas a importações para acalmar descontentes domésticos. Os europeus protegem a agricultura sem deixar de insistir no livre comércio em tudo o mais, por razões sociais, políticas e até estéticas. Intervenções especiais do Estado favorecem interesses comerciais específicos (por exemplo, negociações de armas), assim como créditos são arbitrariamente oferecidos por um Estado a outro para obter acesso e influência políticos em regiões geopoliticamente sensíveis (como o Oriente Médio). Por todos esses tipos de razões seria de fato surpreendente ver mesmo o mais fundamentalista Estado neoliberal seguindo a ortodoxia neoliberal o tempo inteiro.

Em outros casos, podemos razoavelmente atribuir divergências entre teoria e prática a problemas friccionais de transição que refletem as diferentes formas de Estado que havia antes da virada neoliberal. Por exemplo, as condições prevaletentes na parte central e leste da Europa depois do colapso do comunismo eram muito especiais. A velocidade com que as privatizações ocorreram sob a “terapia de choque” que atingiu esses países nos anos 1990 criou enormes tensões que até hoje têm reverberações. Estados socialdemocratas, como os escandinavos e a Inglaterra no período imediato de pós-guerra, havia muito tinham assumido setores-chave da economia — como assistência médica, educação e mesmo habitação — com base no argumento de que o acesso a necessidades humanas básicas não deve ser mediado por forças de mercado nem li-



mitado pela capacidade individual de pagar. Embora Margaret Thatcher tenha conseguido mudar tudo isso, os suecos resistiram bem mais tempo mesmo diante de fortes tentativas dos interesses da classe capitalista de seguir o caminho neoliberal. Estados desenvolvimentistas (como Cingapura e vários outros países asiáticos), por razões bem distintas, se apoiam no setor público e no planejamento estatal em estreita associação com o capital doméstico e corporativo (em geral estrangeiro e multinacional) para promover a acumulação do capital e o crescimento econômico⁴. Esses Estados costumam dar considerável atenção a infra-estruturas sociais e físicas. Isso se traduz, por exemplo, em respeito ao acesso a oportunidades educacionais e assistência à saúde. O investimento do Estado na educação é considerado um pré-requisito crucial para obter vantagem competitiva no comércio mundial. Os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos. Mas são ativamente intervencionistas na criação das infra-estruturas necessárias ao clima de negócios favorável. Assim, a neoliberalização abre possibilidades para que eles melhorem sua posição na competição internacional mediante a criação de novas estruturas de intervenção do Estado (como apoio a pesquisa e desenvolvimento). Contudo, ao mesmo tempo, a neoliberalização cria condições para a formação de classes, e à medida que esse poder de classe aumenta também aumenta a tendência (na Coreia contemporânea, por exemplo) de essa classe buscar liberar-se do poder de Estado e reorientá-lo em termos neoliberais.

À medida que novos arranjos institucionais vêm a definir as regras do comércio mundial — por exemplo, a abertura dos mercados de capital é hoje uma condição para o país ser membro do FMI e da OMC —, esses Estados se vêem crescentemente envolvidos pelo contexto neoliberal. Um dos principais efeitos da crise na Ásia em 1977-78 foi, por exemplo, enquadrar mais os Estados em desenvolvimento a práticas liberais padrão. Como vimos no caso britânico, é difícil manter uma postura neoliberal externamente (digamos, facilitar as operações do capital financeiro) sem aceitar algum grau de neoliberalização no plano doméstico (a Coreia do Sul esteve às voltas exatamente com esse tipo de tensão em época recente). Mas esses Estados de modo algum estão convencidos de que o caminho neoliberal seja o certo, particularmente porque (como Taiwan e a China) os Estados que não tinham liberado seus mercados

4. P. EVANS, *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*, Princeton, Princeton University Press, 1995; R. WADE, *Governing the Market*, Princeton, Princeton University Press, 1992; M. WOO-CUMMINGS (Ed.), *The Developmental State*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1999.



de capital sofreram bem menos na crise financeira de 1997-78 do que aqueles que o tinham feito⁵.

Talvez as práticas contemporâneas relativas ao capital financeiro e às instituições financeiras sejam as mais difíceis de conciliar com a ortodoxia neoliberal. Os Estados neoliberais tipicamente facilitam a difusão da influência das instituições financeiras por meio da desregulação, mas também é muito comum que garantam a todo o custo a integridade e a solvência de tais instituições. Esse compromisso deriva em parte (legitimamente em algumas versões da teoria neoliberal) de usarem o monetarismo como base da política estatal — a integridade e a solidez da moeda são um pilar central dessa política. Mas isso significa, paradoxalmente, que o Estado neoliberal não pode tolerar fracassos financeiros de grande monta mesmo quando foram as instituições financeiras que tomaram as más decisões. O Estado tem de entrar em ação e substituir a moeda “ruim” por sua moeda supostamente “boa” — o que explica a pressão sobre os bancos centrais para que mantenham a confiança na solidez da moeda do Estado. O poder do Estado tem sido usado com frequência para resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros, como foi o caso da crise de poupança e empréstimo norte-americana de 1987-88, que custou aos contribuintes cerca de 150 bilhões de dólares, ou o colapso do fundo de derivativos Long Term Capital Management em 1997-98, que custou 3,5 bilhões.

No plano internacional, os Estados neoliberais centrais deram ao FMI e ao Banco Mundial, em 1982, plena autoridade para negociar o alívio da dívida, o que significou na verdade proteger da ameaça de falência as principais instituições financeiras internacionais. Com efeito, o FMI cobre, com o máximo de sua capacidade, exposições a riscos e incertezas nos mercados financeiros internacionais. É difícil justificar essa prática seguindo a teoria neoliberal, já que os investidores deveriam em princípio ser responsáveis por seus próprios erros. Em consequência, neoliberais mais fundamentalistas acreditam que o FMI deveria ser abolido, uma alternativa seriamente considerada nos primeiros anos do governo Reagan e que foi aventada de novo em 1988 pelos republicanos no Congresso. James Baker, secretário do Tesouro de Reagan, deu novo fôlego à instituição quando se viu diante da potencial falência do México e de grandes perdas para os principais bancos de investimento da cidade de Nova York que detinham a dívida mexicana em 1982. Ele usou o FMI para impor ao México o ajuste estrutural e assim proteger da falência os banqueiros de Nova York. Essa prática de priorizar as necessidades dos bancos e

5. J. HENDERSON, *Uneven Crises: Institutional Foundation of East Asian Turmoil*, *Economy and Society* 28/3 (1999) 327-358.



instituições financeiras e ao mesmo tempo diminuir o padrão de vida do país devedor teve como evento pioneiro a crise da dívida da cidade de Nova York. No contexto internacional, isso se traduziu em extrair mais-valia de populações empobrecidas do Terceiro Mundo para pagar aos banqueiros internacionais. Como observa sarcasticamente Stiglitz, "que mundo peculiar este em que os países pobres estão na verdade subsidiando os mais ricos". Mesmo o Chile — o paradigma das práticas neoliberais "puras" depois de 1975 — passou por isso em 1982-83, o que levou o PIB a cair em cerca de 14% e o desemprego a disparar para 20% em um ano. Não se registrou teoricamente a inferência de que a neoliberalização "pura" não funciona, embora as adaptações pragmáticas que depois ocorreram no Chile (assim como na Inglaterra depois de 1983) tenham aberto o caminho para compromissos que aumentaram ainda mais a distância entre teoria e prática⁶.

A extração de tributos via mecanismos financeiros é uma velha prática imperial. Ela tem se mostrado muito útil para restaurar o poder de classe, especialmente nos principais centros financeiros internacionais, e nem sempre precisa de uma crise de ajuste estrutural para funcionar. Quando empreendedores de países em desenvolvimento tomam empréstimos externos, por exemplo, a condição de que o Estado onde estão disponha de reservas suficientes para cobrir esses empréstimos se traduz na obrigação de esse Estado investir em, digamos, títulos do Tesouro norte-americano. A diferença entre a taxa de juro cobrada pelo empréstimo (por exemplo, 12%) e a paga pelo dinheiro depositado como contrapartida no Tesouro em Washington (por exemplo, 4%) produz um forte influxo financeiro líquido para o centro imperial em detrimento do país em desenvolvimento.

Essa tendência dos países centrais, como os Estados Unidos, a proteger os interesses financeiros e assistir à ação destes de sugar mais-valia de outros lugares tanto promove como reflete a consolidação do poder de classe alta em seu âmbito com base em processos de financialização. Mas o hábito de intervir no mercado e resgatar instituições financeiras quando estas passam por problemas não pode ser compatibilizado com a teoria neoliberal. Investimentos feitos sem cautela deveriam ser punidos com perdas ao emprestador, mas o Estado torna os emprestadores largamente imunes a perdas, devendo os tomadores pagar em seu lugar, seja qual for o custo social decorrente. A teoria neoliberal deveria alertar: "Emprestador, cuidado!" — mas a prática é: "Tomador, cuidado!"

Há limites à capacidade de extrair excessiva mais-valia das economias de países em desenvolvimento. Esmagados por medidas de austeridade

6. STIGLITZ, *The Roaring Nineties*, 227; P. HALL, *Governing the Economy*; FOURCADE-GOURINCHAS, BABB, *The Rebirth of the Liberal Creed*.



que os lançam numa estagnação econômica crônica, esses países com frequência remetem a algum distante momento futuro a perspectiva de virem a pagar suas dívidas. Nessas condições, algumas perdas calculadas podem se afigurar como alternativa atraente. Isso ocorreu sob o Plano Brady de 1989⁷. As instituições financeiras concordaram em contabilizar como perdas 35% do principal de dívidas de que eram credoras em troca do desconto de títulos (com o apoio do FMI e do Tesouro dos Estados Unidos), tendo garantido o pagamento do restante (ou seja, garantiu-se aos credores o pagamento de dívidas à taxa de 65 centavos por dólar). Por volta de 1994, cerca de dezoito países (como México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai) aceitaram acordos que previam o perdão de 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Naturalmente, tinham a esperança de que esse alívio da dívida iria provocar uma recuperação econômica que lhes permitiria pagar num momento oportuno o resto da dívida. O problema estava no fato de o FMI ter imposto aos países que aceitaram esse pequeno perdão da dívida (quer dizer, pequeno em relação ao que os bancos poderiam ter concedido) que engolissem a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais. A crise do peso de 1995, a crise brasileira de 1998 e o total colapso da economia argentina eram resultados previsíveis.

Isso nos leva, finalmente, à problemática questão da abordagem seguida por Estados neoliberais quanto aos mercados de trabalho. No plano doméstico, o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital. Sindicatos independentes ou outros movimentos sociais (como o socialismo municipal do tipo de Greater London Council), que adquiriram substancial poder sob o liberalismo embutido, têm, portanto, de ser disciplinados, se não destruídos — em nome da supostamente sacrossanta liberdade individual do trabalhador isolado. "Flexibilidade" se torna o mantra dos mercados de trabalho. É difícil alegar que uma flexibilidade crescente seja de todo ruim, especialmente diante de práticas sindicais altamente restritivas e esclerosadas. Há, portanto, reformistas de inclinação esquerdista que defendem vigorosamente a "especialização flexível" como uma forma de avanço⁸. Embora alguns trabalhadores individuais possam sem dúvida beneficiar-se com isso, as assimetrias em termos de acesso a informações e ao poder que surgem, às quais se associa a carência de livre e fácil mobilidade do trabalho (particular-

7. I. VASQUEZ, *The Brady Plan and Market-Based Solutions to Debt Crises*, *The Cato Journal* 16/2. Online.

8. M. PIORE, C. SABLE, *The Second Industrial Divide: Politics for Prosperity*, New York, Basic Books, 1986.



mente entre Estados), deixam o trabalhador em desvantagem. O capital pode apropriar-se da especialização flexível como maneira conveniente de buscar formas mais flexíveis de acumulação. Essas duas expressões — especialização flexível e acumulação flexível — têm conotações bem diferentes⁹. O resultado geral se traduz em baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho. Podemos discernir prontamente essas tendências em Estados que seguiram o caminho neoliberal. Dado o violento ataque a todas as formas de organização do trabalho e aos direitos do trabalhador, a que se adiciona o amplo recurso a reservas de mão-de-obra numerosas mas altamente desorganizadas em países como a China, a Indonésia, a Índia, o México e Bangladesh, tem-se a impressão de que o controle do trabalho e a manutenção de um elevado grau de exploração do trabalho têm se constituído desde o começo num componente essencial da neoliberalização. A formação ou a restauração do poder de classe ocorrem, como sempre, à custa dos trabalhadores.

É justo nesse contexto de redução de recursos pessoais advinda do mercado de trabalho que a determinação neoliberal de devolver toda responsabilidade por seu bem-estar ao indivíduo tem efeitos duplamente deletérios. À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento¹⁰. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa!

Por trás dessas grandes mudanças das políticas sociais estão importantes mudanças estruturais na natureza da governança. Dada a suspeita neoliberal em relação à democracia, tem-se de encontrar uma maneira de integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classe em vias de restauração ou, como no caso da China e da Rússia, em formação. A neoliberalização implicou, para dar um exemplo, um crescente aumento das parcerias público-privadas (esse foi um dos fortes ideais promovidos por Margaret Thatcher ao instituir "instituições quase-governamentais", como as corporações de desenvolvimento urbano com vistas a promover o

9. Ver HARVEY, *Condition of Postmodernity*.

10. V. NAVARRO (Ed.), *The Political Economy of Social Inequalities: Consequences for Health and the Quality of Life*, Amityville, NY, Baywood, 2002.



desenvolvimento econômico). Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação de leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias (que são vantajosas principalmente para eles mesmos). Surgem padrões de negociação que incorporam os negócios e por vezes interesses profissionais na governança mediante contatos próximos e por vezes secretos. O exemplo mais flagrante disso foi a persistente recusa do vice-presidente Cheney em revelar os nomes dos membros do grupo consultivo que formulou o documento da política de energia do governo Bush em 2002; esse grupo quase certamente contava com a presença de Kenneth Lay, o homem forte da Enron — empresa acusada de gerar para si mesma lucros escusos ao promover uma crise energética na Califórnia e que mais tarde entrou em colapso em meio a um imenso escândalo relativo a suas práticas contábeis. A passagem do governo (poder do Estado por si mesmo) à governança (uma configuração mais ampla que contém os Estados e elementos-chave da sociedade civil) tem sido, portanto, pronunciada sob o neoliberalismo¹¹. Quanto a isso, as práticas do Estado neoliberal e do Estado desenvolvimentista convergem amplamente.

O Estado produz tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócios etc. Em muitos casos das parcerias público-privadas, em especial no nível dos municípios, o governo assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros. Se necessário, o Estado neoliberal além disso recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento (por exemplo, regras antipiquete) para dispersar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo. As maneiras de vigiar e policiar se multiplicam: nos Estados Unidos, a prisão se tornou uma estratégia-chave do Estado para resolver problemas que surgem entre trabalhadores descartados e populações marginalizadas. O braço coercivo do Estado é fortalecido para proteger interesses corporativos e, se necessário, reprimir a dissensão. Nada disso parece compatível com a teoria neoliberal. O temor neoliberal de que grupos de interesses pervertam e subvertam o Estado em nenhum lugar se realiza melhor do que em Washington, em que exércitos de lobistas corporativos (muitos dos quais se aproveitaram da "porta móvel" que lhes permite deixar o emprego no Estado e buscar empregos

11. P. MCCARNEY, R. STREN, *Governance on the Ground: Innovation, and Discontinuities in the Cities of the Developing World*, Princeton, Woodrow Wilson Center Press, 2003; A. DIXIT, *Lawlessness and Economies-Alternative Modes of Governance*, Princeton, Princeton University Press, 2004.



bem mais lucrativos nas corporações) ditam na prática a legislação mais adequada a seus interesses. Embora alguns Estados continuem a respeitar a tradicional independência do serviço público, esta condição tem estado em toda parte ameaçada no curso da neoliberalização. A fronteira entre o Estado e o poder corporativo tornou-se cada vez mais porosa. O que resta da democracia representativa é sufocado, quando não, como no caso dos Estados Unidos, totalmente, ainda que legalmente, corrompido pelo poder do dinheiro.

Como o acesso à justiça é nominalmente igualitário mas na prática extremamente caro (seja um indivíduo entrando com uma ação por práticas negligentes ou um país processando os Estados Unidos por violação de práticas da OMC — um procedimento que pode custar até 1 milhão de dólares, soma equivalente ao orçamento anual de alguns pequenos países empobrecidos), o resultado é em geral bastante favorável a quem detém o poder do dinheiro. Seja como for, o vício de classe das decisões judiciais é bem disseminado, quando não garantido de antemão¹². Não surpreende que os meios coletivos primários de ação sob o neoliberalismo sejam definidos e articulados por grupos não-eleitos (e em muitos casos comandados pela elite) que defendem vários tipos de direitos. Em alguns casos, como a proteção ao consumidor, os direitos civis ou os direitos dos deficientes, obtiveram-se ganhos substantivos mediante esses recursos. As organizações não-governamentais e as organizações do terceiro setor (ONGs e OTSs) também se desenvolveram e proliferaram de maneira notável sob o neoliberalismo, gerando a crença de que a oposição mobilizada fora do aparato de Estado e no interior de alguma entidade distinta chamada "sociedade civil" é a casa de força da política oposicional e da transformação social¹³. O período em que o Estado neoliberal se tornou hegemônico também tem sido o período em que o conceito de sociedade civil — com frequência tomado como entidade de oposição ao poder do Estado — se tornou central para a formulação da política oposicionista. A idéia gramsciana do Estado como unidade formada por sociedade política e sociedade civil enseja a idéia da sociedade civil como centro de oposição, se não como alternativa, ao Estado.

Esse relato nos permite ver com clareza que o neoliberalismo, ao contrário do que dizem alguns comentaristas da direita e da esquerda, não torna irrelevante o Estado nem instituições particulares do Estado (como os tri-

12. R. MILIBAND, *The State in Capitalist Society*, New York, Basic Books, 1969.

13. N. ROSENBLUM, R. POST (Ed.), *Civil Society and Government*, Princeton, Princeton University Press, 2001; S. CHAMBERS, W. KYMLICKA (Ed.), *Alternative Conceptions of Civil Society*, Princeton, Princeton University Press, 2001.



bunais e as funções de polícia)¹⁴. Tem havido no entanto uma radical reconfiguração das instituições e práticas do Estado (em especial com respeito ao equilíbrio entre coerção e consentimento, entre os poderes do capital e os dos movimentos populares, e entre o poder executivo e o poder judiciário, de um lado, e os poderes da democracia representativa, de outro).

Mas nem tudo vai bem no Estado neoliberal, e é por isso que ele parece uma forma política de transição ou instável. No centro do problema reside uma florescente disparidade entre as metas públicas declaradas do neoliberalismo — o bem-estar de todos — e suas conseqüências concretas — a restauração do poder de classe. Mas, para além disso, há toda uma série de contradições mais específicas que merecem destaque:

1. De um lado, espera-se que o Estado neoliberal assuma um poder secundário e simplesmente monte o cenário para as funções do mercado. Porém, de outro, espera-se que ele seja ativo na criação de um clima de negócios favorável e se comporte como entidade competitiva na política global. Neste último papel, ele tem de funcionar como corporação coletiva, o que evoca o problema de como garantir a lealdade dos cidadãos. O nacionalismo é uma resposta óbvia, mas é profundamente antagônico ao programa neoliberal. Foi esse o dilema de Margaret Thatcher, pois foi só ao jogar a carta do nacionalismo na guerra das Falklands/Malvinas e, o que é mais relevante, na campanha contra a integração econômica com a Europa que ela conseguiu se reeleger e promover mais reformas neoliberais no plano doméstico. Repetidas vezes, seja na União Européia, no Mercosul (em que os nacionalismos brasileiro e argentino inibem a integração), no NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) ou na ASEAN (Associação dos Países do Sudeste Asiático), o nacionalismo necessário para que o Estado funcione efetivamente como entidade corporativa e competitiva no mercado mundial atrapalha as liberdades de mercado mais gerais.
2. O autoritarismo na colocação em prática do mercado não combina muito com ideais de liberdades individuais. Quanto mais o neoliberalismo se inclina para aquele, tanto mais difícil se torna manter sua legitimidade com relação a estes últimos, e tanto mais ele tem de revelar suas nuances antidemocráticas. Essa contradição tem como paralelo uma crescente falta de simetria nas relações de poder entre corporações e pessoas como você e eu. Se "o

14. K. OHMAE, *The End of the Nation State: The Rise of the Regional Economies*, New York, Touchstone Press, 1996.



poder corporativo rouba sua liberdade pessoal”, o neoliberalismo se reduz a nada¹⁵. Isso se aplica aos indivíduos tanto no local de trabalho como no espaço vital. Uma coisa é, por exemplo, sustentar que meu *status* em termos de assistência à saúde depende de minha escolha e de minha responsabilidade pessoais, mas outra bem diferente é a situação em que a única maneira de eu poder atender às minhas necessidades no mercado é pagar prêmios de seguro exorbitantes a empresas de seguro-saúde gargantuescas, altamente burocratizadas e altamente lucrativas. E, quando essas empresas chegam a ter o poder de definir novas categorias de doenças a ser tratadas por novas drogas que chegam ao mercado, alguma coisa está claramente errada¹⁶. Nessas circunstâncias, manter a legitimidade e o consentimento se torna, como vimos no capítulo 2, um ato de equilíbrio ainda mais difícil que pode se desmontar por completo quando as coisas começam a dar errado.

3. Embora possa ser essencial preservar a integridade do sistema financeiro, o individualismo irresponsável e auto-engrandecedor de operadores no seu âmbito produz volatilidade especulativa, escândalos financeiros e instabilidade crônica. Os escândalos de Wall Street e da contabilidade “criativa” de anos recentes solapou a confiança e deixou as autoridades reguladoras diante de sérios problemas sobre como e quando intervir no plano internacional e no local. O livre comércio internacional requer algumas regras globais do jogo, o que impõe a necessidade de alguma espécie de governança global (por exemplo, pela OMC). A desregulação do sistema financeiro facilita comportamentos que exigem re-regulação para evitar crises¹⁷.
4. Embora as virtudes da competição recebam prioridade máxima, a realidade mostra uma crescente consolidação de poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de umas poucas corporações multinacionais centralizadas: o mundo da competição dos refrigerantes se reduz a Coca-Cola versus Pepsi, a indústria de energia se restringe a cinco enormes corporações transnacionais, e uns poucos magnatas da mídia controlam o fluxo de notícias, boa parte das quais se torna pura propaganda.
5. No nível popular, o ímpeto para as liberdades de mercado e a mercadificação de tudo pode sair bem facilmente do controle e

15. COURT, *Corporateering*.

16. D. HEALY, *Let Them Eat Prozac: The Unhealthy Relationship Between the Pharmaceutical Industry and Depression*, New York, New York University Press, 2004.

17. W BELLO, N. BULLARD, K. MALHOTRA (Ed.), *Global Finance: New Thinking on Regulating Speculative Markets*, London, Zed Books, 2000.



produzir incoerência social. A destruição de formas de solidariedade social e mesmo, como sugeriu Thatcher, da própria idéia de sociedade deixa na ordem social um imenso hiato. Torna-se então peculiarmente difícil combater a anomia e o controle dos comportamentos anti-sociais resultantes, como a criminalidade, a pornografia ou a virtual escravização de outras pessoas. A redução das “liberdades” à “liberdade de empreendimento” desencadeia todas as “liberdades negativas” que Polanyi considerou inextricavelmente ligadas às liberdades positivas. A reação inevitável é reconstruir solidariedades sociais, embora seguindo linhas distintas — o que explica o renascimento do interesse pela religião e pela moralidade, por novas formas de associacionismo (em torno de questão de direitos e cidadania, por exemplo) e mesmo o retorno de antigas formas políticas (fascismo, nacionalismo, localismo e coisas do tipo). O neoliberalismo em sua forma pura tem sempre ameaçado conjurar sua própria nêmesis em variedades autoritárias de populismo e nacionalismo. Como Schwab e Smadja, organizadores do dia puramente celebratório *jamboree* (reunião de escoteiros) neoliberal anual de Davos, advertiram já em 1996:

A globalização econômica entrou numa nova fase. Uma crescente reação contra seus efeitos, especialmente nas democracias industriais, ameaça causar um impacto disruptivo na atividade econômica e na estabilidade social em muitos países. O clima nessas democracias é marcado pela impotência e pela ansiedade, o que ajuda a explicar a ascensão de uma nova espécie de político populista. Essa situação pode facilmente degenerar em revolta¹⁸.

A resposta neoconservadora

Se o Estado neoliberal é inerentemente instável, o que poderia substituí-lo? Nos Estados Unidos há indícios de uma resposta inequivocamente neoconservadora a essa questão. Refletindo sobre a história recente da China, Wang também sugere que, teoricamente,

narrativas discursivas como “neo-autoritarismo”, “neoconservadorismo”, “liberalismo clássico”, extremismo de mercado, modernização nacional... tiveram, todas elas, íntimas relações de um ou outro tipo com a constituição do neoliberalismo. A sucessiva substituição desses termos

18. K. SCHWAB, C. SMADJA, citados em D. HARVEY, *Spaces of Hope*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2000, 70 [Ed. br.: *Espaços de esperança*, São Paulo, Loyola, 2004.].



uns pelos outros (ou mesmo as contradições entre eles) demonstra as mudanças na estrutura do poder tanto na China contemporânea como no mundo contemporâneo em geral¹⁹.

Resta saber se isso anuncia uma reconfiguração mais geral das estruturas de governança do globo. É, contudo, interessante observar que a neoliberalização em Estados autoritários como China e Cingapura parece convergir com o crescente autoritarismo evidente em Estados neo-liberais como Estados Unidos e Inglaterra. Consideremos então de que maneira a reação neoconservadora à instabilidade inerente ao Estado neoliberal se desenvolveu nos Estados Unidos.

Assim como os neoliberais que os precederam, os “neocons” (neo-conservadores) havia muito vinham nutrindo suas concepções particulares da ordem social, tanto em universidades (sendo Leo Strauss particularmente influente na Universidade de Chicago) como em bancos de idéias generosamente financiados ou em publicações reputadas (tais como *Commentary*)²⁰. Os neoconservadores americanos são favoráveis ao poder corporativo, à iniciativa privada e à restauração do poder de classe. O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado. Mas ele se afasta dos princípios do puro neoliberalismo, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta aos caos de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político vis-à-vis de perigos externos e internos.

Em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre. Mas também propõe respostas singulares a uma das contradições centrais deste último. Se “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais”, como disse de início Thatcher, o caos dos interesses individuais pode facilmente vir a se sobrepor à ordem. A anarquia do mercado, da competição e do individualismo sem peias (esperanças, desejos, ansiedades e temores individuais; escolhas de estilo de vida e de hábitos e orientações sexuais; formas de auto-expressão e comportamentos com relação aos outros) gera uma situação cada vez mais

19. H. WANG, *China's New Order: Society, politics and Economy in Transition*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2003, 44.

20. J. MANN, *The Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet*, New York, Viking Books, 2004; S. DRURY, *Leo Strauss and the American Right*, New York, Palgrave Macmillan, 1999.



ingovernável. Ela pode até levar a uma ruptura de todos os vínculos de solidariedade e a uma condição que beira a anarquia social e o nihilismo.

Diante disso, algum grau de coerção parece necessário à restauração da ordem. Os neoconservadores enfatizam assim a militarização como remédio para o caos dos interesses individuais. Por esse motivo, mostraram-se mais propensos a acentuar ameaças, reais ou imaginadas, nos planos doméstico e externo, à integridade e à estabilidade do país. Nos Estados Unidos, isso implica desencadear aquilo que Hofstadter denominou “o estilo paranóico da política americana”, no qual a nação é descrita como sitiada e ameaçada por inimigos internos e externos²¹. Esse estilo político tem tido uma longa história nos Estados Unidos: o neoconservadorismo não é novo, e desde a Segunda Guerra Mundial tem sua residência particular num poderoso complexo industrial-militar que tem seus interesses escusos na permanente militarização. O fim da Guerra Fria evocou, contudo, a questão da origem da ameaça à segurança norte-americana. O islamismo radical e a China surgiram como os dois principais candidatos externos, e movimentos dissidentes internos (o Ramo Dravidiano incinerado em Waco, os movimentos de milicianos que deram apoio ao bombardeio de Oklahoma, as revoltas populares que se seguiram ao espancamento de Rodney King em Los Angeles e, por fim, os distúrbios que estouraram em Seattle em 1999) tiveram de se tornar alvo de uma vigilância e um policiamento mais intensos. O surgimento bem concreto da ameaça do islamismo radical na década de 1990, que culminou nos eventos de 11 de setembro, acabou por ocupar o primeiro plano como foco central da declaração de uma “guerra ao terrorismo” permanentemente que demandou a militarização dentro do país e no exterior para garantir sua segurança. Embora, sem sombra de dúvida, algum tipo de reação policial/militar à ameaça revelada pelos dois ataques ao World Trade Center de Nova York fosse necessária, a chegada ao poder dos neoconservadores garantiu uma resposta demasiado abrangente e, no juízo de muitos, demasiado extrema, que provocou uma militarização avassaladora nos planos doméstico e externo²².

O neoconservadorismo existe há muito tempo como movimento não declarado contra a permissividade moral que o individualismo costuma promover. Nesse sentido, ele procura restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político. Essa possibilidade é de certo modo pressagiada no âmbito da teoria neoliberal, que, “ao questionar o próprio fundamento

21. R. HOFSTADTER, *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1996.

22. HARVEY, *The New Imperialism*, cap. 4.



político de modelos intervencionistas de administração econômica, fez que questões de moralidade, justiça e poder voltassem à economia — ainda que à sua própria maneira peculiar”²³. O que os neoconservadores fazem é mudar a “maneira peculiar” mediante a qual essas questões entram no debate, tendo por meta se contrapor ao efeito dissolutivo do caos de interesses individuais que o neoliberalismo costuma produzir. De modo algum se afastam do programa neoliberal de construção ou restauração do poder de alguma classe dominante. Contudo, buscam legitimar esse poder, assim como buscam o controle social, por meio da construção de um clima de consentimento que gira em torno de um conjunto coerente de valores morais. Isso traz de imediato a questão de saber que valores morais devem prevalecer. Seria inteiramente viável, por exemplo, apelar ao sistema liberal de direitos humanos, já que, afinal, o objetivo do ativismo dos direitos humanos, como alega Mary Kaldor, “não é apenas a intervenção para proteger direitos humanos, mas também a criação de uma comunidade moral”²⁴. Nos Estados Unidos, doutrinas do “excepcionalismo” e a longa história do ativismo dos direitos humanos certamente originaram movimentos morais em torno de questões como direitos civis, inanição global e engajamento filantrópico, assim como zelo missionário.

Não obstante, os valores morais que agora ocupam o foco dos neoconservadores podem ser melhor entendidos como produtos da coalizão específica construída nos anos 1970 entre a classe de elite e os interesses de negócios desejosos de restaurar seu poder de classe, de um lado, e uma base eleitoral entre a “maioria moral” da classe trabalhadora branca ressentida, de outro. Os valores morais centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo. Embora essa aliança tenha sido sob Reagan principalmente tática, a desordem doméstica dos anos Clinton obrigou o argumento dos valores morais a ir para o topo de programa no republicanismo de Bush filho. Esse argumento agora é parte do núcleo do programa moral do movimento neoconservador²⁵.

Mas seria errôneo ver essa virada neoconservadora como excepcional ou peculiar aos Estados Unidos, embora existam elementos espe-

23. CHANG, *Globalisation*, p. 31.

24. M. KALDOR, *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*, Cambridge, Polity, 1999, 130.

25. FRANK, *What is the Matter with Kansas*.



ciais agindo aqui que talvez não estejam presentes alhures. Nos Estados Unidos, essa afirmação de valores morais se apóia fortemente em apelos a ideais de nação, religião, história, tradição cultural e coisas do tipo, ideais que de modo comum se restringem aos Estados Unidos. Isso traz de volta à atenção, de maneira mais aguda, um dos mais perturbadores aspectos da neoliberalização: a curiosa relação entre Estado e nação. Em princípio, a teoria neoliberal não vê favoravelmente a *nação*, embora apóie a ideia de um Estado forte. O cordão umbilical que juntava Estado e nação sob o liberalismo embutido tinha de ser cortado para que o neoliberalismo florescesse. Isso foi particularmente o caso de Estados como o México e a França, que assumiram uma forma corporativista. O Partido Revolucionário Institucional do México havia muito governava com base no tema da unidade entre Estado e nação, mas isso foi se desfazendo cada vez mais, chegando mesmo a voltar boa parte da nação contra o Estado, como resultado de reformas neoliberais dos anos 1990. Claro que o nacionalismo é uma característica de longa data da economia global, e seria de fato estranho se ele tivesse desaparecido sem vestígios por causa de reformas neoliberais; na verdade, ele retomou fôlego em certa medida justo em oposição a tudo o que a neoliberalização tem representado. A ascensão na Europa de partidos fascistas de direita centrados em fortes sentimentos contra os imigrantes é um exemplo disso. Ainda mais perturbador foi o nacionalismo étnico surgido na esteira do colapso econômico da Indonésia, que resultou num brutal ataque à minoria chinesa.

Como vimos, porém, o Estado neoliberal precisa de alguma espécie de nacionalismo para sobreviver. Obrigado a operar como agente competitivo no mercado mundial e buscando estabelecer o clima mais favorável aos negócios possível, ele mobiliza o nacionalismo em seu esforço de sobrevivência. A competição produz vencedores e perdedores efêmeros na luta global por uma posição, e isso pode ser em si uma fonte de orgulho nacional ou de busca da essência nacional. Um indício disso é o nacionalismo que gira em torno de competições esportivas entre países. Na China, o apelo ao sentimento nacionalista na luta por proporcionar uma posição (se não a hegemonia) ao Estado na economia global é declarado (assim como a intensidade do programa de treinamento dos atletas na Olimpíada de Pequim). O sentimento nacionalista é igualmente onipresente na Coreia do Sul e no Japão, e em ambos os casos pode ser visto como um antídoto da dissolução de antigos vínculos de solidariedade social sob o impacto do neoliberalismo. Fortes correntes de nacionalismo cultural se agitam nos antigos Estados-nação (como a França) que hoje formam a União Européia. A religião e o nacionalismo cultural proporcionaram o alicerce moral que explica o sucesso do Partido Nacionalista Hindu no aprimoramento de práticas neoliberais na história recente da



Índia. A invocação de valores morais na revolução iraniana e a subsequente virada para o autoritarismo não levaram ao total abandono de práticas centradas no mercado, embora a revolução pretendesse combater a decadência que traz o individualismo de mercado irrestrito. Um impulso semelhante está na base do tão antigo sentido de superioridade moral que prevalece em países como Cingapura e Japão diante do que consideram o individualismo “decadente” e o multiculturalismo informe dos Estados Unidos. O caso de Cingapura é particularmente instrutivo. O país combinou neoliberalismo no mercado com um poder estatal coercivo e autoritário draconiano, ao mesmo tempo em que invocou solidariedades morais baseadas nos ideais nacionalistas de um Estado ilhéu isolado (depois de sua expulsão da federação malaia), valores confucionistas e, mais recentemente, uma forma peculiar de ética cosmopolita adequada à sua atual posição no mundo do comércio internacional²⁶. O caso britânico tem particular interesse: Margaret Thatcher, mediante a guerra das Falklands/Malvinas e de sua postura antagônica com relação à Europa, invocou o sentimento nacionalista em apoio ao seu projeto neoliberal, embora tenha sido a idéia de “Inglaterra e São Jorge”, e não a de Reino Unido, que animou sua concepção — o que despertou a hostilidade da Escócia e do País de Gales.

Fica claro que, embora haja perigos no minueto neoliberal com alguma espécie de nacionalismo, o inflexível casamento neoconservador com um propósito moral nacional é bem mais ameaçador. O cenário de muitos Estados — cada um deles preparado para recorrer a draconianas práticas coercivas ao mesmo tempo em que esposa seus próprios valores morais específicos e supostamente superiores — competindo no palco mundial não é nada tranquilizador. O que parece uma solução para as contradições do neoliberalismo pode com demasiada facilidade se tornar outro problema. A disseminação do poder neoconservador, quando não totalmente autoritário (do tipo que Vladimir Putin exerce na Rússia e o Partido Comunista exerce na China), embora alicerçado de maneira bastante diferente em diferentes formações sociais, põe em destaque os perigos de degenerar em nacionalismos concorrentes e talvez mesmo em guerra. Se há em ação alguma coisa inevitável, ela vem mais da virada neoconservadora do que de verdades eternas associadas a supostas diferenças nacionais. Assim, a prevenção de resultados catastróficos requer a rejeição da solução neoconservadora para as contradições do neoliberalismo. Mas isso presume que haja alguma alternativa, uma questão de que tratarei mais tarde.

26. Lee KUAN YEW, *From Third World to First: The Singapore Story, 1965-2000*, New York, HarperCollins, 2000.

O mapa dos movimentos da neoliberalização

Um mapa dos movimentos mediante os quais ocorreu o progresso da neoliberalização no cenário mundial a partir de 1970 é difícil de elaborar. Para começar, a maioria dos Estados que seguiram a virada neoliberal só o fizeram parcialmente — a introdução de maior flexibilidade nos mercados de trabalho aqui, uma desregulação das operações financeiras e a adoção do monetarismo ali, certa privatização de setores nas mãos do Estado acolá. Mudanças totais na esteira de crises (como o colapso da União Soviética) podem ser sucedidas por lentas reversões quando os aspectos não-palatáveis do neoliberalismo se tornam mais evidentes. E na luta de restauração ou implantação do poder de uma classe alta distintiva ocorre todo tipo de idas e vindas enquanto os poderes políticos mudam de mãos e os instrumentos de influência se enfraquecem ali ou se fortalecem alhures. Assim, todo mapa desses movimentos apresentaria correntes turbulentas de desenvolvimentos geográficos desiguais que precisam ser rastreados para compreender de que maneiras transformações locais se vinculam a tendências mais amplas¹.

A competição entre territórios (Estados, regiões ou cidades) com respeito a quem tem o melhor modelo de desenvolvimento econômico ou o clima de negócios mais favorável era relativamente insignificante nos anos 1950 e 1960. Esse tipo de competição veio a existir nos sistemas de relações comerciais mais fluidos e abertos instaurados depois de 1970. O progresso geral da neoliberalização viu-se por conseguinte cada vez mais impelido por mecanismos de desenvolvimento geográfico desigual. Estados ou regiões bem-sucedidos pressionam todos a seguir seu exemplo. Inovações revolucionárias põem este ou aquele Estado (Japão, Alemanha, Taiwan, Estados Unidos, China etc.), esta ou aquela região (o Vale do Silício, a Bavária, a Terceira Itália^{2*}, Bangalore, o delta do Rio Pérola^{3**}, Botsuana etc.), ou mesmo esta ou aquela cidade (Boston, San Francisco, Xangai, Munique etc.) na vanguarda da acumulação de capital. Mas as vantagens competitivas se mostram com demasiada frequência efêmeras, o que introduz no capitalismo global uma extraordinária volatilidade. Mas também é verdade que fortes impulsos de neoliberalização emanaram de uns quantos epicentros mais importantes e até foram orquestrados por eles.

O Reino Unido e os Estados Unidos sem dúvida foram os líderes, mas em nenhum deles a virada deixou de apresentar problemas. Embora

1. PECK, *Geography and Public Policy*.

2*. Designação de um conglomerado regional de cidades do norte da Itália que passou por um rápido período de expansão econômica. (N.T.).

3**. O delta do rio Pérola é onde se concentra a recente explosão econômica da China. (N.T.).



Thatcher tenha tido sucesso na privatização da habitação popular e das utilidades públicas, serviços públicos essenciais como o sistema nacional de atenção à saúde e a educação pública permaneceram em larga medida imunes. Nos Estados Unidos, o “compromisso keynesiano” dos anos 1960 nunca se aproximou das realizações dos Estados socialdemocratas da Europa. A oposição a Reagan foi, portanto, menos combativa. Seja como for, ele estava bastante preocupado com a Guerra Fria e lançou uma corrida armamentista (o “keynesianismo militar”) financiada por déficits para beneficiar especificamente sua maioria eleitoral no sul e no oeste do país. Embora isso por certo não fosse compatível com a teoria neoliberal, os déficits federais crescentes proporcionaram na prática uma conveniente desculpa para estrangular programas sociais (um objetivo neoliberal).

Apesar de toda a retórica da cura de economias doentes, nem a Inglaterra nem os Estados Unidos alcançaram altos níveis de desempenho econômico nos anos 1980, o que sugere que o neoliberalismo não era a resposta às orações capitalistas. É verdade que a inflação desabou e as taxas de juros aumentaram, mas o preço disso foram altas taxas de desemprego (uma média de 7,5% nos Estados Unidos de Reagan e mais de 10% na Inglaterra de Thatcher). Cortes em benefícios sociais e em despesas com infra-estrutura reduziram a qualidade de vida de muitas pessoas. O resultado geral foi uma estranha mistura de baixo crescimento e crescente desigualdade de renda. Na América Latina, por outro lado, atingida pela primeira onda de neoliberalização forçada no começo dos anos 1980, o resultado foi em geral toda uma “década perdida” de estagnação econômica e perturbação política.

Os anos 1980 foram de fato a década do Japão, das economias dos “tigres” asiáticos e da Alemanha Ocidental como casas de força competitivas da economia global. Seu sucesso na ausência de reformas liberais amplas torna difícil alegar que a neoliberalização no cenário mundial progrediu como paliativo comprovado para a estagnação econômica. Com efeito, os bancos centrais desses países seguiam em geral uma linha monetarista (o Bundesbank, banco central da Alemanha Ocidental, foi particularmente assíduo no combate à inflação). E graduais reduções das barreiras comerciais criaram pressões competitivas que desembocaram no sutil processo do que se poderia denominar “neoliberalização insidiosa”, mesmo em países que em geral resistiam a ela. O acordo de Maastrich, de 1981, por exemplo, que estabeleceu um amplo arcabouço neoliberal para a organização interna da União Européia, não teria sido possível sem a pressão de Estados como a Inglaterra, que haviam se comprometido com reformas neoliberais. Mas na Alemanha Ocidental os sindicatos mantiveram-se fortes, preservaram-se as proteções sociais e os níveis relativamente altos de salários permaneceram. Isso estimulou



a inovação tecnológica que manteve esse país bem à frente no âmbito da competição internacional na década de 1980 (ainda que tenha produzido também desemprego induzido por avanços tecnológicos). O crescimento voltado para as exportações impeliu o país à posição de líder global. No Japão, sindicatos independentes, quando existiam, eram fracos, e havia altas taxas de exploração do trabalho, mas o investimento do Estado em inovações tecnológicas e as estreitas relações entre corporações e bancos (um arranjo que também se mostrou satisfatório na Alemanha) geraram um espantoso crescimento voltado para exportações nos anos 1980, em larga medida a expensas do Reino Unido e dos Estados Unidos. Por conseguinte, o crescimento ocorrido nos anos 1980 não dependeu da neoliberalização exceto no sentido mais restrito de que uma maior abertura do comércio e dos mercados globais proporcionou o contexto no qual as histórias de sucesso do Japão, da Alemanha Ocidental e dos tigres asiáticos puderam ocorrer com mais facilidade em meio a uma competição internacional que se intensificava. Ao final da década de 1980, os países que haviam seguido o caminho neoliberal mais forte pareciam estar com dificuldades econômicas. Era difícil não concluir que os “regimes de acumulação” da Alemanha Ocidental e dos tigres asiáticos mereciam ser emulados. Muitos Estados europeus resistiram portanto a reformas neoliberais e adotaram o modelo alemão ocidental. Na Ásia, o modelo japonês foi amplamente emulado primeiro pela “Gangue dos Quatro” (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e depois por Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas.

Mas os modelos da Alemanha Ocidental e do Japão não facilitavam a restauração do poder de classe. Os aumentos da desigualdade social que havia no Reino Unido e particularmente nos Estados Unidos na década de 1980 foram postos em xeque. Embora as taxas de crescimento fossem baixas nesses dois países, o padrão de vida do trabalho declinava ponderavelmente e as classes altas começavam a se sair bem. As taxas de remuneração dos CEOs norte-americanos, por exemplo, eram invejadas pelos europeus em posições comparáveis. Na Inglaterra, uma nova onda de financistas empreendedores começou a consolidar grandes fortunas. Se o projeto era restaurar o poder de classe às principais elites, o neoliberalismo era sem dúvida a resposta. Em consequência, a possibilidade ou não de um país ser levado à neoliberalização dependia do balanço de forças entre as classes (a forte organização sindical da Alemanha Ocidental e da Suécia prejudicou a neoliberalização), bem como do grau de dependência da classe capitalista com relação ao Estado (bem forte em Taiwan e na Coréia do Sul).

Os recursos por meio dos quais o poder de classe tinha condições de ser transformado e restaurado foram instaurados de modo gradual mas



desigual durante a década de 1980 e se consolidaram na década seguinte. Quatro componentes tiveram papel essencial nisso. Em primeiro lugar, a virada para uma financialização mais aberta, iniciada em 1970, acelerou-se durante os anos 1990. O investimento externo direto e o investimento indireto aumentaram rapidamente por todo o mundo capitalista, mas se disseminaram desigualmente (Figura 4.1), dependendo com frequência de quão favorável fosse o clima de negócios em cada lugar. Os mercados financeiros passaram por uma forte onda de inovação e desregulação internacionalmente, e, além de se tornarem instrumentos bem mais importantes de coordenação, ofereciam meios de obtenção e concentração de riqueza. Passaram assim a ser os recursos privilegiados de restauração do poder de classe. O estreito vínculo entre corporações e bancos que tão bem servira aos alemães ocidentais e aos japoneses nos anos 1980 foi enfraquecido e substituído por uma crescente ligação entre corporações e mercados financeiros (as bolsas de valores), e nisso o Reino Unido e os Estados Unidos estavam em vantagem. Na década de 1990, a economia japonesa entrou em parafuso (liderado pelo colapso nos mercados especulativos de terras e imóveis), e o setor bancário viu-se ameaçado. A apresada reunificação da Alemanha criou tensões, e a vantagem tecnológica anterior dos alemães se dissipou, tornando necessário abalar mais profundamente sua tradição socialdemocrata para garantir a sobrevivência.

Em segundo lugar, havia a crescente mobilidade geográfica do capital, facilitada em parte pelo fato corriqueiro mas essencial da rápida redução dos custos de transporte e de comunicações. A gradual redução de barreiras artificiais ao movimento do capital e das mercadorias, como tarifas, controles de câmbio ou mesmo, simplesmente, tempo de espera nas fronteiras (cuja abolição na Europa teve efeitos dramáticos), também desempenhou um importante papel. Embora houvesse considerável desigualdade (os mercados japoneses permaneceram altamente protegidos, por exemplo), o impulso geral era na direção da padronização de arranjos comerciais mediante acordos internacionais que culminaram nos firmados na Organização Mundial do Comércio, que passaram a vigorar em 1995 (mais de cem países tinham assinado esses acordos no curso de um ano). Essa maior abertura ao fluxo de capital (principalmente norte-americano, europeu e japonês) pressionou todos os países a examinar a qualidade de seu clima de negócios como condição crucial para o sucesso competitivo. Como o grau de neoliberalização estava sendo cada vez mais considerado pelo FMI e pelo Banco Mundial uma medida de bom clima de negócios, houve um incrível aumento da pressão sobre todos os Estados para que adotassem reformas neoliberais⁴.

4. WORLD BANK, *World Development Report 2005 for Everyone*. New York, Oxford University Press, 2004.

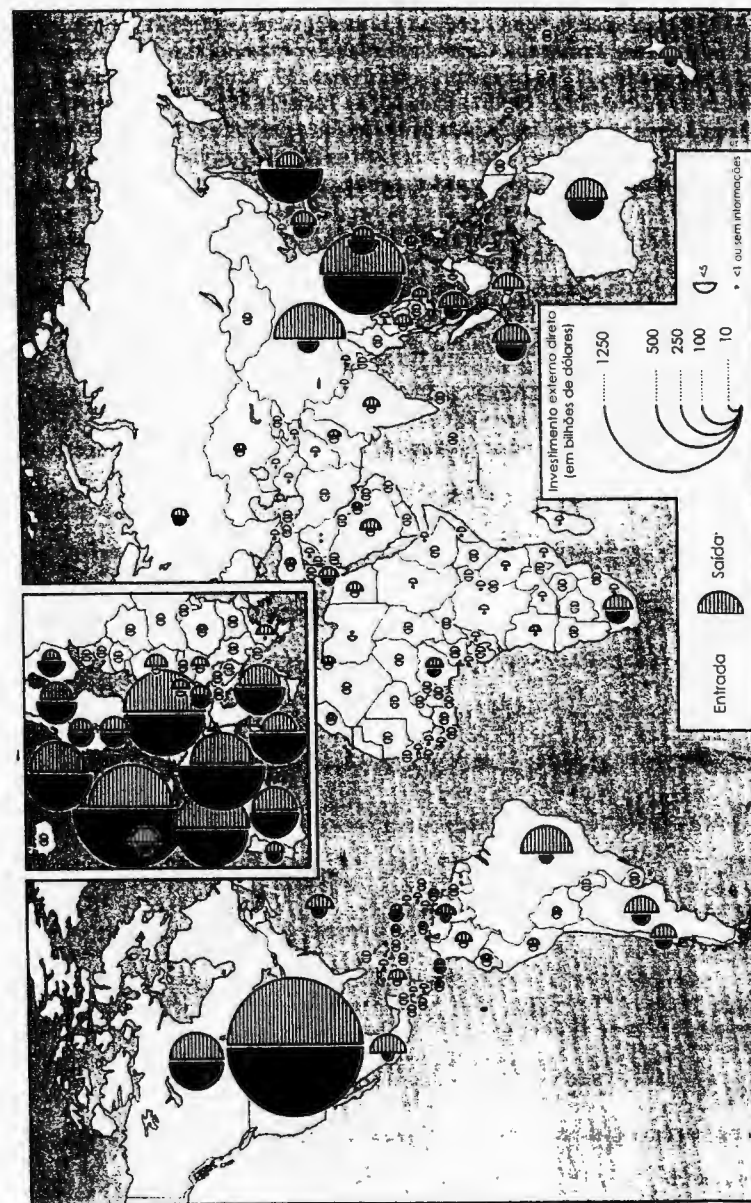


Figura 4.1 Padrão global de investimentos externos diretos, 2000
Fonte: Dicken, *Global Shift*



Em terceiro, o complexo Wall Street-FMI-Tesouro dos Estados Unidos, que veio a dominar a política econômica nos anos Clinton, conseguiu persuadir, iludir e (graças aos programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI) forçar muitos países em desenvolvimento a seguir o caminho neoliberal⁵. Os Estados Unidos também usaram a censura do acesso preferencial a seu imenso mercado de consumo para persuadir muitos países a reformar sua economia segundo parâmetros neoliberais (em alguns casos por meio de acordos bilaterais de comércio). Essas políticas ajudaram a produzir o *boom* nos Estados Unidos na década de 1990. O país, cavalgando uma onda de inovação tecnológica que sustentou a ascensão da chamada “nova economia”, parecia ter a resposta e dava a impressão de que suas políticas mereciam emulação, embora o emprego relativamente pleno alcançado o tivesse sido a baixas taxas de remuneração em condições de redução das proteções sociais (o número de pessoas sem seguro social aumentou). A flexibilidade nos mercados de trabalho e a redução dos gastos com o bem-estar social (o draconiano corte do “sistema de bem-estar social que conhecemos” realizado por Clinton) começaram a compensar para os Estados Unidos e impuseram pressões competitivas sobre os mercados de trabalho mais rígidos prevalecentes em boa parte da Europa (exceto na Inglaterra) e no Japão. Mas o real segredo do sucesso americano foi o fato de o país poder então extrair altas taxas de retorno de suas operações financeiras e corporativas (investimentos diretos e indiretos) no resto do mundo. Foi esse fluxo de tributos extraído do resto do mundo que sustentou boa parte da afluência alcançada nos Estados Unidos durante a década de 1990 (Figuras 1.8 e 1.9)⁶.

Por fim, a difusão global da nova ortodoxia econômica neoliberal e monetarista passou a exercer uma influência ideológica cada vez mais forte. Já em 1982, a economia keynesiana fora expurgada dos corredores do FMI e do Banco Mundial. No final da década, a maioria dos departamentos de economia das universidades acadêmicas dos Estados Unidos — que tinham ajudado a treinar a maioria dos economistas — tinha se enquadrado mediante a ampla aceitação do programa neoliberal, que enfatizava o controle da inflação e a solidez das finanças públicas (em vez do pleno emprego e das proteções sociais) como objetivos primordiais da política econômica.

Todos esses fios convergiram para a formação do chamado “Consenso de Washington”, da metade dos anos 1990⁷. Os modelos norte-americano e inglês de neoliberalismo foram ali definidos como a solução para os problemas globais. Fizeram-se fortes pressões inclusive sobre o Japão e a Europa

5. GOWAN, *The Global Gamble*.

6. DUMÉNIL, LÉVY, *The Economics of US Imperialism*.

7. STIGLITZ, *The Roaring Nineties*.



(para não falar do resto do mundo) a seguir a rota neoliberal. A formação da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi o ponto alto desse ímpeto institucional (embora a criação do NAFTA — Tratado Norte-Americano de Livre Comércio — e os acordos de Maastrich firmados antes na Europa também tenham sido importantes arranjos institucionais regionais). Em termos programáticos, a OMC estabeleceu padrões e normas neoliberais de interação na economia global. Sua meta primordial, contudo, era abrir ao máximo o mundo ao livre fluxo de capital (ainda que sempre com a cláusula de proteção de “interesses nacionais” essenciais), pois esse era o fundamento da capacidade do poder financeiro norte-americano, bem como europeu e japonês, de extrair tributos do resto do mundo.

Nada disso era particularmente compatível com a teoria neoliberal, exceto a ênfase nas restrições orçamentárias e o contínuo combate a uma inflação que por volta dos anos 1990 era quase inexistente. Claro que sempre estavam presentes considerações de segurança nacional que prejudicariam inevitavelmente toda tentativa de aplicar a teoria neoliberal em sua forma pura. Embora tivessem gerado uma sismica mudança geopolítica nas rivalidades imperiais, a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria não foram capazes de interromper a dança mortal de manobras geopolíticas pelo poder no cenário mundial, particularmente em regiões que, como o Oriente Médio, controlavam recursos essenciais ou naquelas com acentuada instabilidade política e social (como os Bálcãs). Não obstante, atenuaram o compromisso norte-americano de ajudar o Japão e as economias do Sudeste Asiático como bastiões na linha de frente da Guerra Fria. O papel econômico de apoio que os Estados Unidos tinham desempenhado na Coreia do Sul e em Taiwan antes de 1989 não estava à disposição da Indonésia ou da Tailândia na década de 1990. Mesmo no interior da estrutura neoliberal, contudo, havia muitos elementos, como as atividades do FMI e do G7, que funcionavam menos como instituições neoliberais do que como centros de força pura e simples mobilizada por potências ou grupos de potências particulares em busca de vantagens específicas. A crítica teórica neoliberal ao FMI nunca desapareceu. A pronta intervenção nos mercados de moedas através de mecanismos como o Acordo Plaza, de 1985, que baixara artificialmente o dólar com relação ao iene japonês, e logo depois o Acordo Plaza Reverso, que buscava resgatar o Japão de sua depressão nos anos 1990, foram exemplos de intervenções orquestradas que visavam estabilizar os mercados financeiros globais⁸.

As crises financeiras eram tanto endêmicas como contagiosas. A crise da dívida dos anos 1980 não se restringiu ao México, mas teve manifestações globais (ver a Figura 4.2)⁹. E na década de 1990 houve dois conjuntos

8. R. BRENNER, *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*, London, Verso, 2002.

9. S. CORBRIDGE, *Debt and Development*, Oxford, Blackwell, 1993.

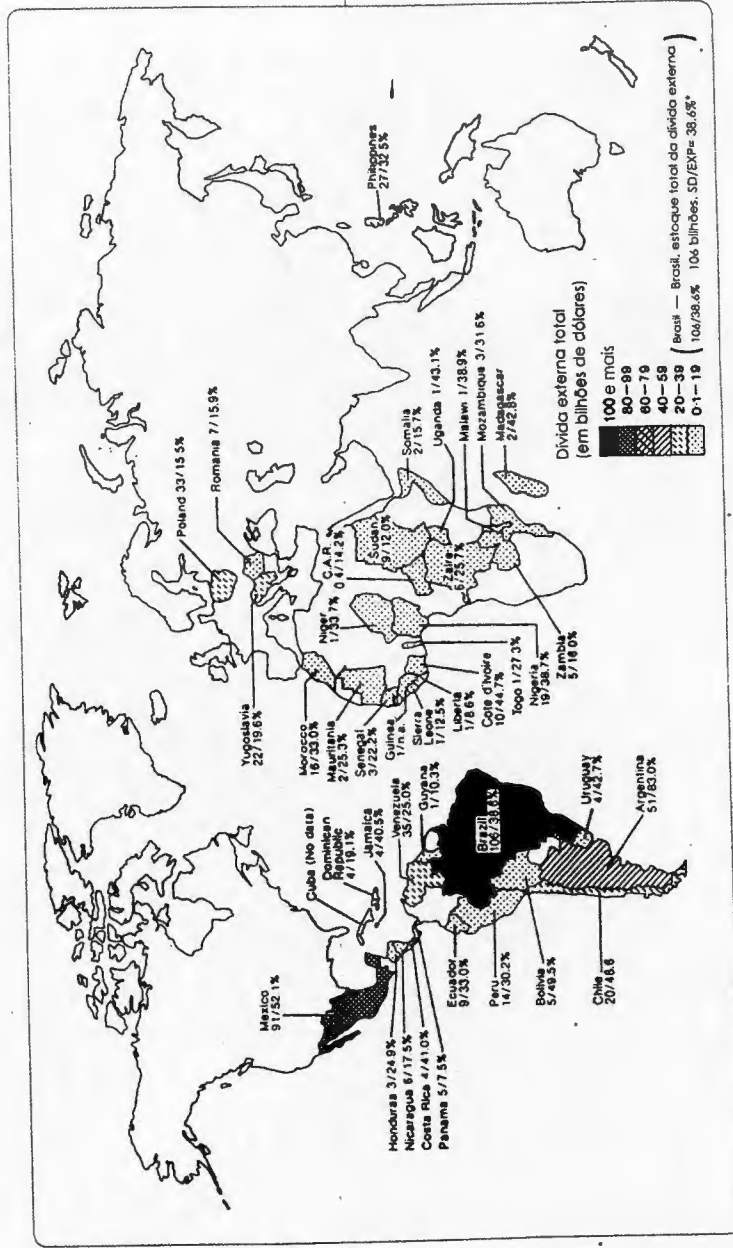


Figura 4.2 A crise da dívida internacional de 1982-85
Fonte: Corbridge, Debt and Development
*(SERVIÇO DA DÍVIDA/EXPORTAÇÕES)



de crises financeiras inter-relacionadas que assinalaram uma característica da neoliberalização desigual. A “crise da tequila” que atingiu o México em 1995, por exemplo, se espalhou de maneira quase imediata, com efeitos devastadores no Brasil e na Argentina. Mas suas reverberações também foram sentidas em algum grau no Chile, nas Filipinas, na Tailândia e na Polónia. Por que exatamente esse padrão de contágio ocorreu é algo difícil de explicar, porque movimentos especulativos e expectativas nos mercados financeiros não se baseiam necessariamente em fatos concretos. Mas a financialização desregulada sem dúvida implicava um sério risco de crises contagiosas. A “mentalidade de rebanho” dos financistas (ninguém deseja ser o último a manter estoques de uma dada moeda antes da desvalorização desta) pode produzir expectativas auto-realizadoras, com manifestações tanto agressivas como defensivas. Os especuladores de divisas tiveram bilhões de dólares de lucro quando forçaram os governos europeus a afrouxar o Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio (MTC) em julho de 1993, e, em outubro daquele ano, só George Soros ganhou quase um bilhão de dólares em duas semanas ao apostar contra a capacidade inglesa de manter a libra nos limites do MTC.

A segunda onda de crises financeiras, de caráter mais amplo, começou na Tailândia em 1997, com a desvalorização da moeda local, o *thai baht*, na esteira do colapso do mercado imobiliário especulativo. A crise contaminou primeiro a Indonésia, a Malásia e as Filipinas e depois alcançou Hong Kong, Taiwan, Cingapura e a Coreia do Sul. A Estônia e a Rússia foram duramente atingidas e pouco depois o Brasil desabou, com fortes conseqüências para a Argentina. Mesmo a Austrália, a Nova Zelândia e a Turquia foram afetadas. Só os Estados Unidos pareciam imunes, mas mesmo lá um fundo de derivativos, o Long Term Capital Management (cujos principais conselheiros eram dois laureados pelo Nobel em economia), que tinha apostado errado nas variações da moeda italiana, teve de ser resgatado com nada menos de 3,5 bilhões de dólares.

Todo o “regime leste-asiático” de acumulação, facilitado por “Estados desenvolvimentistas”, estava sendo posto à prova em 1997-98. Os efeitos sociais foram devastadores:

Com o avanço da crise, o desemprego disparou, o PIB afundou e bancos fecharam. A taxa de desemprego quadruplicou na Coreia, triplicou na Tailândia e decuplicou na Indonésia. Neste último país, quase 15% dos trabalhadores do sexo masculino que trabalhavam em 1997 tinham perdido o emprego em agosto de 1998, e a devastação econômica foi ainda pior nas áreas urbanas da principal ilha, Java. Na Coreia do Sul, a pobreza urbana quase triplicou, com cerca de um terço da população caindo na pobreza; na Indonésia, a pobreza duplicou... Em 1998, o PIB



da Indonésia se reduziu em 13,1%, o da Coreia em 6,7% e o da Tailândia em 10,8%. Três anos depois da crise, o PIB da Indonésia ainda estava 7,5% abaixo do nível de antes da crise, e o PIB da Tailândia estava 2,3% abaixo do nível anterior¹⁰.

Quando o PIB da Indonésia caiu e o desemprego aumentou, o FMI apareceu para ordenar medidas de austeridade mediante a abolição de subsídios aos alimentos e ao querosene. Os distúrbios e a violência que se seguiram a isso “desfizeram o tecido social do país”. As classes capitalistas, formadas principalmente por chineses étnicos, foram altamente inculpadas pelo fracasso. Enquanto a elite de negócios chinesa mais abastada desertou para Cingapura, uma onda de assassinatos por vingança e de ataques à propriedade engolfou os demais membros da minoria chinesa quando a horrenda cabeça do etnonacionalismo se levantou em busca de um bode expiatório para o colapso social¹¹.

A explicação-padrão do FMI/Tesouro dos Estados Unidos para a crise foi excesso de intervencionismo estatal e relações de corrupção entre o Estado e os homens de negócios (o “capitalismo dos compadres”). A solução estava em ampliar a neoliberalização. O Tesouro e o FMI agiram de acordo com isso, o que teve desastrosas conseqüências. A visão alternativa da crise dizia que no centro do problema estava a desregulação financeira impetuosa e a incapacidade de implantar controles regulatórios adequados para conter investimentos internos indisciplinados e especulativos. Há substanciais provas em favor dessa segunda explicação: os países que não haviam liberado seus mercados de capital — Cingapura, Taiwan, China — sofreram bem menos do que países como a Tailândia, a Indonésia, a Malásia e as Filipinas, que haviam. Além disso, o país que ignorara o FMI e impusera controles sobre o capital — a Malásia — se recuperou mais rapidamente¹². Depois que também recusou o conselho do FMI de reestruturação industrial e financeira, a Coreia do Sul passou por uma recuperação mais célere. O motivo de o FMI e o Tesouro continuarem a insistir na neoliberalização é um aparente mistério. As vítimas disso vêm propondo crescentemente uma resposta conspiratória:

O FMI primeiro disse aos países asiáticos que abrissem seus mercados ao capital “quente” de curto prazo. Eles o fizeram e o dinheiro entrou em grandes montantes, mas saiu com a mesma rapidez com que tinha en-

10. S. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*, 57.

11. CHUA, *World on Fire*.

12. HENDERSON, *Uneven Crises*; STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*, 99, também é dessa opinião: “a liberalização da conta de capitais é o mais importante fator de produção da crise”.



trado. O FMI disse então que as taxas de juro deveriam ser aumentadas e que deveria haver restrições fiscais — o que induziu a uma profunda depressão. Os preços dos ativos desabaram e o FMI instou os países a vender seus ativos mesmo a preços vergonhosos... As vendas foram realizadas pelas mesmas instituições financeiras que tinham retirado seu capital e precipitado a crise. Os bancos ganharam com isso polpudas comissões por seu trabalho de vender as empresas com problemas ou por dividi-las, da mesma maneira como tinham ganho comissões quando, em primeiro lugar, tinham feito o dinheiro ir originalmente para os países¹³.

Por trás dessa concepção conspiratória está o papel obscurecido e amplamente não examinado dos fundos de derivativos com sede em Nova York. Se Soros e outros especuladores podem ganhar milhões à custa de governos europeus ao apostar contra sua capacidade de se manter nos termos do MTC, por que não poderiam os fundos de derivativos, armados com trilhões de dólares de fundos captados nos bancos, planejar um ataque não só a governos do Leste e do Sudeste asiáticos, mas igualmente a algumas das mais bem-sucedidas corporações do capitalismo global simplesmente negando-lhes liquidez num momento de pequenas dificuldades? O resultante fluxo de tributos para Wall Street foi imenso, fazendo disparar os preços das ações numa época em que as taxas de poupança interna dos Estados Unidos estavam em queda. E depois que a bancarrota fora declarada em boa parte da região uma onda de investimento estrangeiro direto pôde voltar a fluir a fim de comprar empresas totalmente viáveis ou (no caso da Daewoo) pedaços de empresas, a preço de banana. Stiglitz rejeita essa teoria conspiratória e propõe uma explicação “mais simples”: o FMI estava apenas “refletindo os interesses e a ideologia da comunidade financeira ocidental”¹⁴. Mas ele ignora o papel dos fundos de derivativos, e nunca lhe ocorre que a crescente desigualdade social que ele tanto desaprova como subproduto da neoliberalização pode ter sido desde o começo sua *raison d'être*.

Relatos do front

México

O Partido Revolucionário Institucional (PRI) foi o único a governar de 1929 até a eleição de Vicente Fox em 2000. O partido criou um Estado corporativista que se mostrava inclinado a organizar, cooptar, subornar e, se necessário, suprimir movimentos de oposição entre traba-

13. *Ibid.*, 129-130.

14. *Ibid.*



lhadores, camponeses e classes médias que haviam constituído a base da revolução. O PRI buscou realizar um modelo de modernização e de desenvolvimento econômico liderado pelo Estado, centrado especialmente num vigoroso comércio exportador com os Estados Unidos. Surgiu um significativo setor monopolista estatal nos transportes, na energia e nas utilidades públicas, bem como em algumas indústrias de base (como o aço). A entrada controlada de capital externo sob o programa *maquila*¹⁵ — que permitiu principalmente que capital dos Estados Unidos produzisse no México uma área de fronteira usando mão-de-obra barata sem ser perturbado por tarifas ou restrições sobre movimentos de mercadorias — havia começado em 1965. Apesar do desenvolvimento econômico relativamente forte dos anos 1950 e 1960, os benefícios do crescimento não tinham chegado muito longe. O México não era um bom exemplo de neoliberalismo embutido, mas compensações episódicas dirigidas a grupos resistentes (trabalhadores, camponeses, classes médias) de fato promoveram algum grau de redistribuição de renda. A violenta supressão do movimento estudantil que protestava contra as desigualdades sociais em 1968 deixou um amargo legado que ameaçou a legitimidade do PRI. Mas o balanço de forças de classe começou a mudar na década de 1970. Os interesses de negócios fortaleceram sua posição independente e aprofundaram suas ligações com o capital externo.

A crise global dos anos 1970 atingiu de frente o México. A reação do PRI foi ampliar o setor público mediante a anexação de empresas privadas falidas e mantendo-as como fonte de emprego para afastar a ameaça de descontentamento da classe trabalhadora. O número de empresas estatais mais do que dobrou entre 1970 e 1980, tal como seu contingente de empregados. Mas, como essas empresas estavam perdendo dinheiro, o governo teve de financiá-las tomando empréstimos. Os bancos de investimento de Nova York, afogados em petrodólares para reciclar, aceitaram de bom grado a tarefa. As descobertas de reservas de petróleo no território mexicano tornavam emprestar dinheiro ao país uma aposta atraente. A dívida externa passou de 6,8 bilhões em 1972 para 58 bilhões em 1982¹⁶.

Vieram então a política de altas taxas de juros de Volcker, a recessão nos Estados Unidos, que reduziu a demanda por produtos mexicanos, e a queda dos preços do petróleo. As receitas do Estado mexicano caíram e o custo dos pagamentos do serviço da dívida disparou. O México

15. Operação industrial específica da chamada "nova economia", nos termos da qual ingressam num dado país insumos, peças e componentes a ser montados com mão-de-obra local e reenviados ao exterior como produtos manufaturados. (N.T.).

16. VASQUEZ, The Brady Plan.



declarou falência em agosto de 1982. A ampla fuga de capitais que já se iniciara antecipando-se à desvalorização do *peso* se acelerou, e o presidente Portillo nacionalizou os bancos como medida de emergência¹⁷. A elite de negócios e os banqueiros desaprovaram. De La Madrid, que tomou posse como presidente alguns meses depois, tinha de fazer uma escolha política, e privilegiou os interesses dos negócios. Pode-se dizer que isso era inevitável, mas o poder político que o PRI detinha não lhe dava necessariamente esse caráter. Esse presidente tinha idéias reformistas, estava menos envolvido na política tradicional do PRI e tinha íntimas relações com a classe capitalista e com interesses externos. A nova combinação FMI-Banco Mundial-Tesouro dos Estados Unidos, promovida por James Baker para resgatar o México de suas dificuldades, lançava novas pressões sobre De La Madrid. Além de insistir na austeridade orçamentária, o conglomerado insistiu, pela primeira vez, em amplas reformas neoliberais, como privatização, reorganização do sistema financeiro de maneira mais compatível com os interesses externos, abertura dos mercados internos ao capital externo, redução de barreiras tarifárias e construção de mercados de trabalho mais flexíveis. Em 1984, o Banco Mundial, pela primeira vez em sua história, emprestou dinheiro a um país em troca de reformas estruturais neoliberais. De La Madrid então abriu o México à economia global ao tornar o país signatário do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e implementar o programa de austeridade. Os efeitos foram dolorosos:

De 1983 a 1988, a renda *per capita* do México caiu a uma taxa de 5% ao ano; o valor dos salários reais dos trabalhadores caiu entre 40% e 50%; a inflação, que tinha oscilado entre 3% e 4% ao ano na década de 1960, chegou aos dois dígitos a partir de 1976, tendo alcançado 100% em vários desses anos... Ao mesmo tempo, devido a problemas fiscais do governo e à reorientação do modelo econômico vigente no país, os gastos do governo com o bem-estar social declinaram. Os subsídios à alimentação foram reduzidos aos segmentos mais pobres da população e a qualidade da educação pública e dos cuidados de saúde estagnou ou caiu¹⁸.

Na Cidade do México, em 1985, isso significava que os recursos "eram tão escassos que os gastos com serviços urbanos absolutamente essenciais na capital se reduziram drasticamente para 12% nos transportes,

17. D. MACLEOD, *Downsizing the State: Privatization and the Limits of Neoliberal Reform in Mexico*, University Park, Pennsylvania University Press, 2004.

18. C. LOMNITZ-ADLER, The Depreciation of Life during Mexico City's Transition into "The Crisis", in J. SCHNEIDER, I. SUSSER (Ed.), *Wounded Cities*, New York, Berg, 2004, 47-70.



25%, 18% em assistência à saúde e 26% na coleta de lixo"¹⁹. A onda de criminalidade que se seguiu tornou a capital do México, até então uma das mais tranquilas cidades do mundo, uma das mais perigosas da América Latina — em uma década. Foi uma repetição, ainda que em alguns aspectos mais devastadora, do que sucedera na cidade de Nova York dez anos antes. Bem mais tarde, num evento simbólico, a Cidade do México firmou um contrato multimilionário com a organização de consultoria de Giuliani para que esta ensinasse como enfrentar o crime.

De La Madrid percebeu que uma das saídas do dilema da dívida era a venda de empresas públicas e o uso da receita obtida para reduzir o montante da dívida. Não obstante, os primeiros passos dados no sentido da privatização foram tanto hesitantes como de alcance não muito amplo. Privatizar envolvia a total reestruturação dos contratos de trabalho, o que constituía uma fonte de conflitos. No final dos anos 1980, estouraram terríveis batalhas trabalhistas que foram impiedosamente sufocadas pelo governo. O ataque aos trabalhadores organizados se intensificou sob o governo Salinas, que começou em 1988. Vários dos antigos líderes sindicais foram condenados por corrupção e líderes mais novos, e mais obedientes, foram colocados em organizações trabalhistas chave controladas pelo PRI. Tropas das forças armadas foram convocadas mais de uma vez para combater greves, e o poder independente do trabalho organizado que um dia havia no país foi sendo continuamente reduzido. Salinas acelerou e formalizou o processo de privatização. Além de ter tido formação nos Estados Unidos, ele recorria aos conselhos de economistas formados no país²⁰. Seu programa de desenvolvimento econômico foi formulado numa linguagem bem próxima da ortodoxia neoliberal.

A abertura do México a mais investimentos estrangeiros diretos e à competição externa tornou-se um dos principais elementos do programa de reformas de Salinas. O programa *maquila* expandiu-se rapidamente ao longo da fronteira norte a ponto de tornar-se fundamental para a estrutura industrial e de emprego do México (Figura 4.3). Salinas iniciou e completou com sucesso as negociações com os Estados Unidos que produziram o NAFTA. A privatização manteve o ritmo. O emprego no setor público foi cortado pela metade entre 1988 e 1994. Por volta de 2000, o número de empresas nas mãos do Estado tinha chegado ao pequeno número de duzentas em comparação com as 1.100 que havia em 1982²¹. Os termos das privatizações foram assumindo um caráter cada

19. D. DAVIS, *Urban Leviathan: Mexico City in the Twentieth Century*, Philadelphia, Temple University Press, 1994.

20. MACLEOD, *Downsizing the State*, 90-94.

21. *Ibid.*, 71.

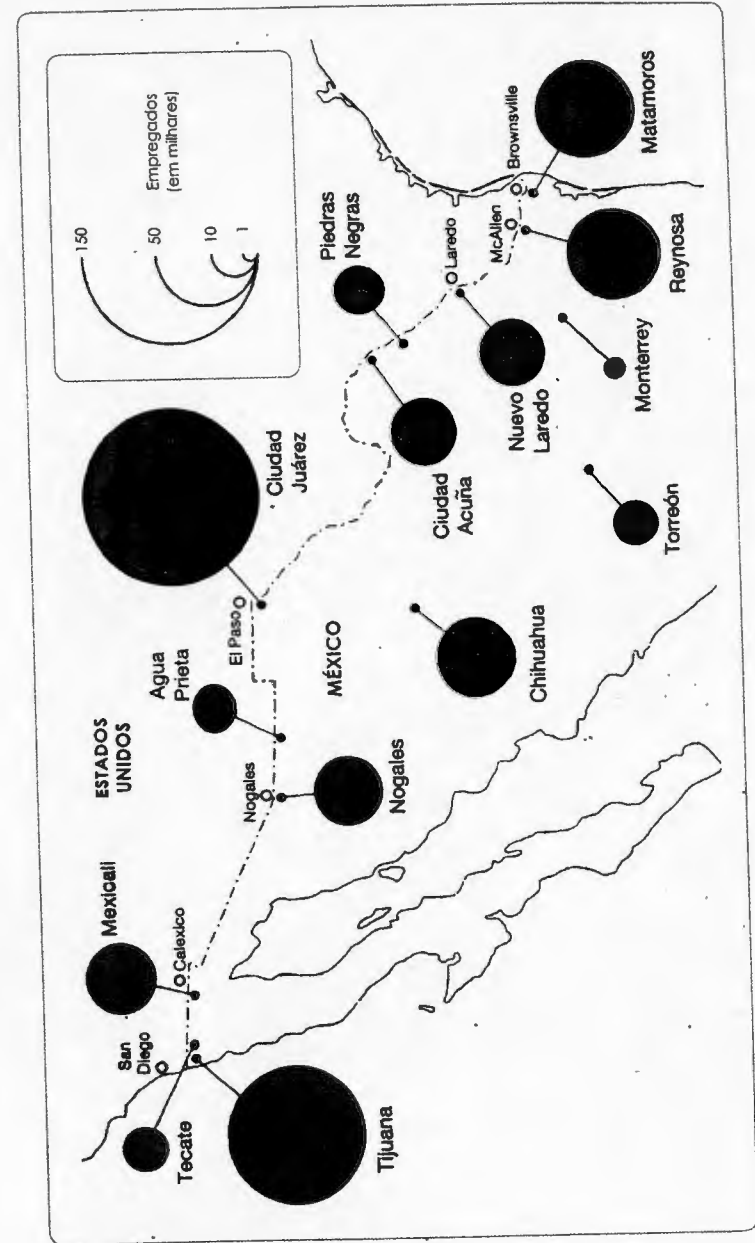


Figura 4.3 Emprego nos principais setores maquila do México em 2000
Fonte: Dicken, *Global Shift*



vez mais atrativo para estimular a compra por estrangeiros. Os bancos, que haviam sido apressadamente nacionalizados em 1982, foram reprivatizados em 1990. A fim de adaptar-se ao NAFTA, Salinas teve ainda de abrir o setor camponês e agrícola à competição externa, tendo por consequente de atacar o poder do campesinato, que havia muito constituía um dos pilares de apoio ao PRI. A Constituição de 1917, promulgada pela Revolução Mexicana, protegia os direitos legais dos povos indígenas e entronizou esses direitos no sistema *ejido*, que permitia a posse e o uso coletivos da terra. Em 1991, o governo Salinas aprovou uma lei de reforma que tanto permitia como estimulava a privatização de terras incluídas no sistema *ejido*, abrindo-as à posse por estrangeiros. Como o *ejido* proporcionava a base da segurança coletiva entre os grupos indígenas, o governo estava na verdade se eximindo de suas responsabilidades de manter essa segurança. A subsequente redução de barreiras à importação foi mais um golpe, tendo em vista que importações baratas de agonegócios norte-americanos eficientes, mas também altamente subsidiados, derrubaram os preços do milho e de outros produtos a ponto de somente os fazendeiros mexicanos mais abastados e eficientes poderem competir. Próximos da inanição, muitos camponeses se viram expulsos da terra e passaram simplesmente a engrossar o contingente de desempregados em cidades já com excesso de pessoas nas quais a chamada economia informal (por exemplo, os camelôs) ia se formando aos tranços e barrancos. Não obstante, houve uma disseminada resistência à reforma *ejido*, e vários grupos camponeses apoiaram a rebelião zapatista que estourou em Chiapas em 1994²².

Tendo assinado o que veio a ser conhecido como Plano Brady, para fazer jus ao perdão parcial da dívida, o México teve de engolir, pelo que se veio a saber principalmente de maneira voluntária, a pílula envenenada do aprofundamento da neoliberalização preconizado pelo FMI. O resultado foi a "crise da tequila" de 1995, desencadeada, como já sucedera em 1992, pela elevação da taxa de juros pelo banco central norte-americano. Isso impôs uma pressão especulativa ao *peso*, que sofreu desvalorização. O problema é que o México passara antes a emitir dívida convertida em dólar (os chamados *tesobonos* — títulos do Tesouro) para estimular o investimento externo, tendo ficado, depois da desvalorização, sem condições de mobilizar o montante em dólares suficiente para resgatá-los. O Congresso dos Estados Unidos recusou ajuda, mas Clinton, temendo uma perda de empregos nas indústrias norte-americanas que exportavam para o México, a perspectiva do aumento da imigra-

22. J. NASH, *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization*, New York, Routledge, 2001.



ção ilegal e, sobretudo, a perda de legitimidade da neoliberalização e dos acordos do NAFTA, exerceu seus poderes executivos para montar um pacote de resgate da ordem de 47,5 bilhões. Com um conveniente efeito colateral da desvalorização do *peso*, o capital nos Estados Unidos pôde então entrar rapidamente no país e comprar todo tipo de ativos a preços de liquidação para entrega do prédio. Embora apenas um dos bancos mexicanos privatizados em 1990 estivesse nas mãos de estrangeiros, em 2000 haviam sido passadas a elas 24 de trinta dessas instituições. A extração de tributos do México pelos interesses da classe capitalista externa tornou-se então inexorável. Mas a competição externa também passou a ser um problema: o México perdeu um ponderável número de empregos *maquila* a partir de 2000, quando a China começou a ser bem mais barata e passou em consequência a ser o país preferido por muitas empresas estrangeiras em busca de mão-de-obra barata²³.

Foram acentuados os efeitos de tudo isso, com destaque para as privatizações, sobre a concentração de riqueza no âmbito doméstico mexicano:

Em 1994, a lista das pessoas mais ricas do mundo da revista *Forbes* revelou que a reestruturação econômica do México produzira 24 bilionários. Destes, ao menos dezessete haviam participado do programa de privatização, comprando bancos, aciarias, usinas de açúcar, hotéis, restaurantes, indústrias químicas e uma empresa de telecomunicações, bem como concessões para operar empresas em setores recém-privatizados da economia, como portos, auto-estradas com cobrança de pedágios, bem como telefonia celular e de longa distância²⁴.

Carlos Slim, o homem mais rico do México, era o décimo quarto na lista da *Forbes*, controlando quatro das 25 maiores empresas mexicanas. Seus interesses comerciais transcenderam as fronteiras do México, e ele se tornou um importante empreendedor na área de telecomunicações em todo o território latino-americano, bem como nos Estados Unidos.

23. J. FORERO, *As China Gallops, Mexico Sees Factory Jobs Slip Away*, *New York Times*, 3 set. 2003, A3. "O México, há um bom tempo o rei das fábricas de baixo custo e da exportação para os Estados Unidos, vem sendo rapidamente suplantado pela China e seus milhões de trabalhadores remunerados com baixos salários... Um total de 500 de 3.700 *maquiladoras* fecharam as portas a partir de 2001, causando a perda de 218.000 empregos, diz o governo mexicano." Relatos recentes sugerem que o emprego no setor *maquila* vem se recuperando com o aumento da eficiência e da flexibilidade das indústrias, bem como com a capacidade de usar a proximidade com os Estados Unidos para garantir um fluxo constante de entregas que permitem ao varejo manter um nível mínimo de estoques. Ver E. MALKIN, *A Boom Along the Border*, *New York Times*, 26 ago. 2004, W1 e W7.

24. MACLEOD, *Downsizing the State*, 99-100; CHUA, *World on Fire*, 61-63, oferece um breve relato das atividades de Carlos Slim.



Sua estratégia no setor da telefonia celular ficou famosa: se apossar e monopolizar os mercados afluentes e de alta densidade e deixar os pobres e de baixa densidade sem serviço. Por volta de 2005, o México era o nono país do mundo em número de bilionários (na frente da Arábia Saudita). É discutível se podemos chamar isso de *restauração* ou *criação de novo* do poder de classe. Fica claro que o ataque ao trabalho, ao campesinato e ao padrão de vida da população funcionou no México. O destino deles ficou acentuadamente pior com a acumulação de riqueza no México e, ademais, nas mãos de um pequeno grupo de magnatas apoiados por seus aparatos financeiros e legais de poder.

O colapso argentino

A Argentina saiu de seu período de ditadura militar pesadamente envidada e rigidamente aprisionada a um sistema de governança corporativista, autoritário e bastante corrupto. A democratização foi eivada de dificuldades, mas, em 1992, Carlos Menem chegou ao poder. Embora peronista, Menem dispôs-se a liberalizar a economia, em parte para obter favores dos Estados Unidos, mas também para restabelecer as credenciais da Argentina na comunidade internacional na esteira das revelações da "guerra suja" que empanara sua reputação. Menem abriu o país ao comércio e aos fluxos de capital externos, introduziu maior flexibilidade nos mercados de trabalho, privatizou empresas estatais e a seguridade social e equiparou o peso ao dólar a fim de controlar a inflação e dar segurança aos investidores estrangeiros. O desemprego aumentou, pressionando para baixo os salários, ao mesmo tempo em que a elite usou a privatização para amealhar novas fortunas. O dinheiro entrou às catadupas no país e se expandiu de 1992 até que a "crise da tequila" se abateu sobre o México:

Em poucas semanas, o sistema bancário argentino perdeu 18% de seus depósitos. A economia, que crescera a uma taxa média anual de 8% da segunda metade de 1990 à segunda metade de 1994, caiu em profunda recessão. O Produto Interno Bruto sofreu uma contração de 7,6% do último trimestre de 1994 ao primeiro trimestre de 1996... a carga de juros que cabia ao governo aumentou mais de 50% de 1994 a 1996. Houve uma monumental saída de capital e a redução das reservas em moeda estrangeira²⁵.

O desemprego disparou para 18%. Embora o peso estivesse claramente sobrevalorizado, a desvalorização (em contraste com a situação do México) foi impedida pela insistência na manutenção da segurança do atrela-

25. S. Sharapura, What Happened in Argentina?, *Chicago Business Online*, 28 maio 2002. Disponível em: <<http://www.chibus.com/news/2002/05/28/Worldview>>.



mento ao dólar. Seguiu-se uma breve recuperação fundada no fluxo de capital externo, até que os efeitos da crise econômica asiática de 1997-98 alcançaram primeiro a Rússia e então o vizinho Brasil. Com isso e com as altas taxas de juro impelindo o orçamento doméstico ao déficit, uma pressão insuportável se impôs ao peso argentino. O capital doméstico e externo começou a debandar, antecipando-se à desvalorização. A dívida da Argentina mais do que dobrou entre 1995 e setembro de 2001, enquanto as reservas em moeda estrangeira desapareciam rapidamente. O montante destinado ao pagamento do serviço da dívida disparou para 9,5 bilhões de dólares em 2001. O FMI, que apoiara o atrelamento ao dólar e se opusera firmemente à desvalorização temendo consequências inflacionárias (como as que atingiram a Rússia e o Brasil, segundo Stiglitz com consequências desastrosas para ambos os países), resgatou a Argentina com um empréstimo de 6 bilhões de dólares (o segundo maior da história do FMI).

Mas nem isso pôde estancar a fuga de capitais. Em 2001, o sistema bancário argentino perdera mais de 17% de seus depósitos (14,5 bilhões de dólares). É possível que só no dia 30 de novembro a perda tenha sido de 2 bilhões. O FMI recusou um empréstimo de emergência dizendo que a Argentina não corrigira seu desequilíbrio orçamentário. O país declarou moratória da dívida externa. O governo restringiu retiradas a 250 dólares por semana no dia 1º de dezembro e regulou todas as transações de contas externas acima de 1.000 dólares. Os distúrbios que se seguiram deixaram 27 mortos e o presidente De La Rúa renunciou, junto com Domingo Cavallo, o arquiteto de sua política econômica. Em 6 de janeiro de 2002, o novo presidente, Duhalde, abandonara o atrelamento ao dólar e desvalorizara o peso. Mas também decidiu congelar todas as contas de poupança acima de 3.000 dólares e acabou por tratar os depósitos em dólar como se fossem pesos, o que reduziu a poupança a cerca de um terço de seu valor anterior. Dezesesseis bilhões de dólares em poder de compra foram transferidos dos poupadores aos bancos e, por meio destes, à elite político-econômica. As consequências em termos de descontentamento social foram dramáticas e de amplo alcance: o desemprego disparou e a renda desabou, fábricas ociosas foram ocupadas e reativadas por trabalhadores militantes, estabeleceram-se comitês de solidariedade de bairros para buscar melhores meios coletivos de sobrevivência e os *piqueteros* foram para a rua e bloquearam as redes de transporte, mobilizando-se em torno de exigências políticas essenciais²⁶.

Diante da opinião popular, que mostrou total desprezo pelos bancos, pelos investidores estrangeiros e pelo FMI, Kirchner, o recém-eleito pre-

26. J. PETRAS, H. VELTMEYER, *System in Crisis: The Dynamics of Free Market Capitalism*, London, Zed Books, 2003, 87-110.



sidente populista que sucedeu Duhalde, só podia rejeitar o FMI, declarar moratória da dívida de 88 bilhões e fazer uma primeira oferta de pagamento a credores ultrajados à taxa de 25 centavos por dólar²⁷. É digno de nota o fato de Kirchner não ter em sua equipe econômica um único economista treinado nos Estados Unidos. Com formação local, a equipe seguiu a visão "heterodoxa" de que, embora importante, o pagamento da dívida externa não deveria implicar o colapso dos padrões de vida na Argentina. Com sinais de recuperação em 2004, especialmente no setor manufatureiro, auxiliado pela desvalorização do *peso*, o grande problema para a Argentina é enfrentar a forte competição do Brasil e, no futuro próximo, da China, à medida que esta última vai se adaptando às regras da OMC e obtém amplo acesso ao mercado argentino.

Essa história da experiência de queda da montanha-russa da Argentina com a neoliberalização ilustra à perfeição a relação bem pequena entre a teoria neoliberal e a prática da neoliberalização. Como o apontou um membro do Instituto Ludwig Von Mises, de orientação neoliberal, a "deflação confiscatória" que ocorreu no país foi bem apropriadamente interpretada por suas vítimas portenhas como "roubo via bancos pelas elites políticas"²⁸. Ou, como Veltmeyer e Petras preferem caracterizá-lo, todo o episódio recende a "um novo imperialismo: pilhagem da economia, incremento de vastas desigualdades, estagnação econômica seguida de uma profunda e duradoura depressão e monumental empobrecimento da população em consequência da maior concentração de riqueza da história argentina"²⁹.

Coréia do Sul

A Coréia do Sul saiu da guerra de 1950-53 como um país devastado, em posição política e econômica lastimável. Sua virada econômica costuma ser datada do golpe militar que levou ao poder o general Park Chung Hee. A renda *per capita* era inferior a 100 dólares em 1960, mas hoje supera os 12.000 dólares. Esse espantoso desempenho econômico é citado com frequência como o perfeito exemplo do que deve fazer todo Estado desenvolvimentista. Mas a Coréia do Sul teve de início duas vantagens geopolíticas: como estava na linha de frente da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam prontos a apoiá-la militar e economicamente, em especial nos primeiros anos. Mas, o que é menos óbvio, a ex-relação colonial com o Japão lhe conferia benefícios que iam da fami-

27. S. SOEDERBERG, *Contesting Global Governance in the South: Debt, Class, and the New Common Sense in Managing Globalization*, London, Pluto Press, 2005.

28. J. SALERNO, *Confiscatory Deflation: The Case of Argentina*, Ludwig von Mises Institute. Disponível em: <<http://www.mises.org/fullstory.aspx?control=890>>.

29. PETRAS, VELTMEYER, *System in Crisis*, 86.



liaridade com as estratégias organizacionais militares e econômicas do Japão (Park estudou na Academia Militar Japonesa) à assistência ativa do Japão para penetrar em mercados externos.

A Coréia ainda era basicamente um país agrícola em 1960. Sob o regime ditatorial de Park, o país começou a se modernizar. A classe capitalista, embora pequena, de modo algum era insignificante. Depois de prender os principais líderes de negócios por corrupção, Park chegou a um acordo com eles. O general reformou a burocracia do Estado, criou um ministério de planejamento econômico (seguindo o bem-sucedido modelo japonês) e nacionalizou os bancos a fim de obter o controle da alocação de crédito. Depois disso, passou a contar com o vigor empreendedor e as estratégias de investimento de um grupo nascente de capitalistas industriais convidados a enriquecer no processo³⁰. No começo da década de 1960, os industriais passaram a orientar suas atividades para a exportação, dado que o Japão recorria cada vez mais a eles como plataforma de reexportação de produtos semimanufaturados japoneses para o mercado dos Estados Unidos. Floresceram empreendimentos conjuntos com empresas japonesas, que os coreanos usaram para obter tecnologia e experiência em mercados externos. O Estado coreano apoiou essa estratégia voltada para exportações mobilizando poupanças domésticas, recompensando negócios bem-sucedidos e estimulando sua fusão em *chaebols* (grandes conglomerados de empresas integradas, como Hyundai, Daewoo e Samsung) mediante o acesso fácil a créditos, vantagens fiscais, insumos, controle da força de trabalho e apoio no acesso a mercados externos (especialmente norte-americano). Com a ajuda de uma pesada estratégia de desenvolvimento industrial (com destaque para a produção de aço, a fabricação de navios, de produtos petroquímicos e eletrônicos, automóveis e maquinário), várias *chaebols* mudaram de direção e se tornaram atores globais nesses ramos industriais a partir da metade dos anos 1970. Tornaram-se também o *locus* de poder de uma classe capitalista nacional cada vez mais abastada. Com o aumento do porte e dos recursos dos *chaebols* (perto da metade dos anos 1980, três *chaebols* produziam um terço do produto nacional), sua relação com o Estado se modificou; em meados da década de 1980, eles "detinham poder e influência suficientes para lançar uma bem-sucedida campanha pelo amplo desmantelamento do impressionante aparato regulatório do Estado". Não mais dependentes do Estado, graças à sua posição bem estabelecida no comércio internacional e seu acesso independente ao crédito, a classe capitalista passou a favorecer sua própria versão da neoliberalização³¹.

30. V. CHIBBER, *Locked in Place: State-Building and Late Industrialization in India*, Princeton, Princeton University Press, 2003.

31. *Ibid.*, 245.



Essa versão tinha como base a proteção de seus próprios privilégios e a redução dos controles regulatórios. Os bancos foram na prática privatizados. A ligação estreita e com frequência corrupta de poder que tanto unia a liderança dos *chaebols* e o Estado mostrou-se difícil de romper, e os bancos coreanos emprestavam tanto com base em favores políticos como por sólidas razões de investimento. Os negócios coreanos também precisavam da liberalização das relações comerciais e dos fluxos de capitais (algo que também foi imposto de fora por meio da Rodada Uruguai em 1986) para ter condições de investir livremente no exterior seus excedentes de capital (Figura 4.4). O capital coreano explorou a transferência da produção para outros países usando forças de trabalho mais baratas e mais obedientes. E assim se iniciou a exportação de práticas de trabalho degradantes por meio de redes coreanas de subcontratação que chegaram à América Latina e à África do Sul, bem como a boa parte do leste e do sudeste da Ásia. Depois da revalorização do iene em 1995, o Japão passou a usar a transferência da produção para localidades de baixo custo na Tailândia, na Indonésia e na Malásia. Essa alteração, associada à entrada da China no mercado mundial, intensificou a competição intra-regional. Embora no início os chineses só tenham competido com a Coreia do Sul (e outros países da região) em setores produtivos de baixo valor adicionado (como os têxteis), logo os chineses passaram à cadeia de alto valor adicionado. A resposta sul-coreana foi transferir boa parte da produção para a China por meio do investimento direto, o que pode ter sido bom para as corporações coreanas, mas não para o emprego no interior da Coreia.

Depois de um *boom* de exportações no final da década de 1980, a indústria coreana sucumbiu à competição, perdendo mercados de exportação e sofrendo um colapso de lucratividade a partir de 1990. Os *chaebols* recorreram à tomada de empréstimos, cada vez mais junto a bancos estrangeiros. Os negócios coreanos passaram a exibir um alto quociente dívida/capital próprio e por isso ficaram vulneráveis a todo aumento rápido das taxas de juros³². No plano doméstico, a Coreia do Sul também teve de enfrentar o crescente poder do trabalho organizado. A industrialização em alta escala implicou uma proletarianização e uma urbanização em escala igualmente alta, o que favoreceu a organização do trabalho. Nos primeiros anos, organizações sindicais independentes foram impiedosamente reprimidas. Mas o assassinato de Park (por seu próprio chefe da inteligência) em 1979, seguido por um brutal massacre de manifestantes civis que protestavam em Kwangju, em 1980, desen-

32. R. WADE, E. VENEROSO, The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex, *New Left Review* 228 (1998) 3-23.

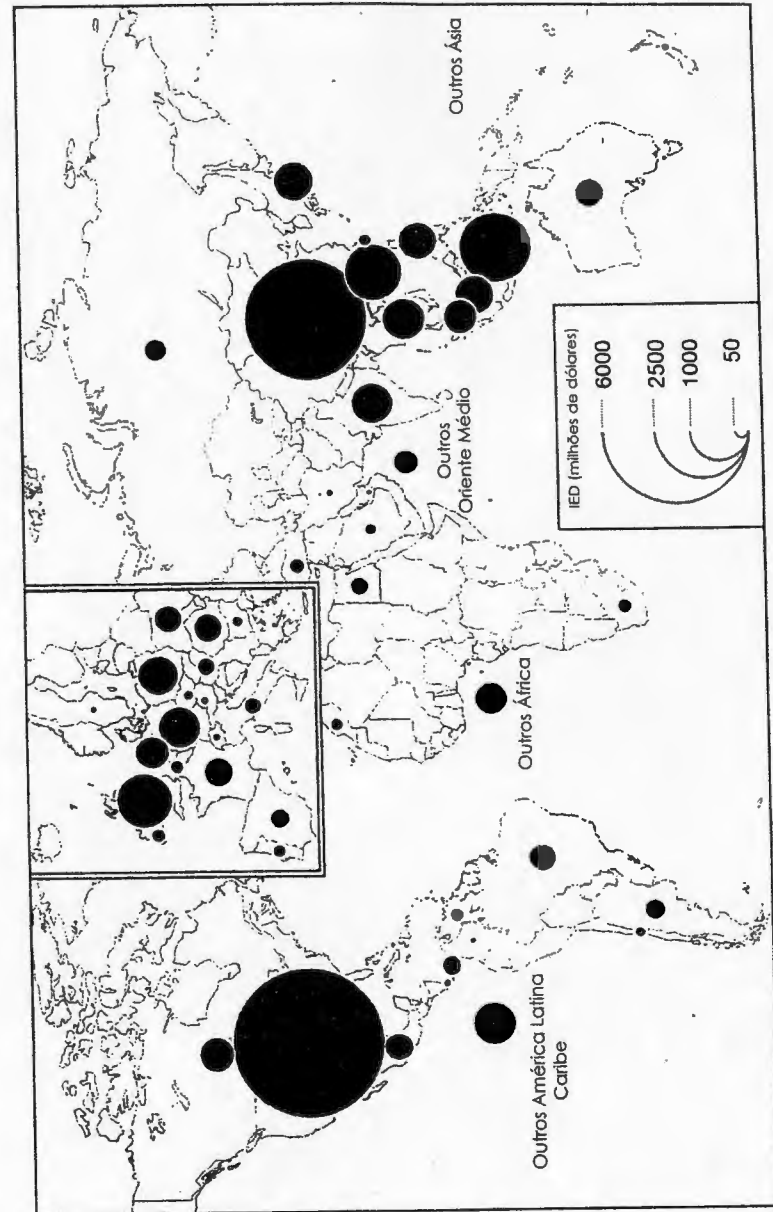


Figura 4.4 A Coreia do Sul vai ao exterior: investimento externo direto (IED), 2000
Fonte: Dicken, *Global Shift*



cadeou um movimento popular de democratização que uniu estudantes, trabalhadores e outros setores da população. A democratização foi formalmente conseguida em 1987. Os salários aumentaram na medida em que os sindicatos consolidaram seu poder diante da contínua repressão governamental. Os empregadores desejavam mercados de trabalho mais flexíveis, mas sucessivos governos enfrentavam dificuldades para implantá-los. A formação e a legalização, em 1995, da Federação Coreana de Sindicatos, de cunho democrático, confirmaram o poder crescente do trabalho organizado³³.

A capacidade declinante do Estado para disciplinar o capital durante os anos 1990 foi exacerbada na crise de 1997-98. O capital externo havia muito fazia campanha em favor de um acesso mais fácil a um mercado doméstico tradicionalmente protegido, bem como de uma maior liberalização financeira. A arquitetura em evolução do comércio e das finanças internacionais garantiu algum sucesso nessa frente no começo dos anos 1990. O preço cobrado por Clinton para apoiar a incorporação da Coreia à OCDE foi uma forte dose de liberalização financeira. Mas a irrupção da crise foi precedida pela insatisfação trabalhista dirigida aos *chaebols* (que na época pretendiam demitir milhares de trabalhadores) e por protestos dos trabalhadores contra as políticas repressivas do governo com relação aos sindicatos. Em março de 1997, o governo aprovou uma nova legislação trabalhista que introduziu um nível de flexibilidade bem maior nas relações trabalhistas, tendo assim sancionado tacitamente as demissões³⁴. Contudo, muitos dos *chaebols* estavam pesadamente endividados com emprestadores externos cada vez mais suspeitos e com bancos nacionais que já contavam preponderantemente com créditos de difícil recebimento. O governo tinha uma posição tão fraca no tocante a reservas de moedas estrangeiras que nada podia fazer. Vários *chaebols*, como a Hansin e a Hamho Steel, pediram falência na primeira metade de 1997, antes de ocorrer a crise da moeda. Quando ela irrompeu, os bancos estrangeiros retiraram o apoio dado à Coreia, deixando vários outros *chaebols*, assim como o próprio país, perto da falência³⁵.

Os Estados Unidos não viram motivo para oferecer ajuda financeira (a Guerra Fria acabara) e, em vez disso, seguiram os ditames de Wall Street, que havia muito pressionava em favor da liberalização financeira por seus próprios motivos de lucratividade. Stiglitz reconheceu que os interesses nacionais norte-americanos estavam sendo sacrificados em favor

33. M. WOO-CUMMINGS, *South Korean Anti-Americanism*, Japan Policy Research Institute Working Paper 93, jul. 2003.

34. *Ibid.*, 5.

35. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*.



de estreitos ganhos financeiros de Wall Street³⁶. Quando a crise asiática estourou, o FMI incitou a Coreia do Sul a elevar as taxas de juros para defender sua moeda e, ao agir assim, lançou a economia numa recessão ainda mais profunda. Isso levou à falência muitas empresas com um alto quociente dívida/capital próprio. Altas taxas de desemprego, queda dos níveis de salários e mesmo mais falências de *chaebols* (a Daewoo afundou e a Hyundai chegou perto) seguiram-se imediatamente a isso. O governo apelou ao FMI e aos Estados Unidos. Em troca de um resgate da ordem de 55 bilhões de dólares, ele aceitou abrir os serviços financeiros à propriedade externa e permitir a livre operação de empresas estrangeiras. Os termos do resgate não foram convincentes, e dez dias depois, diante da bancarrota iminente, outro acordo teve de ser firmado; nele, os bancos emprestadores reescalonaram a dívida coreana (um "miniresgate") em troca do privilégio de acesso a futuras receitas (reflexos da solução da cidade de Nova York). Por causa disso, "os coreanos sofreram a falência em larga escala de empresas grandes e pequenas, além de uma recessão que contraiu em 7% a renda nacional, baixou os salários médios em 10% e aumentou a taxa de desemprego para cerca de 9%"³⁷. Disso tudo se podem extrair duas lições. Em primeiro lugar, "os coreanos aprenderam da maneira mais dura possível que, no momento de sua ruína financeira, os Estados Unidos preferiram promover ainda mais seus interesses paroquiais"; em segundo, que os Estados Unidos definiram então esses interesses particulares inteiramente nos termos de Wall Street e do capital financeiro³⁸. A aliança Wall Street-Tesouro-FMI na verdade aplicou à Coreia do Sul aquilo que os banqueiros de investimento tinham aplicado na metade dos anos 1970 à cidade de Nova York. O subsequente renascimento da economia coreana (que em parte ignorou os conselhos do FMI sobre a reestruturação assim como sobre a diminuição da militância dos trabalhadores) teve como primeiro e primordial efeito aumentar o fluxo de tributos para os cofres de Wall Street e o conseqüente aumento do poder concentrado da classe de elite norte-americana. O poder dos *chaebols* foi ou abalado ou reconstituído com a entrada do capital estrangeiro numa onda de fusões e aquisições arquitetada pelo que veio a ser indelicadamente chamado de "capital predador"³⁹ vindo do exterior.

A estrutura interna de classe está em um fluido processo de mudança no momento em que o capital sul-coreano transforma suas relações

36. *Ibid.*, 130.

37. WOO-CUMMINGS, *South Korean Anti-Americanism*, 4.

38. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*, 130, 206-207.

39°. Jogo de palavras entre *venture capital*, "capital empreendedor", e *vulture capital*, que traduzimos por "capital predador". (N.T.)



com o Estado e com o mercado global. Por trás disso, contudo, os dados mostram que a desigualdade de renda e o empobrecimento dispararam durante e depois da crise. A informalização e a "flexibilização" crescentes da força de trabalho (algo particularmente deletério para as mulheres), sustentadas por mais uma rodada de repressão estatal dos trabalhadores e dos movimentos comunitários, indicam uma ofensiva de classe renovada contra os menos providos que só pode pressagiar as conseqüências usuais para a acumulação de poder de classe dentro e fora do país.

Suécia

É provável que em nenhum outro lugar do mundo ocidental além da Suécia, nos anos 1970, o poder do capital tenha sido mais democraticamente ameaçado. Na Suécia governada pelos socialdemocratas desde a década de 1930, o balanço de forças de classe estava estabilizado em torno de uma forte estrutura de classe centralizada que barganhava diretamente, em termos coletivos, com a classe capitalista sueca seus salários, benefícios, condições de trabalho etc. Politicamente, o Estado de bem-estar sueco se organizara em torno de ideais de um socialismo redistributivo com taxação progressiva e uma redução da desigualdade de renda e da pobreza conseguida em parte pela oferta de elaborados serviços de bem-estar social. Embora pequena, a classe capitalista era extremamente poderosa. Ao contrário de muitos outros Estados socialdemocratas e dirigistas, a Suécia resistira à tentação de nacionalizar os principais setores da economia (exceto os transportes e as utilidades públicas). Apesar de haver muitas empresas de pequeno porte, algumas poucas famílias detinham uma parcela desproporcional dos meios de produção.

Como em quase todas as sociedades capitalistas avançadas, o descontentamento trabalhista floresceu no final dos anos 1960, desencadeando uma onda de reformas regulatórias que restringiu o poder do capital e ampliou o do trabalho mesmo nos locais de trabalho. A proposta que mais ameaçou a classe capitalista foi o Plano Rehn-Meidner. Ele previa que o imposto de 20% sobre os lucros corporativos iria alimentar fundos de assalariados controlados pelos sindicatos que iriam ser investidos nas corporações. O efeito seria uma redução sustentada da importância da propriedade privada e uma ampliação da propriedade coletiva gerida por representantes dos trabalhadores. Isso equivalia a "um ataque frontal à santidade da propriedade privada". Por mais generosos que possam ter sido os termos da transferência de propriedade, a classe capitalista viu-se ameaçada por uma gradual aniquilação como classe identificável. E ela respondeu à altura⁴⁰.

40. BLYTH, *Great Transformations*, 205.



A partir da metade dos anos 1970, a Federação dos Empregadores Suecos (sem dúvida emulando sua similar nos Estados Unidos) aumentou o número de membros, mobilizou uma enorme parcela de capital e lançou uma campanha contra a excessiva regulação e em favor da crescente liberalização da economia, da redução da carga tributária e da diminuição dos compromissos excessivos com o bem-estar social, que ao ver da Federação causava estagnação econômica. Mas quando chegou ao poder em 1976, substituindo os socialdemocratas pela primeira vez desde a década de 1930, o Partido Conservador, de centro-direita, não conseguiu pôr em prática as propostas dos patrões: os sindicatos eram muito fortes e a opinião pública não estava convencida. Quando ficou claro que o confronto direto com os sindicatos, mediante greves patronais e a não-colaboração nas negociações de salários, também não funcionava, os patrões passaram antes a boicotar do que confrontar os arranjos institucionais do Estado corporativista. Em 1983, eles se recusaram a participar da negociação geral, e a partir de então os acordos de salários e benefícios teriam de ser firmados empresa por empresa. Quando persuadiram um sindicato a aceitar isso, eles prejudicaram gravemente o poder coletivo do trabalho.

Todavia, o mais eficaz de tudo foi a propaganda feita pelos empregadores. Eles usaram seu controle sobre o prêmio Nobel de economia para consolidar o neoliberalismo no pensamento econômico sueco. Queixas de longa data feitas por intelectuais e profissionais contra os universalismos opressores e as políticas de elevada taxação do Estado sueco foram cultivadas assiduamente numa maré montante de retórica que louvava as liberdades e os direitos individuais. Esses debates repercutiram na mídia e foram sendo cada vez mais aceitos pelo imaginário popular. Merece especial destaque o banco de idéias dos empregadores — o Centro de Negócios e Estudos de Política (SNS) —, que patrocinou pesquisas sérias sobre estruturas e perspectivas econômicas (como o NBER nos Estados Unidos) que provaram repetidas vezes, "cientificamente", para as elites políticas e a opinião pública que o Estado de bem-estar social era a causa fundamental da estagnação econômica⁴¹.

A real transição para o neoliberalismo foi a eleição do governo conservador em 1991. Mas o caminho já fora preparado em parte pelos socialdemocratas, cada vez mais pressionados a encontrar saídas para a estagnação econômica. A implementação parcial por estes últimos de alguns componentes do programa neoliberal sugeria a aceitação das persuasivas análises do SNS. Agora, era antes a esquerda do que a direita que não tinha idéias. Os sindicatos foram convencidos a restringir au-

41. *Ibid.*, 238-242.



mento de salários para aumentar os lucros e estimular o investimento. A desregulação da atividade bancária (que levou a uma bolha especulativa clássica na alocação de crédito e no mercado habitacional) e a redução de impostos para os mais abastados (mais uma vez supostamente para aumentar os investimentos) já tinham ocorrido no final dos anos 1980. O Banco Central sueco (sempre conservador) acabou por mudar de missão: em vez de manter o pleno emprego, combater a inflação. O colapso da bolha especulativa nos preços dos ativos que se seguiu ao aumento dos preços do petróleo de 1991 levou à fuga de capitais e a falências internas que custaram muito ao governo sueco. A culpa pela crise foi posta instintivamente nas ineficiências do Estado de bem-estar social, e o governo conservador que chegou ao poder recebeu com simpatia o plano da Câmara Sueca do Comércio de completa privatização do Estado de bem-estar social.

Blyth considera que os remédios propostos eram totalmente impróprios para as circunstâncias. Ele alega que o problema foi o “bloqueio cognitivo” — a incapacidade de pensar em qualquer outra solução além da política prescrita pela ortodoxia neoliberal. “Foi essa homogeneidade, em termos de profissionais e de idéias, aliada à politização dos negócios, que introduziu essas novas idéias no programa e acabou por levar à transformação do liberalismo sueco.” O resultado prático foi uma séria depressão que reduziu a produção e dobrou as taxas de desemprego em dois anos. Como o governo ia perdendo a confiança pública, era preciso encontrar outra maneira de manter as reformas neoliberais. A reação foi entrar na União Européia, manobra que “talvez seja mais bem entendida como a tentativa dos negócios e dos conservadores de deixar que as idéias e instituições da UE obtivessem por convergência internacional aquilo que não tinham conseguido fazer mediante a reforma doméstica”. A entrada na UE em 1993-94 privou o Estado de muitos dos instrumentos que ele tinha mantido antes para combater o desemprego e promover o salário social⁴².

O resultado foi que, mesmo quando os socialdemocratas voltaram ao poder em 1994, o programa neoliberal, “redução do déficit, controle da inflação e equilíbrio orçamentário, em vez de pleno emprego e distribuição equitativa de renda, tornou-se a pedra de toque da política macroeconômica”⁴³. A privatização da aposentadoria e dos benefícios sociais em geral foi aceita como medida inevitável. Blyth interpreta esse fato como “dependência de trilha” — certa lógica de tomada de decisões alimentada por idéias hegemônicas arrasta tudo à sua passagem. O liberalismo embutido sofreu erosão, mas de modo algum foi desmantelado.

42. Ibid., 229-230.

43. Ibid., 231-233.



A opinião pública ainda permanecia bem apegada às suas estruturas de bem-estar social. A desigualdade sem dúvida aumentou, mas de modo algum chegou perto dos níveis dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os níveis de pobreza se mantiveram baixos e os de serviços sociais em níveis elevados. A Suécia é um exemplo do que se poderia denominar “neoliberalização circunscrita”, e sua condição social de modo geral superior reflete esse fato.

Forças e fluxos

Os dados reunidos até aqui sugerem que o desenvolvimento geográfico desigual foi tanto um resultado da diversificação, da inovação e da competição (por vezes de tipo monopolista) entre modelos de governança nacionais, regionais e mesmo metropolitanos quanto o foi da imposição por algum poder hegemônico externo, como os Estados Unidos. Uma análise mais meticulosa sugere uma ampla gama de fatores que afetaram o grau de neoliberalização em casos particulares. A maioria das análises convencionais das forças em ação concentra-se em alguma combinação do poder das idéias neoliberais (que se sustenta ter sido particularmente grande nos casos da Grã-Bretanha e do Chile), da necessidade de reagir a crises financeiras de naturezas diversas (como no México e na Coreia do Sul) e de uma abordagem mais pragmática de reforma do aparato de Estado (caso da França e da China) a fim de melhorar a posição competitiva no mercado global. Embora todos esses elementos tenham tido alguma relevância, muito surpreende a ausência de análises das forças de classe que possam ter estado presentes. Por exemplo, nem mesmo foi considerada a possibilidade de que as idéias dominantes possam ter sido as idéias de alguma classe dominante, embora haja um enorme volume de dados a comprovar as amplas intervenções das elites de negócios e dos interesses comerciais na produção de idéias e ideologias: mediante o investimento em bancos de idéias, no treinamento de tecnocratas e no controle da mídia. Descarta-se como demasiado conspiratória a possibilidade de que as crises financeiras sejam causadas pela recusa em investir, pela fuga de capitais ou pela especulação financeira ou a possibilidade de que essas crises sejam deliberadamente arquitetadas para facilitar a acumulação por espoliação, mesmo diante de inúmeros indícios suspeitos de ataques especulativos coordenados a esta ou àquela moeda. Ao que parece, precisamos de um arcabouço teórico mais abrangente para interpretar os caminhos complicados e geograficamente desiguais da neoliberalização.

É preciso dar alguma atenção a condições contextuais e arranjos institucionais, visto que estes variam amplamente de Cingapura ao México e a Moçambique, e da Suécia à Grã-Bretanha, tendo por corolário



variações na facilidade com a qual ocorreu a conversão ao neoliberalismo. O caso da África do Sul é particularmente perturbador. Emergindo em meio a todas as esperanças produzidas pelo colapso do *apartheid* e desesperado para integrar-se à economia global, o país foi em parte convencido e em parte coagido pelo FMI e pelo Banco Mundial a seguir a linha neoliberal, com o resultado previsível de o *apartheid* econômico atual confirmar em larga medida o *apartheid* político que o precedeu⁴⁴. As modificações do equilíbrio interno de forças de classe no âmbito de um Estado específico ao longo do tempo também provou ser um determinante crucial. Na medida em que o trabalho organizado logrou manter ou adquirir (no caso da Coreia do Sul) uma forte presença, a neoliberalização enfrentou barreiras sólidas e em alguns casos intransponíveis. O enfraquecimento (como na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos), a superação (como na Suécia) ou a destruição violenta (como no Chile) das forças do trabalho organizado é uma precondição necessária da neoliberalização. Da mesma maneira, esta tem dependido com frequência do poder, da autonomia e da coesão crescentes dos negócios e corporações e de sua capacidade como classe de pressionar o poder do Estado (como nos Estados Unidos e na Suécia). Essa capacidade é exercida com maior facilidade, de maneira direta, por meio das instituições financeiras, dos comportamentos de mercado, da interrupção de investimentos ou da fuga de capitais, e, indiretamente, influenciando o resultado de eleições, fazendo *lobby*, subornando e corrompendo, ou, de forma mais sutil, obtendo o poder sobre as idéias econômicas. O grau em que a neoliberalização foi incorporada às compreensões de senso comum da população em geral tem exibido amplas variações, a depender da força da crença no poder das solidariedades sociais e na importância das tradições de responsabilidade e provisão sociais coletivas. Tradições políticas e culturais que estão na base do senso comum popular tiveram por conseguinte participação na diferenciação do grau de aceitação política dos ideais da liberdade individual e das determinações do livre mercado, em oposição a outras formas de sociabilidade.

Contudo, o aspecto mais digno de nota da neoliberalização vem da complexa interação entre dinâmica interna e forças externas. Embora em certos casos se possa conceber com certo grau de racionalidade que estas últimas foram dominantes, na maioria dos exemplos as relações são bem mais intrincadas. Afinal, no Chile, foram as classes altas que procuraram a ajuda dos Estados Unidos para arquitetar o golpe, e foram elas que

44. P. BOND, *Elite Transition: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa*, London, Pluto Press, 2000; *Id.*, *Against Global Apartheid: South Africa Meets the World Bank, the IMF and International Finance*, London, Zed Books, 2003, 41.



aceitaram a reestruturação neoliberal como o caminho a seguir, ainda que com base nos conselhos de tecnocratas treinados nos Estados Unidos. E na Suécia foram os patrões que buscaram a integração européia como recurso para estabelecer um programa doméstico neoliberal para uma economia em dificuldades. É improvável que mesmo o mais draconiano programa de reestruturação do FMI possa ir adiante sem ao menos algum apoio interno da parte de alguém. Tem-se por vezes a impressão de que o FMI apenas assume a responsabilidade por fazer coisas que alguma força de classe interna quer fazer de qualquer maneira. E há um número suficiente de casos bem-sucedidos de rejeição de conselhos do FMI para sugerir que o complexo Tesouro dos Estados Unidos-Wall Street-FMI não é tão poderoso quanto por vezes se afirma. Só quando a estrutura interna de poder foi reduzida a uma casca oca e os arranjos institucionais internos estão num total caos, seja em função de um colapso (como na União Soviética e na Europa Central), por causa de guerras civis (como em Moçambique, no Senegal ou na Nicarágua) ou em razão de fraquezas degenerativas (como nas Filipinas), vemos forças externas orquestrando livremente reestruturações neoliberais. E nesses casos a taxa de sucesso tende a ser pequena, justo porque a neoliberalização só pode funcionar com um Estado forte, um mercado forte e instituições legais.

É indubitável ainda que o encargo de todos os Estados no sentido de criar "um clima de negócios favorável" para atrair e conservar um capital geopoliticamente móvel teve sua participação, especialmente em países capitalistas avançados (como a França). Mas o estranho nessa circunstância é que "neoliberalização" e "clima de negócios favorável" sejam tidos tão frequentemente como equivalentes, como no *Relatório sobre o desenvolvimento*, do Banco Mundial, de 2004⁴⁵. Se a neoliberalização produz descontentamento social e instabilidade política do tipo que a Indonésia ou a Argentina vivenciaram em época recente, ou se resulta em depressão e restrições ao crescimento dos mercados internos, então seria possível com a mesma facilidade dizer que ela antes repele do que estimula investimentos⁴⁶. Mesmo quando algum aspecto da política neoliberal com relação a, digamos, mercados de trabalho flexibilizados ou liberalização financeira foi solidamente implantado, não fica claro que isso seja por si só bastante para atrair capitais móveis. E há, além disso, o problema bem mais sério de que tipo de capital é atraído. O capital de portfólio é atraído com a mesma facilidade por uma expansão especulativa e por sólidos arranjos institucionais e infra-estruturais que poderiam atrair indústrias de alto valor adicionado. Atrair "capital predador" difi-

45. WORLD BANK, *World Development Report*, 2005.

46. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*, 43.



cilmente parece ser um empreendimento benéfico, mas isso é o que na realidade a neoliberalização conseguiu na maioria das vezes (como o admitem declaradamente críticos como Stiglitz).

Considerações geopolíticas contingentes também tiveram seu papel. A posição da Coreia do Sul como Estado estratégico na Guerra Fria concedeu de início ao país a proteção dos Estados Unidos ao seu desenvolvimentismo. A posição de Moçambique como Estado estratégico levou a uma guerra civil fomentada pela África do Sul para solapar a tentativa da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) de construir o socialismo. Pesadamente endividado por causa da guerra, Moçambique foi presa fácil da inclinação do FMI por reestruturações neoliberais⁴⁷. Governos contra-revolucionários apoiados pelos Estados Unidos na América Central, no Chile e em outras partes do mundo produziram muitas vezes resultados semelhantes. Mesmo uma posição geográfica específica, como a proximidade do México com os Estados Unidos e sua peculiar vulnerabilidade a pressões norte-americanas, foi um fator interviniente. E o fato de os Estados Unidos já não precisarem se defender da ameaça do comunismo implica que o país já não tem necessidade de preocupar-se excessivamente com o fato de reestruturações neoliberais desencadearem desemprego em massa e descontentamento social aqui ou ali. Os Estados Unidos, para grande tristeza dos leais tailandeses, que apoiaram o país durante toda a Guerra do Vietnã, não se deu ao trabalho de resgatar a Tailândia no momento da aflição. Na verdade, instituições financeiras norte-americanas e de outras procedências se deliciaram consideravelmente com o papel de capital predador.

Mas um fato persistente no âmbito dessa complexa história da neoliberalização desigual tem sido a tendência universal a aumentar a desigualdade social e a expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade — seja na Indonésia, no México ou na Inglaterra — ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebroso da crescente marginalidade. Embora essa tendência tenha sido minorada aqui e ali por políticas sociais, os efeitos na outra extremidade do espectro social têm sido deveras espetaculares. Não se viam desde a década de 1920 as incríveis concentrações de riqueza e de poder hoje existentes nas altas esferas capitalistas. Têm sido espantosos os fluxos de tributos em favor dos principais centros financeiros mundiais. No entanto, o que é ainda mais surpreendente é o hábito de tratar tudo isso como um mero e, em alguns casos, até feliz subproduto da neoliberalização. Parece inconcebível a própria idéia de que isso possa ser — apenas possa ser — o cerne

47. J. MITTELMAN, *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance*, Princeton, Princeton University Press, 2000, 90-106.



fundamental do que a neoliberalização sempre foi. Tem constituído um talento especial da teoria neoliberal a capacidade de oferecer uma máscara benevolente, plena de palavras que soam prodigiosamente positivas, como liberdade de ação, liberdade de pensamento, escolha e direitos, para ocultar as realidades extremamente desagradáveis da restauração ou reconstituição do poder de classe nu e cru, tanto no plano local como no transnacional, porém mais especificamente nos principais centros financeiros do capitalismo global.

Em dezembro de 1978, diante da dificuldade dupla da incerteza política na esteira da morte de Mao em 1976 e de vários anos de estagnação econômica, a liderança chinesa sob Deng Xiaoping anunciou um programa de reformas econômicas. Nunca saberemos ao certo se Deng foi o tempo todo um "adepto do capitalismo"^{1*} (como o caracterizou Mao durante a Revolução Cultural) ou se as reformas foram simplesmente uma manobra desesperada para garantir a segurança econômica da China e aumentar seu prestígio para enfrentar a maré montante de desenvolvimento capitalista dos outros países das regiões leste e sudeste da Ásia. As reformas acabaram por coincidir — e é difícil considerar isso mais do que um acaso conjuntural de relevância mundo-histórica^{2**} — com a virada para soluções neoliberais na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. O resultado disso na China foi a construção de um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais entrelaçados com o controle centralizado autoritário. Em outros lugares, como o Chile, a Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, a compatibilidade entre autoritarismo e mercado capitalista já tinha sido claramente estabelecida.

Embora o igualitarismo como objetivo de longo prazo da China não tivesse sido abandonado, Deng alegou que a iniciativa individual e local tinha de ser desencadeada a fim de aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento econômico. O corolário, o fato de que algum nível de desigualdade iria inevitavelmente surgir, era bem entendido como algo que se teria de tolerar. Sob o slogan *xiaokang* — o conceito de uma sociedade ideal que provê bem a todos os seus cidadãos —, Deng se concentrou nas "quatro modernizações": na agricultura, na indústria, na educação e na ciência e defesa. As reformas se empenharam em levar forças de mercado a incidir internamente na economia chinesa. A idéia era estimular a competição entre empresas estatais a fim de promover, esperava-se, a inovação e o crescimento. Introduziu-se a fixação de preços pelo mercado, mas esse elemento provavelmente era bem menos importante do que a rápida devolução do poder econômico-político às regiões e localidades. Esta última manobra mostrou ser particularmente astuta. Evitou-se o confronto com os centros de poder tradicionais em Pequim (Beijing), e esperava-se que as iniciativas locais pudessem ser pioneiras na jornada para uma nova ordem social. Inovações fracassadas poderiam ser pura e simplesmente ignoradas. Para complementar esse

1*. Tradução da expressão *capitalist roader*, ou revolucionário comunista "saudoso" do capitalismo e que, se pudesse, voltaria ao caminho (*road*) capitalista. (N.T.)

2**. Tradução de *world-historical*, expressão usada igualmente por Immanuel WALLERSTEIN. Cf., por exemplo, *Impensar a ciência social*, trad. Adail Sobral, Aparecida, SP, Idéias & Letras, 2006, em que o conceito é desenvolvido. (N.T.)



esforço, também se promoveu a abertura da China, ainda que sob a estrita supervisão do Estado, ao comércio e ao investimento externos, acabando-se assim com o isolamento chinês do mercado mundial. No início, a inovação foi limitada, principalmente à província de Guangdong, próxima a Hong Kong, convenientemente longe de Pequim. Um dos objetivos dessa abertura para fora era obter transferências de tecnologia (donde a ênfase em parcerias entre o capital externo e empreendedores chineses), o outro era obter reservas de divisas suficientes para adquirir os recursos necessários ao apoio a uma dinâmica interna mais vigorosa de crescimento econômico³.

Essas reformas não teriam tido a importância que hoje lhes atribuímos, nem a subsequente extraordinária evolução da economia chinesa teria seguido o caminho que seguiu nem obtido os resultados que obteve, se não tivesse havido mudanças paralelas, relevantes, e ao que parece não relacionadas com as reformas ou a evolução, no mundo capitalista avançado com referência ao modo de funcionamento do mercado global. O vigor em ascensão das reformas neoliberais no comércio internacional na década de 1980 abriu o mundo inteiro às forças transformadoras das finanças e do mercado. Assim agindo, abriu um espaço para a entrada e a incorporação tumultuosas da China ao mercado mundial de maneiras que não teriam sido possíveis no contexto do sistema de Bretton Woods. A espetacular emergência da China como potência econômica global a partir de 1980 foi em parte uma consequência não pretendida da virada neoliberal no mundo capitalista avançado.

Transformações internas

Descrever as coisas dessa maneira em nada reduz a importância do tortuoso caminho do movimento de reforma interna no âmbito da própria China. Porque aquilo que os chineses tinham de aprender (e em alguma medida ainda estão aprendendo), entre muitas outras coisas, é que o mercado pouco pode fazer para transformar a economia sem uma mudança paralela nas relações de classes, na propriedade privada e em todos os outros arranjos institucionais que costumam estar na base de uma economia capitalista florescente. Não há dúvida de que a evolução por esse caminho sempre foi tanto intermitente como marcada com demasiada frequência por tensões e crises, nas quais estímulos externos e mesmo ameaças desempenham seu papel. Haverá com certeza um

3. N. LARDY, *China's Unfinished Economic Revolution*, Washington, DC, Brookings Institution, 1998; S.-M. LI, W.-S. TANG, *China's Regions, Polity and Economy*, Hong Kong, Chinese University Press, 2000.



longo debate para saber se foi tudo uma questão de planejamento consciente embora adaptativo ("explorar o caminho, pedra a pedra, ao longo do rio", como disse Deng) ou a operação, por trás dos políticos do partido, de uma lógica inexorável advinda das premissas iniciais das reformas de mercado de Deng⁴.

O que se pode dizer com precisão é que a China, ao não seguir a estratégia de "terapia de choque" da privatização instantânea mais tarde impingida à Rússia e à Europa Central pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo "Consenso de Washington" nos anos 1990, conseguiu evitar os desastres econômicos que assolaram esses países. Ao seguir seu próprio caminho peculiar rumo ao "socialismo com características chinesas", ou, como alguns o preferem denominar agora, "privatização com características chinesas", o país conseguiu construir uma forma de economia de mercado manipulada pelo Estado que produziu um espetacular crescimento econômico (que se aproxima de uma média de 10% ao ano) e padrões de vida em ascensão para uma ponderável parcela de sua população durante mais de vinte anos⁵. Não obstante, as reformas também levaram à degradação ambiental, à desigualdade social e no final a algo que parece desconfortavelmente semelhante à restauração do poder de classe capitalista.

É difícil entender os detalhes dessa transformação sem ao menos um esboço do mapa de seu percurso geral. Os aspectos políticos são de difícil desvendamento, mascarados como o são pelos mistérios das lutas pelo poder num Partido Comunista determinado a manter seu apego singular e sem precedentes ao poder. Decisões essenciais ratificadas em congressos do Partido estabeleceram as bases para cada passo da jornada de reforma. É, contudo, improvável que o Partido tivesse tolerado a reconstrução ativa do poder de classe capitalista em seu âmbito. Ele quase certamente acolheu as reformas econômicas a fim de reunir recursos e atualizar sua capacidade tecnológica para melhor capacitar-se a administrar a dissensão interna, defender-se melhor de agressões externas e projetar seu poder externamente em sua esfera geopolítica imediata de interesse num Leste e num Sudeste asiáticos em rápido desenvolvimento. O desenvolvimento econômico era considerado antes um meio para alcançar esses fins do que um fim em si. Além disso, o caminho de desenvolvimento realmente seguido parece adequado à meta de evitar a formação de todo e qualquer bloco coerente de poder de classe ca-

4. Inclino-me em certa medida a esta última interpretação, embora não com a ênfase de Hart-Landsberg e Burkett, nos quais me baseei amplamente aqui. Ver M. HART-LANDSBERG, P. BURKETT, *China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle*, New York, 2004 (= *Monthly Review* 56/3).

5. L. CAO, *Chinese Privatization: Between Plan and Market*, *Law and Contemporary Problems* 63/13 (2000) 13-62.



pitalista. A forte ênfase no investimento externo direto (estratégia de crescimento econômico totalmente distinta da seguida pelo Japão e pela Coreia do Sul) manteve fora das fronteiras do país o poder da propriedade por uma classe capitalista (Tabela 5.1), tornando-a mais fácil de controlar pelo Estado, ao menos no caso chinês⁶. As barreiras criadas ao investimento externo de portfólio limitam efetivamente o poder do capital financeiro internacional sobre o Estado chinês. A relutância em permitir formas de intermediação financeira que não os bancos estatais — como mercados de ações e mercados de capitais — priva o capital de uma de suas principais armas com relação ao poder do Estado. A tentativa de longa data de manter intactas as estruturas de propriedade pelo Estado ao mesmo tempo em que se libera a autonomia gerencial também soa como um esforço de inibir a formação de uma classe capitalista.

Ainda assim, o Partido teve de enfrentar alguns complexos dilemas. A diáspora dos negócios chineses forneceu vínculos externos vitais, e Hong Kong, reabsorvida na comunidade política chinesa em 1997, já estava estruturada em termos capitalistas. A China teve de firmar um compromisso com esses dois parceiros, e também com as regras neoliberais do comércio internacional estabelecidas por meio da OMC, na qual a China entrou em 2001. Demandas políticas de liberalização começaram igualmente a surgir. Em 1986, passaram a haver protestos de trabalhadores. Um movimento estudantil simpático aos trabalhadores mas que exprimia também suas próprias exigências de mais liberdade alcançou seu ponto alto em 1989. A tremenda pressão no plano político, que ocorreu em paralelo com a neoliberalização econômica, culminou no massacre de estudantes na Praça Tianamen. A violenta repressão que Deng ordenou contra a vontade de reformadores do Partido indicou claramente que a neoliberalização na economia não se fazia acompanhar de algum progresso nos campos dos direitos humanos, civis e democráticos. Enquanto reprimia no plano político, a facção de Deng teve de iniciar uma nova onda de reformas neoliberais para sobreviver. Wang as resume da seguinte maneira:

a política monetária tornou-se uma das formas primordiais de controle; houve um ponderável reajuste da taxa de câmbio de moedas estrangeiras no rumo de uma taxa unificada; as exportações e o comércio exterior passaram a ser gerenciados por mecanismos de competição e de assunção de responsabilidade por lucros ou perdas; o duplo [estatal e de mercado] sistema de preços teve seu alcance reduzido; a zona de desen-

6. Isso é defendido enfaticamente em Y. HUANG, *Is China Playing by the Rules?*, Congressional-Executive Commission in China. Disponível em: <<http://www.cecc.gov/pages/hearings/092403/huang.php>>.



volvimento Pudong de Xangai foi totalmente aberta e as várias zonas regionais de desenvolvimento tiveram seu andamento corrigido⁷.

Tabela 5.1 Medidas das entradas de capital: empréstimos externos, investimentos externos diretos e alianças estratégicas, 1979-2002

	Montante				Parcelas percentuais da entrada de capital total		
	Total	Empréstimos externos	Entradas reais de IED	Alianças estratégicas	Empréstimos externos	Entradas reais de IED*	Alianças estratégicas
1979-1982	124.57	106.90	11.66	6.01	85.82	9.36	4.82
1983	19.81	10.65	6.36	2.80	53.76	32.10	14.13
1984	27.05	12.86	12.58	1.61	47.54	46.51	5.95
1985	46.45	26.88	16.61	2.96	57.87	35.76	6.37
1986	72.57	50.14	18.74	3.69	69.09	25.82	5.08
1987	84.52	58.05	23.14	3.33	68.68	27.38	3.94
1988	102.27	64.87	31.94	5.46	63.43	31.23	5.34
1989	100.59	62.86	33.92	3.81	62.49	33.72	3.79
1990	102.89	65.34	34.87	2.68	63.50	33.89	2.60
1991	115.55	68.88	43.66	3.01	59.61	37.78	2.60
1992	192.03	79.11	110.07	2.85	41.20	57.32	1.48
1993	389.60	111.89	275.15	2.56	28.72	70.62	0.66
1994	432.13	92.67	337.67	1.79	21.44	78.14	0.41
1995	481.33	103.27	375.21	2.85	21.46	77.95	0.59
1996	548.04	126.69	417.26	4.09	23.12	76.14	0.75
1997	587.51	120.21	452.57	14.73	20.46	77.03	2.51
1998	579.36	110.00	454.63	14.72	18.99	78.47	2.54
1999	526.6	102.12	403.19	15.18	19.4	76.6	2.88
2000	594.5	100	407.1	17.71	16.8	68.5	2.98
2001	496.8	—	468.8	18.4	—	94.4	3.7
2002	550.1	—	527.4	21.3	—	95.9	3.87

Fonte: Huang, *In China Playing by the Rules?*

* Investimentos externos diretos

Depois que percorreu a região sul em 1992 para ver com seus próprios olhos que efeitos a abertura ao exterior estava tendo sobre o desenvolvimento econômico, um Deng envelhecido pronunciou-se plenamente satisfeito: "Enriquecer é glorioso". E acrescentou: "Que importa se o gato é preto ou amarelo desde que ele pegue ratos?". A China inteira foi aberta, embora ainda sob os olhos vigilantes do Partido, às forças de mercado e ao capital externo. Estimulou-se uma democracia do consumo em áreas urbanas para conter a insatisfação social. Então, o crescimento econômico baseado no mercado se acelerou de uma maneira que por vezes parecia fora do controle do Partido.

7. WANG, *China's New Order*, 66.



Quando Deng iniciou o processo de reforma em 1978, quase tudo o que importava na China era parte do setor público. Empresas de propriedade do Estado (EPEs) dominavam os setores-chave da economia, e, na maioria dos pontos de vista, eram razoavelmente lucrativas. Ofereciam não apenas a segurança do emprego aos trabalhadores, mas também uma ampla gama de benefícios sociais e de aposentadoria (conhecidos como "tigela de arroz de ferro" ou garantia do sustento pelo Estado). Havia ainda uma variedade de empresas estatais locais sob o controle de governos distritais, municipais e provinciais. O setor agrário estava organizado de acordo com um sistema de comunas, e a maioria dos comentaristas alega que estava com baixíssima produtividade e altamente necessitado de reformas. Os arranjos de bem-estar social e de provisão pelo Estado eram internalizados em cada um desses setores, embora não de maneira uniforme. Os habitantes das áreas rurais eram os menos privilegiados, sendo mantidos separados das populações urbanas por meio de um sistema de permissão de residência que concedia vários benefícios a estes, enquanto os negava àquêles, um sistema que também servia para evitar uma migração de massas rurais para os centros urbanos. Cada setor era integrado a um sistema estatal regional de planejamento em que se determinavam metas de produção e se alocavam insumos de acordo com o plano. Os bancos estatais serviam primordialmente de repositórios de poupança e ofereciam recursos para investimentos fora do orçamento do Estado.

As EPEs eram mantidas havia muito como peças-chave estáveis do controle estatal sobre a economia. A segurança e os benefícios que ofereciam a seus empregados, embora fossem se reduzindo com o passar do tempo, mantinham uma rede de segurança social que protegeu parcelas ponderáveis da população ao longo de muitos anos. Criou-se uma economia de mercado mais aberta ao redor dessas empresas, mediante a dissolução das comunas agrícolas em favor de um "sistema de responsabilidade social" individualizado. Criaram-se empresas de cidades e vilas (ECVs) com os ativos que as comunas detinham, e estas se transformaram em centros de empreendimento, de práticas de mercado flexíveis e de competição aberta de mercado. Permitiu-se o surgimento de todo um setor privado, inicialmente apenas na produção em pequena escala, no comércio e nos serviços, estabelecendo-se limites (gradualmente relaxados ao longo do tempo) sobre o emprego de trabalho assalariado. Por fim, o capital externo começou a entrar, capital cujos movimentos ganharam ímpeto a partir de 1990. No começo limitado a parcerias com investidores domésticos e a algumas regiões, esse capital acabou por chegar a todos os recantos do país, ainda que de modo desigual. O sistema bancário estatal expandiu-se na década de 1980 e substituiu gradualmente o Estado central como fonte de linhas de crédito às EPEs, às ECVs e ao setor privado — segmentos



que não evoluíam independentemente uns dos outros. As EPEs tiraram seus primeiros recursos do setor agrário e forneceram mercado para produtos das ECVs, ou forneciam a estas últimas insumos intermediários. O capital externo se integrou com o passar do tempo às ECVs e EPEs, e o setor privado progrediu muito tanto diretamente (na forma de proprietários) como indiretamente (na forma de acionistas). Quando se tornavam menos lucrativas, as EPEs recebiam dos bancos crédito a baixo custo. À medida que o setor de mercado avançava em termos de força e importância, toda a economia rumou para uma estrutura neoliberal⁸.

Consideremos então como cada setor específico evoluiu ao longo do tempo. Na agricultura, os camponeses receberam o direito de uso de terras comunais sob o sistema de "responsabilidade pessoal", no começo dos anos 1980. No início, era-lhes permitido vender os excedentes (o produto que ultrapassava as metas comunais) no mercado livre em vez de segundo preços controlados pelo Estado. No final da década de 1980, as comunas tinham sido totalmente dissolvidas. Embora não pudessem formalmente ser proprietários das terras, os camponeses podiam arrendá-las ou negociá-las com meeiros, contratar trabalhadores e vender seus produtos a preços de mercado (na prática, o sistema de preços duplo foi desmontado). Como resultado, as rendas rurais se elevaram à espantosa taxa de 14% ao ano, e houve igualmente um enorme incremento da produção entre 1978 e 1984. A partir de então, as rendas rurais estagnaram e chegaram mesmo a cair em termos reais (especialmente depois de 1995), exceto numas poucas áreas e linhas seletas de produção. A disparidade entre rendas rurais e rendas urbanas aumentou acentuadamente. Estas, que eram em média 80 dólares anuais em 1985, dispararam para 1.000 em 2004, ao passo que aquelas passaram de mais ou menos 50 dólares para cerca de 300 nesse mesmo período. Além disso, a perda de direitos sociais coletivos antes estabelecidos no âmbito das comunas — por poucas que pudessem ter sido — implicava para os camponeses o ônus de pagar altas taxas de uso por escolas, assistência médica etc. Não era isso o que acontecia com boa parte dos residentes urbanos permanentes, que também foram favorecidos a partir de 1995, quando uma lei da propriedade imobiliária urbana assegurou o direito de propriedade de imóveis a residentes urbanos, que puderam então especular com os preços daqueles. A diferença entre os ambientes rural e urbano quanto a nível de renda real é hoje, segundo algumas estimativas, maior de que em qualquer outro país do mundo⁹.

8. D. HALE, L. HALE, *China Takes Off*, *Foreign Affairs* 82/6 (2003) 53.

9. J. KAHN, J. YARDLEY, *Amid China's Boom, No Helping Hand for Young Qingming*, *New York Times*, 1º ago. 2004, A1 e A6.



Obrigados a procurar emprego em outros lugares, migrantes rurais — muitos deles jovens mulheres — se deslocaram em massa — ilegalmente e sem direitos de residência — para as cidades, onde formaram um imenso exército de reserva (uma população “flutuante” de condição legal indeterminada). A China se acha agora (2005) “em meio à maior migração em massa que o mundo já testemunhou”, que “já ultrapassa em muito as migrações que deram outra face à América e ao mundo ocidental moderno”. Segundo estatísticas oficiais, há “114 milhões de trabalhadores migrantes que deixaram áreas rurais, temporariamente ou para sempre, a fim de trabalhar nas cidades”, e especialistas do governo “prevêem que esse número vai se elevar a 300 milhões até 2020, e até mesmo a 500 milhões”. Só Xangai “tem 3 milhões de trabalhadores migrantes; em comparação, considera-se que toda a migração irlandesa para a América entre 1820 e 1930 envolveu talvez 4,5 milhões de pessoas”¹⁰. Essa força de trabalho é vulnerável à superexploração e pressiona para baixo os salários dos residentes urbanos. Mas é difícil interromper a urbanização, cuja taxa no país está por volta de 15% ao ano. Dada a falta de dinamismo do setor rural, aceita-se hoje amplamente que, sejam quais forem os problemas existentes, sua solução vai ocorrer nas cidades ou não vai ocorrer. As remessas de dinheiro são hoje um elemento crucial da sobrevivência das populações rurais. A péssima condição do setor rural e a instabilidade que tem gerado são atualmente o mais grave problema enfrentado pelo governo chinês¹¹.

Quando se dissolveram as comunas, seus poderes políticos e administrativos anteriores foram transferidos para os novos governos de cidades e vilas instituídos sob a Constituição de dezembro de 1982. Legislações posteriores permitiram que esses governos tomassem posse dos ativos industriais das comunas e os reestruturassem como ECVs. Libertos do controle estatal central, os governos locais assumiram de modo geral uma atitude empreendedora. A grande elevação inicial das rendas rurais proporcionou uma poupança que podia ser reinvestida nas ECVs. A depender da localização, parcerias com capital externo (particularmente de Hong Kong ou por meio da diáspora de negócios chinesa) também floresceram. As ECVs eram particularmente ativas nas periferias rurais de grandes cidades como Xangai e em zonas provinciais como Guangdong, que tinham sido liberadas ao investimento externo, e se tornaram uma incrível fonte de dinamismo na economia durante os primeiros quinze anos do período de reforma. Por volta de 1995, empre-

10. J. YARDLEY, In a Tidal Wave, China's Masses Pour from Farm to City, *New York Times*, 12 set. 2004, Week in Review 6.

11. KAHN, YARDLEY, *Amid China's Boom*.



gavam 128 milhões de pessoas (ver Tabela 5.2), constituindo o centro da experimentação comunitária e, por conseguinte, servindo de área de testes da reforma¹². O que funcionasse nelas mais tarde poderia vir a ser a base de políticas governamentais. E o que funcionou amplamente foi um surto de desenvolvimento na indústria leve que produzia bens de consumo para exportação, o que levou a China a seguir o caminho da industrialização voltada para a exportação. Mas só em 1997 o governo finalmente se comprometeu com a idéia de que o desenvolvimento deveria ser voltado para a exportação.

Tabela 5.2 Mudanças na estrutura do emprego na China, 1980-2002

	1980	1990	1995	2000	2002
Total	423.6	647.5	680.7	720.9	737.4
Urbano	105.3	170.4	190.4	231.5	247.8
estatal	80.2	103.5	112.6	81.0	71.6
(EPEs)	67.0	73.0	76.4	43.9	35.3
coletivas	24.3	35.5	31.5	15.0	11.2
propriedade conjunta	0	1.0	3.7	13.4	18.3
estrangeiras	0	0.7	5.1	6.4	7.6
privadas	0.8	6.7	20.6	34	42.7
residuais	0	23.1	16.9	81.6	96.4
Rural	318.4	477.1	490.3	489.3	489.6
ECVs	30.0	92.7	128.6	128.2	132.9
privadas		1.1	4.7	11.4	14.1
autônomos		14.9	30.5	29.3	24.7
agricultores	288.4	368.4	326.4	320.4	317.9

Fonte: Prasad, *China's Growth and Integration into the World Economy*, tab. 8.1.

Os relatos sobre a natureza dessas ECVs variam muito. Alguns citam dados segundo os quais eram operações privadas “em todos os aspectos, exceto no nome”, exploravam mão-de-obra rural ou migrante degradantemente barata — formada especialmente por jovens mulheres — e funcionavam longe de toda e qualquer forma de regulação. As ECVs muitas vezes pagavam salários aviltantes e não ofereciam benefícios nem proteções legais. Mas algumas delas ofereciam benefícios limitados em termos de assistência e de aposentadoria, bem como proteções legais. No caos da transição, surgiu todo tipo de diferenças que com frequência exibiam marcadas características locais e regionais¹³.

12. C. STEVENSON, *Reforming State-Owned Enterprises: Past Lessons for Current Problems*, Washington, DC, George Washington University. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~ykwirey/stevensonc.html>>.

13. HART-LANDSBERG, BURKETT. *China and Socialism*, 35; LI, TANG, *China's Regions*.



Durante a década de 1980, ficou claro que boa parte da fenomenal taxa de crescimento da China não se devia ao setor das EPEs. No período revolucionário, estas ofereciam segurança no trabalho e proteções sociais para suas forças de trabalho; mas em 1983 as EPEs tiveram permissão para "contratar trabalhadores" sem proteções sociais e estabilidade limitada¹⁴, além de passarem a ter maior autonomia administrativa com relação à propriedade pelo Estado. Os administradores podiam reter certa parcela dos lucros e vender a produção que excedesse as metas a preços de livre mercado, que eram bem maiores do que os preços oficiais, o que estabeleceu um estranho e, como se veria, pouco duradouro sistema de preços dual. Apesar desses incentivos, as EPEs não floresceram; muitas se endividaram e tiveram de receber apoio quer do governo central, quer de bancos estatais, que foram estimulados a emprestar a elas em termos favoráveis. Isso criou para os bancos um sério problema, pois o volume de créditos de difícil recebimento concedidos a EPEs crescia exponencialmente, o que fez aumentar as pressões por maiores reformas no setor das EPEs. Assim, em 1993, o Estado decidiu "transformar as empresas estatais de médio e grande porte visadas em empresas públicas de responsabilidade limitada ou empresas por ações". As primeiras tinham de "dois a cinquenta acionistas", e as segundas "mais de cinquenta acionistas e podiam fazer ofertas públicas". Um ano mais tarde, anunciou-se um programa de corporatização¹⁵: com exceção das mais importantes, todas as EPEs se tornaram "cooperativas por cotas" nas quais todos os trabalhadores tinham o direito nominal de adquirir cotas. Deram-se mais passos no sentido da privatização/conversão das EPEs no final dos anos 1990, de modo que em 2002 estas davam conta de apenas 14% do total de empregos na manufatura, quando em 1990 sua parcela alcançava 40%. O mais recente passo foi a abertura tanto das ECVs como das EPEs à propriedade estrangeira plena¹⁶.

O investimento externo direto, por sua vez, deparou com resultados bastante variados nos anos 1980. De início, foi canalizado para quatro zonas econômicas especiais nas regiões costeiras do sul da China, que "tinham o objetivo inicial de produzir bens para exportação a fim de acumular divisas. Agiam ainda como laboratórios econômicos e sociais em que se podiam observar tecnologias e capacidades gerenciais estrangeiras. Ofereciam uma ampla gama de incentivos aos investidores

14. HART-LANDSBERG, BURKETT, *China and Socialism*, 38.

15. Tradução de *corporatification*, transformação progressiva de empresas estatais (ou semi-estatais) em corporações privadas. (N.T.)

16. Ver *ibid.*, e GLOBAL POLICY FORUM, *Newsletter* "China's Privatization". Disponível em: <<http://www.globalpolicy.org/soecon/ffd/fdi/2003/1112chinaprivatization>>.



estrangeiros, incluindo isenções de impostos, pronta remessa de lucros e melhor infra-estrutura"¹⁷. Mas os primeiros esforços de empresas externas para colonizar o mercado doméstico chinês em áreas como automóveis e bens manufaturados não deram bons resultados. Enquanto a Volkswagen e a Ford (mal) sobreviviam, a General Motors fracassou no começo dos anos 1990. Os únicos setores em que se registraram claros sucessos iniciais foram os setores exportadores bastante trabalho-intensivos. Mais de dois terços do investimento externo direto que entrou nos primeiros anos da década de 1990 (e uma porcentagem ainda maior dos empreendimentos em parceria que sobreviveram) eram organizados pelos chineses que haviam se instalado no exterior (particularmente os que operavam a partir de Hong Kong, mas também os instalados em Taiwan). As fracas proteções legais a empresas capitalistas estimulavam fortemente as relações de trabalho local informais e as redes de confiança (redes de contatos pessoais) que os chineses instalados no exterior estavam em posição privilegiada para explorar¹⁸.

Mais tarde, o governo chinês estabeleceu várias "cidades costeiras abertas" e "regiões econômicas abertas" para o investimento externo (Figura 5.1). A partir de 1995, o governo abriu virtualmente todo o país ao investimento externo direto de qualquer tipo. A onda de falências que atingiu algumas ECVs no setor manufatureiro em 1997-98, e que acabou por repercutir em muitas EPEs nos principais centros urbanos, veio a ser um ponto de ruptura. Com a devolução do poder do Estado central às localidades, os mecanismos de preços competitivos assumiram o controle como processo nuclear de incentivo à reestruturação da economia. O efeito disso foram sérios prejuízos, quando não o desmonte, de muitas EPEs, bem como a criação de uma vasta onda de desemprego. Foram abundantes os relatos de considerável insatisfação trabalhista (ver adiante), e o governo chinês viu-se diante do problema de absorver imensos contingentes de mão-de-obra excedente sob pena de não sobreviver¹⁹. E para resolver o problema ele não podia recorrer apenas a um influxo em permanente expansão de investimento externo direto, por mais relevante que fosse.

A partir de 1998 os chineses buscaram enfrentar parcialmente o problema por meio de investimentos financiados por dívidas em grandes megaprojetos destinados a transformar infra-estruturas físicas. Eles es-

17. LI, TANG, *China's Regions*, cap. 6.

18. *Ibid.*, 82.

19. CHINA LABOR WATCH, *Mainland China Jobless Situation Grim, Minister Says*. Disponível em: <http://www.chinalaborwatch.org/en/web/article.php?article_id=50043>. Acesso em: 18 nov. 2004.

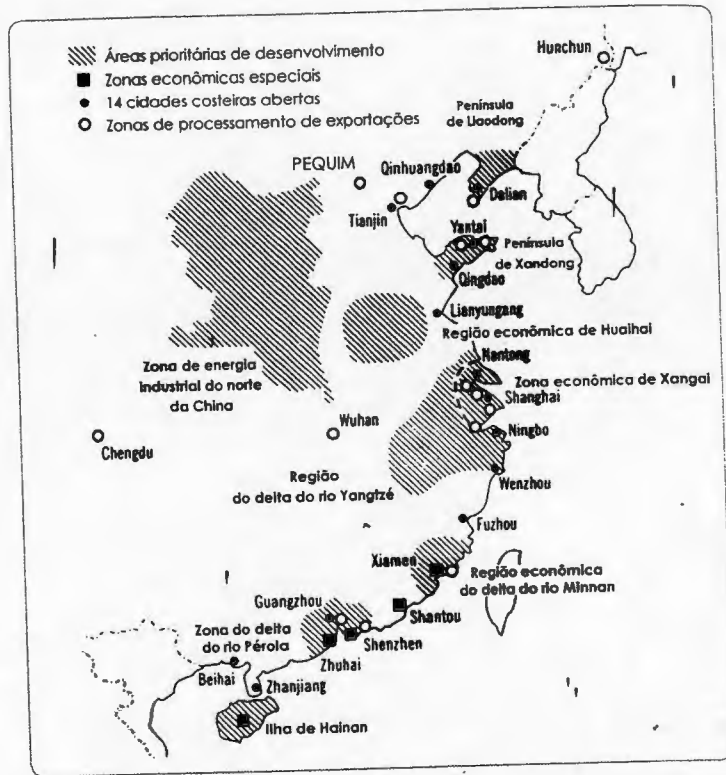


Figura 5.1 A geografia da abertura da China ao investimento externo na década de 1980
Fonte: Dicken, Global Shift.

tão propondo um projeto bem mais ambicioso (com um custo mínimo de 60 bilhões de dólares) do que a já impressionante represa de Três Gargantas, para desviar água do rio Yangtzé para o rio Amarelo. Taxas espantosas de urbanização (pelo menos quarenta e duas cidades passaram da marca de 1 milhão de habitantes desde 1992) requereram amplos investimentos em capital fixo. Novos sistemas de metrô e rodovias estão sendo construídos em grandes cidades, e 13.500 quilômetros de novas vias férreas estão sendo propostos para ligar o interior do país à zona costeira economicamente dinâmica, incluindo um trem-bala entre Xangai e Pequim e outro para o Tibete. Os Jogos Olímpicos estão promovendo grandes investimentos em Pequim. "A China também está se empenhando na construção de um sistema rodoviário interestadual maior do que o norte-americano em apenas quinze anos, ao mesmo tempo em



que toda grande cidade construiu ou está prestes a terminar a construção de um grande aeroporto novo." Dados indicavam que a China tinha "mais de 15.000 projetos de rodovias em andamento, que vão adicionar 162.000 quilômetros de estradas ao país, o suficiente para percorrer o planeta inteiro quatro vezes na linha do equador"²⁰. Trata-se de um esforço bem mais amplo, *in toto*, do que o dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960 na construção do sistema interestadual de rodovias de alta velocidade, e tem o potencial de absorver excedentes de capital e de trabalho por vários anos ainda. Mas esse esforço é (no estilo keynesiano clássico) financiado por dívida. Além disso, implica altos riscos, pois, se os investimentos não produzirem o retorno de valor gasto no momento oportuno, uma crise fiscal vai atingir rapidamente o governo.

A rápida urbanização proporciona uma maneira de absorver os imensos exércitos de reserva de mão-de-obra que convergiram para as cidades vindos das regiões rurais. Donguan, cidade bem próxima do norte de Hong Kong, por exemplo, sofreu uma explosão populacional, passando de cidadezinha a um centro urbano com 7 milhões de habitantes em pouco mais de vinte anos. Mas "as autoridades locais não estão contentes com uma taxa anual de crescimento econômico da ordem de 23%. Estão dando os últimos retoques em uma vasta e inteiramente nova cidade anexa que esperam venha a atrair 300.000 engenheiros e pesquisadores, a vanguarda de uma nova China"²¹. É esse também o lugar da construção do que tem sido anunciado como o maior centro de compras do mundo (investimento de um bilionário chinês, conta com sete zonas modeladas em Amsterdã, Paris, Roma, Veneza, Egito, Caribe e Califórnia, cada uma delas construída com tamanha meticulosidade que segundo dizem não vão se distinguir das originais).

Essas novas cidades planejadas (*tier cities*) se acham em feroz competição interurbana. No delta do rio Pérola, por exemplo, cada cidade tenta atrair o máximo de negócios possível "ao construir mais do que as vizinhas, muitas vezes com resultados duplicados. Foram construídos cinco aeroportos internacionais no final dos anos 1990 num raio de 100 quilômetros, e está começando uma explosão semelhante quanto a portos e pontes"²². Províncias e cidades resistem aos esforços de Pequim no sentido de controlar seus investimentos, em parte porque têm o poder

20. J. KAHN, China Gambles on Big Projects for its Stability, *New York Times*, 13 jan. 2003, A1 e A8; K. BRADSHER, Chinese Builders Buy Abroad, *New York Times*, 2 dez. 2003, W1 e W7; T. FISHMAN, The Chinese Century, *New York Times Magazine*, 4 jul. 2004, 24-51.

21. H. FRENCH, New Boomtowns Change Path of China's Growth, *New York Times*, 28 jul. 2004, A1 e A8.

22. K. BRADSHER, Big China Trade Brings Port War, *International Herald Tribune*, 21 jan. 2003, 12.



de financiar seus próprios projetos vendendo direitos de incorporação de terrenos para construção.

Além disso, as cidades se tornaram locais de um frenético desenvolvimento imobiliário e de especulação com imóveis:

Nos primeiros anos da década de 1990, quando uma "mentalidade de cassino" assumiu o controle do país, bancos e outras instituições financeiras financiaram imprudentemente amplos projetos de desenvolvimento imobiliário por todo o território chinês. Espaços para escritórios de primeira classe, luxuosos condomínios fechados, mansões ostentatórias e apartamentos pipocaram da noite para o dia, não só em grandes cidades como Pequim, Xangai e Shenzhen, mas também em muitas das cidades provinciais e costeiras de menor porte... A chamada "bolha de Xangai" transformou essa cidade um dia monótona numa das mais glamorosas metrópoles do mundo. No final de 1995, Xangai se gabava de ter mais de mil arranha-céus, cerca de cem hotéis cinco estrelas, aproximadamente 41 milhões de metros quadrados de espaço para escritórios — cinco vezes mais do que os 8 milhões de 1994 — e um mercado imobiliário "efervescente" que se ampliava com bem mais rapidez do que a cidade de Nova York... No final de 1996, a bolha estourou, em ampla medida por causa da alocação ineficiente de recursos e da capacidade ociosa criada²³.

O boom, no entanto, retornou com vigor ainda maior no final de 1990, e, mais uma vez, com rumores de excessiva capacidade ociosa em mercados urbanos essenciais a partir de 2004²⁴.

Por trás de boa parte disso estava o papel financeiro do sistema bancário quase totalmente estatal da China. Esse setor se expandiu rapidamente a partir de 1985. Em 1993, por exemplo, o número de agências de bancos estatais passou "de 60.785 a 143.796, e o número de empregados foi de 973.355 a 1.893.957. Nesse mesmo período, o volume de depósitos passou de 427,3 bilhões de yuans (51,6 bilhões de dólares) a 2,3 trilhões, enquanto o volume total de empréstimos passou de 590,5 bilhões de yuans a 2,6 trilhões"²⁵. Na época, os desembolsos dos bancos excediam em cinco vezes os gastos orçamentários do governo. Muito dinheiro foi enterrado em EPEs em decadência, e os bancos tiveram claramente "um papel de liderança na criação de 'bolhas de ativos', especialmente

23. S. SHARMA, *Stability Amidst Turmoil: China and the Asian Financial Crisis*, *Asia Quarterly* (inv. 2000). Disponível em: <www.fas.harvard.edu/~asiactr/haq/2000001/0001a006.htm>.

24. HALE, HALE, *China Takes Off*, 40.

25. H. LIU, *China: Banking on Bank Reform*, *Asia Times Online*, atimes.com, 1º jun. 2002.



nos voláteis setores imobiliário e de construção". Os créditos de difícil recebimento se tornaram um problema, e no final o governo central teve de gastar "quase tanto para compensar empréstimos duvidosos" quanto os Estados Unidos tinham gasto para resgatar a indústria de poupança e crédito em 1987 (o custo do resgate foi de "123,8 bilhões de dólares de fundos públicos e de 29,1 bilhões em prêmios adicionais de resseguros de depósitos"). Em 2003, por exemplo, a China anunciou uma complexa transferência de 45 bilhões de suas reservas de divisas a dois grandes bancos estatais, na "terceira operação de resgate no sistema bancário em menos de seis anos"²⁶. Embora os empréstimos de portfólio de difícil recebimento correspondam a cerca de 35% do PIB chinês, isso não representa nada em comparação com a dívida pendente do governo federal e dos consumidores norte-americanos, que ultrapassa 300% do PIB²⁷.

Num sentido essencial, a China evidentemente aprendeu com o Japão. A modernização da educação e da ciência tinha de caminhar lado a lado com uma estratégia definitiva de pesquisa e desenvolvimento para propósitos civis e militares. Os investimentos chineses nessas áreas têm sido ponderáveis. A China hoje oferece seus serviços como provedor comercial de satélite (para grande irritação dos Estados Unidos). Mas a partir dos anos 1990 corporações estrangeiras começaram a transferir uma parcela ponderável de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento para a China. A Microsoft, a Oracle, a Motorola, a Siemens, a IBM e a Intel estabeleceram laboratórios de pesquisa no país devido à sua "importância e à sua sofisticação crescentes como mercado de tecnologia" e ao seu "grande contingente de cientistas habilidosos mas não dispendiosos e seus consumidores, ainda relativamente pobres, porém enriquecendo e ávidos por tecnologia"²⁸. Mais de duzentas grandes corporações estrangeiras, incluindo gigantes como a BP (British Petroleum) e a General Motors, transferiram recentemente grande parte de seu esforço de pesquisa para a China. Embora reclamem com frequência do que consideram pirataria de suas tecnologias e projetos por empresas chinesas, essas corporações pouco podem fazer, dada a relutância do governo chinês em intervir e o poder do Estado de dificultar sua operação no maior mercado do mundo caso insistam demais nessas questões. E não são apenas empresas de fora da Ásia que estão em atividade ali. O Japão e a Coreia do Sul inves-

26. K. BRADSHAW, *A Heated Chinese Economy Piles up Debt*, *New York Times*, 4 set. 2003, A1 e C4; *Id.*, *China Announces New Bailout of Big Banks*, *New York Times*, 7 jan. 2004, C1.

27. LIU, *China: Banking on Bank Reform*.

28. C. BUCKLEY, *Let a Thousand Ideas Flower: China Is a New Hotbed of Research*, *New York Times*, 13 set. 2004, C1 e C4.



tipam em "cidades de pesquisa" em larga escala na China a fim de terem condições de aproveitar a mão-de-obra preparada mas de baixo custo. O efeito geral disso é tornar o país um lugar bem mais atraente para atividades do setor de alta tecnologia²⁹. Mesmo empresas indianas de alta tecnologia gastam menos transferindo algumas atividades para a China. Há um setor chinês de alta tecnologia que hoje decolou em algumas regiões. Em Shenzhen, por exemplo, com dezenas de esbeltos prédios de concreto e vidro que não estariam deslocados no Vale do Silício, o campus em expansão abriga muitos dos 10 mil engenheiros que trabalham para transformar a Huawei na primeira corporação internacional da China no negócio de equipamentos de comunicação". A partir do final da década de 1990, a "Huawei investiu pesado no estabelecimento de circuitos de vendas na Ásia, no Oriente Médio e na Rússia; ela vende hoje produtos em quarenta países, muitas vezes a preços três vezes menores do que os das rivais"³⁰. E no setor de marketing e produção de computadores pessoais corporações chinesas têm hoje uma presença bem ativa.

Relações exteriores

O comércio exterior respondia por apenas 7% do PIB da China em 1978, mas no começo dos anos 1990 disparou para 40% e desde então não saiu desse nível. A participação da China no comércio mundial quadruplicou nesse mesmo período. Por volta de 2002, mais de 40% do PIB do país vinha de investimento externo direto (e a produção equivalia à metade). Na época, a China tornou-se o maior destino do investimento externo direto do mundo em desenvolvimento, e empresas estrangeiras estavam explorando o mercado chinês com lucro. A General Motors, que teve prejuízo com sua parceria fracassada no começo dos anos 1990, voltou ao mercado no final da década e em 2003 apresentou mais lucros em seu empreendimento na China do que em suas operações em território norte-americano³¹.

Tinha-se a impressão de que a estratégia de desenvolvimento baseada em exportações fora um brilhante sucesso. Mas nada disso tinha sido planejado em 1978. Deng indicara um afastamento das políticas de Mao no tocante a contar apenas com os recursos internos, mas os primeiros movimentos de abertura ao exterior foram hesitantes e restritos a zonas

29. J. WARNER, Why the World's Economy is Stuck on a Fast Boat to China, *The Independent*, 24 jan. 2004, 23.

30. C. BUCKLEY, Rapid Growth of China's Huawei Has its High-Tech Rivals on Guard, *New York Times*, 6 out. 2003, C1 e C3.

31. K. BRADSHAW, GM To Speed Up Expansion in China: An Annual Goal of 1,3 Million Cars, *New York Times*, 8 jun. 2004, W1 e W7.



econômicas especiais em Guangdong. Só a partir de 1987 o Partido, percebendo o sucesso da experiência de Guangdong, aceitou que o crescimento fosse baseado em exportações. E só depois da "viagem ao sul" de Deng, em 1992, o governo central aplicou sua plena força em favor da abertura ao comércio externo e ao investimento externo direto³². Em 1994, por exemplo, a taxa de câmbio dual (oficial e de mercado) foi abolida mediante uma desvalorização de 50% da taxa oficial. Embora tenha desencadeado algo parecido com uma crise inflacionária interna, a desvalorização abriu o caminho para um amplo aumento do comércio e dos fluxos de capital que hoje conferem à China a posição de economia mais dinâmica e bem-sucedida do mundo. Resta saber o que isso prenuncia quanto ao futuro da neoliberalização, dada a inclinação desta para a mudança por meio de desenvolvimentos geográficos desiguais competitivos.

O sucesso inicial da estratégia de Deng dependeu da ligação com Hong Kong. Na qualidade de um dos principais "tigres" asiáticos, Hong Kong já era um importante centro de dinamismo capitalista. Ao contrário de outros Estados da região (Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul), que recorriam a altos graus de planejamento estatal, Hong Kong se desenvolveu de uma maneira empreendedorista mais caótica, sem maior orientação estatal. Encontrava-se significativamente no centro da diáspora de negócios chinesa, que já contava com importantes vínculos globais. A produção em Hong Kong se desenvolveu em torno de linhas de produção trabalho-intensivas e de baixo valor adicionado (com a indústria têxtil na liderança). Mas no final dos anos 1970 enfrentava forte competição estrangeira e agudas carências de mão-de-obra. Guangdong, logo do outro lado da fronteira, foi como uma dádiva divina, uma oportunidade que o capital de Hong Kong não perdeu. Ele tirou proveito de seus muitos vínculos ocultos no território chinês fronteiriço, de sua função como intermediário de todo o comércio exterior que a China tinha e de sua rede de marketing instalada na economia global, pela qual bens de fabricação chinesa poderiam facilmente fluir.

Já na metade dos anos 1990, cerca de dois terços do investimento externo direto (IED) da China passava por Hong Kong. E embora parte disso se devesse à capacidade de intermediação de Hong Kong, que atraiu fontes mais diversas de capital externo, não há dúvida de que o fato fortuito da proximidade com Hong Kong foi crucial para o caminho de desenvolvimento que atingiu a China como um todo. A zona de desenvolvimento econômico implantada pelo governo provincial na Shenzhen urbana, por exemplo, fracassara no começo da década de 1980. O que

32. Z. ZHANG, *Whither China? Intellectual Politics in Contemporary China*, Durham, NC, Duke University Press, 2001.



atraiu os capitalistas foram as recém-criadas ECVs nas áreas rurais; o capital de Hong Kong forneceu o maquinário, os insumos e o *marketing*, enquanto as ECVs faziam o trabalho. Uma vez estabelecido, esse estilo de operação pôde ser emulado por outros capitalistas estrangeiros (particularmente vindos de Taiwan e concentrados especialmente na região de Xangai pós-abertura). As fontes de IED se diversificaram bastante nos anos 1990, quando corporações japonesas e sul-coreanas, bem como dos Estados Unidos, começaram a usar a China como centro de produção *offshore* em larga escala.

Perto da metade da década de 1990, ficou claro que o imenso mercado doméstico chinês tornava-se cada vez mais atraente para o capital externo. Embora apenas 10% da população da China pudessem ter o poder aquisitivo de uma classe média nascente e em crescimento, 10% de mais de um bilhão de pessoas ainda era um enorme mercado interno. Foi dada a largada de uma corrida competitiva para oferecer a esse mercado automóveis, celulares, DVDs, televisores e lavadoras, bem como *shop-pings*, rodovias e casas de "luxo". A produção mensal de automóveis aumentou aos poucos, de mais ou menos 20 mil em 1993 para pouco mais de 50 mil em 2001, mas a partir de então saltou para aproximadamente 250 mil na metade de 2004. Uma onda de investimento externo — que ia da Wall Mart e do McDonalds à produção de placas de computador — atingiu a China, antecipando-se ao rápido crescimento futuro do mercado interno, apesar de incertezas institucionais e quanto à política do Estado e dos evidentes riscos de excesso de capacidade produtiva³³.

O amplo recurso ao IED faz da China um caso especial, bem distinto do Japão e da Coreia do Sul. Como resultado, o capitalismo chinês não é bem integrado. O comércio inter-regional é na verdade bem pouco desenvolvido, apesar de amplos investimentos em novos meios de comunicação. Províncias como Guangdong negociam bem mais com o mundo exterior do que com o resto da China. O capital não flui facilmente entre partes do país, apesar de um recente surto de fusões e de esforços coordenados pelo Estado para que se criem alianças regionais entre províncias³⁴. Assim, a alta dependência do IED só vai se reduzir se houver uma melhoria da alocação de recursos e das interligações capitalistas no interior da própria China³⁵.

33. K. BRADSHER, China's Factories Aim to Fill Garages Around the World, *New York Times*, 2 nov. 2003, International Section, 8; *ib.*, GM To Speed Up Expansion in China; *ib.*, Is China The Next Bubble?, *New York Times*, 18 jan. 2004, *sec.* 3, 1 e 4.

34. K. BRADSHER, Chinese Provinces Form Regional Power Bloc, *New York Times*, 2 jun. 2004, W1 e W7.

35. H. Yasheng, T. Khanna, Can India Overtake China?, *China Now Magazine*, 3 abr. 2004. Disponível em: <www.chinanowmag.com/business/business.htm>.



As relações de comércio exterior da China se modificaram com o passar do tempo, mas de modo particular nos últimos quatro anos. Embora a entrada na OMC em 2001 tenha muito a ver com isso, o forte dinamismo do crescimento econômico chinês e as estruturas mutantes da competição internacional tornaram inevitável um grande realinhamento das relações comerciais. Nos anos 1980, a China se posicionava nos mercados globais principalmente mediante produção de baixo valor adicionado, vendendo produtos têxteis, brinquedos e plásticos de baixo custo, em grandes volumes, no mercado internacional. As políticas maoístas tinham deixado o país auto-suficiente em energia e em muitas matérias-primas (um dos maiores produtores mundiais de algodão), e a China só precisava importar maquinário e tecnologia e ter acesso aos mercados (o que Hong Kong convenientemente proporcionava). Podia usar sua mão-de-obra barata para obter uma grande vantagem competitiva. O salário-hora na produção têxtil chinesa no final dos anos 1990 estava em 30 centavos de dólar, em comparação com 2,75 no México e na Coreia do Sul, enquanto os níveis de Hong Kong e Taiwan estavam perto de 5 dólares, e o dos Estados Unidos acima de 10 dólares³⁶. Mas a produção chinesa era nos estágios iniciais deveras subserviente aos comerciantes taiwaneses e de Hong Kong, que dominavam o acesso aos mercados globais, ficavam com a parte do leão dos lucros comerciais e obtinham integração reversa na produção ao controlar EPEs e ECVs ou investir nelas. No delta do rio Pérola não são incomuns instalações de produção com 40 mil trabalhadores. Além disso, a baixa remuneração torna possível a introdução de inovações que reduzem o uso de capital. As fábricas norte-americanas altamente produtivas usam dispendiosos sistemas automatizados, mas "as fábricas chinesas revertem esse processo retirando capital do processo de produção e reintroduzindo um papel mais amplo para o trabalho". O volume total de capital necessário costuma se reduzir em um terço. "A combinação de salários mais baixos e menos capital tipicamente eleva o retorno sobre o capital acima dos níveis das fábricas norte-americanas."³⁷

As incríveis vantagens em termos de trabalho assalariado desse tipo significam que a China pode competir com outras localidades de baixo custo, como México, Indonésia, Vietnã e Tailândia, em setores produtivos de baixo valor adicionado (como os produtos têxteis). O México perdeu

36. P. DICKEN, *Global Shift: Reshaping the Global Economic Map in the 21st Century*, 4. ed., New York, Guilford Press, 2003, 332.

37. T. HOUT, J. LEBRETTON, The Real Contest Between America and China, *The Wall Street Journal on Line*, 16 set. 2003; é interessante que Marx tenha dito o mesmo sobre a aplicação diferencial da tecnologia entre os Estados Unidos e a Inglaterra no século XIX; ver *Capital*, New York, International Publishers, 1967, i. 371-372.



200 mil empregos em apenas dois anos quando a China (apesar do NAFTA) tomou seu lugar de principal fornecedor do mercado norte-americano de bens de consumo. Durante os anos 1990, a China começou a subir a escada do valor adicionado da produção e a competir com a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan, a Malásia e Cingapura em esferas como produtos eletrônicos e máquinas operatrizes. Isso ocorreu em parte porque corporações desses países decidiram transferir sua produção para fora deles a fim de tirar proveito do grande repositório de trabalhadores especializados de baixo custo que o sistema universitário chinês não pára de lançar no mercado. No início, o influxo vinha principalmente de Taiwan: acredita-se que atualmente cerca de 1 milhão de empreendedores e engenheiros taiwaneses vivem e trabalham na China, levando consigo boa parcela de capacidade produtiva. O influxo sul-coreano também tem sido vigoroso (ver Figura 4.4). As corporações de eletrônicos da Coreia do Sul têm hoje substanciais operações na China. Em setembro de 2003, por exemplo, a Samsung Electronics anunciou a transferência de toda a sua produção de PCs para a China, tendo investido previamente no país 2,5 bilhões de dólares, "criando dez subsidiárias de vendas e 26 unidades de produção, empregando um total de 42 mil pessoas"³⁸. A transferência de produção japonesa para a China contribuiu para o declínio do emprego na manufatura japonesa de 15,7 milhões em 1992 para 13,1 milhões em 2001. E as empresas japonesas também começaram a sair da Malásia, da Tailândia e de outros lugares a fim de ir para a China. E a esta altura investiram tanto no país que "mais da metade do comércio entre o Japão e a China ocorre entre empresas japonesas"³⁹. Tal como ocorreu nos Estados Unidos, as corporações podem se sair muito bem enquanto seus países de origem sofrem. A China absorveu mais emprego na produção do Japão, da Coreia do Sul, do México e de outras partes do mundo do que dos Estados Unidos. O espetacular crescimento chinês, tanto no plano doméstico como em seu posicionamento no mercado internacional, tem correspondido a uma duradoura recessão no Japão, assim como a atrasos no crescimento, estagnação nas exportações e crises periódicas nos demais países do leste e do sudeste da Ásia. Os efeitos competitivos negativos em muitos países provavelmente vão se aprofundar com o tempo⁴⁰.

Por outro lado, o dramático crescimento da China a tornou mais dependente de fontes externas de matérias-primas e energia. Em 2003,

38. Ver HART-LANDSBERG E BURKETT, *China and Socialism*, 94-95; H. BROOKE, Korea Feeling Pressure as China Grows, *New York Times*, 8 jan. 2003, W1 e W7.

39. J. BELSON, Japanese Capital and Jobs Flowing to China, *New York Times*, 17 fev. 2004, C1 e C4.

40. Ver FORERO, *As China Gallops*.



a China absorveu "30% da produção mundial de carvão, 36% da de aço e 55% da produção mundial de cimento"⁴¹. Saiu de uma relativa auto-suficiência em 1990 para ser o segundo maior importador de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos, em 2003. Suas empresas de energia tentaram associar-se a exploradores do petróleo da bacia do mar Cáspio e abriram negociações com a Arábia Saudita para garantir o acesso aos estoques do Oriente Médio. Seus interesses energéticos no Sudão e no Irã criaram tensões com os Estados Unidos em ambas as arenas. Competiu com o Japão quanto ao acesso ao petróleo russo. Suas importações da Austrália quadruplicaram nos anos 1990 em sua busca por novas fontes de metais. Em sua procura desesperada por metais estratégicos, como cobre, estanho, minério de ferro, platina e alumínio, a China se apressou a fazer acordos com o Chile, o Brasil, a Indonésia, a Malásia e muitos outros países. Procurou importar produtos agrícolas e madeira de toda parte (as amplas compras de soja do Brasil e da Argentina ajudaram a dar um novo alento a essas economias), e a demanda chinesa por sucata se tornou tão ampla que levou à elevação dos preços em todo o globo. Mesmo a produção norte-americana se beneficiou da demanda do país por máquinas de terraplenagem (Caterpillar) e turbinas (GE). As exportações asiáticas para a China também tiveram um crescimento a taxas impressionantes. A China é hoje o principal mercado de exportação da Coreia do Sul, e rivaliza com os Estados Unidos como o principal mercado das exportações japonesas. A rapidez na reorientação das relações comerciais é melhor ilustrada pelo caso de Taiwan. A China tomou o lugar dos Estados Unidos como o principal mercado das exportações taiwanesas (principalmente de bens manufaturados intermediários) em 2001, mas perto do final de 2004 o país exportava para a China o dobro do volume destinado aos Estados Unidos⁴².

A China domina efetivamente toda a parte leste e sudeste da Ásia como *hegemon* regional com enorme influência global, e não está afastada sua iniciativa de reafirmar suas tradições imperiais na região e além dela. Diante das preocupações da Argentina com a destruição dos vestígios da indústria doméstica em produtos têxteis, sapatos e couro devido a importações de produtos chineses baratos, o conselho chinês foi simplesmente que aquele país deixasse perecer essas indústrias e se concentrasse em ser um produtor de matérias-primas e bens agrícolas para o mercado chinês em expansão. Não escapou aos argentinos que foi exatamente dessa maneira que a Grã-Bretanha tratou seu império indiano no século XIX.

41. K. BRADSHAW, China Reports Economic Growth of 9.1% in 2003, *New York Times*, 20 fev. 2004, W1 e W7.

42. Id., Taiwan Watches its Economy Slip to China, *New York Times*, 13 dez. 2004, C7.



Mesmo assim, os amplos investimentos chineses em infra-estrutura ora em andamento fizeram avançar boa parte da economia global. Em contrapartida, o crescimento mais lento do país em 2004

abalou os mercados financeiros e de *commodities* em toda parte. Os preços do níquel desabaram depois de elevações durante quinze anos e o cobre caiu depois de oito anos de altas. As moedas de países voltados para *commodities*, como a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia, também padeceram. Além disso, os mercados das outras economias asiáticas voltadas para exportações tremeram em meio a preocupações de que a China pudesse vir a comprar menos semicondutores de Taiwan e menos barras de aço da Coreia do Sul, bem como menos borracha tailandesa, arroz vietnamita e estanho malaio⁴³.

Como ocorre invariavelmente com a dinâmica bem-sucedida da acumulação do capital, chega um momento em que os excedentes internos acumulados requerem uma saída externa. Um dos caminhos foi financiar a dívida norte-americana e, assim, manter florescente o mercado para produtos chineses, ao mesmo tempo em que se mantinha o *yuan* convenientemente atrelado ao valor do dólar. Mas as empresas comerciais exportadoras chinesas havia muito estavam ativas no âmbito global, tendo expandido seu alcance e seu raio de ação acentuadamente a partir da metade dos anos 1990. Os negócios chineses também investem no exterior para garantir sua posição nos mercados internacionais. Televisores chineses são hoje montados na Hungria para assegurar o acesso ao mercado europeu, e na Carolina do Norte para garantir a abertura dos Estados Unidos. Uma montadora chinesa de automóveis planeja montar carros e até construir uma fábrica na Malásia. Há mesmo empresas chinesas investindo no turismo da região do Pacífico para atender à sua própria demanda em crescimento⁴⁴.

Não obstante, num determinado aspecto os chineses se afastam flagrantemente do molde neoliberal: como tem imensos excedentes de mão-de-obra, o país só pode conseguir estabilidade social e política absorvendo ou reprimindo violentamente esses excedentes. Para absorvê-los, o único caminho é financiar via dívida projetos infra-estruturais e de formação de capital fixo em escala bastante ampla (o investimento em capital fixo teve um aumento de 25% em 2003). Espreita o país o perigo

43. W. ARNOLD, BHP Billiton Remains Upbeat Over Bet on China's Growth, *New York Times*, 8 jun. 2004, W1 e W7.

44. H. M. LANDLER, Hungary Eager and Uneasy Over New Status, *New York Times*, 5 mar. 2004, W1 e W7; K. BRADSHER, Chinese Automaker Plans Assembly Line in Malaysia, *New York Times*, 19 out. 2004, W1 e W7.



de uma grave crise de sobreacumulação de capital fixo (particularmente no ambiente construído). Há abundantes indícios de capacidade produtiva excedente (por exemplo, nos setores automobilístico e eletrônico) e já ocorreu um ciclo de expansão e contração nos investimentos urbanos. Mas tudo isso requer que o Estado chinês se afaste da ortodoxia neoliberal e aja como Estado keynesiano, o que exige a manutenção de controles de capital e da taxa de câmbio, o que não é compatível com as regras globais do FMI, da OMC e do Tesouro dos Estados Unidos. Embora esteja isento de cumprir essas regras como condição transitória para ser membro da OMC, a China não poderá manter-se assim perpetuamente. A implantação de controles dos fluxos de capital vai se tornando cada vez mais difícil à medida que o *yuan* cruza uma fronteira crescentemente porosa, via Hong Kong e Taiwan, que leva à economia global. Vale lembrar que uma das condições que fizeram ruir todo o sistema keynesiano de Bretton Woods do pós-guerra foi a formação de um mercado do eurodólar quando os dólares norte-americanos escaparam à disciplina de suas próprias autoridades monetárias⁴⁵. Os chineses já estão bem perto de replicar esse problema, e seu keynesianismo já está correspondentemente ameaçado.

O sistema bancário chinês, que está no cerne do atual financiamento do déficit, não pode suportar neste momento a integração com o sistema financeiro global porque mais de 50% de seus créditos são de difícil recebimento. Felizmente, os chineses têm um superávit no balanço de pagamentos que pode ser usado, como vimos, para sanear a situação dos bancos. Mas é nesse ponto que o outro pé pode desabar, pois a única maneira de a China conseguir fazer isso é acumular superávits no balanço de pagamentos contra os Estados Unidos. Surge uma peculiar simbiose em que a China, ao lado do Japão, de Taiwan e de outros bancos centrais asiáticos, financiam a dívida norte-americana de modo que aquele país possa convenientemente consumir a produção excedente deles. Inversamente, o dinamismo da economia chinesa fica refém da política monetária e fiscal dos Estados Unidos. Estes já estão no momento agindo de modo keynesiano — mantendo enormes déficits federais e dívidas dos consumidores ao mesmo tempo em que insistem que todos os outros países obedeçam a regras neoliberais. Essa não é uma posição sustentável, e há hoje muitas vozes influentes sugerindo que o país caminha diretamente para o olho do furacão de uma grande crise financeira⁴⁶. Para a China, isso implicaria a passagem de uma política de

45. K. BRADSHER, China's Strange Hybrid Economy, *New York Times*, 21 dez. 2003, C5.

46. As observações de Volcker foram citadas em P. BOND, US and Global Economy Volatility: Theoretical, Empirical and Political Considerations, comunicação apresentada ao Empire Seminar, York University, nov. 2004.



absorção de mão-de-obra a uma política de repressão aberta. Se essa tática vai ou não funcionar, como no caso da Praça Tiananmen em 1989, vai depender crucialmente do equilíbrio de forças de classe e da maneira como o Partido Comunista se posiciona diante dessas forças⁴⁷.

Rumo a uma restauração do poder de classe?

No dia 9 de junho de 2004, um certo senhor Wang comprou um sedã Maybach ultraluxuoso de 900.000 dólares da Daimler Chrysler de Pequim. O mercado de carros de luxo desse tipo é aparentemente bem ativo. A inferência disso é que "umas poucas famílias chinesas acumularam um extraordinário volume de riquezas"⁴⁸. Um pouco abaixo do *status* em termos de automóveis, a China é hoje o maior mercado do mundo de Mercedes-Benz. Alguém, em algum lugar e de alguma forma está ficando rico.

Embora possa ter uma das economias de maior ritmo de crescimento do mundo, a China se tornou também uma de suas sociedades mais desiguais (Figura 5.2). Os benefícios do crescimento "foram despejados principalmente sobre residentes urbanos e membros do governo e do partido. Nos últimos cinco anos, a disparidade de renda entre os ricos urbanos e os pobres rurais aumentou a tal ponto que alguns estudos recentes comparam a China, desfavoravelmente, aos mais pobres países africanos"⁴⁹. A desigualdade social nunca foi erradicada durante a era revolucionária. E a diferenciação entre campo e cidade chegou ao ponto de ser inscrita em lei. Mas, com a reforma, escreve Wang, "essa desigualdade estrutural logo se tornou disparidade de renda entre diferentes classes, estratos sociais e regiões, levando rapidamente à polarização social"⁵⁰. Medidas formais de desigualdade social, como o coeficiente de Gini, confirmam que a China passou de uma das sociedades mais pobres e mais igualitárias à desigualdade crônica em apenas vinte anos (ver Figura 5.2). O hiato entre rendas urbanas e rurais (ossificadas pelo sistema de permissão de residência) foi aumentando com bastante rapidez. Enquanto abastados residentes urbanos desfilam BMWs, têm sorte os agricultores que comem carne uma vez por semana. Mais enfática tem

47. WANG, *China's New Order*; T. FISHMAN, *China Inc.: Next Superpower Challenges America and the World*, New York, Scribner, 2005.

48. K. BRADSHAW, Now, a Great Leap Forward in Luxury, *New York Times*, 10 jun. 2004, C1 e C6.

49. X. WU, J. PERLOFF, *China's Income Distribution over Time: Reasons for Rising Inequality*, CUDARE Working Papers 977, University of California at Berkeley, 2004.

50. WANG, *China's New Order*.

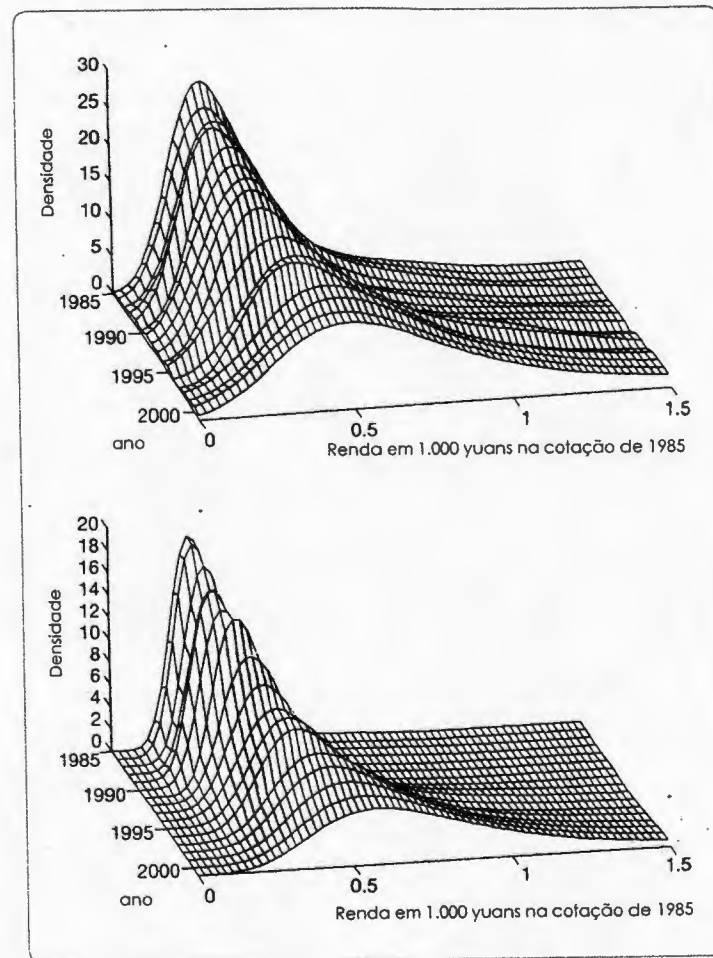


Figura 5.2 A crescente desigualdade de renda na China: rural (acima) e urbana (abaixo), 1985-2000

Fonte: Wu, Perloff, *China's Income Distribution Over Time*.

sido a crescente desigualdade *no interior* dos setores urbano e rural. As desigualdades regionais também sofreram um aumento, com umas poucas cidades da zona litorânea se destacando enquanto o interior e o "cinturão de ferrugem" da região norte ou não conseguiram decolar ou afundaram quase por completo⁵¹.

51. L. WEI, *Regional Development in China*, New York, 2000.



Simple aumentos da desigualdade social constituem um indicador incerto da restauração do poder de classe. As "provas" dessa restauração são em larga medida intuitivas e de modo algum confiáveis. Mas podemos agir inferencialmente examinando em primeiro lugar a situação da base da pirâmide social. "Em 1978, havia 120 milhões de trabalhadores na China. Por volta de 2002, havia 270 milhões. Somando os 70 milhões de camponeses que migraram para as cidades e arrumaram trabalho assalariado duradouro, a classe trabalhadora chinesa se aproxima hoje dos 350 milhões." Destes, "mais de 100 milhões" estão empregados agora nos setores não-estatais e são oficialmente classificados como assalariados⁵². Grande parcela dos empregados no que restou do setor público (tanto EPEs como ECVs) também tem na prática o mesmo estatuto de trabalhadores assalariados. Houve por conseguinte uma total processo de proletarização na China, marcado por estágios de privatização e passos dados no sentido de impor maior flexibilidade ao mercado de trabalho (incluindo a quase extinção de obrigações de bem-estar social e aposentadoria da parte das empresas públicas). O governo também "estrangulou" serviços. De acordo com o China Labor Watch, "os governos rurais quase não têm apoio das áreas mais ricas. Aplicam impostos aos produtores locais e impõem intermináveis taxas para financiar escolas, hospitais, estradas e até a polícia". A pobreza se intensifica entre os abandonados, ainda que a taxa de crescimento esteja acima de 9%. Entre 1998 e 2002, 27 milhões de trabalhadores foram dispensados de EPEs, cujo número caiu de 262 mil para 159 mil. O mais surpreendente é que a perda líquida de empregos na produção chinesa num período de mais ou menos uma década tem sido por volta de 15 milhões⁵³. Na medida em que o neoliberalismo exige uma força de trabalho ampla, facilmente explorável e relativamente impotente, a China sem dúvida se qualifica como economia neoliberal, embora "com características chinesas".

A acumulação de riqueza no outro extremo da pirâmide social é uma história mais complicada. Ao que parece, tem ocorrido em larga medida por meio de uma combinação de corrupção, artifícios clandestinos e apropriação direta de direitos e ativos que foram um dia propriedade comum. Com a transferência de cotas de empresas aos gerentes pelos governos locais, como parte de sua estratégia de reestruturação, muitos gerentes "passaram da noite para o dia a dispor de cotas que valiam dezenas de milhões de *yuans*, por vários meios, tomando-se um novo grupo

52. L. SHI, *Current Conditions of China's Working Class*, China Study Group, 3 nov. 2003: <<http://www.chinastudyg.action=article&type>>.

53. CHINA LABOR WATCH, *Mainland China Jobless Situation* Grim.



de magnatas". Quando as EPEs foram reestruturadas como sociedades anônimas por ações, os "gerentes receberam parcelas importantes das ações" e auferiam em alguns casos salários cem vezes maiores que os dos trabalhadores médios⁵⁴. O alto escalão da fábrica de bebidas Tsingtao Brewery, que se tornou empresa aberta em 1993, passou não só a dispor de amplas parcelas das ações de um negócio lucrativo (que estava aumentando sua presença e seu poder oligopolista nacional por meio da aquisição de várias empresas de bebidas locais), mas também a pagar a si mesmos, por sua função gerencial, com bastante generosidade. As relações privilegiadas entre membros do Partido, funcionários públicos graduados e empreendedores privados e bancos também tiveram nisso um importante papel. Dirigentes de empresas recém-privatizadas a que se deram parcelas de ações podem tomar empréstimos nos bancos (e de amigos) a fim de comprar as ações remanescentes dos trabalhadores (por vezes coercitivamente, ameaçando de demissão, por exemplo). Como grande número de empréstimos bancários são créditos de difícil recebimento, os novos donos ou levam as empresas à falência (dilapidando os ativos em seu próprio benefício ao longo do processo) ou arrumam formas de renegar suas dívidas sem declarar falência (a lei de falências e concordatas é pouco elaborada na China). Quando o governo se aposa de 45 bilhões de dólares ganhos à custa de trabalhadores altamente explorados e salva bancos, cobrindo seus créditos de difícil recebimento, ele pode muito bem estar distribuindo riqueza das classes baixas para as altas em vez de corrigindo os efeitos de investimentos ruins. Administradores inescrupulosos podem obter o controle de empresas recém-privatizadas e de seus ativos com demasiada facilidade, usando-os para seu enriquecimento pessoal. O capital doméstico também vem assumindo um papel cada vez mais importante na criação de riqueza. Tendo-se beneficiado de mais de vinte anos de transferência de tecnologia por meio de parcerias com corporações estrangeiras, e abençoados com o acesso a grandes contingentes de trabalho e capacidades gerenciais bem treinados e, sobretudo, controlando os "espíritos animais" da ambição empreendedora, muitas empresas chinesas estão agora em condições de competir com rivais estrangeiras não só no mercado interno como na arena internacional. E isso já não ocorre apenas em setores de baixo valor adicionado. O que é hoje o oitavo fabricante mundial de computadores, por exemplo, começou em 1984 com um grupo de cientistas chineses financiados com recursos públicos. No final dos anos 1990, a empresa se transformou de distribuidor em fabricante e passou a deter a maior parcela do mercado interno. A Lenovo, seu atual nome, se acha

54. SHI, *Current Conditions of China's Working Class*.



agora engajada em implacável competição com os grandes fabricantes da área e assumiu recentemente a linha de computadores pessoais da IBM a fim de obter melhor acesso ao mercado global. A operação (que, diga-se de passagem, ameaça a posição de Taiwan nesse negócio) permite que a IBM construa uma ponte mais sólida no mercado chinês de programas de computador ao mesmo tempo em que instala na indústria de computadores uma imensa empresa baseada na China com alcance global⁵⁵. Embora o Estado possa deter ações em empresas como a Lenovo, sua autonomia gerencial garante uma propriedade e um sistema de benefícios que permitem uma crescente concentração de executivos ricos, equivalente à de outras partes do mundo.

O desenvolvimento imobiliário, particularmente nas grandes cidades e em seu entorno, assim como nas zonas de desenvolvimento de exportações, parece ser outro caminho para acumular imensas riquezas nas mãos de uns poucos. Como os produtores rurais não têm títulos de propriedade, é fácil promover a expropriação e dar à terra lucrativas finalidades urbanas, o que os deixa sem base rural para ganhar a vida, expulsando-os da terra, a fim de torná-los parte do mercado de trabalho. A compensação oferecida aos ruralistas costuma ser uma pequena porcentagem do valor da terra, que é então passada por funcionários do governo aos desenvolvedores. Algo em torno de 70 milhões de agricultores podem ter perdido a terra dessa maneira na última década. Os líderes comunais, por exemplo, privilegiavam com frequência os direitos de propriedade *de facto* sobre a terra e os ativos comunais em negociações com investidores e desenvolvedores estrangeiros. Esses direitos foram mais tarde confirmados como bens pessoais desses líderes, o que na prática equivale a expropriar bens comuns em benefício de umas poucas pessoas. Na confusa situação de transição, escreve Wang, "uma ponderável parcela da propriedade nacional foi 'legalmente' e ilegalmente transferida para la vantagem econômica pessoal de uma pequena minoria"⁵⁶. A especulação nos mercados de terra e imóveis, particularmente em áreas urbanas, se acirrou mesmo na ausência de sistemas claros de direitos de propriedade. A perda de terra arável tornou-se tão grave que o governo central teve de impor uma moratória sobre conversões em 1998 até que seja possível implementar um planejamento mais racional do uso da terra. Mas muitos prejuízos já haviam sido causados. Terras

55. D. BARBOZA, An Unknown Giant Flexes its Muscle, *New York Times*, 4 dez. 2004, C1 e C3; S. LOHR, IBM's Sale of PC Unit is a Bridge Between Companies and Cultures, *New York Times*, 8 dez. 2004, A1 e C4; S. LOHR, IBM Sought a China Partnership, *New York Times*, 13 dez. 2004, C1 e C6.

56. WANG, *China's New Order*; J. YARDLEY, Farmers Be China's Real Estate Boom, *New York Times*, 8 dez. 2004, A1 e A6.



valiosas tinham sido incorporadas e os desenvolvedores (aproveitando-se de relações privilegiadas com os bancos) tinham agido e acumulado imensas riquezas nas mãos de uns poucos. Mesmo em pequena escala, ganhava-se bem mais dinheiro em empreendimentos imobiliários do que na produção⁵⁷. É significativo o fato de o carro de 900.000 dólares ter sido comprado por alguém que ganhara dinheiro com imóveis.

A especulação com ativos, muitas vezes mediante o uso de crédito em condições privilegiadas, também teve seu papel, algo particularmente acentuado em imóveis urbanos em cidades como Pequim, Xangai, Shenzhen e Donguang etc. Os ganhos, que foram imensos em certos breves períodos de expansão, ficam tipicamente para os especuladores, e as perdas durante os períodos de contração são assumidas em larga medida pelos bancos. Em todas essas arenas, incluindo a zona oculta da corrupção que não pode ser mensurada, a apropriação de ativos — geralmente por membros importantes do Partido e do governo — os transformou de agentes do poder do Estado em homens de negócios independentes e extremamente prósperos bem capazes de proteger sua riqueza recém-descoberta, se necessário contrabandeando-a para fora do país via Hong Kong.

Uma cultura consumista em ascensão surgiu nos principais centros urbanos, a que as crescentes desigualdades somam suas características específicas, como as comunidades fechadas e protegidas, com residências de alto nível (que trazem nomes como Beverly Hills) e espetaculares zonas privilegiadas de consumo, restaurantes e casas noturnas, centros de compra e parques temáticos em muitas cidades. A cultura pós-moderna chegou a Xangai — que maravilha! Todos os atrativos da ocidentalização estão à disposição de todos ali, incluindo transformações nas relações sociais que fazem jovens mulheres vender sua sexualidade e sua beleza por toda parte, e instituições culturais (que vão de concursos de Miss Mundo a arrojadas exposições de arte), criando um espantoso mosaico de versões exageradas, que beiram a paródia, de Nova York, Londres ou Paris. O que hoje recebe o nome de "tigela de arroz de juventude" assume o controle das coisas e faz todos especularem sobre os desejos uns dos outros na luta darwiniana por posição. As consequências disso em termos de gênero têm sido pronunciadas:

Nas cidades litorâneas, as mulheres *deparam* com os extremos das maiores oportunidades de alcançar níveis de renda e colocações profis-

57. C. CARTIER, Zone Fever: The Arabic Land Debate and Real Estate Speculation: China's Evolving Land Use Regime and its Geographical Contradictions, *Journal of Contemporary China* 10 (2001) 455-469; Z. ZHANG, *Strangers in the City: Reconfigurations of Space, Power, and Social Networks within China's Floating Population*, Stanford, Stanford University Press, 2001.



sionais sem precedentes, de um lado, e de empregos com salários relativamente baixos na produção ou posições de baixo *status* no setor de serviços em restaurantes e casas de família e na prostituição⁵⁸.

A outra fonte de acumulação de riqueza vem da superexploração da força de trabalho, particularmente de jovens mulheres migrantes de áreas rurais. Os níveis salariais na China são extremamente baixos e as condições de trabalho suficientemente desreguladas, despóticas e exploradoras, capazes de deixar cobertas de vergonha as descrições feitas há tanto tempo por Marx em seu devastador relato das condições de trabalho doméstico e fabril na Grã-Bretanha nos primeiros estágios da Revolução Industrial. E ainda mais odioso é o não-pagamento de salários e de obrigações trabalhistas. Lee relata que

no âmbito do cinturão de ferrugem do nordeste, Shenyang, no período 1996-2001, 23,1% dos trabalhadores empregados foram afetados pelo não-recebimento de salários, assim como 26,4% dos aposentados não receberam a pensão. No nível nacional, o número total de trabalhadores que trabalharam e não receberam saltou de 2,6 milhões em 1993 para 14 milhões em 2000. O problema não se restringe a antigas e falidas bases industriais com trabalhadores aposentados e demitidos. Pesquisas do governo mostraram que 72,5% dos quase 100 milhões de trabalhadores migrantes do país estavam sem receber salários. Estimou-se o total de pagamentos não efetuados em cerca de 12 bilhões de dólares (mais ou menos 100 bilhões de yuans), 70% deles na construção⁵⁹.

Boa parte do capital acumulado por empresas privadas e estrangeiras vem do não-pagamento de salários devidos. O resultado foi a irrupção de intensos protestos dos trabalhadores em muitas áreas do país. Embora os trabalhadores chineses se disponham a aceitar longas horas de trabalho, tenebrosas condições de trabalho, assim como os baixos salários, como parte da modernização e do crescimento econômico, o não-pagamento de salários e de pensões é algo totalmente diferente. Petições e queixas ao governo central por causa disso têm aumentado muito em anos recentes, e a incapacidade governamental de reagir adequadamente tem levado à ação direta⁶⁰. Na cidade nordestina de Liaoyang, mais

58. C. CARTIER, *Symbolic City/Regions and Gendered Identity Formation in South China*, *Provincial China* 8/1 (2003) 60-77; Z. ZHANG, *Mediating Time: The "Rice Bowl of Youth" in Fin-de-Siècle Urban China*, *Public Culture* 12/1 (2000) 93-113.

59. S. K. LEE, *Made In China: Labor as a Political Force?*, comunicação apresentada na mesa-redonda da Mansfield Conference, 2004, University of Montana, Missoula 18-21 abr. 2004.

60. *Ibid.*; J. YARDLEY, *Chinese Appeal to Beijing to Resolve Local Complaints*, *New York Times*, 8 mar. 2004, A3.



de 30 mil trabalhadores de cerca de vinte fábricas protestaram durante vários dias em 2002, no que foi classificado como "a maior manifestação desse tipo desde a revolta de Tiananmen". Em Jiamasu, norte da China, onde cerca de 89% da população estavam sem emprego e vivendo com menos de 20 dólares por semana depois que uma empresa têxtil com 14 mil operários fechou as portas de uma hora para outra, a ação direta ocorreu depois de meses de petições sem resposta.

Em alguns dias, os aposentados bloqueavam o tráfego da principal via de acesso à cidade, deitando-se em fileiras no chão. Noutros dias, milhares de trabalhadores demitidos da empresa têxtil sentavam-se nos trilhos da ferrovia, interrompendo a operação. No final de dezembro, empregados de uma fábrica de celulose em decadência deitavam-se como soldados congelados na única pista do aeroporto de Jiamasu, impedindo os aviões de pousar⁶¹.

Dados da polícia mostram que "cerca de três milhões participaram dos protestos" em 2003. Até recentemente, conflitos desse tipo têm sido enfrentados com sucesso mediante o isolamento, a fragmentação, a desorganização e, com certeza, a omissão de sua ocorrência. Mas relatos recentes sugerem que conflitos mais generalizados começam a irromper. Na província de Anhui, "aproximadamente 10 mil trabalhadores e aposentados do setor têxtil protestaram recentemente contra reduções no pagamento de pensões, a falta de seguro-saúde e indenizações por acidentes de trabalho". Em Donguan, a Stella International Ltd., fábrica de sapatos de propriedade taiwanesa que emprega 42 mil operários, "enfrentou nesta primavera greves que acabaram em violência. Num certo momento, mais de quinhentos trabalhadores irritados saquearam as instalações da empresa e feriram gravemente um executivo da Stella, levando a polícia a entrar na fábrica e isolar as lideranças"⁶².

Todo os tipos de protesto, "muitos deles violentos, vêm irrompendo com frequência cada vez maior em todo o país nos últimos meses". Rebeliões e protestos também ocorreram em todo o país devido a expropriações de terras nas áreas rurais. É difícil prever se tudo isso vai levar a um movimento de massas, mas o Partido está claramente temeroso do potencial de ruptura da ordem e vem mobilizando forças partidárias e policiais para conter a proliferação de todo possível movimento social que surgir. As conclusões de Lee quanto à natureza da

61. E. ROSENTHAL, *Workers Plight Brings New Militancy in China*, *New York Times*, 10 mar. 2003, A8.

62. E. CODY, *Workers in China Shed Passivity: Spate of Walkouts Shakes Factories*, *Washington Post*, 21 nov. 2004, A01; A. CHENG, *Labor Unrest is Growing in China*, *International Herald Tribune Online*, 27 out. 2004; YARDLEY, *Farmers Being Moved Aside*.



subjetividade política têm relevância quanto a isso. Tanto os trabalhadores nacionais como os migrantes, sugere ela, rejeitam a expressão "classe trabalhadora" e recusam "a classe como base discursiva de constituição de sua experiência coletiva". Do mesmo modo, eles não se vêem como "o sujeito trabalhador contratual, jurídico e abstrato em geral presumido por teorias da modernidade capitalista" como portador de direitos legais individuais. Tipicamente, eles recorrem em vez disso à noção maoísta tradicional de que as massas são formadas por "trabalhadores, o campesinato, a *intelligentsia* e a burguesia nacional, cujos interesses são harmônicos entre si e com o Estado". Assim, os trabalhadores "podem fazer reivindicações morais de proteção pelo Estado, reforçando a liderança e a responsabilidade do Estado perante aqueles aos quais governa"⁶³. O objetivo de todo movimento de massa seria, portanto, fazer que o Estado central seja fiel à seu mandato revolucionário contra capitalistas estrangeiros, interesses privados e autoridades locais.

Nada indica com certeza que o Estado chinês possa ou queira no momento ser fiel a essas reivindicações morais, mantendo assim sua legitimidade. Ao defender um trabalhador levado a julgamento por causa de uma violenta greve de fábrica, um proeminente advogado observou que, antes da revolução, "o Partido Comunista estava do lado dos trabalhadores em sua luta contra a exploração capitalista, ao passo que hoje o Partido Comunista luta de mãos dadas com os capitalistas insensíveis em sua luta contra os trabalhadores"⁶⁴. Embora haja várias iniciativas do Partido Comunista destinadas a frustrar a formação de uma classe capitalista, o partido também aceitou a ampla proletarianização da força de trabalho chinesa, a quebra da "tigela de arroz de ferro", a evisceração das proteções sociais, a imposição de mensalidades e taxas de uso, a criação de um regime de mercado de trabalho flexível e a privatização de ativos que antes eram propriedade comum. Ele criou um sistema social em que empresas capitalistas podem tanto se formar como funcionar livremente. Ao fazê-lo, alcançou um rápido crescimento e atenuou a pobreza de muitos, mas também acolheu grandes concentrações de riqueza nos estratos sociais mais altos. Além disso, o número de membros do Partido que são empresários tem crescido (de 13,1% em 1993 passou a 19,8% em 2000). Ainda assim é difícil dizer se isso reflete o influxo de empreendedores capitalistas ou o fato de muitos membros do Partido terem usado seus privilégios para se tornar capitalistas por meios dúbios. Seja como for, isso indica uma crescente integração entre o Partido e

63. LEE, Made in China.

64. Citado em CODY, Workers in China Shed Passivity; ver também vários números do *China Labor Bulletin*.



elites de negócios das maneiras tão corriqueiras nos Estados Unidos. As ligações entre os trabalhadores e a organização do Partido, por outro lado, sofreram desgaste⁶⁵. Resta ver se essa transformação interna da estrutura do Partido vai consolidar a ascendência do mesmo tipo de elite tecnocrática que levou o PRI mexicano a uma total neoliberalização. Mas também não se pode descartar que "as massas" busquem a restauração de sua forma específica de poder de classe, porque o Partido está hoje alinhado contra elas e claramente pronto a usar seu monopólio da violência para sufocar a dissensão, expulsar os camponeses da terra e suprimir as crescentes demandas não só de democratização como de algum grau de justiça distributiva. Podemos concluir que a China tomou inequivocamente o rumo da neoliberalização e da restauração do poder de classe, ainda que "com características peculiarmente chinesas". Contudo, o autoritarismo, o apelo ao nacionalismo e a retomada de certas pressões de cunho imperialista sugerem que a China pode estar caminhando, ainda que de uma direção bem distinta, para uma confluência com a maré neoconservadora que hoje percorre com vigor os Estados Unidos. Isso não constitui um bom augúrio para o futuro.

65. CODY, Workers in China.

As duas máquinas econômicas que vêm alimentando o mundo desde a recessão global instaurada a partir de 2001 são os Estados Unidos e a China. A ironia é que esses dois países têm se comportado como Estados keynesianos num mundo supostamente governado por regras neoliberais. Os Estados Unidos têm recorrido a amplos financiamentos via dívida de seu militarismo e seu consumismo, enquanto a China tem financiado via dívida empréstimos bancários de difícil recebimento, amplos investimentos em infra-estruturas e capital fixo. Os neoliberais ortodoxos dirão sem dúvida que a recessão é indício de neoliberalização insuficiente ou imperfeita, e podem muito bem destacar as operações do FMI e do exército de bem pagos lobistas em Washington que pervertem regularmente o processo orçamentário norte-americano para atender a seus próprios interesses especiais como prova de sua tese. Mas não há como verificar suas alegações, e ao fazê-las eles apenas seguem os passos de uma longa linhagem de eminentes teóricos da economia de acordo com os quais tudo corria bem no mundo se todos se comportassem de acordo com os preceitos dos manuais por eles escritos¹.

Há no entanto uma interpretação mais sinistra desse paradoxo. Se deixarmos de lado, como creio que devemos fazer, o argumento de que a neoliberalização é apenas um exemplo de teoria errônea que saiu do controle (com a permissão do economista Stiglitz) ou um caso de busca sem sentido de uma falsa utopia (com a permissão do filósofo político conservador John Gray²), resta-nos a tensão entre, de um lado, a sustentação do capitalismo e, de outro, a restauração/reconstituição do poder de classe. Se nos encontramos num ponto de contradição absoluta entre esses dois objetivos, não pode haver dúvida quanto o lado para o qual se inclina o atual governo Bush, dado seu ávido esforço de redução de impostos que incidem sobre as corporações e os ricos. Além disso, uma crise financeira global provocada em parte por suas próprias políticas irresponsáveis permitiria que o governo dos Estados Unidos finalmente se livrasse de toda e qualquer obrigação de prover o bem-estar dos cidadãos a não ser no sentido de mobilizar o poder militar e policial capaz de conter a revolta social e impor a disciplina global. Vozes mais sensatas no âmbito da classe capitalista escutam com cuidado advertências do tipo feito por Paul Volcker quanto à alta probabilidade de haver uma grave crise financeira nos próximos cinco anos³. Mas isso teria como implicação reduzir alguns dos privilégios e o poder que nos últimos trinta anos vêm se acumulando nas altas esferas da classe ca-

1. MARX, *Theories of Surplus Value*, London, Lawrence & Wishan 1969, parte 2, 200.
2. J. GRAY, *False Dawn: The Illusions of Global Capitalism*, London, Granta Press, 1998.
3. BOND, *US and Global Economic Volatility*.



pitalista. Fases anteriores da história do capitalismo — penso em 1973 ou nos anos 1920 —, quando havia uma opção sombria parecida, não são um bom augúrio. As classes altas, insistindo em seu sacrossanto direito de propriedade, preferiram fazer o sistema vir abaixo a renunciar a algum privilégio ou ao poder. Ao agir assim, não estariam se esquecendo de seus próprios interesses, pois caso se posicionem bem, como bons advogados de falências, poderão lucrar com o colapso enquanto o resto de nós será horrivelmente atingido pelo dilúvio. Alguns membros seus poderão ser apanhados e acabar se jogando de alguma janela de Wall Street, mas essa não seria a norma. O único temor que têm é de movimentos políticos que os ameacem de expropriação ou de violência revolucionária. Embora possam ter a expectativa de que o sofisticado aparato militar com o qual contam hoje (graças ao complexo industrial-militar) proteja sua riqueza e seu poder, o fracasso desse aparato quanto à fácil pacificação do Iraque em terra deveria levá-los a fazer uma pausa. Mas classes dirigentes raramente renunciam voluntariamente (se é que o fazem) a seus poderes, e não vejo motivos para crer que o façam agora. Paradoxalmente, um forte e vigoroso movimento socialdemocrata e da classe trabalhadora tem mais condições de favorecer o capitalismo do que o próprio poder de classe capitalista. Embora possa parecer uma conclusão contra-revolucionária para a extrema esquerda, isso não deixa de implicar certa dose de autopreservação, já que são as pessoas comuns que sofrem, padecem inanição e mesmo morrem durante crises do capitalismo (lembremos da Indonésia e da Argentina). Se a política preferida das elites dirigentes é *après moi le déluge* (depois de mim o dilúvio), então o dilúvio leva de roldão em ampla medida os impotentes e os crédulos, enquanto as elites já preparam arcas em que poderão, ao menos por algum tempo, sobreviver muito bem.

Realizações neoliberais

O que escrevi acima é especulativo. Podemos contudo submeter a um útil escrutínio o registro histórico-geográfico da neoliberalização em busca de provas de seus poderes de panacéia para os males que ora nos ameaçam. Assim, até que ponto a neoliberalização conseguiu estimular a acumulação do capital? Os dados concretos mostram ser nada menos que decepcionantes. As taxas agregadas de crescimento global ficaram em mais ou menos 3,5% nos anos 1960 e mesmo no curso da conturbada década de 1970 caíram apenas para 2,4%. Mas as taxas subsequentes de crescimento de 1,4% e 1,1% nos anos 1980 e 1990 (e uma taxa que mal alcança 1% a partir de 2000) indicam que a neoliberalização em larga medida não conseguiu estimular o crescimento mundial (ver a Figura

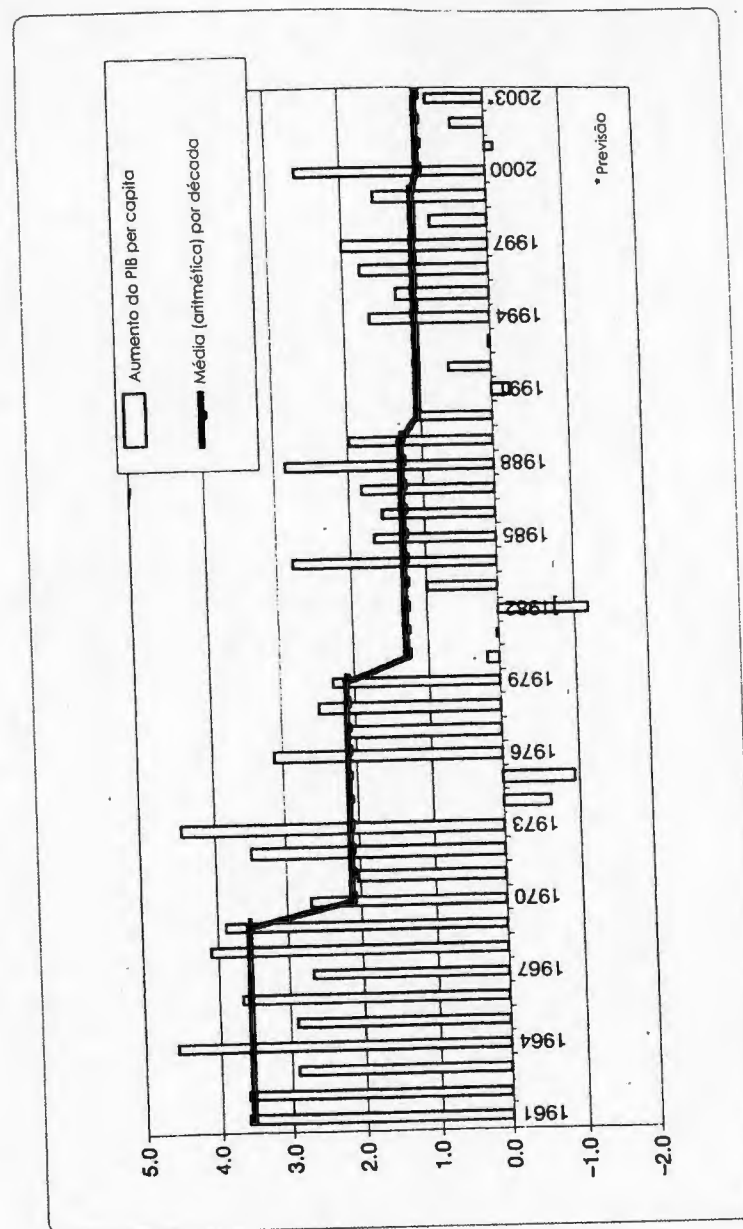


Figura 4.1 Taxas globais de crescimento, anualmente e por década, 1960-2003
Fonte: World Commission on the Social Dimension of Globalization, A Fair Globalization



6.1)⁴. Em alguns casos, como nos territórios da ex-União Soviética e nos países da Europa Central que se submeteram à "terapia de choque" neoliberal, houve perdas catastróficas. Nos anos 1990, a renda *per capita* russa caiu a uma taxa anual de 3,5%. Uma grande parcela da população caiu na pobreza, e a expectativa de vida das pessoas do sexo masculino sofreu por isso uma redução de cinco anos. A experiência da Ucrânia foi parecida. Só a Polônia, que desprezou o conselho do FMI, mostrou algum aumento pronunciado. Em boa parte da América Latina, a neoliberalização produziu ou estagnação (na "década perdida" de 1980) ou surtos de crescimento seguidos por colapso econômico (como na Argentina). Na África, a neoliberalização não fez coisa alguma que gerasse resultados positivos. Só no leste e no sudeste da Ásia, seguidos agora em certa medida pela Índia, ela foi associada a algum registro positivo de crescimento, e, nessa região, os Estados desenvolvimentistas não muito neoliberais tiveram um papel bem importante. É flagrante o contraste entre o crescimento da China (cerca de 10% ao ano) e o declínio da Rússia (- 3,5% ao ano). A economia informal disparou em todo o mundo (estima-se que tenha passado de 29% nos anos 1980 para 44% da população economicamente ativa da América Latina na década de 1990), e quase todos os indicadores globais de saúde, expectativa de vida, moralidade infantil etc. mostram perdas e não ganhos em bem-estar a partir dos anos 1960. A parcela da população mundial em estado de pobreza teve contudo uma redução, mas isso se deve quase por completo a melhorias ocorridas apenas na Índia e na China⁵. A redução e o controle da inflação são o único sucesso sistemático que a neoliberalização pode reivindicar.

Claro que as comparações são sempre odiosas, mas esse é particularmente o caso da neoliberalização. A neoliberalização circunscrita na Suécia, por exemplo, alcançou melhores resultados do que a neoliberalização continuada no Reino Unido. A renda *per capita* da Suécia é maior, a inflação é menor, a situação da conta corrente com relação ao resto do mundo é melhor e todos os índices de posição competitiva e de clima de negócios são superiores. Os índices de qualidade de vida suecos são melhores, e a Suécia é a terceira do mundo em expectativa de vida, em

4. As duas melhores avaliações oficiais estão em WORLD COMMISSION ON THE SOCIAL DIMENSION OF GLOBALIZATION, *A Fair Globalization: Creating Opportunities for All*, Genève, International Labour Office, 2004; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Human Development Report, 1999; Human Development Report, 2003*.

5. M. WEISBROT, D. BAKER, E. KRAEV, J. CHEN, *The Scorecard on Globalization 1980-2000: Its Consequences for Economic and Social Well-Being*, in V. NAVARRO, C. MUNTANER, *Political and Economic Determinants of Population Health and Well-Being*, Amityville, NY, Baywood, 2004, 91-114.



comparação com a vigésima segunda posição da Grã-Bretanha. A taxa de pobreza é de 6,3% na Suécia em oposição a 15,7% na Inglaterra, enquanto os 10% mais ricos da população sueca ganham 6,2 vezes mais renda do que os 10% mais pobres, enquanto no Reino Unido o número é 13,6. O analfabetismo é menor e a mobilidade social maior na Suécia⁶.

Se esses fossem tipos de fatos amplamente conhecidos, boa parte dos louvores à neoliberalização e à sua forma peculiar de globalização sem dúvida não seria pronunciada. Por que então tantos estão convencidos de que a globalização via neoliberalização é a "única alternativa" e que ela obteve grande sucesso? Destacam-se dois motivos. Em primeiro lugar, a volatilidade dos desenvolvimentos geográficos desiguais se acelerou, permitindo que certos territórios avançassem espetacularmente (ao menos por algum tempo) a expensas de outros. Se, por exemplo, os anos 1980 foram dominados amplamente pelo Japão, pelos "tigres" asiáticos e pela Alemanha Ocidental, e se a década de 1990 o foi pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, então o fato de que algum lugar teria de ter "sucesso" obscurece o fato de que a neoliberalização em geral fracassou em estimular o crescimento ou promover o bem-estar. Em segundo lugar, a neoliberalização, o processo, não a teoria, foi um enorme sucesso do ponto de vista das classes altas. Ou promoveu a restauração do poder de classe das elites dirigentes (como nos Estados Unidos e até certo ponto no Reino Unido — ver a Figura 1.3), ou criou condições para a formação de uma classe capitalista (como na China, na Índia, na Rússia e em outros lugares). Sendo a mídia dominada pelos interesses da classe dominante, pôde-se propagar o mito de que Estados fracassaram economicamente por não serem competitivos (criando assim a demanda por ainda mais reformas neoliberais). A crescente desigualdade social num dado território foi concebida como necessária para estimular o risco dos empreendedores e a inovação que conferissem poder competitivo e estimulassem o crescimento. Se as condições entre as classes inferiores pioraram, é que elas fracassaram, em geral por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar seu capital humano (por meio da dedicação à educação, da aquisição de uma ética de trabalho protestante, da submissão à disciplina do trabalho, da flexibilidade e de outras coisas desse tipo). Em suma, surgiram problemas particulares por causa da falta de vigor competitivo ou por deficiências pessoais, culturais e políticas. Num mundo neoliberal darwiniano, dizia o argumento, só os mais aptos devem sobreviver e de fato sobrevivem.

Houve sem dúvida algumas espetaculares mudanças de ênfase sob a neoliberalização, o que lhe dá a aparência de um incrível dinamismo. A ascensão das finanças e dos serviços financeiros teve como parale-

6. G. MONBIOT, *Punitive- and It Works*, *Guardian*, 11 jan. 2005. Online.



lo uma notável mudança na remuneração das corporações financeiras (ver a Figura 6.2), bem como a tendência, entre as corporações maiores (como a General Motors), de fundir as duas funções. O emprego nesses setores passou por notável florescimento, mas há sérias dúvidas sobre quão produtivo isso tem sido. Na verdade, boa parte das operações financeiras, como se pode verificar, são atividades financeiras e nada mais. Buscam-se perpetuamente lucros especulativos, e na medida em que estes possam ocorrer todo tipo de mudança de poder pode ser efetuado. As chamadas cidades globais de finanças e funções de comando tornaram-se espetaculares ilhas de riqueza e privilégio, com imponentes arranha-céus e milhões e milhões de metros quadrados de escritórios para abrigar essas operações. No interior dessas torres, o comércio entre andares cria um vasto montante de riqueza fictícia. Os mercados especulativos de imóveis urbanos, por outro lado, tornaram-se os principais mecanismos de acumulação do capital. As linhas do horizonte em rápida expansão de Manhattan, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Hong Kong e ultimamente Xangai são maravilhas à ser contempladas.

Houve ao lado disso uma extraordinária expansão das tecnologias da informação (TIs). Por volta de 1970, o investimento nesse campo não passava dos 20% que iam também para a produção e as infra-estruturas físicas, respectivamente, mas à altura de 2000 as TIs absorviam 45% dos investimentos, enquanto as parcelas relativas de investimento na produção e nas infra-estruturas físicas declinaram. Na década de 1990, julgava-se isso o anúncio da ascensão de uma nova economia da informação⁷, mas na verdade representava uma infeliz tendência ao afastamento da produção e da formação de infra-estruturas para linhas requeridas pela financeira voltada para o mercado que constituía o selo da neoliberalização. As tecnologias privilegiadas do neoliberalismo são as da informação, bem mais úteis para atividades especulativas e para maximizar o número de contratos no mercado de curto prazo do que para melhorar a produção. É interessante que as principais arenas de produção que ganharam com isso tenham sido as indústrias culturais emergentes (filmes, vídeos, videogames, música, publicidade, exposições), que usam as TIs como base da inovação e do marketing de novos produtos. A excitação criada em torno desses novos setores desviou a atenção do fracasso no investimento em infra-estruturas físicas e sociais básicas. Ao lado disso estava a excitação com a "globalização" e tudo o que esta supostamente representava para a construção de uma economia global inteiramente nova e totalmente integrada⁸.

7. HENWOOD, *After the New Economy*; DUMÉNIL, LÉVY, *Capital Resurgent*, fig. 17.1.

8. A literatura sobre a globalização é imensa. Minhas próprias concepções foram apresentadas em Harvey, *Espaços de esperança*.

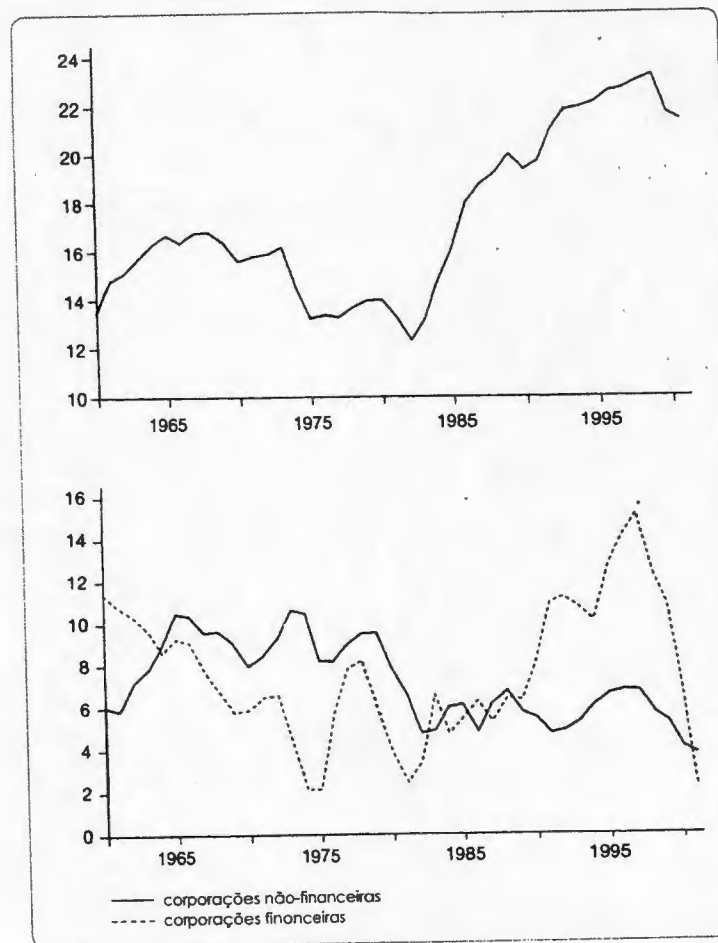


Figura 6.2 A hegemonia do capital financeiro: patrimônio líquido e taxas de lucro de corporações financeiras e não-financeiras dos Estados Unidos, 1960-2001
Fonte: Duménil, Lévy, *Capital Resurgent*, 111, 134. Reproduzida por cortesia de Harvard University Press

A principal realização substantiva da neoliberalização foi no entanto redistribuir, em vez de criar, riqueza e renda. Fiz em outra obra uma descrição dos mecanismos dessa distribuição sob a rubrica "acumulação por espoliação"⁹. Pretendi designar com isso a continuidade e a proliferação de práticas de acumulação que Marx tratara como "primitivas" ou "originais" durante a ascensão do capitalismo. Incluem-se aí: a mer-

9. *Ibid.*, cap. 4.



cadificação e a privatização da terra, bem como a expulsão pela força de populações camponesas (comparem-se os casos acima descritos do México e da China, em que se avalia que 70 milhões de camponeses foram expulsos em época recente); a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comuns, coletivas, estatais etc.) em direitos de propriedade exclusiva (cujo exemplo mais extraordinário é o da China); a supressão dos direitos aos bens comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (nativas) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação privada de ativos (incluindo recursos naturais); a monetização do câmbio e a taxação, principalmente da terra; o comércio de escravos (que continua de modo especial na indústria do sexo); e a usura, a dívida nacional e o aspecto mais devastador de todos: o uso do sistema de crédito como meio radical de acumulação por espoliação. O Estado, com seu monopólio da violência e definições de legalidade, desempenha um papel vital tanto no apoio como na promoção desses processos. A essa relação de mecanismos, podemos adicionar agora uma pletera de técnicas como a extração de renda a partir de patentes e direitos de propriedade intelectual e a redução ou eliminação de várias formas de direitos de propriedade comum (como benefícios de seguridade social, férias remuneradas e acesso à educação e à atenção médica) conquistadas durante uma geração ou mais de lutas de classes. A proposta de privatização de todos os benefícios de seguridade social (que teve o Chile durante a ditadura como pioneiro) é, por exemplo, um dos objetivos perdidos dos republicanos nos Estados Unidos.

A acumulação por espoliação apresenta quatro características principais:

1. *Privatização e mercadificação.* A corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos até então públicos têm sido uma marca registrada do projeto neoliberal. Seu objetivo primordial tem sido abrir à acumulação do capital novos campos até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade. Todo tipo de utilidade pública (água, telecomunicações, transporte), de benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde, pensões), de instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, presídios) e mesmo operações de guerra (como o ilustra o "exército" de contratantes privados que operam ao lado das forças armadas no Iraque) foi privatizado em alguma medida por todo o mundo capitalista e para além dele (na China, por exemplo). Os direitos de propriedade intelectual estabelecidos pelo chamado Acordo TRIPS (sobre os aspectos comerciais desses direitos), firmado no âmbito da OMC defi-



ne materiais genéticos, o plasma e todo tipo de outros produtos como propriedade privada. A partir disso, é possível extrair renda por seu uso de populações cujas práticas tiveram um papel crucial no desenvolvimento desses mesmos materiais genéticos. A biopirataria avança e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos se consolida em benefício de umas poucas grandes empresas farmacêuticas. A crescente dilapidação dos bens comuns ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação de formas de degradação dos habitats que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola também são um resultado da total mercadificação da natureza em todas as suas modalidades. A mercadificação (via turismo) de formas culturais, de histórias e da criatividade intelectual envolve espoliações absolutas (a indústria da música é notória pela apropriação e pela exploração da cultura e da criatividade das comunidades). Tal como no passado, o poder do Estado é empregado com frequência para impor esses processos mesmo contra a vontade das populações. A reversão de quadros regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem implicado a perda de direitos. A passagem de direitos de propriedade comum, obtidos ao longo de anos de dura luta de classes (o direito à assistência estatal à aposentadoria, ao bem-estar social, a um sistema nacional de saúde) ao domínio privado tem sido uma das mais egrégias políticas de espoliação, com frequência imposta contrariando a ampla vontade política da população. Todos esses processos equivalem à transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe¹⁰.

2. *Financiarização.* A forte onda de financiarização que se instaurou a partir de 1980 tem sido marcada por um estilo especulativo e predatório. O volume diário total de transações financeiras nos mercados internacionais, que alcançava 2,3 bilhões em 1983, elevou-se a 130 bilhões por volta de 2001. O volume anual dessas transações em 2001 foi de 40 trilhões de dólares, em comparação com a estimativa de 800 bilhões que seriam necessários para apoiar o comércio internacional e os fluxos de investimentos produtivos¹¹. A desregulação permitiu que o sistema financeiro se tornasse um dos principais centros de atividade redistributiva

10. M. DERTHICK, P. QUIRK, *The Politics of Deregulation*, Washington, DC, Brookings Institution Press, 1985; W. MEGGINSON, J. NETTER, From State to Market: A Survey of Empirical Studies of Privatization, *Journal of Economic Literature* (2001). Online.

11. DICKEN, *Global Shift*, cap. 13.



por meio da especulação, da predação, da fraude e da rouba-lheira. Operações fraudulentas com ações, esquemas Ponzi¹², a destruição planejada de ativos por meio da inflação; a dilapidação de ativos por meio de fusões e aquisições agressivas, a promoção de níveis de endividamento que reduziram populações inteiras, mesmo em países capitalistas avançados, à escravidão creditícia, para não falar das fraudes corporativas, da espoliação de ativos (o assalto aos fundos de pensão e sua dizimação pelo colapso do valor de títulos e ações e de corporações inteiras) por manipuladores de crédito e de títulos e ações — tudo isso constitui a verdadeira natureza do atual sistema financeiro capitalista. Há incontáveis maneiras de extrair dinheiro do sistema financeiro. Como ganham comissões a cada transação realizada, os corretores podem maximizar seus lucros mediante a negociação freqüente de seu portfólio de títulos (prática conhecida como *churning* — transação supérflua), pouco importando se as transações adicionam ou não valor à conta dos clientes. Uma alta taxa de giro nas bolsas de valores pode simplesmente refletir um volume de transações supérfluas em vez de confiança no mercado. A ênfase nas bolsas de valores, que surgiu da integração entre os interesses dos proprietários e dos administradores de capital mediante a remuneração destes últimos com opções de ações, levou, como hoje sabemos, a manipulações do mercado que produziram uma imensa riqueza para uns poucos a expensas de muitos. O espetacular colapso da empresa de energia texana Enron foi emblemático de um processo geral que vem privando muitas pessoas de seus meios de vida e direitos de pensão. Devemos adicionar a isso o ataque especulativo executado por fundos de derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro, pois são eles que formam a linha de frente da acumulação por espoliação no cenário global; ainda que supostamente tenham trazido o benefício positivo de “diversificar os riscos”¹³.

3. *Administração e manipulação de crises.* Para além das bolhas especulativas e muitas vezes fraudulentas que caracterizam boa parte da

12. Esquema Ponzi: propostas fraudulentas, tipo “pirâmides”, em que se pagam rendimentos anormalmente altos (“lucros”) a alguns investidores a partir do dinheiro pago por investidores subseqüentes, sem envolver receita gerada por algum negócio real. Recebeu o nome a partir de Charles Ponzi, fraudador italiano que “inventou” um desses esquemas nos Estados Unidos. (N.T.)

13. A importância de disseminar os riscos e os derivativos financeiros é enfatizada em PANITCH, GINDIN, *Finance and American Empire*; S. SOEDERBERG, *The Architecture: Imposed Leadership and “Emerging Markets”*, *Register* (2002) 175-192.



manipulação financeira neoliberal, há um processo mais profundo que envolve lançar “a rede da dívida” como recurso primordial de acumulação por espoliação¹⁴. A criação, a administração e a manipulação de crises no cenário mundial evoluíram para uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos. Já documentei o impacto sobre o México do aumento da taxa de juro por Volcker. Enquanto proclamavam seu papel de nobre líder que organiza “resgates” para manter nos trilhos a acumulação global do capital, os Estados Unidos abriram o caminho à pilhagem da economia mexicana. Foi nisso que se especializou em fazer em toda parte o complexo Tesouro dos Estados Unidos—Wall Street—FMI. Greenspan, no Banco Central norte-americano, usou várias vezes a mesma tática de Volcker nos anos 1990. Crises da dívida em países isolados, incomuns na década de 1960, tornaram-se freqüentes nas de 1980 e 1990. Raríssimos foram os países não atingidos, e em alguns casos, como na América Latina, as crises assumiram um caráter endêmico. Trata-se de crises orquestradas, administradas e controladas tanto para racionalizar o sistema como para redistribuir ativos. Calcula-se que, a partir de 1980, “mais de cinquenta Planos Marshall (mais de 4,6 trilhões de dólares) foram remetidos pelos povos da Península aos seus credores do Centro”. “Que mundo peculiar”, suspira Stiglitz, “em que os países pobres estão na prática subsidiando os mais ricos”. Além disso, aquilo que os neoliberais chamam de “deflação confiscatória” nada mais é do que acumulação por espoliação. Wade e Veneroso capturam a essência disso quando escrevem, referindo-se à crise asiática de 1997-98, que

As crises financeiras sempre causaram transferências de propriedade e de poder a quem mantém intactos seus ativos e tem condições de criar crédito, e a crise asiática não é exceção a isso... não há dúvida de que corporações ocidentais e japonesas são os grandes beneficiados... A combinação de desvalorizações profundas, liberalizações financeiras impostas pelo FMI e recuperações facilitadas por este último pode até precipitar a maior transferência em tempo de paz de proprietários domésticos para proprietários estrangeiros nos últimos 50 anos em todas as partes do mundo, superando em muito as transferências de proprietários domésticos para proprietários norte-americanos na América Latina nos anos 1980 ou no México a partir de 1994. Isso lembra a afirmação atri-

14. CORBRIDGE, *Debt and Development*; S. GEORGE, *A Fate Worse than Debt*, New York, Grove Press, 1988.



buída a Andrew Mellon^{15*}: "Numa depressão, os ativos retornam a seus legítimos proprietários"¹⁶.

É exata a analogia com a criação deliberada de desemprego a fim de criar um excedente de trabalho conveniente a uma maior acumulação do capital. Valiosos ativos são retirados de uso e perdem seu valor, ficando adormecidos até que capitalistas com liquidez resolvem infundir-lhes um novo alento. Mas há o perigo de as crises saírem do controle e se generalizarem ou de que surjam revoltas contra o sistema que as cria. Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é controlar as crises e desvalorizações de maneira que permitam a acumulação por espoliação sem desencadear um colapso geral ou uma revolta popular (como aconteceu na Indonésia e na Argentina). O ajuste estrutural do programa administrado pelo complexo Wall Street-Tesouro dos Estados Unidos-FMI se encarrega do primeiro, sendo função do aparelho de Estado comprador (com o apoio militar das potências imperialistas) do país atacado garantir que esta última não aconteça. Não obstante, os sinais de revolta popular estão em toda parte, como ilustram o levante zapatista no México, as várias manifestações anti-FMI e o chamado movimento "antiglobalização", que mostrou as garras nas revoltas de Seattle, Gênova e outros lugares.

4. *Redistribuições via Estado.* O Estado, uma vez neoliberalizado, passa a ser o principal agente de políticas redistributivas, revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas, presente na era do liberalismo embutido. Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social. Mesmo quando a privatização parece favorável às classes baixas, seus efeitos de longo prazo podem ser negativos. Por exemplo, numa primeira impressão, o programa thatcheriano de privatização da habitação social na Inglaterra pareceu uma bênção para as classes baixas, cujos membros poderiam a partir de então passar do aluguel à casa própria a custos relativamente baixos, obter o controle de um valioso ativo e aumentar sua riqueza. Mas, uma vez feita a transferência, a especulação com

15*. Banqueiro norte-americano, republicano, que ocupou o cargo de secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre 1921 e 1932. (N.T.)

16. E. TOUSSAINT, *Your Money or Your Life: The Tyranny of Global Finance*, London, Pluto Press, 2003; STIGLITZ, *Globalization and Its Discontents*, 225; WADE, VENEROSO, *The Asian Crisis*, 21.



moradias assumiu o controle, particularmente em áreas nobres, acabando por expulsar as populações de baixa renda, via propina ou pela força, para a periferia de cidades como Londres, transformando propriedades antes destinadas à moradia da classe trabalhadora em centros de intensa "gentrificação". A perda de residências financeiramente acessíveis em áreas centrais produziu certo contingente de sem-teto e longas horas de deslocamento para pessoas cujos empregos pagavam baixos salários. A privatização dos *ejidos* (terras coletivas) no México na década de 1990 teve efeitos análogos sobre as perspectivas do campesinato mexicano, obrigando muitos habitantes das zonas rurais a sair da terra em busca de emprego nos centros urbanos. O programa chinês sancionou a transferência de ativos para uma pequena elite em detrimento da massa da população, tendo provocado protestos violentamente reprimidos. Há hoje relatos indicando que cerca de 350 mil famílias (1 milhão de pessoas) estão sendo expulsas para permitir a renovação urbana de boa parte da antiga Pequim, com o mesmo resultado descrito acima nos casos da Inglaterra e do México. Nos Estados Unidos, municípios em busca de receita estão usando o poder de domínio eminente (o poder de dominação ou regulamentação que o Estado exerce sobre os bens de seu patrimônio) para expulsar proprietários de baixa renda e mesmo de renda moderada que vivem em imóveis em perfeitas condições a fim de liberar terrenos para empreendimentos comerciais e destinados a pessoas de alta renda e aumentar suas bases tributárias (no estado de Nova York, há atualmente mais de sessenta casos disso em andamento)¹⁷.

O Estado neoliberal também redistribui renda e riqueza por meio de revisões dos códigos tributários a fim de beneficiar antes os retornos sobre o investimento do que a renda e os salários, a promoção de elementos regressivos nos códigos tributários (como impostos sobre o consumo), a imposição de taxas de uso (ora disseminadas nas regiões rurais da China) e o oferecimento de uma vasta gama de subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas. O nível de impostos incidentes sobre corporações tem se reduzido sem parar nos Estados Unidos, e a reeleição de Bush foi recebida com sorrisos pelos líderes corporativos, que antecipavam cortes ainda maiores em suas obrigações tributárias.

17. J. FARAH, *Brute Tyranny in China*, World NetDaily.com, postado em 15 de março de 2004; I. PETERSON, *As Land Goes To Revitalization, There Go the Old Neighbors*, *New York Times*, 30 jan. 2005, 29 e 32.



Os programas de bem-estar corporativo hoje existentes nos Estados Unidos nos níveis federal, estadual e municipal equivalem a um amplo redirecionamento de verbas públicas em benefício das corporações (diretamente, no caso dos subsídios ao agronegócio, e indiretamente no caso do setor industrial-militar), mais ou menos da mesma maneira como a redução das taxas de juro sobre hipotecas funciona nos Estados Unidos como subsídios a proprietários de imóveis de alta renda e à indústria de construção. O aumento da vigilância e do policiamento e, no caso norte-americano, do encarceramento de elementos recalcitrantes da população indica uma tendência mais sinistra de intenso controle social. O complexo prisional-industrial é um setor florescente (ao lado dos serviços de segurança pessoal) na economia estadunidense. Nos países desenvolvidos, em que a oposição à acumulação por espoliação pode ser maior, o papel do Estado neoliberal assume rapidamente o da repressão ativa, que chega mesmo à uma guerra limitada a movimentos de oposição (muitos dos quais podem ser agora convenientemente chamados de "tráfico de drogas" ou "terrorismo" a fim de obter apoio e assistência militar dos Estados Unidos, como na Colômbia). Outros movimentos, como os zapatistas no México ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, são contidos pelo poder do Estado através de um misto de cooptação e marginalização¹⁸.

A mercadificação de tudo

Supor que os mercados e a sinalização do mercado podem melhor determinar as decisões de alocação é supor que tudo pode em princípio ser tratado como mercadoria. A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais, supõe que se pode atribuir um preço a eles e negociá-los nos termos de um contrato legal. Há aí o pressuposto de que o mercado funciona como um guia apropriado — uma ética — para todas as ações humanas. Na prática, naturalmente, cada sociedade estabelece alguns limites sobre onde começa e onde termina a mercadificação, permanecendo polêmicos os pontos em que esses limites são colocados: algumas drogas são consideradas ilegais; a compra e venda de favores sexuais é ilegal na maioria dos estados norte-americanos, enquanto alhures pode ser legal-

18. J. HOLLOWAY, E. PELAEZ, *Zapatista, Reinventing Revolution*, London, Pluto, 1998; J. STEDILE, *Brazil's Landless Battalions*, in T. MERTES (Ed.), *A Movement of Movements*, London, Verso, 2004.



zada, descriminalizada e mesmo regulamentada pelo Estado como uma indústria. A pornografia é amplamente protegida como forma de livre manifestação na lei dos Estados Unidos, embora também nesse caso haja certas modalidades (principalmente com relação a crianças) consideradas proscritas. Nos Estados Unidos, supõe-se que a consciência e a honra não estejam à venda, e há uma curiosa tendência a perseguir a "corrupção" como se fosse facilmente distinguível das práticas normais de tráfico de influência e de obtenção de dinheiro no mercado. A mercadificação da sexualidade, da cultura, da história, da tradição; da natureza como espetáculo ou como remédio; a extração de renda monopolista da originalidade, da autenticidade e da peculiaridade (de obras de arte, por exemplo) — todas essas coisas equivalem a atribuir um preço a coisas que na verdade jamais foram produzidas como mercadorias¹⁹. Costuma haver desacordo sobre o que é apropriado tratar como mercadoria (símbolos e eventos religiosos, por exemplo) ou sobre quem deve exercer o direito de propriedade e obter renda (do acesso a ruínas astecas ou da comercialização de arte aborígene, por exemplo).

A neoliberalização sem dúvida reverteu os limites da mercadificação e muito ampliou o alcance dos contratos legais. Ela tipicamente celebra (como faz boa parte da teoria pós-moderna) o efêmero e o contrato de curto prazo — o casamento, por exemplo, é entendido antes como um acordo contratual de curto prazo do que como um vínculo sagrado e irrevogável. A divergência entre neoliberais e neoconservadores reflete em parte a diferença acerca de onde se devem traçar os limites. Os neoconservadores costumam culpar os "liberais", "Hollywood" ou mesmo os "pós-modernistas" por aquilo que vêem como a dissolução e a imoralidade da ordem social, em vez de acusar os capitalistas corporativos (como Rupert Murdoch), que de fato causam a maior parte do dano ao impingir todo tipo de material sexualmente carregado, quando não escandaloso, ao mundo e que exibem continuamente sua preferência absoluta pelos compromissos de curto prazo aos de longo em sua incessante busca de lucros.

Há no entanto em jogo aqui questões bem mais graves do que simplesmente tentar proteger algum objeto que nos é caro, algum ritual específico ou um aspecto particular da vida social do cálculo monetário e do contrato de curto prazo. Porque no cerne da teoria liberal e neoliberal está a necessidade de construir mercados coerentes para a terra, o trabalho e o dinheiro, e estes, como assinalou Karl Polanyi, "obviamente não são mercadorias... a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia". Embora não possa funcionar

19. D. HARVEY, *The Art of Rent: Globalization, Monopoly and the Commodification of Culture*, *Socialist Register* (2002) 93-110.



sem semelhantes ficções, o capitalismo causa um prejuízo indescritível se não reconhece as complexas realidades que nelas se ocultam. Polanyi, numa de suas mais famosas passagens, o diz da seguinte maneira:

Permitir que o mecanismo de mercado seja o único administrador do destino dos seres humanos e de seu ambiente natural e, na verdade, mesmo do montante e do uso do poder de compra, resultaria na demolição da sociedade. Porque a pretensa mercadoria "força de trabalho" não pode ser jogada de um lado para o outro, usada indiscriminadamente, e sequer deixada sem uso sem afetar também o ser humano individual que se constitui no portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho do homem, o sistema iria igualmente dispor da entidade física, psicológica e moral "homem" que se acha vinculada com essa etiqueta. Privados da capa protetora das instituições culturais, os seres humanos pereceriam em decorrência do contato social, morreriam vitimados pelo agudo deslocamento social por meio do vício, da perversão, do crime e da inanição. A natureza se veria reduzida aos seus elementos, locais habitados e ambientes naturais se degradariam, rios seriam poluídos, a segurança militar seria posta em risco, a capacidade de produção de alimentos e matérias-primas seria destruída. Por fim, a administração do poder de compra pelo mercado iria periodicamente liquidar os empreendimentos comerciais, porque a escassez e o excesso de dinheiro se mostrariam tão desastrosos para os negócios quanto as inundações e secas para a sociedade primitiva²⁰.

Os danos produzidos por meio das "inundações e secas" do capital fictício no sistema global de crédito, seja na Indonésia, na Argentina, no México ou mesmo nos Estados Unidos, provam à exaustão a afirmação final de Polanyi. Mas suas teses sobre o trabalho e a terra merecem aprofundamento.

Os indivíduos entram no mercado de trabalho como pessoas dotadas de um caráter, como indivíduos inseridos em redes de relações sociais e socializados de diferentes maneiras, como seres físicos identificáveis por meio de certas características (como fenótipo e gênero), como indivíduos que acumularam várias capacidades (por vezes designadas como "capital humano") e gostos (por vezes designados como "capital cultural") e como seres humanos que têm sonhos, desejos, ambições, esperanças, dúvidas e temores. Mas, para os capitalistas, esses indivíduos são um mero fator de produção, ainda que não um fator indiferenciado, já que os empregadores exigem uma mão-de-obra com certas qualidades, como força física, capacidades especializadas, flexibilidade,

20. POLANYI, *The Great Transformation*, 73.



docilidade etc., apropriadas para a realização de certas tarefas. Os trabalhadores são empregados por meio de contratos, e no esquema neoliberal de coisas preferem-se contratos de curto prazo a fim de maximizar a flexibilidade. Os empregadores têm usado historicamente diferenciações no âmbito da força de trabalho disponível a fim de dividir para governar. Surgem então mercados de trabalho segmentados, bem como o freqüente uso de distinções de raça, etnia, gênero e religião, declaradamente ou de modo encoberto, de maneiras que redundam em vantagens para os empregadores. Inversamente, os trabalhadores podem recorrer a redes sociais nas quais se achem inseridos a fim de obter acesso privilegiado a certas modalidades de emprego. Buscam tipicamente monopolizar capacidades produtivas e, mediante a ação coletiva e a criação de instituições apropriadas, regular o mercado de trabalho a fim de proteger seus interesses. Assim agindo, apenas constroem a "capa protetora das instituições culturais" de que fala Polanyi.

A neoliberalização busca acabar com as capas protetoras que o liberalismo embutido permitia e por vezes alimentava. O ataque geral à força de trabalho opera em duas frentes. O poder dos sindicatos e de outras instituições da classe trabalhadora é restringido ou desmantelado no interior de um Estado particular (se necessário por meio da violência). Estabelecem-se mercados de trabalho flexíveis. O Estado deixa de proporcionar o bem-estar social, e mudanças tecnologicamente induzidas das estruturas do emprego que tomam amplos segmentos da força de trabalho redundantes completam a dominação do capital sobre o trabalho no mercado. O trabalhador individualizado e relativamente impotente vê-se assim diante de um mercado de trabalho em que só se oferecem contratos de curto prazo personalizados. A estabilidade no emprego se torna uma coisa do passado (por exemplo, Thatcher a aboliu nas universidades). Um "sistema de responsabilidade pessoal" (que precisão tinha a linguagem de Deng!) substitui as proteções sociais (pensões, assistência à saúde, proteções contra acidentes) que foram antes responsabilidade dos empregadores e do Estado. Os indivíduos compram produtos nos mercados, que passam a ser os novos fornecedores de proteções sociais. A segurança individual se torna assim uma questão de escolha individual vinculada à capacidade de pagamento por produtos financeiros inseridos em mercados financeiros arriscados.

A segunda frente de ataque envolve transformações das coordenadas espaciais e temporais do mercado de trabalho. Embora muito se possa fazer com a "corrida para o fundo" destinada a conseguir os estoques de mão-de-obra mais baratos e dóceis, a mobilidade geográfica do capital permite-lhe o domínio de uma força de trabalho global cuja própria mobilidade geográfica é restringida. Como a imigração é limitada, são abun-



dantes as forças de trabalho cativas. Só se pode fugir a essas barreiras, através da imigração ilegal (que cria uma força de trabalho facilmente explorável) ou de contratos de curto prazo que permitem, por exemplo, que trabalhadores mexicanos trabalhem em agronegócios da Califórnia e sejam vergonhosamente repatriados quando adoecem ou mesmo morrem por causa dos pesticidas a que estão expostos.

No âmbito da neoliberalização, emerge no cenário mundial a figura prototípica do "trabalhador descartável"²¹. São abundantes os relatos das condições de trabalho estereotípicas e despóticas em que trabalham os operários das chamadas *sweatshops*, uma forma moderna de trabalho semi-escravo. Na China, as condições em que trabalham jovens mulheres que migram das áreas rurais não são menos que horrendas: "um número insuportavelmente longo de horas de trabalho, comida bem ruim, dormitórios apertados, gerentes sádicos que as espancam e se aproveitam sexualmente delas e o pagamento que só vem meses depois, quando vem"²². Na Indonésia, duas jovens contaram sua experiência de trabalho numa terceirizada da Levi-Strauss com sede em Cingapura da seguinte maneira:

Somos insultadas regularmente, como parte normal da rotina. Quando se irrita, o chefe xinga as mulheres de vacas, galinhas, vadias, e temos de suportar tudo isso pacientemente, sem reagir. Trabalhamos oficialmente das 7 da manhã às 3 da tarde (por um salário diário inferior a 2 dólares), mas há sempre horas extras obrigatórias e às vezes — especialmente se houver um pedido urgente a atender — até as 9 da noite. Por mais cansadas que fiquemos, não nos deixam ir para casa. Podemos ganhar umas 200 rúpias a mais (10 centavos de dólar)... Vamos andando de casa para a fábrica onde trabalhamos. Lá é muito quente. O prédio tem teto de metal e não há muito espaço para todos os trabalhadores. É bastante apertado. Trabalham ali mais de duzentas pessoas, a maioria mulheres, mas há apenas um banheiro para a fábrica inteira... quando vamos do trabalho para casa, não temos energia para nada mais do que comer e dormir...²³.

Depoimentos semelhantes vêm das fábricas *maquila* do México, de fábricas taiwanesas e coreanas em Honduras, na África do Sul, na Malá-

21. K. BALES, *Disposable People: New Slavery in the Global Economy*, Berkeley, University of California Press, 2000; M. WRIGHT, *The Dialectics of Still Life: Murder, Women and the Maquiladoras*, 1999, 453-474.

22. A. ROSS, *Low Pay High Profile: The Global Push for Fair Labor*, New York, The New Press, 2004, 124.

23. J. SEABROOK, *In the Cities of the South: Scenes from a Developing World*, London, Verso, 1996, 103.



sia e na Tailândia. Os riscos à saúde, a exposição a uma ampla gama de substâncias tóxicas e a morte no trabalho não são objeto de regulamentação nem de fiscalização. Em Xangai, o homem de negócios taiwanês que dirigia um armazém de produtos têxteis "em que 61 trabalhadores, trancados no prédio, morreram num incêndio" recebeu uma "leve" sentença de dois anos que foi suspensa porque ele "mostrou arrependimento" e "cooperou depois de ocorrido o incêndio"²⁴.

As mulheres, na maioria das vezes, e em certas ocasiões crianças, suportam o ônus dessa labuta degradante, debilitante e perigosa²⁵. As consequências sociais da neoliberalização são de fato extremas. A acumulação por espoliação tipicamente solapa todos os poderes que as mulheres possam ter tido nos sistemas de produção/comercialização domésticos e no âmbito de estruturas sociais tradicionais e reposiciona tudo em mercados de mercadorias e de crédito dominados por homens. Os caminhos da libertação das mulheres de controles patriarcais tradicionais em países em desenvolvimento passam ou pelo trabalho fabril degradante ou pela comercialização da sexualidade, que vai do trabalho respeitável como recepcionistas e garçonetes ao comércio sexual (uma das mais lucrativas indústrias contemporâneas, na qual está envolvido um alto grau de escravidão). A perda das proteções sociais nos países capitalistas avançados tem tido efeitos particularmente negativos sobre as mulheres de classe baixa, e em muitos dos antigos países comunistas do bloco soviético a perda de direitos das mulheres por meio da neoliberalização é nada menos que catastrófica.

E como então os trabalhadores descartáveis — especialmente mulheres — sobrevivem social e afetivamente num mundo de mercados de trabalho flexíveis e contratos de curto prazo, de inseguranças crônicas no emprego, perda de proteções sociais e com frequência trabalho debilitante, em meio ao desmonte das instituições coletivas que um dia proporcionavam um mínimo de dignidade e apoio? Para alguns, a crescente flexibilidade dos mercados de trabalho é uma dádiva divina, e, mesmo quando não gera ganhos materiais, o simples direito de trocar de emprego com relativa facilidade e sem as restrições do patriarcado e da família tem benefícios intangíveis. Para quem negocia com sucesso no mercado de trabalho, há recompensas aparentemente abundantes no mundo de uma sociedade capitalista de consumo. Infelizmente, essa cultura, por mais espetacular, glamourosa e atraente, joga perpetuamente com dese-

24. J. SOMMER, *A Dragon Let Loose on the Land: And Shangai is at the Epicenter of China's Economic Boom*, *Japan Times*, 26 out. 1994, 3.

25. C. K. LEE, *Gender and the South China Miracle*, Berkeley: University of California Press, 1998; C. CARTIER, *Globalizing South China*, Oxford, Basil Blackwell, 2001, espec. cap. 6.



jos sem nunca oferecer satisfações além da limitada identidade do centro de compras e das ansiedades do *status* por meio da boa aparência (no caso das mulheres) ou das posses materiais. O "compro, logo existo" e o individualismo possessivo constroem juntos um mundo de pseudo-satisfações estimulante na superfície, mas no fundo vazio.

Mas para quem perdeu o emprego ou nunca conseguiu sair das extensivas economias informais que hoje oferecem um arriscado refúgio à maioria dos trabalhadores descartáveis do mundo a história é completamente diferente. Com cerca de 2 bilhões de pessoas condenadas a viver com menos de 2 dólares por dia, o cruel mundo da cultura consumista capitalista, as fenomenais gratificações obtidas pelos serviços financeiros e a polêmica auto-satisfeita quanto ao potencial emancipador da neoliberalização, da privatização e da responsabilidade social têm de ser uma piada macabra. Da China rural empobrecida aos abastados Estados Unidos, a perda de proteções em termos de assistência à saúde e a crescente imposição de todo tipo de taxa de uso de bens públicos impõem um considerável ônus aos encargos financeiros dos pobres²⁶.

A neoliberalização transformou a posição do trabalho, das mulheres e dos povos indígenas na ordem social ao enfatizar a idéia do trabalho como uma mercadoria qualquer. Privada da capa protetora de instituições democráticas vivas e ameaçada por todo tipo de desarticulação social, uma força de trabalho descartável se volta inevitavelmente para outras formas institucionais por meio das quais construir solidariedades sociais e exprimir a vontade coletiva. Tudo prolifera — de gangues e cartéis criminosos a redes de narcotráfico, minimáfias, chefes de favelas, cultos seculares e seitas religiosas, passando por organizações comunitárias, organizações de defesa das tradições e organizações não-governamentais. Essas são as formas sociais alternativas que preenchem o vazio deixado pelos poderes do Estado, por partidos políticos e outras formas institucionais, que ou se desmantelaram ativamente ou simplesmente se deixaram esgotar como centros de empreendimento coletivo e de relacionamento social. O marcado recurso atual à religião é relevante quanto a isso. Ilustram bem essa tendência relatos do surgimento e da proliferação repentinos de seitas religiosas nas regiões rurais decadentes da China, para não mencionar o surgimento da Falun Gong (seita que requer que se una a crença individual ao pertencimento a certo grupo social cujos princípios devem ser seguidos)²⁷. O rápido progresso do proselitismo evangélico

26. Os impactos globais são discutidos com detalhes em NAVARRO, *The Political Economy of Social Inequalities*; NAVARRO, MUNTANER, *Political and Economic Determinants*.

27. J. KAHN, *Violence Taints Religion's Solace for China's Poor*, *New York Times*, 25 nov. 2004, A1 e A24.



(principalmente neopentecostal) nas caóticas economias informais que têm florescido sob a neoliberalização na América Latina, assim como o revigoramento e, em alguns casos, a construção recente de tribalismos e fundamentalismos religiosos que estruturam a política em boa parte da África e do Oriente Médio são testemunhos da necessidade de construir mecanismos eficazes de solidariedade social. O progresso do cristianismo evangélico fundamentalista nos Estados Unidos tem alguma ligação com a proliferação da insegurança no emprego, a perda de outras formas de solidariedade social e a vacuidade da cultura consumista capitalista. No relato de Thomas Frank, a direita religiosa só alcançou ascendência no Kansas, o centro do fundamentalismo religioso dos Estados Unidos, no final dos anos 1980, depois de pouco mais de uma década de reestruturação e desindustrialização²⁸. Podem-se considerar essas ligações puramente especulativas. Mas se Polanyi tem razão, e o tratamento do trabalho como mercadoria leva à desarticulação social, então os esforços para reconstruir redes sociais de outro tipo para defender-se dessa ameaça se tornam cada vez mais prováveis de ocorrer.

Degradações ambientais

A imposição da lógica contratual de curto prazo sobre os usos ambientais tem conseqüências desastrosas. Felizmente, as concepções no campo neoliberal a esse respeito são um tanto divergentes entre si. Embora Reagan pouco tenha se importado com o ambiente, e mesmo dito certa vez que as árvores são uma importante fonte de poluição, Thatcher levou o problema a sério. Ela teve papel importante na negociação do Protocolo de Montreal, voltado para limitar o uso dos CFCs (clorofluorcarbonos) em *sprays*, responsáveis pelo grande buraco de ozônio ao redor da Antártida. Viu com a mesma seriedade a ameaça do aquecimento global em decorrência das emissões de dióxido de carbono. Naturalmente, seus compromissos ambientais não eram inteiramente desinteressados, visto que o fechamento de minas de carvão e a destruição do sindicato dos mineiros poderiam ser parcialmente legitimados por razões ambientais.

As políticas do Estado neoliberal com relação ao ambiente foram por conseguinte geograficamente desiguais e temporalmente instáveis (a depender de quem detém as bases do poder do Estado, sendo os governos de Reagan e de George W. Bush particularmente retrógrados nos Estados Unidos). Além disso, o movimento ambientalista passou a assumir crescente importância a partir dos anos 1970. Ele muitas vezes

28. Frank, *What's the Matter with Kansas*.



exerceu uma influência refratadora, a depender do tempo e do espaço. E em alguns casos empresas capitalistas descobriram que o aumento da eficiência e uma melhoria de desempenho no tocante a questões ambientais caminham de mãos dadas. Mesmo assim, o saldo geral das conseqüências ambientais da neoliberalização é quase certamente negativo. Esforços sérios mas controversos de criar índices de bem-estar humano que incluam o custo das degradações ambientais sugerem uma tendência negativa em aceleração a partir de mais ou menos 1970. E há suficientes exemplos específicos de perdas ambientais decorrentes da aplicação irrestrita de princípios neoliberais que dão sustentação a esse relato geral. A destruição em aceleração da floresta tropical a partir de 1970 é um caso bem conhecido que tem tido graves implicações para a mudança climática e a perda de biodiversidade. Ocorre ainda de a era da neoliberalização per aquela de mais rápida extinção em massa de espécies da história recente da Terra²⁹. Se estamos entrando na zona de perigo de transformar o ambiente global, em particular o clima, a ponto de tornar a terra imprópria para a vida humana, então uma maior adoção da ética neoliberal e de práticas neoliberalizantes vai ser nada menos que uma opção mortal. A abordagem que o governo Bush dá à questão ambiental costuma ser questionar as provas científicas e não fazer coisa alguma (exceto cortar recursos destinados à pesquisa científica relevante). Mas sua própria equipe de pesquisa relata que a contribuição humana para o aquecimento global disparou a partir de 1970. O Pentágono também alega que o aquecimento pode muito bem ser a longo prazo uma ameaça bem mais grave à segurança dos Estados Unidos do que o terrorismo³⁰. Curiosamente, os dois principais culpados pelo aumento das emissões de dióxido de carbono nos últimos anos têm sido as locomotivas da economia global, os Estados Unidos e a China (que aumentou suas emissões em 45% na última década). Nos Estados Unidos, houve substancial progresso graças ao aumento da eficiência energética na indústria e na construção civil. O desperdício nesse caso vem em larga medida do tipo de consumismo que continua a estimular a expansão suburbana e ex-urbana de alto consumo de energia, assim como vem de uma cultura que opta por comprar veículos utilitários esportivos be-

29. N. MYERS, *Ultimate Security: The Environmental Basis of Political Stability*, New York, Norton, 1993; Id., *The Primary Resource: Tropical Forests and Our Future/Updated for the 1990s*, New York, Norton, 1993; M. NOVACEK (Ed.), *The Biodiversity Crisis: Losing What Counts*, New York, American Museum of Natural History, 2001.

30. CLIMATE CHANGE SCIENCE PROGRAM, *Our Changing Planet: The US Climate Change Science Program for Fiscal Years 2004 and 2005*. Disponível em: <<http://www.usgcrp.gov/usgcrp/Library/ocp2004-5>>; M. TOWNSEND, P. HARRIS, *Now the Pentagon Tells Bush: Climate Change Will Destroy Us*, *Observer*, 22 fev. 2004. Online.



bedores de gasolina em vez dos carros mais eficientes em consumo de energia disponíveis. A crescente dependência norte-americana do petróleo importado tem óbvias ramificações geopolíticas. No caso da China, a rapidez da industrialização e do aumento dos carros particulares duplica a pressão sobre o consumo de energia. A China passou da auto-suficiência na produção de petróleo no final dos anos 1980 para a posição de segundo importador global, atrás dos Estados Unidos. Também aqui as implicações geopolíticas são disseminadas, visto que a China se esforça em conseguir uma boa penetração no Sudão, na Ásia Central e no Oriente Médio para garantir seus suprimentos de petróleo. Mas a China também tem vastos suprimentos de carvão de baixo nível com alto conteúdo de enxofre cujo uso para a geração de energia está criando grandes problemas ambientais, particularmente aqueles que contribuem para o aquecimento global. Além disso, dadas as agudas carências de energia que ora assolam a economia chinesa, sendo comuns as reduções de voltagem e os apagões, não há nenhum incentivo para que os governos locais sigam as ordens do governo central de fechar usinas de energia ineficazes e "sujas". O espantoso aumento da propriedade e do uso de carros particulares, que levou à ampla substituição da bicicleta em grandes cidades como Pequim num espaço de dez anos, conferiu à China a distinção negativa de ter dezesseis das vinte piores cidades do mundo em qualidade do ar³¹. Os efeitos cognatos do aquecimento global são óbvios. Como costuma acontecer em fases de rápida industrialização, o desprezo pelas conseqüências ambientais tem tido efeitos deletérios em toda parte. Os rios estão altamente poluídos, o suprimento de água está cheio de perigosas substâncias cancerígenas, o sistema público de assistência à saúde é deficiente (como ilustram os problemas da SARS — Síndrome Respiratória Aguda Grave — e da gripe aviária) e há rápida conversão de terras para usos urbanos ou para implantar imensos projetos hidrelétricos (como no vale do rio Yangtzé) — tudo isso cria um importante conjunto de problemas ambientais que o governo central só agora começa a abordar. A China não está sozinha nisso, pois o rápido surto de crescimento da Índia também se faz acompanhar de desgastantes mudanças ambientais advindas da expansão do consumo e da crescente pressão sobre a exploração de recursos naturais.

A neoliberalização tem um registro bastante desanimador quanto à exploração de recursos naturais, e não se precisa ir longe para perceber as razões. A preferência por relações contratuais de curto prazo exerce

31. K. BRADSHAW, *China's Boom Adds to Global Warming*, *New York Times*, 22 out. 2003, A1 e A8; J. YARDLEY, *Rivers Run Black, and Chinese Die of Cancer*, *New York Times*, 12 set. 2004, A1 e A17; D. MURPHY, *Chinese Province: Stinking, Filthy, Rich*, *Wall Street Journal*, 27 out. 2004, B2H.



sobre todos os produtores a pressão de extrair tudo o que puderem enquanto durar o contrato. Embora os contratos e opções possam ser renovados, a incerteza está sempre presente, pois é possível encontrar outras fontes. O mais longo horizonte temporal possível para a exploração de recursos naturais é o da taxa de desconto (ou seja, cerca de 25 anos), mas a maioria dos contratos atuais são bem mais curtos. Costuma-se supor que a redução seja linear, quando é hoje evidente que muitos ecossistemas entram subitamente em colapso depois de atingir algum ponto máximo além do qual sua capacidade natural de reprodução não pode funcionar. Os cardumes — de sardinhas na Califórnia, de bacalhau em Newfoundland, de merluza negra no Chile — são exemplos clássicos de um recurso explorado numa taxa “ótima” que de repente desaparece sem nenhum aviso perceptível³². Menos dramático mas igualmente insidioso é o caso dos recursos florestais. A insistência neoliberal na privatização dificulta estabelecer acordos globais sobre princípios de gerenciamento de florestas para proteger habitats valiosos e a biodiversidade, particularmente nas florestas tropicais: Em países mais pobres com substanciais recursos florestais, a pressão para aumentar as exportações e permitir a posse e as concessões a estrangeiros significa que até as proteções mínimas das florestas são retiradas. A ultra-exploração de recursos florestais no Chile pós-privatização é um bom exemplo disso. Mas os programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI têm tido um impacto ainda pior. A austeridade imposta implica que os países mais pobres fiquem com menos dinheiro para administrar suas florestas. Além disso, eles são pressionados a privatizar as florestas e a abrir sua exploração a madeiras estrangeiras com base em contratos de curto prazo. Sob a pressão de obter divisas para pagar suas dívidas, vem a tentação de conceder uma taxa máxima de exploração de curto prazo. Para piorar as coisas, quando a austeridade imposta pelo FMI e o desemprego se abatem sobre o país, populações sobrando podem buscar o sustento na terra e promover a dilapidação indiscriminada das florestas. Como o método favorecido são as queimadas, as populações camponesas sem terra e as madeiras podem juntas destruir imensos recursos florestais num curtíssimo espaço de tempo, como vem ocorrendo no Brasil, na Indonésia e em vários países africanos³³. Não foi por acaso que, no auge da crise fiscal que expulsou milhões de pessoas do mercado de trabalho na Indonésia em 1997-98, os incêndios florestais saíram do controle em Sumatra (em associação com as operações madeiras de um dos mais ricos homens de negócios chineses étnicos de Suharto), criando uma

32. PETRAS, VELTMEYER, *System in Crisis*, cap. 6.

33. AMERICAN LANDS ALLIANCE, *IMF Policies Lead to Global Deforestation*. Disponível em: <<http://americanland5.org/imfreport.htm>>.



enorme cortina de fumaça que engolfou todo o sudeste asiático durante meses. Só quando os Estados e outros interesses estão preparados para resistir às regras neoliberais e aos interesses de classe que a sustentam — algo que tem ocorrido num número ponderável de vezes — é possível conseguir algum uso equilibrado do ambiente.

Sobre direitos

A neoliberalização disseminou em seu âmbito uma ampla cultura opositiva, mas a oposição tende, contudo, a aceitar muitas das proposições básicas do neoliberalismo. Ela tem por foco contradições internas. Leva a sérias questões de direitos e liberdades individuais, por exemplo, e se opõe então ao autoritarismo e à freqüente arbitrariedade do poder de classe político e econômico. Ela adota a retórica neoliberal de melhoria do bem-estar de todos e condena a neoliberalização por fracassar em seus próprios termos. Consideremos, por exemplo, o primeiro parágrafo substantivo desse documento que é a quintessência do pensamento neoliberal, o acordo da OMC. Eis o objetivo do acordo:

a melhoria dos níveis de vida, a realização do pleno emprego e um aumento acentuado e constante dos rendimentos reais e da demanda efetiva, bem como o desenvolvimento da produção e do comércio de mercadorias e serviços, permitindo simultaneamente otimizar a utilização dos recursos mundiais em consonância com o objetivo de um desenvolvimento sustentável que procure proteger e preservar o ambiente e aperfeiçoar os meios para atingir esses objetivos de um modo compatível com as respectivas necessidades e preocupações em diferentes níveis de desenvolvimento econômico³⁴.

Esperanças piedosas semelhantes podem ser encontradas em pronunciamentos do Banco Mundial (“nosso principal objetivo é a redução da pobreza”). Nada disso é muito compatível com as práticas concretas que fundamentam a restauração ou a criação do poder de classe e seus resultados em termos de empobrecimento e degradação ambiental.

O aumento da oposição vazada em termos de violações de direitos tem sido espetacular a partir de 1980. Antes desse ano, relata Chandler, uma revista importante como *Foreign Affairs* não publicou um único artigo sobre direitos humanos³⁵. As questões dos direitos humanos se

34. D. RODRIK, *The Global Governance of Trade: As If Development Really Mattered*, New York, United Nations Development Program, 2001, 9.

35. D. CHANDLER, *From Kosovo to Kabul: Human Rights and International Intervention*, London, Pluto Press, 2002, 89.



tornaram proeminentes depois de 1980 e passaram por uma expansão positiva depois dos eventos da Praça Tiananmen e do final da Guerra Fria em 1989. Isso corresponde exatamente à trajetória da neoliberalização, e os dois movimentos estão profundamente ligados entre si. Sem dúvida, a insistência neoliberal no indivíduo como o fundamento da vida político-econômica abre a porta ao ativismo dos direitos individuais. Contudo, concentrando-se antes nesses direitos do que na criação ou na recriação de estruturas de governança democráticas substantivas e abertas, a oposição cultiva métodos incapazes de fugir ao arcabouço neoliberal. A preocupação neoliberal com o indivíduo põe em segundo plano toda preocupação democrática social com a igualdade, a democracia e as solidariedades sociais. Além disso, o freqüente recurso à ação legal acata a preferência neoliberal pelo apelo aos poderes judiciário e executivo em detrimento do parlamentar. Porém, seguir os caminhos legais é algo custoso e demorado, e além disso os tribunais são em todo caso fortemente tendenciosos na defesa dos interesses da classe dominante, dado que o judiciário tipicamente é leal a ela. As decisões legais tendem a favorecer direitos de propriedade privada e de taxa de lucro em detrimento dos direitos à igualdade e à justiça social. Trata-se, conclui Chandler, "da recusa pela elite liberal das pessoas comuns e do processo político, [que] a leva a se concentrar mais no indivíduo capacitado que leva seu caso ao juiz que vai ouvir e decidir"³⁶.

Como as pessoas mais necessitadas não têm recursos financeiros para defender seus próprios direitos, a única maneira de esse ideal poder se articular é a formação de grupos de advocacia. A ascensão desses grupos e de ONGs (o chamado "terceiro setor") acompanhou, como os discursos sobre direitos de modo mais geral, a virada neoliberal, tendo passado por um aumento espetacular a partir de mais ou menos 1980. As ONGs em muitos casos vieram preencher o vácuo de benefícios sociais deixado pela saída do Estado dessas atividades. Isso equivale a uma privatização via ONGs. Em alguns casos, isso ajudou a acelerar o afastamento ainda maior do Estado dos benefícios sociais. Assim, as ONGs funcionam como "cavalos de Tróia do neoliberalismo global"³⁷. Além disso, as ONGs não são organizações inerentemente democráticas. Tendem a ser elitistas, a não dar satisfação a ninguém (a não ser a quem as financia) e, por definição, são distantes daqueles a quem buscam ajudar

36. Ibid., 230.

37. T. WALLACE, NGO Dilemmas: Trojan Horses for Global Neoliberalism?, *Socialist Register* (2003) 202-219. Para um levantamento geral do papel das ONGs, cf. M. EDWARDS, D. HULME (Orgs.), *Non-Governmental Organizations, Performance and Accountability*, London, Earthscan, 1995.



ou proteger, por mais bem-intencionadas ou progressistas que possam ser. Costumam esconder sua pauta de interesses e preferem a negociação direta com o Estado e o poder de classe, ou a influência sobre eles, costumando antes controlar sua clientela do que representá-la. Alegam e presumem falar em favor daqueles que não podem falar por si mesmos, e até definem os interesses daqueles em cujo nome falam — como se as pessoas não pudessem elas mesmas fazê-lo. Mas a legitimidade de seu estatuto está sempre aberta a dúvidas. Quando, por exemplo, agitam com sucesso para banir o trabalho infantil da produção como uma questão de direitos humanos universais, essas organizações podem solapar economias em que esse trabalho é fundamental à sobrevivência da família. Sem alternativas econômicas viáveis, as crianças podem em vez disso ser vendidas para a prostituição (fazendo que mais um grupo de advocacia busque a erradicação desse absurdo). A universalidade presuposta no "discurso dos direitos" e a dedicação das ONGs e dos grupos de advocacia a princípios universais não são nada compatíveis com particularidades locais e práticas cotidianas da vida política e econômica sob as pressões da mercadificação e da neoliberalização³⁸.

Mas há outra razão para essa cultura opositiva particular ter alcançado tanta força em anos recentes. A acumulação por espoliação envolve um conjunto de práticas bem distinto do da acumulação via expansão do trabalho assalariado na indústria e na agricultura. Este último, que dominou os processos de acumulação do capital nas décadas de 1950 e 1960, deu ensejo a uma cultura oposicionista (como a inserida nos sindicatos e partidos políticos da classe trabalhadora) que produziu o liberalismo embutido. A espoliação, por sua vez, é fragmentada e particular — uma privatização aqui, uma degradação ambiental ali, uma crise da dívida acolá... É difícil fazer oposição a toda essa especificidade e a toda essa particularidade sem apelar a princípios universais. A espoliação envolve a perda de direitos. Disso vem o recurso crescente a uma retórica universalista dos direitos humanos, da dignidade, de práticas ecológicas sustentáveis, de direitos ambientais etc. como a base de uma política de oposição unificada.

Esse apelo ao universalismo dos direitos é uma faca de dois gumes. Pode e tem condições de ser usado com objetivos progressistas. A tradição que é mais espetacularmente representada pela Anistia Internacional, pelos Médicos sem Fronteiras e outras organizações não pode ser descartada como mera auxiliar do pensamento neoliberal. Toda a história

38. L. GILL, *Tiptoeing on the Rim*, New York, Columbia University Press 2000; J. COWAN, M.-B. DEMBOUR, R. WILSON (Ed.), *Culture and Rights: Anthropological Perspectives*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.



do humanismo (tanto do ocidental — classicamente liberal — como de várias versões não-ocidentais) é complicada demais para que se faça isso. Mas os objetivos limitados de muitos discursos dos direitos (no caso da Anistia, o foco exclusivo, até recentemente, nos direitos civis e políticos em oposição aos econômicos) tornam demasiado fácil sua absorção no arcabouço neoliberal. O universalismo parece funcionar particularmente bem com questões globais como a mudança climática, o buraco na camada de ozônio, a perda de biodiversidade pela destruição de habitats e coisas desse tipo. Porém seus resultados no campo dos direitos humanos são mais problemáticos, dada a diversidade de circunstâncias político-econômicas e de práticas culturais que há no mundo. Ademais, tem sido muito fácil cooptar questões de direitos humanos como “espadas do império” (para usar a cortante caracterização de Bartholomew e Breakspear³⁹). Os chamados “falcões liberais” nos Estados Unidos, por exemplo, apelaram a essas questões para justificar intervenções imperialistas em Kosovo, no Timor Leste, no Haiti e, sobretudo, no Afeganistão e no Iraque. Eles justificam o humanismo militar “em nome da proteção da liberdade, dos direitos humanos e da democracia mesmo quando esta é buscada unilateralmente por uma potência imperialista autoneeada” como os Estados Unidos⁴⁰. Em termos mais amplos, é difícil não concluir com Chandler que “as raízes do atual humanitarismo baseado nos direitos humanos residem no crescente consenso de apoio ao envolvimento ocidental nos assuntos internos do mundo em desenvolvimento desde a década de 1970”. O principal argumento é que “instituições internacionais, tribunais domésticos e internacionais e ONGs ou comitês de ética são melhores representantes das necessidades das pessoas do que governos eleitos. Vêm-se os governos e os representantes eleitos como suspeitos precisamente porque estes prestam contas a seus eleitorados, sendo, portanto, considerados defensores de um interesse ‘particular’, em oposição a quem age a partir de princípios éticos”⁴¹. Domesticamente, os efeitos não são menos insidiosos, produzindo-se um estreitamento do “debate político público mediante a legitimação do papel decisório em crescimento do judiciário, bem como de forças-tarefa e comitês de ética não eleitos”. Os efeitos políticos podem ser debilitantes. “Longo de se opor ao isolamento e à passividade dos indivíduos em nossas sociedades atomizadas, a regulação dos direitos humanos só pode institucionalizar essas divisões.” Pior ainda, “a visão degradada do mundo social proporcio-

39. A. BARTHOLOMEW, J. BREAKSPEAR, *Human Rights as Swords of Empire*, *Socialist Register*, London, Merlin Press (2003) 124-145.

40. *Ibid.*, 126.

41. CHANDLER, *From Kosovo to Kabul*, 27, 218.



nada pelo discurso ético dos direitos humanos serve, como toda teoria de elite, para sustentar a crença em si mesma da classe dirigente”⁴².

A tentação diante dessa crítica é desprezar todo apelo a universais como fatalmente viciado e abandonar toda menção a direitos como imposição insustentável de uma ética abstrata baseada no mercado como máscara para a restauração do poder de classe. Embora essas duas proposições mereçam séria consideração, julgo uma decisão infeliz abandonar o campo dos direitos à hegemonia neoliberal. Há uma batalha a travar, não só quanto a que universais e direitos devem ser invocados em situações particulares, mas também quanto à maneira como princípios universais e concepções de direitos devem ser elaborados. O vínculo crítico forjado entre o neoliberalismo como conjunto particular de práticas político-econômicas e o crescente apelo a direitos universais de um certo tipo como fundamento ético da legitimidade moral e política deveria nos deixar em alerta. Os decretos de Bremer impõem ao Iraque uma dada concepção dos direitos. Ao mesmo tempo, esses decretos violam o direito iraquiano à autodeterminação. Segundo o famoso comentário de Marx, “entre dois direitos, quem decide é a força”⁴³. Se a restauração de classe envolve a imposição de certo conjunto de direitos, a resistência a essa imposição envolve lutar em favor de direitos completamente diferentes dos daquele conjunto.

O sentido positivo da justiça como um direito, por exemplo, tem sido um forte estímulo para movimentos políticos: lutas contra injustiça têm animado com frequência movimentos de mudança social. A inspiradora história dos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos é um exemplo disso. O problema, naturalmente, é a existência de um grande número de conceitos de justiça a que se pode apelar. Mas a análise mostra que certos processos sociais dominantes promovem e se apoiam em certas concepções de justiça e de direitos; contestar esses direitos particulares é contestar os processos sociais a que são inerentes. Inversamente, torna-se impossível afastar a sociedade de alguns processos sociais dominantes (como o da acumulação do capital através de trocas no mercado) para outros (como a democracia política e a ação coletiva) sem ao mesmo tempo mudar a adesão a uma concepção dominante dos direitos e da justiça para outra concepção. O problema de todas as especificações idealistas de direitos e de justiça consiste em ocultar esse vínculo. Só quando descem à terra com relação a alguns processos sociais vêm essas especificações a encontrar um significado social⁴⁴.

42. *Ibid.*, 235.

43. Marx, *Capital*, i, 225.

44. D. HARVEY, *The Right to the City* in R. SCHOLAR (Ed.), *Divided Cities: Oxford Amnesty Lectures 2003*, Oxford, Oxford University Press, 2006.



Consideremos o caso do neoliberalismo. Os direitos se reúnem em torno de duas lógicas dominantes do poder — a do Estado territorial e a do capital⁴⁵. Por mais que desejemos que os direitos sejam, universais, é o Estado que os tem de pôr em prática. Quando o poder estatal não tem vontade política, as noções de direitos permanecem vazias. Logo, os direitos são derivados da cidadania e por ela condicionados. Então, a territorialidade da jurisdição se torna um problema a considerar. E um problema biunívoco: surgem questões difíceis por causa de pessoas não-membros de Estados, imigrantes ilegais etc. Quem é e quem não é “cidadão” vem a ser uma grave questão que define princípios de inclusão e exclusão na especificação territorial do Estado. A maneira de o Estado exercer soberania com relação a direitos também é uma questão objeto de contestação, mas as regras globais implícitas na acumulação neoliberal do capital impõem limites a essa soberania (como a China vem descobrindo). Ainda assim, a nação-Estado, com seu monopólio das forças legítimas de violência, pode definir de modo hobbesiano seu próprio conjunto de direitos e se comprometer com convenções internacionais apenas de maneira frouxa. Os Estados Unidos, por exemplo, insistem em seu direito de não serem responsabilizados por crimes contra a humanidade tal como definidos no cenário internacional, ao mesmo tempo em que insistem que os criminosos de guerra de outros lugares têm de ser levados à justiça justamente nos tribunais cuja autoridade o país nega com respeito a seus próprios cidadãos.

Viver sob o neoliberalismo significa também aceitar ou submeter-se a esse conjunto de direitos necessários à acumulação do capital. Vivemos, portanto, numa sociedade em que os direitos inalienáveis dos indivíduos (e, recordemos, as corporações são definidas como indivíduos perante a lei) à propriedade privada e à taxa de lucro se sobrepõem a toda outra concepção concebível de direitos inalienáveis. Os defensores desse regime de direitos alegam plausivelmente que ele estimula “virtudes burguesas” sem as quais todos no mundo ficariam em situação bem pior. Incluem-se aí: a responsabilidade e as obrigações individuais; a independência da interferência do Estado (que por vezes põe esse regime de direitos em forte oposição aos direitos definidos pelo Estado); igualdade de oportunidades no mercado e perante a lei; recompensas à iniciativa e à atividade empreendedora; o cuidado de si mesmo e dos seus; e um mercado aberto que permita uma ampla liberdade de escolha em termos tanto de contrato como de troca. Esse sistema de direitos se mostra ainda mais persuasivo quando estendido ao direito à propriedade privada do próprio corpo (que está na base do direito de a pessoa fazer um contrato

45. HARVEY, *O novo imperialismo*, cap. 2.



voluntário de venda de sua força de trabalho, bem como de ser tratada com dignidade e respeito e estar livre de coerções corporais como a escravidão) e à liberdade de pensamento, de expressão e de manifestação. Esses direitos derivados são atraentes, e muitos de nós recorreremos fortemente a eles. Mas o fazemos mais ou menos como os mendigos vivem das migalhas que caem da mesa dos ricos.

Não posso convencer ninguém por meio de argumentos filosóficos de que o regime neoliberal de direitos seja injusto. Mas é muito fácil fazer objeção a ele: aceitá-lo equivale a aceitar que a única alternativa é viver sob um regime de interminável acumulação do capital e de crescimento econômico quaisquer que sejam as conseqüências sociais, ecológicas ou políticas. Reciprocamente, a interminável acumulação do capital implica que o regime neoliberal de direitos tem de ser geograficamente estendido a todo o globo, se necessário por meio da violência (como no Chile e no Iraque), de práticas imperialistas (como as da Organização Mundial de Comércio, do FMI e do Banco Mundial) ou da acumulação primitiva (como na China e na Rússia). Por bem ou por mal, os direitos inalienáveis à propriedade privada e à taxa de lucro vão ser estabelecidos universalmente. É justamente isso que Bush quer dizer quando afirma que os Estados Unidos se dedicam a estender a esfera da liberdade a todo o globo.

Não obstante, não são esses os únicos direitos que temos à disposição. Mesmo na concepção liberal expressa na Carta da Organização das Nações Unidas há direitos derivados, como liberdade de manifestação e de expressão, de educação e segurança econômica, direitos de organizar sindicatos e assim por diante. Fazer que esses direitos tenham pleno vigor constituiria um enorme problema para o neoliberalismo. Tornar primários esses direitos hoje derivados e tornar derivados os direitos hoje primários à propriedade privada e à taxa de lucros implicaria uma revolução de enorme relevância para as práticas político-econômicas. Também há concepções inteiramente distintas de direitos a que podemos apelar — de acesso aos bens comuns globais ou à segurança básica de alimentação, por exemplo. “Entre dois direitos, quem decide é a força.” As lutas políticas em torno da concepção de direitos adequada, e mesmo da própria liberdade, passam ao primeiro plano na busca de alternativas.

Em seu pronunciamento anual perante o Congresso em 1935, o presidente Roosevelt explicitou sua opinião de que o excesso de liberdades de mercado estava na base dos problemas sociais e econômicos da Depressão dos anos 1930. "Os americanos", disse ele, "têm de rejeitar essa concepção de aquisição de riqueza, que, por meio dos lucros excessivos, cria um poder privado indevido". Pessoas necessitadas não são pessoas livres. Em toda parte, disse Roosevelt, a justiça social tornou-se uma meta definida em vez de um distante ideal. A obrigação primordial do Estado e de sua sociedade civil consiste em usar seus poderes e alocar seus recursos de modo a erradicar a pobreza e a fome e garantir a segurança dos meios de vida, a segurança contra os grandes acasos e vicissitudes da vida e a segurança de lares dignos¹. A liberdade com relação às necessidades foi uma das quatro verdades cardeais que ele mais tarde articulou como base de sua concepção política para o futuro. Esses amplos temas contrastam com as liberdades neoliberais bem mais restritas que o presidente Bush coloca no centro de sua retórica política. A única forma de enfrentar nossos problemas, diz Bush, é o Estado parar de regular a empresa privada, é o Estado parar de prover serviços sociais e é o Estado promover a universalização das liberdades de mercado e a ética do mercado. Essa degradação neoliberal do conceito de liberdade "em mera defesa da livre iniciativa" só pode significar, como assinala Karl Polanyi, "a plenitude da liberdade para aqueles que não requerem melhoria em sua renda, seu lazer e sua segurança, e uma parca pitada de liberdade para pessoas que podem em vão tentar usar seus direitos democráticos para se proteger da força dos detentores de propriedade"².

O que há de tão espantoso na condição empobrecida do discurso público contemporâneo nos Estados Unidos e em outros lugares é a falta de um debate sério acerca de qual entre vários conceitos divergentes de liberdade poderia ser adequado para a nossa época. Se é de fato verdade que a opinião pública norte-americana pode ser persuadida a apoiar quase qualquer coisa em nome da liberdade, então por certo o sentido dessa palavra tem de ser submetido ao mais cuidadoso escrutínio. Infelizmente, as contribuições contemporâneas ou seguem uma linha puramente neoliberal (como o comentarista político Fareed Zakaria, que se propõe a demonstrar irrefutavelmente que a principal ameaça à liberdade individual e geral é o excesso de democracia), ou então enfunam suas velas tão perto de ventos neoliberais dominantes que pouco oferecem como contrapon-

1. Citado na arguta crítica de Vicente Navarro a Sen: *Development as Quality of Life: A Critique of Amartya Sen's Development as Freedom*, in Navarro (Ed.). *The Political Economy of Social Inequalities*, 13-26.

2. POLANYI, *The Great Transformation*, 257.



to à lógica neoliberal. Esse é, lamentavelmente, o caso de Amartya Sen (que finalmente, e merecidamente, ganhou o prêmio Nobel de economia, mas só depois de o banqueiro neoliberal que havia muito presidiu o Comitê do Nobel ter sido forçado a sair). O livro de Sen *Development as Freedom*³, de longe a mais sensível contribuição para a discussão em anos recentes, por infelicidade apresenta importantes direitos sociais e políticos sob a capa de interações no livre mercado⁴. Sen parece dizer que, sem um mercado de estilo liberal, nenhuma de nossas liberdades pode funcionar. Um substancial segmento da opinião pública norte-americana parece por sua vez aceitar que as liberdades tipicamente neoliberais que Bush e seus colegas republicanos promovem são as únicas possíveis. Dizem-nos que vale a pena morrer por essas liberdades no Iraque e que os Estados Unidos, na qualidade de "maior potência da terra", têm "a obrigação" de ajudar a disseminá-las por todos os recantos do globo. A condecoração de Paul Bremer, o arquiteto da reconstrução neoliberal do Estado iraquiano, com a prestigiosa Medalha Presidencial da Liberdade diz muito o que esse segmento da opinião pública do país representa.

As concepções totalmente razoáveis de Roosevelt soam positivamente radicais segundo padrões contemporâneos, o que provavelmente explica por que não foram articuladas pelo atual Partido Democrata como contraponto às estreitas concepções empreendedoristas que Bush tanto adora. A visão de Roosevelt tem de fato uma sugestiva árvore genealógica no campo do pensamento humanista. Karl Marx, por exemplo, também sustentava a idéia ultrajantemente radical de que um estômago vazio não é especialmente propício à liberdade. "O reino da liberdade", escreveu ele, "só começa de fato quando cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e por considerações mundanas", acrescentando além disso que, portanto, o reino da liberdade "se acha além da esfera da produção material real". Ele entendeu perfeitamente que jamais podemos nos libertar de nossas relações metabólicas com a natureza ou de nossas relações sociais uns com os outros, mas podemos ao menos aspirar a construir uma ordem social em que a livre exploração de nosso potencial como indivíduos e como espécie se torne uma real possibilidade⁵. Pelo padrão de liberdade de Marx, e quase com certeza pelo estabelecido por Adam Smith em sua *Teoria dos sentimentos morais*, a neoliberalização sem dúvida seria considerada um fracasso monumental. Para quem ficou fora do mercado ou foi expulso dele — um vasto contingente de pessoas aparentemente descartáveis privadas de

3°. *O desenvolvimento como liberdade*, Lisboa, Gradiva, 2003. (N.T.)

4. ZAKARIA, *The Future of Freedom*; A. SEN, *Development as Freedom*, New York, Knopf, 1999.

5. MARX, *Capital*, iii, 820.



proteções sociais e estruturas sociais de apoio —, pouco há a esperar da neoliberalização a não ser pobreza, fome, doença e desespero. Sua única esperança é entrar de algum modo no sistema de mercado, seja como pequenos produtores de mercadorias, vendedores informais (de coisas ou de força de trabalho) ou pequenos predadores — para pedir, roubar ou garantir por meio da violência algumas migalhas da mesa do homem rico, ou então como participantes do vasto comércio ilegal de drogas, armas, mulheres ou qualquer outra coisa ilegal para a qual haja demanda. Esse é o mundo malthusiano pelo qual se culpam suas vítimas em obras como o influente ensaio do jornalista político Robert Kaplan, segundo o qual estamos "à beira da anarquia"⁶. Nunca passa pela cabeça de Kaplan que a neoliberalização e a acumulação por espoliação tenham alguma relação com as condições que ele descreve. O incrível número de manifestações antiFMI registradas até agora, para não mencionar as ondas de crimes que têm varrido Nova York, a cidade do México, Joanesburgo, Buenos Aires e tantos outros grandes centros urbanos na esteira dos ajustes estruturais e de reformas neoliberais, certamente deveria tê-lo alertado⁷. No outro extremo da escala da riqueza, as pessoas completamente incorporadas à lógica inexorável do mercado e às suas demandas descobrem haver pouco tempo ou espaço nos quais explorar potencialidades emancipatórias fora daquilo que é anunciado como aventuras "criativas", lazer e espetáculo. Obrigadas a viver como apêndices do mercado e da acumulação do capital em vez de como seres expressivos, essas pessoas vêem o reino da liberdade se encolher diante da terrível lógica e da intensidade vazia dos envolvimento de mercado.

É esse o contexto em que podemos melhor entender o surgimento de diversas culturas opositivas que, tanto a partir de dentro como de fora do sistema de mercado, rejeitam explícita ou tacitamente a ética do mercado imposta pela neoliberalização. Nos Estados Unidos, por exemplo, há um florescente movimento ambientalista que muito se esforça para promover concepções alternativas sobre como melhor vincular projetos políticos e ecológicos. Há também um promissor movimento anarquista entre os jovens; e uma de suas alas — os "primitivistas" — acredita que a única esperança da humanidade é voltar ao estágio de caça-coleta que precedeu o surgimento da civilização e, com efeito, recomeçar outra vez a história da humanidade. Outros, influenciados por movimentos como

6. R. KAPLAN, *The Coming Anarchy: Shattering the Dreams of the Post Cold War*, New York, Vintage, 2001 [Ed. br.: *À beira da anarquia — Destruindo os sonhos da era pós-Guerra Fria*, São Paulo, Futura, 2002.].

7. J. WALTON, *Urban Protest and the Global Political Riots*, in M. SMITH, J. FEAGIN (Ed.), *The Capitalist City*, Oxford, Blackwell, 1987, 354-386.



CrimeThinc e autores como Derrick Jensen^{8*}, empenham-se em afastar de si todos os vestígios de incorporação à lógica de mercado capitalista⁹. Outros ainda buscam um mundo de apoio mútuo mediante, por exemplo, a formação de sistemas de intercâmbio econômico local, usando suas próprias “moedas locais” até no próprio coração de um capitalismo neoliberalizante^{10*}. Também florescem variantes religiosas dessa tendência secular, dos Estados Unidos ao Brasil, passando pela China rural, em que segundo relatos formam-se seitas religiosas num ritmo impressionante¹¹. E muitos setores da religião organizada, evangélicos, muçulmanos *wahabi* (fundamentalistas) e algumas variantes do budismo e do confucianismo pregam uma postura intensamente antimercado e especificamente antineoliberal. E há ainda todos os movimentos que lutam contra aspectos específicos das práticas neoliberais, especialmente da acumulação por espoliação, que ou resistem ao neoliberalismo predatório (como o movimento revolucionário zapatista no México), ou buscam acesso a recursos que até então lhes eram negados (como o movimento dos sem-terra no Brasil ou os que lideram as ocupações de fábricas na Argentina). Coalizões de centro-esquerda, abertamente críticas com relação à neoliberalização, assumiram o poder político, e parecem decididas a aprofundar e ampliar sua influência, por toda a América Latina. O surpreendente sucesso do Partido do Congresso Nacional Indiano, que voltou ao poder na Índia com um mandato de esquerda, é mais um exemplo disso. Há abundantes provas do desejo de uma alternativa à neoliberalização¹².

Há sinais de descontentamento até mesmo nos próprios círculos dirigentes quanto à oportunidade de proposições e prescrições neoliberais. Alguns ex-entusiastas (como os economistas Jeffrey Sachs, Joe Stiglitz e Paul Krugman) e ex-participantes (como George Soros) agora passaram

8*. Derrick Jensen: ambientalista, autor de obras anarquistas contra a desumanização provocada pelo culto à tecnologia. Alguns textos seus podem ser encontrados em: <<http://ervadaninha.sarava.org/biblioteca.html>> CrimeThinc: coletivo anarquista descentralizado. Cf.: <<http://www.crimethinc.com>>. (N.T.)

9. D. JENSEN, *The Culture of Make Believe*, New York, Context Books, 2002; J. ZERGAN, *Future Primitive and Other Essays*, Brooklyn, NY, Autonomedia, 1994.

10*. Sistemas de intercâmbio econômico local traduz *Local Economic Trading Systems*, os LETS. Essa sigla joga com *let's* (“vamos”, “deixemos” etc.). Trata-se de sistemas que não fazem parte do sistema econômico global e criam bancos populares e cooperativas de ajuda mútua etc. (N.T.)

11. KAHN, *Violence Taints Religion's Solace for China's Poor*.

12. B. GILLS (Ed.), *Globalization and the Politics of Palgrave*, 2001; T. MERTES (Ed.), *A Movement of Movements*, London, Verso, 2004; P. WIGNARAJA (Ed.), *New Social Movements in the South: Empowering the People*, London, Zed Books, 1993; J. BREECHER, T. COSTELLO, B. SMITH, *Globalization from Below: The Power of Solidarity*, Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2000.



a uma postura crítica, chegando ao ponto de sugerir alguma espécie de retorno a um keynesianismo modificado ou a uma abordagem mais “institucional” para a solução dos problemas globais — tudo, de melhores estruturas regulatórias de governança global a um controle mais cuidadoso das especulações irresponsáveis dos financistas¹³. Em anos recentes, tem havido não só apelos insistentes, como também grandes propostas de reforma da governança global¹⁴. Ocorreu ainda o retorno do interesse acadêmico e institucional pela ética cosmopolita (“um dano causado a uma pessoa é um dano causado a todas as pessoas”) como base da governança global, e, por mais problemáticos que possam ser seus universalismos tão simplistas, essa proposta não é desprovida de méritos¹⁵. É justo com esse espírito que chefes de Estado se reúnem periodicamente, como fizeram 189 deles na Cúpula do Milênio, de 2000, a fim de assinar piadas declarações de seus compromissos coletivos de erradicar a curto prazo a pobreza, o analfabetismo e a doença. Mas compromissos de erradicação do analfabetismo, por exemplo, parecem vazios diante de substanciais e contínuos declínios da proporção do produto interno bruto dedicada à educação pública em quase todos os pontos do mundo neoliberal.

Objetivos desse tipo não podem ser realizados sem a contestação das bases de poder fundamentais sobre as quais foi assentado o neoliberalismo e para as quais os processos de neoliberalização contribuíram tão fortemente. Isso significa não só reverter o abandono pelo Estado dos benefícios sociais, mas também enfrentar os poderes avassaladores do capital financeiro. Keynes desprezava os “usurários” detentores de títulos, que viviam parasiticamente de dividendos e juros, e esperava ansiosamente o evento que chamou de “eutanasia dos rentistas” como condição

13. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*; Id., *The Roaring Nineties*; P. KRUGMAN, *The Great Unravelling: Losing Our Way in the Twentieth Century*, New York, Norton, 2003; G. SOLOS, *George Soros on Globalization*, New York, Public Affairs, 2002; Id., *The Bubble of Correcting the Misuse of American Power*, New York, Public Affairs, 2002; J. SACHS, *New Global Consensus on Helping the Poorest of the Poor*, *Global Policy Forum Newsletter*, 18 abr. 2000. Sachs diz, por exemplo: “Não creio na governança global pelos países ricos nem no voto internacional sustentado pelo dinheiro, como no FMI e no Banco Mundial hoje, nem num governo permanente entregue a burocracias profissionais sem controle externo, como tem sido o caso do FMI, ou numa governança segundo condições estabelecidas pelos países ricos e impostas aos desesperadamente pobres”.

14. Cito apenas dois: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Human Development Report 1999*; WORLD COMMISSION ON THE SOCIAL DIMENSION OF GLOBALIZATION, *A Fair Globalization*.

15. D. HELD, *Global Covenant: The Social Democratic Alternative to the Washington Consensus*, Cambridge, Polity, 2004; fiz um levantamento de alguns dos dilemas da aplicação da ética cosmopolita em D. HARVEY, *Cosmopolitanism and the Banality of Geographical Evils*, in J. COMAROFF, J. COMAROFF (Ed.), *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*, Durham, NC, Duke University Press, 2000, 271-310.



necessária não apenas para se chegar a um mínimo de justiça social, mas também para evitar a devastação das crises periódicas que o capitalismo é propenso a ter. A virtude do compromisso keynesiano e do liberalismo embutido construído a partir de 1945 residia no fato de aproximar-se de alguma maneira da realização dessas metas. Em contraste com isso, o advento da neoliberalização celebrou o papel do rentista, cortou os impostos pagos pelos ricos, privilegiou os dividendos e ganhos especulativos em detrimento dos salários e da renda e desencadeou crises financeiras inéditas, ainda que geograficamente contidas, que trouxeram imenso desemprego e tiveram um efeito devastador sobre as oportunidades de vida em país após país. A única maneira de realizar as tais metas pias dos chefes de Estado é enfrentar o poder da finança e reverter os privilégios de classe que se estabeleceram a partir desse poder. Mas não há entre as potências o mínimo indício de fazer alguma coisa parecida com isso.

Quanto ao retorno ao keynesianismo, contudo, o governo Bush, com quem já indiquei, é um campeão sem nivals, mostrando-se pronto a tolerar uma espiral de déficits públicos que se estendem interminavelmente no futuro. Não obstante, ao contrário das prescrições keynesianas tradicionais, as redistribuições no caso dele são de baixo para cima, para as grandes corporações, seus ricos chefes executivos e seus conselheiros financeiros/jurídicos, à custa dos pobres, da classe média e até de acionistas comuns (incluindo os fundos de pensão), para não mencionar as futuras gerações. Mas o fato de o keynesianismo poder ser deturpado e invertido dessa maneira não deveria nos surpreender, pois, como já demonstrei, há amplas provas de que a teoria e a retórica neoliberais (particularmente a retórica política referente à liberdade individual e coletiva) vêm funcionando desde o começo primordialmente como máscara para práticas que só têm como objetivo manter, reconstituir e restaurar o poder da classe de elite. Assim sendo, a exploração de alternativas tem de sair dos quadros de referência definidos por esse poder de classe e pela ética de mercado e ao mesmo tempo estar sobriamente ancorada nas realidades de nosso tempo e de nosso lugar. E essas realidades indicam a possibilidade de uma grande crise no próprio coração da ordem neoliberal.

O fim do neoliberalismo?

Não é possível conter as contradições econômicas e políticas internas da neoliberalização a não ser por meio de crises financeiras. Até este momento, essas crises têm sido prejudiciais localmente mas administráveis globalmente. Claro que essa administrabilidade depende de um substancial afastamento da teoria neoliberal. O simples fato de as duas principais locomotivas da economia global — os Estados Unidos e a China — es-



tarem financiando déficits até a exaustão é sem dúvida um convincente sinal de que o neoliberalismo está com problemas se não concretamente morto como guia teórico viável de garantia do futuro da acumulação do capital. Isso não vai evitar que ele continue a ser usado como retórica para manter a restauração/criação do poder da classe de elite. Mas, quando as desigualdades de renda e riqueza alcançam um dado — como aquele a que chegaram hoje — próximo ao que precedeu a crise de 1929, os desequilíbrios econômicos se tornam tão crônicos que correm o risco de produzir uma crise estrutural. Infelizmente, regimes de acumulação raramente se dissolvem pacificamente, se é que algum dia o fazem. O liberalismo embutido nasceu das cinzas da Segunda Guerra Mundial e da Grande Depressão. A neoliberalização nasceu em meio à crise de acumulação dos anos 1970, surgindo do ventre de um liberalismo embutido descartado com violência suficiente para confirmar a observação de Karl Marx segundo a qual a violência é invariavelmente a parteira da história. Surge agora a opção autoritária do neoconservadorismo nos Estados Unidos. O violento ataque ao Iraque no plano externo e as políticas de encarceramento no plano doméstico indicam uma recém-descoberta determinação da elite dirigente norte-americana de redefinir a ordem global e doméstica em seu próprio benefício. Por conseguinte, é necessário refletir com muito cuidado sobre se e como se desenrolaria uma crise do regime neoliberal.

As crises financeiras que precedem tão frequentemente a invasão predatória de economias estatais inteiras por potências financeiras superiores costumam se caracterizar por desequilíbrios econômicos crônicos. Os sinais característicos são déficits orçamentários internos que disparam e se tornam incontroláveis, uma crise do balanço de pagamentos, rápida depreciação da moeda, instabilidades na valorização dos ativos internos (por exemplo, nos mercados imobiliários e financeiros), inflação crescente, aumento do desemprego acompanhado de queda no nível dos salários e fuga de capitais. Entre esses sete indicadores principais, os Estados Unidos têm hoje a distinção de uma alta taxa nos três primeiros e sérias preocupações com respeito ao quarto. A atual "recuperação sem empregos" e a estagnação do nível de salários sugerem problemas incipientes com o sexto. Semelhante combinação de indicadores em outros lugares certamente teriam requerido a intervenção do FMI (e economistas do FMI têm se manifestado, o mesmo ocorrendo com o anterior e o atual presidente do Banco Central norte-americano, Volcker e Greenspan, reclamando que os desequilíbrios econômicos nos Estados Unidos estão ameaçando a estabilidade global)¹⁶. Mas, como os Estados Unidos do-

16. Para Volcker, cf. BOND, US and Global Economic Volatility; M. MUHLEISEN, C. TOWE (Ed.), *US Fiscal Policies and Priorities for Long-Run Sustainability*, Occasional Paper 227, Washington, DC, International Monetary Fund, 2004.



minam o FMI, isso não significa nada mais que o país deve disciplinar-se, o que parece improvável. A grande questão é: os mercados globais vão impor a disciplina (como devem, segundo a teoria neoliberal), e, se sim, como e com que conseqüências?

É impensável, mas não impossível, que os Estados Unidos fiquem da noite para o dia iguais à Argentina em 2001. Mas as conseqüências seriam catastróficas não só no plano interno, mas também para o capitalismo global. Como quase todos os membros da classe capitalista e seus administradores globais em toda parte conhecem muito bem esse fato, o resto do mundo no momento se dispõe (em alguns casos com relutância) a continuar a apoiar a economia norte-americana com créditos suficientes para sustentar seus hábitos dissolutos. Contudo, os fluxos de capital privado que entram nos Estados Unidos sofreram uma grave redução (exceto para comprar ativos relativamente baratos, dado a queda do valor do dólar), e, assim, são os dirigentes dos bancos centrais do mundo — particularmente do Japão e da China — que se tornam cada vez mais proprietários da America Inc. A retirada do apoio aos Estados Unidos por eles seria devastadora para suas próprias economias, pois os Estados Unidos ainda são um grande mercado para suas exportações. Mas o progresso desse sistema tem um limite até o qual ir. Quase um terço das ações de Wall Street e quase metade dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos já estão nas mãos de estrangeiros, e os dividendos e juros que são remetidos a proprietários estrangeiros aproximam-se hoje, se não superam, o tributo que corporações e operações financeiras norte-americanas extraem do exterior (Figura 7.1). Esse balanço de benefícios vai ficar mais fortemente negativo quanto mais os Estados Unidos tomarem recursos, e o país hoje o faz a uma taxa próxima de 2 bilhões de dólares por dia. Além disso, se as taxas de juro dos Estados Unidos se elevarem (como têm de se elevar num dado momento), aquilo que aconteceu com o México depois que Volcker aumentou a taxa de juro em 1979 começará a pairar como um problema concreto. Os Estados Unidos logo estarão pagando bem mais pelo serviço da dívida com o resto do mundo do que estará entrando no país¹⁷. Essa extração de riqueza dos Estados Unidos não vai ser bem-aceita no plano interno. As perpétuas elevações do consumismo financiado por dívida, que têm sido o fundamento da paz social no país desde 1945, terão de parar.

Os desequilíbrios não parecem perturbar o governo Bush, a julgar por alegações indiferentes de que o atual déficit nas contas, caso seja um problema, poderá ser facilmente resolvido se as pessoas comprarem bens produzidos nos Estados Unidos (como se esses bens fossem facil-

17. DUMÉNIL, LÉVY, *Neoliberal Dynamics*.

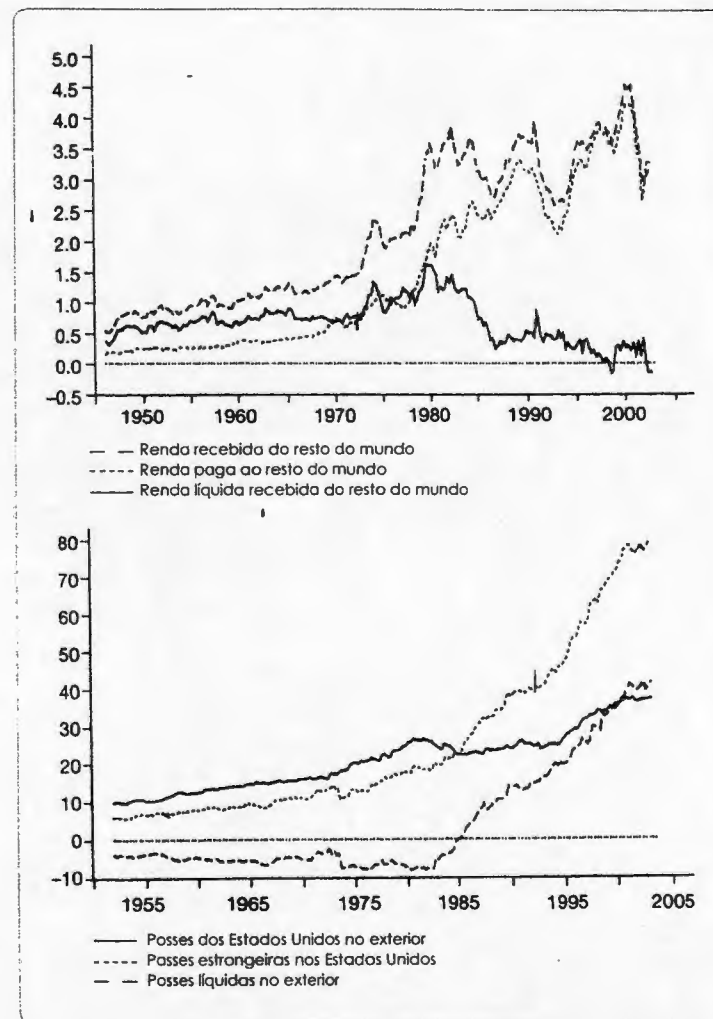


Figura 7.1 A posição em deterioração dos Estados Unidos no capital global e nos fluxos de propriedade, 1960-2002: entradas e saídas de investimentos nos/dos Estados Unidos (acima) e mudança da parcela de propriedade dos Estados Unidos nas mãos de estrangeiros (abaixo)

Fonte: Duménil, Lévy, *The Economics of US Imperialism*

mente disponíveis e baratos o bastante e como se bens nominalmente produzidos nos Estados Unidos não tivessem um forte conteúdo de insumos externos). Se isso de fato acontecesse, a Wall Mart estaria fora do mercado. O déficit orçamentário, diz Bush, pode ser facilmente controlado sem aumento de impostos mediante cortes em programas do-



mésticos (como se tivesse restado algum grande programa discricionário a dismantelar). A observação do vice-presidente Cheney, "Reagan nos ensinou que déficits orçamentários não importam", é alarmante, pois o que Reagan também ensinou é que manter déficits é uma maneira de forçar reduções nos gastos públicos e que é mais fácil atacar o padrão de vida da massa da população e ao mesmo tempo reforçar a posição dos ricos realizados em meio ao distúrbio e à crise financeiros. Se, além disso, fizermos a pergunta geral: "Quem de fato se beneficiou das inúmeras crises financeiras que atingiram em efeito cascata país após país, em ondas após ondas de catastróficas deflações, inflações, fugas de capital e ajustes estruturais desde os anos 1970?", o fraco compromisso do atual governo dos Estados Unidos com a prevenção de uma crise fiscal apesar de todos os sinais de alerta torna-se mais facilmente compreensível. Na esteira do colapso financeiro, a elite dirigente pode esperar sair ainda mais forte do que antes.

Talvez a economia norte-americana possa contornar os atuais desequilíbrios (mais ou menos como tem feito desde 1945) e desenvolver sua própria saída de seus problemas auto-infligidos. Há alguns fracos sinais apontando nessa direção. A atual política, contudo, parece basear-se na melhor das hipóteses no Princípio de Micawber¹⁸: alguma coisa boa vai acontecer. Afinal, líderes de várias corporações norte-americanas conseguiram viver em seu próprio mundo da fantasia antes de entidades aparentemente invulneráveis como a Enron começarem a se desmanchar no ar. Esse também pode ser o destino da America Inc., e as fantásticas alegações da atual liderança deveriam incomodar a todos os que se interessam por defender os interesses do país. Também pode ser que a elite dirigente norte-americana avalie ser capaz de sobreviver a uma crise fiscal global sem muitos arranhões e usá-la para completar seu programa de total domínio doméstico. Mas esse cálculo pode provar ser um erro monumental. O resultado poderá ser acelerar a transferência da hegemonia a alguma outra potência regional (mais provavelmente da Ásia) e ao mesmo tempo solapar a capacidade da elite dirigente de dominar no plano interno e no global.

A dúvida mais imediata vincula-se a saber que tipo de crise poderia melhor servir aos Estados Unidos para resolver sua própria situação, dado que essa opção se acha de fato no campo das alternativas de política. Ao apresentar essas alternativas, é fundamental lembrar que os Estados Unidos não têm sido imunes a dificuldades financeiras nos últimos vinte anos. A crise do mercado de ações em 1987 destruiu quase 30%

18. Micawber, o eterno devedor do romance de Dickens *David Copperfield*, é alguém que sempre acredita piamente que as coisas vão melhorar, mas acaba na cadeia. (N.T.)



do valor dos ativos, e na depressão do colapso que se seguiu ao estouro da bolha da nova economia no final dos anos 1990 mais de 8 trilhões em títulos se perderam antes da recuperação dos níveis precedentes. Os fracassos dos bancos e dos empréstimos e das poupanças em 1987 foram compensados ao custo de quase 200 bilhões de dólares, e naquele ano as coisas ficaram tão ruins que William Isaacs, presidente da Federal Deposit Insurance Corporation (órgão federal de garantia de depósitos bancários), alertou que "os Estados Unidos podem estar caminhando para a nacionalização da atividade bancária". E as imensas bancarrotas da Long Term Capital Management, da Orange County e outras instituições que especularam e perderam, seguidas pelo colapso de várias grandes empresas em 2001-02, não só custaram muito a todo o país como demonstraram quão frágil e fictícia se tornou boa parte da "financiarização" neoliberal. Naturalmente, a fragilidade de modo algum se restringe aos Estados Unidos. A maioria dos países, incluindo a China, enfrentam a volatilidade econômica e a incerteza. A dívida do mundo em desenvolvimento, por exemplo, aumentou de "580 bilhões de dólares em 1980 para 2,4 trilhões em 2002, e boa parte desse valor é não-recebível. Em 2002 houve uma saída líquida de 340 bilhões para honrar o serviço dessa dívida, em comparação com uma ajuda externa ao desenvolvimento da ordem de 37 bilhões."¹⁹. Em alguns casos, o serviço da dívida excede os ganhos externos, e compreensivelmente alguns países, como a Argentina, mostram considerável recalitrância perante seus credores.

Consideremos, então, os dois piores cenários do ponto de vista dos Estados Unidos. Um pequeno surto de hiperinflação ofereceria uma maneira de apagar o excepcional endividamento internacional e dos consumidores domésticos. Nesse caso, os Estados Unidos na verdade pagariam suas dívidas com o Japão, a China e outros credores em dólares extremamente depreciados. Esse confisco inflacionário não seria bem recebido no resto do mundo (ainda que este não pudesse fazer coisa alguma, já que subir com navios de guerra o rio Potomac não é uma opção viável). A hiperinflação destruiria também poupanças, pensões e quase tudo o mais no plano doméstico norte-americano. Implicaria reverter o curso monetarista que Volcker e Greenspan em geral seguiram. Contudo, no auge desse afastamento do monetarismo (que na verdade seria declarar morto o neoliberalismo), os dirigentes de bancos centrais do mundo todo quase certamente criariam uma corrida ao dólar, precipitando assim, prematuramente, uma crise de fuga de capitais que as instituições financeiras dos Estados Unidos não poderiam resolver sozinhas. O dólar norte-americano perderia toda a sua credibilidade como divisa

19. HARVEY, *Condition of Postmodernity*, 169.



global de reserva e perderia todos os futuros benefícios (por exemplo, de *seignorage*, o direito de emissão de moeda) de ser a potência financeira dominante. Esse manto seria então assumido pela Europa, pelo Sudeste asiático ou pelos dois (os dirigentes de bancos centrais do mundo já estão mostrando sua preferência por ter mais recursos em euros). Um retorno mais modesto à inflação também poderia estar na manga, pois há muitas provas de que a inflação não é de modo algum o mal inerente que os monetaristas dizem ser e de que é viável algum modesto afrouxamento das metas monetárias (como Thatcher mostrou nas fases mais pragmáticas de seu ímpeto neoliberalizante).

A outra opção é os Estados Unidos aceitarem um duradouro período de deflação do tipo pelo qual o Japão vem passando desde 1989. Isso criaria graves problemas globais a não ser que outras economias — obviamente com a China, associada à Índia, na vanguarda — pudessem entrar na onda da redução do dinamismo. Mas, como vimos, a opção da China é profundamente problemática por razões tanto políticas como econômicas. Os desequilíbrios internos na China são graves e tomam principalmente a forma de capacidade excedente — tudo, do excesso de aeroportos ao excesso de montadoras de automóveis. Essa capacidade excedente se tornaria bem mais palpável no caso de qualquer estagnação prolongada dos mercados de consumo norte-americanos. O imenso endividamento na China (na forma de empréstimos bancários de difícil recebimento), por outro lado, de modo algum é tão monumental quanto o dos Estados Unidos. Os riscos no caso chinês são tanto econômicos quanto políticos. Mas o extraordinário dinamismo do complexo asiático de economias pode ser suficiente para impelir a acumulação do capital a se manter por um bom tempo ainda, embora quase certamente com notáveis efeitos deletérios para a qualidade do ambiente bem como para a tradicional posição dos Estados Unidos como manda-chuva da ordem global. Resta saber se os Estados Unidos vão entregar humildemente o cetro de sua posição hegemônica. O país quase certamente vai manter o domínio militar mesmo que sua posição dominante em quase todos os outros campos importantes do poder político-econômico seja reduzida. Se vão ou não usar sua superioridade militar, como fizeram no Iraque, por razões econômicas e políticas é algo que então vai depender da dinâmica interna no próprio país.

Uma inflação duradoura pode ser muito difícil de absorver no plano doméstico dos Estados Unidos. Para resolver os problemas de endividamento federal e das instituições financeiras sem ameaçar a riqueza das classes dominantes, a única opção seria a “deflação confiscatória” (profundamente incompatível com o neoliberalismo) do tipo que atingiu a Argentina (e houve indícios disso na crise da poupança e dos em-



préstimos nos Estados Unidos no final dos anos 1980, quando muitos depositantes não puderam ter acesso a seu dinheiro). Os substanciais programas públicos que ainda existem (Seguridade Social e Sistema de Saúde), os direitos previdenciários e os valores dos ativos (especialmente imóveis e poupança) provavelmente seriam as primeiras vítimas, e nessas condições o consentimento popular quase certamente começaria a fazer água. A grande questão seria então a amplitude e o grau do descontentamento e como lidar com ele.

A consolidação do neoconservadorismo autoritário surge então como possível reação. O neoconservadorismo, como afirmei no capítulo 3, mantém o impulso neoliberal de construção de liberdades de mercado assimétricas, mas torna explícitas as tendências antidemocráticas do neoliberalismo por meio do recurso a meios autoritários, hierárquicos e mesmo militares para manter a lei e a ordem. Em *O novo imperialismo*, explorei a tese de Hannah Arendt segundo a qual a militarização no exterior e no plano interno caminham inevitavelmente de mãos dadas, e concluí que o aventureirismo internacional dos neoconservadores, há muito planejado e legitimado depois dos ataques de 11 de setembro, tinha tanta relação com a ênfase no controle doméstico sobre um corpo político hipersensível e deveras dividido nos Estados Unidos quanto com uma estratégia geopolítica de manutenção da hegemonia global por meio do controle das reservas de petróleo. O medo e a insegurança internos e externos foram manipulados com muitíssima facilidade — e, no caso, com sucesso na hora da reeleição — para propósitos políticos²⁰. Mas os neoconservadores também enfatizam um propósito moral mais amplo em cujo cerne está o apelo a um nacionalismo que há muito tem tido, como vimos no capítulo 3, uma relação complicada com a neoliberalização. O nacionalismo norte-americano exhibe, no entanto, um caráter dual. De um lado, supõe que o destino manifesto, conferido por Deus (e a invocação religiosa é deliberada), dos Estados Unidos é ser a maior potência da Terra (se não número um em tudo, do beisebol aos Jogos Olímpicos) e que, na qualidade de farol da liberdade individual e geral, assim como do progresso, têm sido e continuam a ser universalmente admirados e considerados dignos de imitação. Diz-se que todos querem viver nos Estados Unidos ou ser como eles. Em consequência, eles dão benevolente e generosamente, e de modo voluntário, de seus recursos, seus valores e sua cultura ao resto do mundo, em favor da causa que é conceder o privilégio da americanização e dos valores americanos a tudo e a todos. Ocorre, porém, que o nacionalismo norte-americano exhibe ainda um

20. H. ARENDT, *Imperialism*, New York, Harcourt Brace Janovich, 1968; HARVEY, *O novo imperialismo*, 20-24.



lado sombrio em que a paranóia com relação a aterrorizantes ameaças de inimigos e forças malignas externos ocupa toda a cena. O temor é de estrangeiros em geral e de imigrantes, de agitadores externos e agora, é claro, de terroristas. Isso leva a um fechamento defensivo e à suspensão das liberdades civis e individuais em geral no interior do país em episódios como a perseguição aos anarquistas nos anos 1920, o macarthismo dos anos 1950 contra os comunistas e os simpatizantes, o estilo paranóico de Richard Nixon com relação aos oponentes da Guerra do Vietnã e, a partir do 11 de setembro, a tendência a caracterizar todos os críticos das políticas do governo como auxiliares e cúmplices dos inimigos. Esse tipo de nacionalismo entra facilmente em fusão com o racismo (hoje, mais particularmente com relação aos árabes), com a restrição das liberdades civis (a Lei Patriota), a restrição da liberdade de imprensa (a detenção de jornalistas que não revelem suas fontes) e a adoção do encarceramento e da pena de morte para lidar com contravenções e crimes etc. No plano externo, esse nacionalismo leva a ações encobertas e, ultimamente, a guerras preventivas visando erradicar tudo o que se assemelhe à mais remota ameaça à hegemonia dos valores norte-americanos e ao domínio dos interesses norte-americanos. Historicamente, essas duas vertentes do nacionalismo sempre coexistiram²¹, mas em algumas ocasiões estiveram em conflito aberto entre si (nas divergências sobre como lidar com as revoluções na América Central, por exemplo).

A partir de 1945, os Estados Unidos passaram a ter condições de projetar esse primeiro pressuposto, sempre em seu próprio benefício e por vezes de modo benevolente (como no Plano Marshall, que ajudou a revigorar as economias européias destroçadas pela guerra depois de 1945), no mundo, ao mesmo tempo em que se dedicavam internamente ao macarthismo. Mas o final da Guerra Fria mudou todo o quadro. O resto do mundo já não busca a proteção militar dos Estados Unidos e libertou-se do domínio norte-americano em quase tudo. Os Estados Unidos nunca estiveram tão isolados do resto do mundo, em termos políticos, culturais e mesmo militares quanto estão agora. E esse isolamento não é como antes resultado do afastamento dos Estados Unidos dos assuntos do mundo, mas uma consequência de seu intervencionismo excessivo e unilateralista. E vem além disso numa época em que a economia do país está mais entrelaçada do que nunca com a produção e as redes financeiras globais. Isso causou uma perigosa fusão das duas formas de nacionalismo. Graças à formulação da doutrina do "ataque preventivo" contra nações estrangeiras em meio a uma guerra global

21. D. KING, *The Liberty of Strangers: Making the American Nation*, New York, Oxford University Press, 2004.



ao terror que supostamente ameaça a tudo e a todos, a opinião pública norte-americana julga que o país luta benevolentemente para levar a liberdade e a democracia a todos os lugares (ao Iraque em particular) enquanto está vivendo seus mais sombrios temores com relação a algum inimigo desconhecido e oculto que ameaça sua própria existência. A retórica do governo Bush e dos neoconservadores gira infatigavelmente em torno desses temas. Isso foi muito útil a Bush em sua bem-sucedida campanha pela reeleição.

Em *O novo imperialismo* aleguei que há muitos sinais de que a hegemonia norte-americana está desabando. O país perdeu seu domínio da produção global nas décadas de 1970 e de 1990. Sua liderança tecnológica está sendo ameaçada e sua hegemonia com respeito à cultura e à liderança moral se desfaz a olhos vistos, deixando seu poderio militar como sua única arma clara de domínio global. Mesmo o poder militar está restrito ao que se pode fazer com um poder destrutivo de alta tecnologia a dez mil metros de altura. O Iraque tem demonstrado os limites dos Estados Unidos no solo. A transição para alguma nova estrutura hegemônica no capitalismo global apresenta uma escolha aos Estados Unidos: administrar a transição pacificamente ou por meio da catástrofe²². A atual postura de suas elites dirigentes indica mais a segunda do que a primeira opção. É muito fácil mobilizar o nacionalismo no interior do país a partir da idéia de que as dificuldades econômicas seja da hiperinflação ou de uma deflação duradoura são atribuíveis aos outros, como a China e o Sudeste Asiático ou a OPEP ou os estados árabes que não atenderem de maneira adequada às suas demandas exageradas de energia. A doutrina do ataque preventivo já está em vigor e as capacidades destrutivas encontram-se ao alcance da mão. Um Estado norte-americano sob ataque e claramente ameaçado tem, assim diz o argumento, a obrigação de defender-se, e aos seus valores e modos de vida, se necessário por meios militares. Esse cálculo catastrófico e a meu ver suicida não está além da capacidade da atual liderança norte-americana. Esta já demonstrou sua inclinação por suprimir a dissensão interna, e obteve nisso considerável apoio popular. Afinal, uma substancial parcela da população dos Estados Unidos considera a Carta de Direitos um documento de inspiração comunista, ao passo que outros, claro que uma minoria, aceitam tudo o que lembre o *Armageddon*. As leis antiterror, o abandono das Convenções de Genebra em Guatânamo e a imediata qualificação de toda força de oposição como "terrorista" são sinais de alerta.

22. G. ARRIGHI, B. SILVER, *Chaos and Governance in the Modern World System*, Minneapolis, Minnesota University Press, 1999; ver também o Posfácio da edição em brochura de HARVEY, *The New Imperialism*, Oxford, Oxford University Press, 2005.



Por felicidade, há uma substancial oposição que pode ser mobilizada e em certa medida já está mobilizada no interior dos Estados Unidos contra essas tendências suicidas e catastróficas. Por infelicidade, essa oposição, tal como constituída neste momento, é fragmentada, sem um ponto de convergência e sem organização coerente. Até certo ponto, isso é consequência dos danos auto-infligidos no âmbito do movimento trabalhista, dos movimentos que adotaram de modo amplo a política da identidade e de todas as correntes intelectuais pós-modernas que concordam, sem se dar conta disso, com a linha da Casa Branca, para a qual a verdade é tanto socialmente construída como um mero efeito de discurso. A crítica que Terry Eagleton faz à *Condição pós-moderna*, de Lyotard, para quem "não pode haver diferença entre verdade, autoridade e sedução retórica; quem tem a língua mais macia ou a conversa mais atraente tem o poder", merece ser repetida. Eu diria que ela é ainda mais relevante para nossa época do que quando a citei em 1989²³. É preciso acabar com as lorotas da Casa Branca e a retórica enganosa de Downing Street, a sede do governo inglês, para podermos encontrar alguma espécie de saída de nosso atual impasse. Há uma realidade lá fora e ela está nos alcançando com rapidez. Mas que rumo devemos nos esforçar por seguir? Se pudéssemos cavalgar o prodigioso cavalo da liberdade, para onde cavalgaríamos com ele?

Alternativas

Há uma tendência a encarar a questão das alternativas como se ela implicasse necessariamente apresentar alguma proposta para a sociedade futura ou um esboço do percurso a seguir a fim de alcançá-la. Pode-se ganhar muito com semelhantes exercícios, mas precisamos antes dar início a um processo político capaz de nos levar a um ponto em que possamos identificar alternativas viáveis, possibilidades reais. Há duas maneiras de fazê-lo. Podemos nos engajar com a plethora de movimentos de oposição que já existem e buscar destilar de seu ativismo e por meio dele a essência de um programa de oposição de base ampla. Ou podemos recorrer a exames teóricos e práticos de nossa atual condição (do tipo que empreendi neste livro). Seguir esta última maneira de modo algum supõe que os movimentos de oposição existentes sejam errados ou apresentem alguma deficiência em sua forma de ver as coisas. Da mesma maneira, os movimentos de oposição não podem supor que descobertas analíticas sejam irrelevantes para sua causa. Trata-se de iniciar um diálogo entre aqueles que seguem um caminho e aqueles que seguem o outro e, assim, aprofundar a compreensão coletiva das coisas e definir linhas mais adequadas de ação.

23. Citado em HARVEY, *Condição pós-moderna*, 112-113.



A neoliberalização desencadeou uma onda de movimentos de oposição tanto dentro como fora de sua área de influência. Muitos desses movimentos diferem radicalmente dos movimentos baseados nas organizações de trabalhadores que dominavam antes de 1980²⁴. Digo "muitos", mas não "todos". Os movimentos tradicionais da classe trabalhadora de modo algum pereceram, mesmo nos países capitalistas avançados, nos quais se viram bastante enfraquecidos pelos ataques neoliberais ao seu poder. Na Coreia do Sul e na África do Sul, surgiram vigorosos movimentos de trabalhadores na década de 1980, e em muitos lugares da América Latina partidos de trabalhadores estão florescendo, quando não chegaram ao poder. Na Indonésia, um movimento embrionário da classe trabalhadora de grande importância potencial tem lutado para ser ouvido. O potencial de descontentamento dos trabalhadores da China é imenso, se bem que imprevisível. De igual forma, não está claro que a massa de trabalhadores dos Estados Unidos — que na última geração muitas vezes preferiu votar contra seus próprios interesses materiais por razões de nacionalismo cultural, de religião e de valores morais — vá ficar para sempre aprisionada numa tal política graças a maquinações tanto dos republicanos como dos democratas. Dada a volatilidade, não há motivo para descartar o ressurgimento de uma política socialdemocrata ou mesmo populista antineoliberal no interior dos Estados Unidos em anos futuros.

Mas as lutas contra a acumulação por espoliação estão fomentando linhas de combate político e social bem distintas entre si²⁵. Em parte devido às condições específicas que dão origem a esses movimentos, sua orientação política e suas formas de organização diferem acentuadamente das que foram típicas da política socialdemocrata. A rebelião zapatista em Chiapas, México, por exemplo, não buscava tomar o poder do Estado nem promover uma revolução, interessando-se em vez disso pela instauração de uma política mais inclusiva. A idéia é trabalhar com toda a sociedade civil numa busca mais aberta e fluida de alternativas que atendam às necessidades específicas dos diferentes grupos sociais e lhes permitam melhorar a sua condição. Em termos organizacionais, tendeu a evitar o vanguardismo e se recusou a tomar a forma de um par-

24. S. AMIN, *Social Movements at the Periphery*, in WIGNARAJA (Ed.), *New Social Movements at the South*, 76-100.

25. W. BELLO, *Deglobalization: Ideas for a New World Economy*, London, Zed Books, 2002; BELLO, BULLARD, MALHOTRA (Ed.), *Global Finance*; S. GEORGE, *Another World is Possible IF...*, London, Verso, 2003; W. FISHER, T. PONNIAH (Ed.), *Another World is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social Forum*, London, Zed Books, 2003; P. BOND, *Talk Left Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms*, Scottsville, South Africa: University of KwaZulu/Natal Press, 2004; MERTES, *A Movement of Movements*; GILL, *Teetering on the Rim*; BRECHER, COSTELLO, SMITH, *Globalization from Below*.



tido político, preferindo antes permanecer como movimento social no âmbito do Estado, tentando formar um bloco de poder político em que as culturas indígenas seriam antes centrais do que periféricas. Muitos movimentos ambientalistas — como os que defendem a justiça ambiental — procedem dessa mesma maneira.

O efeito desses movimentos tem sido passar o terreno da organização política dos partidos políticos e organizações de trabalhadores tradicionais para uma dinâmica política de ação social menos concentrada que percorra todo o espectro da sociedade civil. O que esses movimentos perdem em foco eles ganham em relevância direta para certas questões e grupos sociais particulares. Eles extraem sua força de sua profunda inserção no cerne da vida e da luta cotidianas; mas, ao fazê-lo, encontram dificuldades em se afastar do local e do particular para entender a macropolítica da verdadeira essência passada e atual da acumulação por espoliação neoliberal em sua relação com a restauração do poder de classe.

A variedade dessas lutas é nada menos que surpreendente, a tal ponto que por vezes é difícil até mesmo imaginar que relação podem ter entre si. São todos parte de um volátil conjunto de movimentos de protesto que têm se disseminado pelo mundo e foram crescentemente objeto de manchetes durante a década de 1980 e desde então. Esses movimentos e revoltas em algumas ocasiões foram esmagados com feroz violência, em geral por poderes de Estado agindo em nome da “ordem e da estabilidade”. Noutros lugares, degeneraram em violência interétnica e guerra civil nas situações em que a acumulação por espoliação produziu intensas rivalidades sociais e políticas. As táticas de dividir para governar das elites dirigentes ou a competição entre facções rivais (por exemplo, interesses franceses *versus* interesses norte-americanos em alguns países africanos) tiveram em grande parte dos casos um caráter central nessas lutas. Estados-clientes, apoiados militarmente ou em alguns casos por forças especiais treinadas por grandes aparatos militares (tendo na liderança os Estados Unidos, e com a Grã-Bretanha e a França em papéis secundários), costumam se encarregar da tarefa num sistema de represões e liquidações voltado para combater impiedosamente movimentos ativistas que desafiem a acumulação por espoliação em muitas partes do mundo em desenvolvimento.

Os próprios movimentos em questão produziram uma plethora de idéias referentes a alternativas. Algumas delas buscam desvincular-se parcial ou inteiramente das forças avassaladoras da globalização neoliberal. Outros (como o movimento *Fifty Years Is Enough* — Cinco Anos Bastam) se empenham pela justiça social e ambiental global mediante a reforma ou dissolução de poderosas instituições como o FMI, a OMC e o Banco Mundial (embora, o que é interessante, o poder nuclear do



Tesouro dos Estados Unidos raramente seja mencionado). Outros ainda (especialmente ambientalistas como o Greenpeace) enfatizam a temática da “retomada dos bens comuns”, assinalando com isso profundas discontinuidades com relação a antigas lutas e com batalhas travadas ao longo da amarga história do colonialismo e do imperialismo. Alguns (como Hardt e Negri) concebem uma multidão em movimento, ou um movimento no âmbito da sociedade civil global, para enfrentar as forças dispersas e descentradas da ordem neoliberal, ao passo que outros, mais modestamente, buscam realizar experiências locais com novos sistemas de produção e consumo (como os LETS), animados por tipos completamente distintos de relações sociais e práticas ecológicas. Há ainda aqueles que depositam suas esperanças nas estruturas político-partidárias mais convencionais (por exemplo, o Partido dos Trabalhadores brasileiro ou o Partido do Congresso indiano, em aliança com os comunistas), a fim de conquistar o poder do Estado como um passo para a reforma global da ordem econômica. Muitas dessas diferentes correntes unem-se agora no Fórum Social Mundial tentando definir seus pontos comuns e construir um poder organizacional capaz de enfrentar as tantas variantes de neoliberalismo e neoconservadorismo. Apareceu toda uma literatura sugerindo que “outro mundo é possível”. Ela resume e de vez em quando tenta sintetizar as diferentes idéias advindas dos vários movimentos sociais que surgem em todas as partes do mundo. Há aqui muito para causar a nossa admiração e nos dar inspiração.

Mas que tipos de conclusões se podem extrair de um exercício analítico do gênero construído nesta obra? Antes de tudo, toda a história do liberalismo embutido e da subsequente virada para o neoliberalismo indica o papel essencial desempenhado pela luta de classes seja em ameaçar ou restaurar o poder da classe de elite. Embora tenha havido um eficaz escamoteamento, temos vivido toda uma geração de sofisticadas estratégias implementadas pela classe de elite a fim de restaurar, melhorar ou, como na China e na Rússia, construir um poder de classe avassalador. A virada ulterior para o neoconservadorismo ilustra até que ponto chegam as elites econômicas e as estratégias que estão prontas a empregar para manter o poder. E tudo isso ocorreu durante décadas nas quais as instituições da classe operária estavam em declínio e muitos progressistas iam se convencendo cada vez mais de que “classe” era uma categoria sem sentido ou ao menos havia muito falecida. Nesse aspecto, progressistas de todas as tendências parecem ter se rendido ao pensamento neoliberal, dado que uma das ficções primordiais do neoliberalismo é a idéia de que “classe” é uma categoria ficcional que só existe na imaginação de socialistas e criptocomunistas. Nos Estados Unidos em particular, a expressão “guerra de classes” (*class warfare*) está hoje restrita, na imprensa direitista (por



exemplo, o *Wall Street Journal*), à difamação de todas as formas de crítica que ameacem atingir as bases de um propósito nacional supostamente unificado e coerente (isto é, a restauração do poder da classe alta!). A primeira lição que temos a aprender é por conseguinte que, se uma coisa parece luta de classes e age como guerra de classes, temos de lhe dar sem receio o nome que a designa. A massa da população tem ou que se resignar à trajetória histórica e geográfica definida pelo poder avassalador e cada vez maior da classe alta ou reagir a ela em termos de classe.

Elaborar a questão nesses termos não é cultivar a nostalgia de alguma época de ouro perdida em que alguma categoria ficcional como "o proletariado" estava em ação, nem significa necessariamente (se é que algum dia o devesse) que haja alguma concepção simples de classe a que possamos recorrer como sendo o agente primordial (e menos ainda exclusivo) da transformação histórica. Não há um campo proletário de fantasia utópica marxiana para o qual possamos nos transportar. Indicar a necessidade e a inevitabilidade da luta de classes não equivale a dizer que a maneira como a classe se constitui seja determinada, ou mesmo determinável, de antemão. Os movimentos de classe populares ou de elite se constituem a si mesmos, ainda que nunca em condições de sua própria escolha²⁶. E essas condições se acham eivadas das complexidades advindas da raça, do gênero e das distinções étnicas estreitamente entrelaçadas com as identidades de classe. As classes baixas são altamente racializadas e a crescente feminização da pobreza tem sido uma característica saliente da neoliberalização. O ataque neoconservador aos direitos reprodutivos e aos direitos das mulheres em geral — que, e isso é digno de nota, chegou ao auge no final da década de 1970, quando o neoliberalismo alcançou proeminência pela primeira vez — é um elemento-chave da noção neoliberal de ordem moral adequada, assentada numa concepção particularíssima da família.

A análise mostra ainda como e por que os movimentos populares se acham hoje bifurcados. De um lado, há movimentos organizados em torno daquilo que chamo de "reprodução expandida" (ou "ampliada"), em que são centrais a exploração do trabalho assalariado e as condições que definem o salário social. Do outro, há movimentos contra a acumulação por espoliação; aí se inclui a resistência a formas clássicas de acumulação primitiva (como a expulsão da terra de populações camponesas), à brutal fuga do Estado a todas as suas obrigações sociais (com exceção da vigilância e da polícia), a práticas que destroem culturas, histórias e ambientes e às deflações e inflações "confiscatórias" provocadas pelas for-

26. Referência à tese do clássico de E. P. THOMPSON *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. 3 v. (N.T.)



mas contemporâneas de capital financeiro em aliança com o Estado. A descoberta de um vínculo orgânico entre esses diferentes movimentos é uma urgente tarefa prática e teórica. Mas nossa análise mostrou também que só se pode fazê-lo rastreando a dinâmica do processo de acumulação do capital, marcado por desenvolvimentos geográficos desiguais que além de voláteis estão se aprofundando. A desigualdade desses desenvolvimentos geográficos promove ativamente, como vimos no capítulo 4, a disseminação da neoliberalização por meio da competição entre Estados. Parte da tarefa de uma política de classe rejuvenescida consiste em transformar esses desenvolvimentos geográficos desiguais de passivo em ativo. A política de dividir para governar da classe de elite dirigente tem de ser enfrentada por uma política de alianças da esquerda favorável à recuperação dos poderes locais de autodeterminação.

Mas a análise também identifica contradições exploráveis nos programas neoliberal e neoconservador. O crescente hiato entre a retórica (em benefício de todos) e a concretização (em benefício de uma diminuta classe dirigente) é agora demasiado visível. A idéia de que o mercado é lugar de competição e de jogo limpo é negada cada vez mais pelo fato concreto de uma monopolização, uma centralização e uma internacionalização extraordinárias do poder corporativo e financeiro. O espantoso aumento das desigualdades de classe e regionais, tanto no interior de Estados (como China, Rússia, Índia e sul da África) como internacionalmente, entre Estados, traz um grave problema político que já não podemos jogar para debaixo do tapete como algo "transitório" na jornada para um mundo neoliberal aperfeiçoado. Quanto mais se reconhece o neoliberalismo como uma retórica utópica fracassada que mascara um projeto bem-sucedido de restauração do poder da classe dominante, tanto mais se assentam as bases para a recuperação de movimentos de massa que defendam demandas políticas igualitárias e lutem pela justiça econômica, pelo justo comércio²⁷ e por maior segurança econômica.

A ascensão de discursos sobre direitos, do tipo examinado no capítulo 6, apresenta tanto oportunidades como problemas. Mesmo o apelo a noções liberais convencionais de direitos pode constituir uma poderosa "espada de resistência" a partir da qual criticar o autoritarismo neoconservador, particularmente diante da maneira como a "guerra ao terror" tem sido apresentada em toda parte (dos Estados Unidos à China e à Chechênia) como desculpa para reduzir as liberdades civis e políticas. O clamor crescente pelo reconhecimento dos direitos iraquianos à autode-

27. "Justo comércio" traduz aqui *fair trade*, que também é traduzido por "comércio justo". A forma "justo comércio" é preferível porque dá conta do jogo de palavras (e de sons) entre *free trade* e *fair trade*. (N.T.)



terminação e à soberania é uma poderosa arma com que combater os projetos imperiais norte-americanos para o país. Mas também se podem definir direitos alternativos. A crítica à acumulação interminável do capital como processo dominante que molda nossa vida envolve a crítica aos direitos específicos que fundamentam o neoliberalismo — o direito à propriedade privada e à taxa de lucro individuais — e vice-versa. Defendi em outro texto um conjunto inteiramente distinto de direitos, a fim de incluir o direito a oportunidades de vida, à associação política e à “boa” governança; defendi também o controle da produção pelos produtores diretos, a inviolabilidade e a integridade do corpo humano, o direito à crítica sem medo de retaliação, a um ambiente vital decente e saudável, ao controle coletivo de recursos possuídos em comum, à produção do espaço, à diferença, bem como direitos inerentes à nossa condição de seres da nossa espécie²⁸. Contudo, propor direitos distintos dos tidos por sacrossantos pelo neoliberalismo traz consigo a obrigação de especificar um processo social alternativo a que esses direitos alternativos possam ser inerentes.

Pode-se apresentar um argumento semelhante contra a afirmação neoconservadora de um elevado fundamento moral para sua autoridade e sua legitimidade. Historicamente, ideais de comunidade moral e de uma economia moral não são estranhos aos movimentos progressistas. Muitos deles, como os zapatistas, que hoje combatem a acumulação por espoliação, estão articulando ativamente o desejo de relações sociais alternativas em termos de economia moral. A moralidade não é um campo a ser definido apenas por uma direita religiosa reacionária mobilizada sob a hegemonia da mídia e articulada mediante um processo político dominado pelo poder do dinheiro corporativo. É preciso combater a restauração do poder da classe dominante, que se realiza sob uma imensa rede de argumentos morais confusos. As chamadas “guerras culturais” — por mais errôneas que algumas delas possam ter sido — não podem ser descartadas como algum mal recebido desvio da política de classe (como alega parte da esquerda tradicional). Na verdade, o surgimento da argumentação moral entre os neocóservadores comprova não só o medo da dissolução social sob um neoliberalismo individualizador, mas também as amplas manifestações de repugnância moral já em ação contra as alienações, a anomia, as exclusões, as marginalizações e as degradações ambientais produzidas pelas práticas da neoliberalização. A transformação dessa repugnância moral diante de uma pura ética de mercado em resistência cultural e depois política é um dos sinais de nossos tempos e precisa ser lido corretamente em vez de posto à parte. O vínculo orgânico entre essas batalhas culturais e a

28. Harvey, *Espaços de esperança*, 325–331.



luta para reverter a avassaladora consolidação do poder da classe dominante requer exploração teórica e prática.

Não obstante, o principal foco da luta política tem com certeza de ser a natureza profundamente antidemocrática do neoliberalismo, apoiada pelo autoritarismo dos neoconservadores. O déficit de democracia em países nominalmente “democráticos” como os Estados Unidos é hoje imenso²⁹. Ali, a representação política está comprometida e corrompida pelo poder do dinheiro, para nem mencionar um sistema eleitoral facilmente manipulado e corrompido. Os arranjos institucionais básicos estão gravemente viciados. Senadores de 26 estados com menos de 20% da população detêm mais da metade dos votos para determinar o programa do legislativo. Além disso, o flagrante processo de fraude eleitoral nos distritos para favorecer quem estiver no poder é tornado constitucional por um sistema judiciário cada vez mais povoado por indicados políticos de convicção neoconservadora. Instituições dotadas de enorme poder, como o Banco Central norte-americano, estão fora de qualquer controle democrático. No plano internacional, a situação é ainda pior, pois não há como chamar à responsabilidade e muito menos influenciar democraticamente instituições como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, enquanto ONGs também podem operar sem participação democrática ou supervisão sejam ou não bem-intencionadas suas ações. Isso não significa dizer que as instituições democráticas não tenham problemas. Temores teóricos neoliberais da influência indevida de grupos de interesse sobre os processos legislativos são muito bem ilustrados pelos lobistas corporativos e pela porta giratória que liga o Estado e as corporações, garantindo que o congresso dos Estados Unidos (assim como as câmaras legislativas pelo país) façam o leilão dos interesses endinheirados e exclusivamente destes.

Recuperar as exigências de governança democrática e de justiça e igualdade econômicas, políticas e culturais não é sugerir um retorno a alguma época de ouro. Os significados em cada instância têm de ser reinventados para cobrir condições e potencialidades contemporâneas. A democracia na Grécia antiga tem pouco a ver com os significados com que temos de investir essa expressão hoje em circunstâncias tão diversas como São Paulo, Joanesburgo, Xangai, Manila, São Francisco, Leeds, Estocolmo e Lagos. Mas o que há de espantoso no caso é que por todo o globo, da China, do Brasil, da Argentina, de Taiwan e da Coreia à África do Sul, ao Irã, à Índia e ao Egito, tanto nas nações lutadoras do Leste Europeu como nas pátrias do capitalismo contemporâneo — em todos

29. A TASK FORCE ON INEQUALITY AND AMERICAN DEMOCRACY (força-tarefa sobre a desigualdade e a democracia americana), *American Democracy in an Age of Rising Inequality*, descreve um cenário perturbador.



esses lugares, há grupos e movimentos sociais agindo na reivindicação de reformas que expressem alguma versão dos valores democráticos³⁰.

Os líderes dos Estados Unidos conseguiram, com considerável apoio público doméstico, projetar no mundo a idéia de que os valores neoliberais norte-americanos de liberdade são universais e supremos, e de que se deve morrer por esses valores. O mundo tem condições de rejeitar esse gesto imperialista e projetar na pátria do capitalismo neoliberal e neoconservador um conjunto de valores completamente distinto: os valores de uma democracia aberta dedicada à concretização da igualdade social associada à justiça econômica, política e cultural. Os argumentos de Roosevelt são um bom ponto de partida. No interior dos Estados Unidos, tem-se de construir uma aliança para recuperar o controle popular do aparato de Estado e fazer assim avançar antes o aprofundamento do que a evisceração de práticas e valores democráticos sob o garrote do poder do mercado.

Há uma perspectiva muitíssimo mais nobre da liberdade a ser conquistada do que aquela que o neoliberalismo prega. Há um sistema muitíssimo mais valioso de governança a ser construído do que aquele que o neoconservadorismo permite.

30. Trata-se do argumento a que Wang, *China's New Order*, retorna frequentemente no caso da China, por exemplo.

BIBLIOGRAFIA

Comentários na imprensa e páginas da Internet

- ALVAREZ, L. Britain Says US Planned to Seize Oil in '73 Crisis. *New York Times*, 4 jan. 2004, A6.
- AMERICAN LANDS ALLIANCE. *IMF Policies Lead to Global Deforestation*. Disponível em: <<http://americanlands.org/imfreport.htm>>.
- ARNOLD, W. BHP Billiton Remains Upbeat Over Bet on China's Growth. *New York Times*, 8 jun. 2004, W1 e W7.
- BARBOZA, D. An Unknown Giant Flexes its Muscles. *New York Times*, dez. 2004, C1 e C3.
- BELSON, J., Japanese Capital and Jobs Flowing to China. *New York Times*, fev. 2004, C1 e C4.
- BRADSHAW, K. Big China Trade Brings Port War. *International Herald Tribune*, 27 jan. 2003, 12.
- . China Announces New Bailout of Big Banks. *New York Times*, 7 jan. 2004, C1.
- . China Reports Economic Growth of 9.1% in 2003. *New York Times*, 20 fev. 2004, W1 e W7.
- . China's Boom Adds to Global Warming. *New York Times*, 2003, A1 e A8.
- . China's Factories Aim to Fill Garages Around the World. *New York Times*, 2 nov. 2003, International Section, 8.
- . China's Strange Hybrid Economy. *New York Times*, 21 dez. 2003, C5.
- . Chinese Automaker Plans Assembly Line in Malaysia. *New York Times*, 19 out. 2004, W1 e W7.
- . Chinese Builders Buy Abroad. *New York Times*, 2 dez. 2003, W7.
- . Chinese Provinces Form Regional Power Bloc. *New York Times*, 2 jun. 2004, W1 e W7.
- . GM To Speed Up Expansion in China: An Annual Goal of 1.3 Million Cars. *New York Times*, 8 jun. 2004, W1 e W7.
- . A Heated Chinese Economy Piles up Debt. *New York Times*, 4 set. 2003, A1 e C4.
- . Is China the Next Bubble? *New York Times*, 18 jan. 2004, sec. 3, 1 e 4.
- . Now, a Great Leap Forward in Luxury. *New York Times*, 10 jun. 2004, C1 e C6.
- . Taiwan Watches its Economy Slip to China. *New York Times*, 13 dez. 2004, C7.



- soberania 13, 76, 194, 218
- socialismo/comunismo 12, 22, 23, 25, 96; consentimento 51-53; luta contra 38; *ver também* Guerra Fria *ver também* central, planejamento; China: Marx; Soviética, União 11, 17, 22, 31, 69, 80, 85, 122, 128, 133
- Social, justiça 51, 52, 190, 197, 202, 214
- Soederberg, S. 116, 174
- Sommer, J. 183
- Soros, G. 40, 42, 105, 107, 200, 201
- Soviética, União; colapso da: conceito de liberdade; *ver também* Rússia 12, 15, 20, 31, 40, 97, 127, 168
- Stanislaw, J. 32, 61, 66, 68
- Stevenson, C. 139
- Stiglitz, C. 38, 61, 78, 165; perspectiva de liberdade 78, 200; desenvolvimento desigual 61, 102, 107, 115, 120, 128
- Strauss L. 92
- Stren, R. 87
- Sudão 151, 187
- Sudeste asiático 21, 63, 208; ASEAN 89; e China 131, 133, 141, 149-152; consentimento, construção do 50, 51, 63; conceito de liberdade 15, 29, 41, 42; neoliberal, Estado 81, 86, 91, 95, 96; neoliberalismo em julgamento 166, 167, 168, 176, 180-182, 186, 191; desenvolvimento desigual 99, 101, 104, 106, 107, 118, 119, 126, 127, 128; *ver também* crises em Ásia: Indonésia; Malásia; Singapura; Tailândia
- Suécia 12, 19, 24, 99, 122, 125, 126, 127, 168, 169; conceito de liberdade 19, 25, 32; desenvolvimento desigual 100, 122-125, 126
- Suez 65
- Suharto, T. N. J. 43, 188
- T**
- Tabb, W. 55, 56, 57, 58
- Tailândia 99, 103, 105, 106, 118, 128, 149, 150, 183; e China 149, 150, 151; desenvolvimento desigual 99, 104, 106, 107, 118, 128
- Taiwan 11, 82, 97, 99, 103, 105, 106, 131, 141, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 219; e China 131, 141, 147, 149, 151, 152, 153, 158, 161; desenvolvimento desigual 97, 99, 100, 104, 106, 107
- Tang, W.-S. 132, 139, 141
- tarifas 76, 81, 100, 108
- taxa de juro 84
- taxas de juros 33, 61, 98, 108, 118, 121
- tecnologias, novas 78, 79, 99, 102; China 132, 145, 146, 149; informação 13, 14, 44, 169, 172
- tensões e contradições 44, 81, 100, 132, 151
- teoria neoliberal 12, 17, 29, 31, 38, 52, 63, 72, 75, 77, 79, 80, 83, 84, 87, 93, 95, 98, 103, 116, 129, 202, 204; e pragmática, distinção 31, 32; ascensão da 29-41; Estado 74-77; virada para a 29-39
- terapia de choque 26, 81, 133, 168
- terrorismo, medo norte-americano do ataque 11 de setembro 93, 178, 186
- Tesouro (EUA) 13, 38, 56, 67, 83, 84, 85, 102, 106, 109, 112, 121, 127, 153, 175, 176, 204, 215; desenvolvimento desigual 102, 109, 121, 127
- Thatcher, M. 11, 19, 31, 32, 40, 49, 50, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 82, 86, 89, 91, 92, 96, 98, 181, 185, 208; consentimento, construção do 49, 50, 67-73; conceito de liberdade 19, 32, 33, 41; neoliberal, Estado 81, 86, 89, 90, 92, 96; neoliberalismo em julgamento 177, 181, 185
- Tickell, A. 12
- Toussaint, E. 176
- Townsend, M. 186
- tradições *ver* valores 23, 36, 49, 50, 65, 69, 126, 151, 184
- transitória, natureza do Estado neoliberal 89-91
- transnacionais 44, 90
- transporte 55, 56, 100, 115, 172
- Treanor, I. 12, 13
- TRIPS, acordos 172



troca como ética 13, 23

Tullock, G. 64

U

- União Européia: conceito de liberdade 21-25, 27, 29, 34, 37, 38; perspectiva de liberdade 207, 208, 214, 220; desenvolvimento desigual 91, 101, 102, 103, 124 *ver também* Grã-Bretanha/Inglaterra; Leste Europeu/Europa Central; França; Alemanha; Itália; Suécia
- universidades 13, 50, 53, 54, 64, 67, 71, 72, 92, 102, 172, 181; *ver também* estudantes, movimentos de
- União Soviética 127, 167; colapso da 13, 42, 97; conceito de liberdade 15, 20, 32, 42
- Uruguai, Rodada 85, 118
- US Steel (mais tarde USX) 41
- utopismo 29, 47; fracassado 217, 218

V

- valores e ideologias 49, 50-52 *ver também* neoliberalismo 125
- varejo, comércio 40, 43, 47, 113
- Vasquez, I. 85, 108
- veículos, propriedade de 186, 187
- Veltmeyer, H. 115, 116, 188
- Veneroso, F. 118, 175, 176
- Vietnã, Guerra do 51, 128, 210
- vigilância 65, 93, 178, 216
- vilas e cidades, empresas de *ver* EVC 136, 138; comércio, livre e internacional 108; *ver também* exportações; mercado, economia de; OMC
- violência *ver* coerção/força 17, 37, 46, 57, 75, 106, 161, 163, 166, 172, 181, 194, 195, 199, 203, 214
- vítimas, culpar a 199
- Volcker, P. (Banco Central dos EUA); 11, 12, 61, 79, 153; conceito de liberdade 33-35, 39; perspectiva de liberdade 203, 204, 207, 219; neoliberalismo em julgamento 166, 175; desenvolvimento desigual 109, 113

W

- Wade, R. 82, 118, 175, 176
- Wallace, T. 190
- Wall Street *ver* financeiro, sistema 42, 61, 64, 90, 102, 107, 118, 120, 121, 127, 149, 166, 175, 176, 187, 204, 216
- Wal-Mart 43, 47
- Walras, L. 30
- Walton, J. 43, 199
- Wang, H. 91, 92, 134, 135, 154, 158, 220
- Warner, J. 146
- Washington 23, 31, 53, 58, 77, 84, 87, 102, 132, 133, 139, 161, 165, 173, 201, 203; riqueza *ver* elites
- Washington, Consenso 23, 31, 53, 58, 77, 84, 87, 102, 132, 133, 139, 161, 165, 173, 201, 203; riqueza *ver* elites
- Wei, L. 155
- Weisbrot, M. 168
- Wignaraja, P. 200, 213
- Wilson, R. 191
- Woo-Cummings, M. 82, 120, 121
- World Social Forum 213
- World Trade Center, ataque ao 57, 93
- Wright, M. 182
- Wriston, W. 36, 55, 56
- Wu, X. 154, 155

X

- Xangai 97, 135, 138, 142, 144, 148, 159, 170, 183, 219; perspectiva de liberdade 169, 173

Y

- Yardley, J. 137, 138, 158, 160, 161, 187
- Yasheng, H. 148
- Yergin, I. D. 32, 61, 66, 68

Z

- Zakaria, F. 46, 197, 198
- Zapata, E. 112
- Zevin, Z. 55
- Zhang, Z. 147, 159, 160
- zonas econômicas especiais (China) 140, 146



- planejamento e controle 22, 86, 112, 168; como negação da liberdade 47; *ver também* central, planejamento
- pobreza, aumento da 86, 106, 108; *ver também* dívida
- poder: 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 141, 143, 145, 148, 154, 156, 157, 159, 163, 165, 166, 169, 170, 173, 175, 177, 178, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220; hegemon internacional *ver* Estados Unidos; hegemon regional *ver* China; *ver também* classe; coerção/força; corporações; elites; financeiro, sistema;
- Podhoretz, N. 60
- Polanyi, K. 45, 46, 47, 80, 91, 179, 180, 181, 185, 197; conceito de liberdade 46, 47, 48; neoliberal, Estado 80, 90, 91; neoliberalismo em julgamento 179, 180, 181, 185
- política 11, 20, 21, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 41, 42, 44, 45, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 72, 75, 77, 81, 83, 87, 88, 89, 93, 98, 102, 103, 108, 109, 115, 116, 124, 126, 127, 131, 134, 148, 152, 153, 154, 162, 166, 173, 185, 191, 193, 194, 197, 202, 206, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220; oposicional 88; *ver também* Conservadores; Democratas; Republicanos; *ver também* socialismo/comunismo
- Pollin, R. 34
- Polônia 105, 168
- poluição 12, 76, 78, 185
- Ponniah, T. 213
- Popper, T. 29
- pornografia 91, 179
- Portillo, L. 109
- Portugal 22, 24
- pós-modernismo 52
- Post, R. 69, 88, 161, 199
- Poulantzas, N. 75
- Powell, L. 52, 54
- pragmático e neoliberalismo, diferença 31, 32
- Prasad, E. 139
- preços controlados 137
- preventiva, ação; Contra o Iraque 16, 17, 19, 45, 49, 166, 173, 198, 211
- PR (Partido Revolucionário Institucional) 107, 108, 109, 110, 112, 163; *ver também* México
- privatização 12, 16, 26, 38, 70, 71, 72, 75, 76, 97, 98, 109, 110, 112, 113, 114, 124, 133, 140, 156, 162, 172, 176, 177, 184, 188, 190, 191; evitada da China 133; consentimento, construção do 70, 71; conceito de liberdade 16, 18, 27, 33; neoliberal, Estado 75, 81, 86, 87; neoliberalismo em julgamento 167, 172-174, 176, 177; desenvolvimento desigual 98, 109-111, 113, 114, 124
- produtividade e salários 34, 71, 75, 76, 131, 136
- propaganda 80, 90, 123
- propriedade, direitos de 12, 16, 17, 75, 76, 79, 158, 172, 173, 178, 190
- propriedade privada 12, 17, 29, 30, 32, 46, 71, 75, 122, 132, 173, 190, 194, 195, 218; *ver também* comuns (bens)
- públicas, escolhas 64
- Putin, V. 96
- Q**
- qualidade de vida, conceito 81, 98, 168
- quatro modernizações (China) 131
- Quirk, P. 173
- R**
- racionais, expectativas 64
- Rapley, J. 49
- Reagan, R. 11, 19, 33, 34, 38, 49, 50, 53, 58, 59, 61, 62, 64, 69, 72, 73, 83,



- 94, 98, 185, 206; consentimento, construção do 49, 50, 54, 58, 59, 61, 62, 64, 69, 72, 73; conceito de liberdade 19, 34-36, 39; perspectiva de liberdade 204, 206; neoliberal, Estado 83, 94
- recessão 18, 32, 34, 54, 108, 114, 121, 150, 165
- recursos naturais, *ver* comuns 18, 43, 172, 187, 188
- Rees, G. 69
- regulação, *ver* lei 16, 22, 23, 31, 34, 45, 46, 77, 78, 90, 123, 139, 192
- Rehn-Meidner, Plano 24, 122
- Reino Unido 27, 66, 69, 96, 97, 99, 100, 168, 169; *ver* Grã-Bretanha
- religião 60, 91, 95, 181, 184, 200, 213; cristianismo 59-61, 200; islamismo 93, 200; *ver também* moralidade
- renda/salários 59, 83, 172, 198, 213; China 137, 138, 147, 149, 155, 156, 160; em queda 28; individual 189, 190; desigualdades 25-29, 98, 102, 110; neoliberalismo em julgamento 167, 168; políticas 22; e produtividade 35; desenvolvimento desigual 98, 102, 110, 124;
- republicanos (EUA); consentimento, construção do 53, 55, 58-61; conceito de liberdade 15, 16, 23, 47, 48, 49; perspectiva de liberdade 198, 202, 204, 210, 212; neoliberal, Estado 81, 87; neoliberalismo em julgamento 165, 173, 177, 185, 186, 195; *ver também* Bush; nixon; Reagan
- responsabilidade diante de, falta 175, 219
- responsabilidade pessoal 70, 71, 137, 181
- Ricardo, D. 30
- Robinson, W. 43
- Rockefeller, J. D. 30
- Roderick, J. 41
- Rodrik, D. 189
- Rohatyn, F. 55, 61
- Roosevelt, F. D. 36, 197, 198, 220
- Rosenblum, N. 88
- Rosenthal, E. 161
- Ross, A. 182
- Rua, F. De la 115
- rurais, área 172
- urbanas, áreas, distinção 136, 137, 138, 143, 148, 154, 156, 158, 160, 161, 177, 182, 184
- Rússia 106, 115, 133, 150, 168, 195; conceito de liberdade 27, 29, 42; perspectiva de liberdade 215, 216; neoliberal, Estado 76, 86, 96; *ver também* União Soviética
- S**
- Sable, C. 85
- Sachs, J. 200, 201
- Saez, E. 26
- salários *ver* renda/ salários 22, 26, 28, 34, 63, 67, 69, 86, 98, 109, 113, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 138, 139, 149, 157, 160, 177, 202, 203
- Salerno, J. 116
- Salim Group 43, 44
- Salinas, C. 110, 112
- saúde, pobres 167
- Schwab, K. 91
- Seabrook, J. 182
- Sen, A. 197, 198
- senso comum 15, 49, 50, 54, 63, 79, 126
- Sharapura, S. 114
- Sharma, S. 144
- Shenzhen
- Shi, L. 156, 157
- Silver, B. 211
- Simon, W. 32, 56, 59
- sindicatos (e greves) 21, 22, 181, 182; China 141, 160, 161; consentimento, construção do 62, 65, 67-69; poder crescente 25; liberdade restringida 16, 33, 35, 85, 87; desenvolvimento desigual 99, 100, 110, 111; *ver também* trabalho 11, 21, 30, 32, 55, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 80, 98, 99, 120, 122, 123, 181, 191, 195
- Slim, C. 26, 43, 44, 113
- Smadja, C. 91
- Smith, A. 30, 67, 198
- Smith, B. 200
- Smith, N. 36



- mercado, economia de e livre comércio 17, 18, 20, 39; e autoritarismo *ver* China; troca como ética 13, 23; como principal "liberdade" 197, 198, 199; neoliberal, Estado 74, 81, 89; *ver também* globalização; FMI; neoliberalismo; Banco Mundial: OMC.
- Mercosul 89
- Mertes. T. 178, 200, 213
- México 15, 24, 26, 38, 51, 63, 83, 85, 86, 95, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 125, 128, 149, 150, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 199, 200, 204, 213; consentimento, construção do 51, 63, 64; conceito de liberdade, 15, 25, 27, 39, 44, 46; perspectiva de liberdade 199, 200, 204, 213, 218; neoliberal, Estado 83, 85, 86, 94, 95; neoliberalismo em julgamento 172, 175, 178; desenvolvimento desigual 104, 105, 108-114, 125, 126, 128; *ver também* PRI
- mídia 66, 68, 71, 90, 123, 125, 169, 218
- migração 136, 138
- Miliband, R. 88
- militares 12, 25, 37, 117, 145, 209, 210, 211, 214; consentimento, construção do 49, 50; industrial, complexo 93; keynesianismo 98; militarismo 92, 93, 111, 117, 209; neoliberalismo em julgamento 166, 192; *ver também* Guerra;
- Mises, L. Von 29, 116
- Mittelman, J. 128
- Moçambique 50, 125, 127, 128
- moeda 20, 22, 83, 105, 114, 115, 120, 121, 125, 203, 208
- Monbiot, G. 169
- Monday Club
- monetarismo 33, 55, 61, 64, 68, 83, 97, 207; China 134, 135; consentimento, construção do 61, 64, 69; Friedman 18, 30, 32, 54; desenvolvimento desigual 99, 103
- monopólio 30, 75, 77, 79, 163, 172, 194
- Mont Pelerin, Society 29, 31, 45
- Montreal, Protocolo de 185
- moral/moralidade 60, 91, 92, 94, 168, 218; "maioria moral" 59-61; neoliberal, Estado 92, 93, 94; *ver também* religião
- Morrison, H. 65
- Mosaddeq, M. 37
- movimentos estudantis 15; consentimento, construção do 51, 52, 54; Tiananmen, Praça 15, 134, 153, 189
- MTC 105, 107
- multinacionais 17, 90
- Muntaner, C. 168, 184
- Murdoch, R. 42, 44, 47, 179
- Murphy, D. 187
- Myers, N. 186
- N**
- nação/nacional 207; "interesse" 76; monopólio da violência 193, 194; nacionalismo 89, 105, 209, 210, 212; e Estado separado 94, 95
- nacionalização 65, 67, 68, 109
- não-interferência; *ver* desregulação
- não-intervenção 79
- Nash, J. 112
- naturais, recursos 18, 43, 172, 187, 188; *ver* comuns, bens;
- Navarro, V. 86, 168, 184, 197
- neoclássica, economia 30
- neocolonialismo/imperialismo 36, 116, 194, 209, 211, 215; *ver também* Estados Unidos
- neoconservadorismo 91, 92, 93, 203, 209, 215, 220; retorno do 209-211, 215, 216, 218, 219; *ver também* autoritarismo
- neoliberal, Estado 5, 17, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 95, 177, 178, 185; circunscrito *ver* Suécia; conceito de liberdade 17, 21, 30, 31; intervenção 30, 31, 89; *ver também* Keynes; e nação separado 94, 95; neoconservadora, reação 91-95; prática 80-91; redistribuições 172, 173, 176-178; tensões e contradições 77-80, 89-91; teóricos, objetivos 74-77; *ver também* bem-estar; público;
- neoliberalismo 3, 5, 12, 13, 14, 19, 23, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 46, 47, 50, 51, 52, 64, 71, 72, 79, 80, 87,



- 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 108, 123, 126, 156, 165, 170, 189, 190, 193, 194, 195, 200, 201, 202, 203, 207, 208, 209, 215, 216, 217, 218, 219, 220; definição 12, 13; *ver também* China; consentimento, liberdade, perspectiva de liberdade. Estado neoliberal; neoliberalismo em julgamento; desenvolvimento desigual
- neoliberalismo circunscrito/neoliberalização circunscrita 125, 168
- neoliberalismo em julgamento 165; realizações 167-178; ambiente, degradação do 77, 78, 185-188; *ver também* acumulação por espoliação; mercadificação; direitos
- Netter, J. 173
- Nicarágua 36, 127
- Nixon, R. 22, 23, 52, 54, 210
- Novacek, M. 186
- Nova York, cidade de 62, 73, 169
- finança/bancos 14, 30, 36, 37, 38, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 83, 84, 93, 107, 108, 110, 121, 144, 159, 177, 199
- Nova Zelândia 12, 105, 152
- Nozick, M. 75
- O**
- OCDE, países da 26, 120
- Office of Management and Budget (EUA) 62
- Ohmae, K. 89
- oligarquia, Russa 26
- OMT (Organização Mundial do Trabalho): China 134, 148, 152; perspectiva de liberdade 215-219; neoliberal, Estado 77, 82, 88, 90; neoliberalismo em julgamento 173, 189, 193-195; desenvolvimento desigual 102, 103, 115
- ONGs (organização não-governamentais) 88, 190, 191, 192, 219
- ONU 20, 64
- oposicional/de oposição, cultura 186, 187
- ordem, necessidade de 92, 93
- Organização Mundial do Comércio *ver* OMC
- Oriente Médio 37, 81, 103, 119, 146, 151, 185, 187; perspectiva de liberdade 211, 220; Islamismo 93, 200; Neoliberal, Estado 81, 93, 95; neoliberalismo em julgamento 184, 186; *ver também* Iraque; Islam
- OTAN 65
- P**
- Palevi, Xá M. R. 37
- Panitch, L. 14, 32, 37, 174
- paranóia 210
- parcerias/alianças; *ver também* IED
- parcerias público-privadas 57, 86, 87
- Park Chung Hee 116
- Partido Trabalhista (RU) 65; trabalho/emprego/classe trabalhadora 80; China 134, 141, 149, 152, 160-162; como mercadoria; consentimento, construção do 57, 58, 60; como mercadoria descartável 166, 169, 177, 180-184; flexível/casual 110, 122; pleno emprego 20; *ver também* renda/salários; desemprego; sindicatos
- PATCO (EUA) 34, 69
- Peck, J. 12, 30, 97
- Pelaez, E. 178
- Pequim (Beijing) 95, 131, 132, 142, 143, 144, 154, 159, 177, 187
- Perkins, J. 37
- Perloff J. 154, 155
- Pérola, rio Delta do 97, 142, 143, 149
- pesquisa e desenvolvimento 82, 145; *ver* tecnologia
- pessoas mais ricas 43, 113; *ver* elites
- Peterson, J. 177
- Petras, J. 115, 116, 188
- petróleo 16, 18, 22, 35, 37, 70, 108, 124, 151, 187, 209; OPEP
- Piketty, T. 26
- Pinochet, A. 17, 18, 19
- Piore, M. 85
- planejamento central, transição do 11, 23; *ver também* China: Leste Europeu, Europa Central; Rússia: socialismo/comunismo



- individualismo 32, 60, 66, 67, 71, 79, 90, 92, 93, 96, 184; neoliberal, Estado; *ver também* liberdade
- Indonésia 40, 43, 86, 95, 99, 103, 105, 106, 118, 127, 128, 149, 151, 166, 176, 180, 182, 188, 213; e China 149, 150; conceito de liberdade 41, 42, 44; neoliberal, Estado 87, 96; neoliberalismo em julgamento 166, 176, 180, 184, 186, 191; desenvolvimento desigual 99, 101, 106, 107, 117, 118, 127, 128
- inflação 11, 22, 23, 24, 32, 33, 61, 67, 68, 69, 98, 102, 103, 109, 114, 124, 168, 174, 203, 208; consentimento, construção do 60, 68; controle como único sucesso 168; conceito de liberdade 203, 207; perspectiva de liberdade 203, 207; estagflação 22, 32, 33, 34, 35, 67; desenvolvimento desigual 98, 103, 200
- informação, tecnologia da 13, 14, 44, 169, 172
- informal, economia 112, 168
- inovação *ver* tecnologias, novas
- Instituições 13, 14, 20, 29, 32, 42, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 64, 71, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 103, 107, 113, 124, 126, 127, 128, 144, 159, 172, 174, 176, 180, 181, 183, 184, 192, 207, 208, 214, 215, 219; *ver também* FMI; Banco Mundial; OMC
- Institute of Economic Affairs (UK) 31, 67
- intelectual propriedade, direitos de 75, 79, 173
- internacionais, Acordos 77, 100 *ver também* FMI; OMC
- intervenção 15, 31, 64, 78, 82, 94, 103, 203; falta de; *ver também* ação preventiva
- investimento 30, 32, 36, 37, 38, 55, 56, 57, 69, 82, 83, 99, 100, 107, 108, 112, 117, 118, 119, 121, 124, 125, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 152, 170, 177; *ver* IED
- Irã 37, 151, 219
- Iraque 16, 17, 18, 19, 44, 49, 166, 172, 192, 193, 195, 198, 203, 208, 211; reconstrução 198; guerra do 16, 17, 19, 45, 166, 173, 198, 211
- Isaacs, W. 207
- islamismo 93 *ver também* Oriente Médio
- Israel
- Itália 21, 22, 24, 77, 97; conceito de liberdade 21, 22, 23, 25
- J**
- Japão 11, 20, 21, 32, 77, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 116, 117, 118, 134, 145, 148, 150, 151, 153, 169, 204, 207, 208; e China 134, 145, 147, 149-151, 153; conceito de liberdade 20, 21, 33; perspectiva de liberdade 204, 207; neoliberal, Estado 77, 96; desenvolvimento desigual 97, 104
- Jensen, D. 200
- Jessop, B. 75
- Joseph, K. 31, 67, 72
- Juhasz, A. 16, 17
- justiça 46, 51, 52, 53, 81, 88, 94, 163, 190, 193, 194, 197, 202, 214, 217, 219, 220
- K**
- Kahn, J. 137, 138, 143, 184, 200
- Kahna, T. 148
- Kaldor, M. 94
- Kaplan, R. 199
- Kaufman, R. 75
- King, D. 210
- King, R. 93
- Kirchner, N. 115, 116
- Kirkpatrick, D. 60
- Kissinger, H. 17
- Klein, N. 16
- Koolhaas, K. 57
- Kraev, E. 168
- Krasner, S. 21
- Kristol, I. 60
- Krugman, P. 200, 201
- Kuwait 35



- L**
- lado da oferta *ver* monetarismo 31, 64
- Laffer, A. 64
- Lambert, J. 69
- Landler, M. 152
- Lange, O. 30
- Lardy, N. 132
- Lay, K. 87
- Lebretton, J. 149
- Lee, C. K. 184
- Lee Kuan Yew 96
- Lee, S. K. 160
- legislação *ver* le
- Leigh, General G. 18
- lei/regulação 30, 58, 81, 112, 137, 154, 157, 179, 194, 209; legislação coercitiva 87; judiciário 88; legitimidade 90, 193, 194; revertida 174; regime de direito 74, 76, 77
- Lenovo 157, 158
- Leste Asiático 105; consentimento, construção do 69; conceito de liberdade 20, 21, 33, 45; perspectiva de liberdade 204, 207, 208, 211, 213, 220; neoliberal, Estado 76, 82, 95; neoliberalismo em julgamento 167, 168, 182; desenvolvimento desigual 97, 104; *ver também* China; Hong Kong; Japão; Sudeste Asiático; Coreia do Sul; Taiwan
- Leste Europeu/Europa Central; neoliberalismo em julgamento 167, 183; desenvolvimento desigual 104, 105, 127
- LETS (local economic trading systems) 200, 215
- Lévy, D.; conceito de liberdade 12, 25, 26, 28, 33, 35, 38, 39, 42, 102, 170, 171, 204, 205; perspectiva de liberdade; neoliberalismo em julgamento
- Liaoyang 160
- liberalismo 20, 21, 22, 50, 66, 85, 86, 91, 95, 124, 176, 181, 191, 202, 203, 215
- Lindblom, C. 20
- Li, S.-M. 132, 139, 141
- Liu, S. 144, 145
- livre comércio/mercado *ver* mercado, economia de
- liberdade, conceito de 12, 17, 20, 75, 81, 82, 90; ressonância da 49, 51, 52; poder de classe 41-46; definições 46-47; conceitos divergentes 197, 198; quatro, cardinais 197-200; neoliberal, teoria, ascensão da 29-41; neoliberal, virada, razões para a 19, 29
- liberdade, perspectiva de 46-48, 200-220; possível fim do neoliberalismo 202-212; alternativos ao neoliberalismo 212-220
- Lomnitz-Adler, C. 109
- Londres 16, 31, 40, 41, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 159, 170, 177; City de
- Lucas, R. 64
- Lyotard, J.-F. 13, 212
- M**
- Maastrich, acordo 98, 103
- MacLeod, D. 109, 110, 113
- Madrid, H. M. de La 109, 110
- mais-valia, extração de 38, 39, 84 *ver* IED
- Malásia 40, 99, 105, 106, 118, 150, 151, 152, 182; e China 149, 150, 151, 152; desenvolvimento desigual 99, 107, 117
- Malhotra, K. 12, 90, 213
- Malkin, A. 113
- Mann, J. 92
- Mao Zedong (Tsé Tung)/Maoísta 131, 146
- maquila programa (México) 108, 110, 111, 113, 182
- Marshall, A. 30, 175, 210
- Martin, R. 41
- Marx, K./Marxismo 30, 68, 149, 160, 165, 171, 193, 198, 203; conceito de liberdade 30, 31; perspectiva de liberdade 198, 199, 203, 216; neoliberalismo em julgamento 172, 193
- McCarney, P. 87
- McCarthy, J. R.
- Meggison, W. 173
- Mellon, A. 176
- Menem, C. 114
- mercadificação 90, 171, 172, 173, 178, 179, 191



80, 84-95; neoliberalismo em julgamento 165, 166, 168-195; "ataque 11 de setembro" 15, 94, 209; desenvolvimento desigual 97-108, 111, 113, 116-121; *ver também* IED; Nova York estagflação *ver* inflação 22, 31, 33, 67, 68

etnicidade 96

Europa 109, 169

Evans, P. 82

excedente, capacidade 208

expectativa de vida, declínio da 167

exploração de recursos naturais 187, 188

exportações, crescimento voltado para as 99; China 139, 141, 146-148; *ver também* Leste Asiático; IED; mercado, economia de; Sudeste Asiático

F

Falklands/ Malvinas. guerra das 89, 96

Falwell, J. 59

Farah, J. 177

Federal Reserve (EUA)/ Banco Central dos EUA 32, 34; *ver* Volcker

Filipinas 40, 50, 99, 105, 106, 127; desenvolvimento desigual

financeiro, sistema e poder 34, 42, 81, 90, 109, 153, 173, 174; China e bancos estatais 134, 136, 137, 140, 144, 145, 152, 159; crises 22, 54-58, 78, 203, 207, 208; desenvolvimento desigual 104-107, 113, 114; *ver também* dívida; deflação; inflação; declínio 204; financialização 174, 175; neoliberal, Estado 81-85, 88, 90; neoliberalismo em julgamento 169, 170, 174, 175; desenvolvimento desigual 98-103, 104-109, 113, 114, 117, 124, 129; *ver também* corporações; moda; elites; IED; IMF; renda; Tesouro; Banco Mundial

Fishman, T. 143, 154

flexível, acumulação 63, 86

flexível, trabalho 162

FMI 13, 18, 20, 22, 33, 38, 50, 58, 64, 68, 80, 82, 83, 85, 100, 102, 103, 106, 107, 109, 112, 115, 116, 121, 126, 127, 128, 133, 153, 165, 168, 175,

176, 188, 195, 201, 203, 204, 214, 219; China 133, 152; consentimento, construção do 49, 63, 67; conceito de liberdade 18, 20, 22, 34, 40; perspectiva de liberdade 199, 203, 215, 219; neoliberal, Estado 80, 83, 84, 86; neoliberalismo em julgamento 165, 167, 175, 176, 186, 195; desenvolvimento desigual 102-109, 112, 114, 115, 121, 126-128; imperialismo *ver* neocolonialismo

força *ver* coerção/força

Ford, G. 55; investimento externo direto *ver* IED 56, 141

Forero, J. 113, 150

Fortune 500 26, 53

Forúm Econômico Mundial 215

Fourcade-Gourinchas, M. 19, 69, 84

Fox, V. 107; fracasso do neoliberalismo 167, 168; *ver também* neoliberalismo em julgamento.

França 21, 22, 24, 27, 33, 36, 51, 77, 95, 125, 127, 214; conceito de liberdade 15, 21, 23, 25, 27, 29, 34, 37; neoliberal, Estado 77, 95, 96; desenvolvimento desigual 101, 125, 127

Frank, T. 56, 60

Freeman, J. 55, 56

French, H. 143

Friedman, M. 18, 29, 31, 54, 64

futuro *ver* liberdade, perspectiva

G7/G8 países do 43, 77, 104

"Gangue dos Quatro" *ver* Hong Kong; Singapura; Coreia do Sul; Taiwan.

G

GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) 109

Genebra, Convenções de 16, 211

General Motors 42, 141, 145, 146, 170

George, S. 12, 175, 213

Gilder, G. 64

Gill, L. 191, 213

Gills, B. 200



Gindin, S. 14, 32, 37, 174

Giuliani, R. 58, 110

globalização 13, 44, 80, 91, 169, 170, 214; *ver também* mercado, economia de; OMC

Glynn, A. 21

Goldwater, B. 11

Gowan, P. 36, 37, 102

Grã-Bretanha 11, 12, 131; consentimento, construção do 49, 50, 64-73; conceito de liberdade 19, 21, 22, 23, 27, 32, 33, 37, 41, 42, 45; perspectiva de liberdade 214, 220; neoliberal, Estado 77, 78, 82-87, 90, 93, 96; neoliberalismo em julgamento; desenvolvimento desigual *ver também* Londres; Thatcher.

Gramsci, A. 49

Gray, J. 165

greves *ver* sindicatos 63, 68, 110, 123, 161

Guangdong 132, 138, 147, 148

Guerra 15, 18, 19, 20, 25, 26, 30, 31, 33, 36, 51, 65, 66, 93, 98, 103, 116, 120, 128, 190, 199, 203, 210; do Vietnã *ver também* militares; preventiva ação

H

Haggard, S. 75

Hainan Ilha 142

Hale, D. e L. 137, 144

Hall, P. 69, 72, 84

Hall, S. 65

Harrison, J. 21

Harris, P. 186

Hart-Landsberg, M. 133, 139, 150

Harvey 3, 24, 36, 41, 42, 57, 69, 79, 86, 91, 93, 170, 179, 193, 194, 201, 207, 209, 211, 212, 218; conceito de liberdade,

Hayek, F. Von 29, 31, 45, 50, 52, 66

Hayter, T. 69

Healy, D. 90

hegemonia *ver* poder 45, 61, 95, 171, 193, 206, 209, 210, 211, 218

Held, D. 201

Henderson, J. 83, 106

Henwood, D. 32, 170

hiperinflação 207, 211

Hofstadter, R. 93

Holanda/Paises Baixos 36

Holloway, J. 178

Hong Kong 11, 99, 105, 132, 134, 138, 141, 143, 147, 148, 149, 153, 159, 170; e China

Hong Kong (CHINA) 11, 13, 15, 19, 26, 27, 82, 86, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 106, 113, 116, 118, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 172, 177, 182, 183, 184, 186, 187, 194, 195, 200, 202, 204, 207, 208, 211, 213, 215, 217, 219, 220

Hout, T. 149

Huang, Y. 134, 135

Huawei 146

Hulme, D. 190

Hyundai 117, 121

I

IBM 23, 158

ideologias *ver* neoliberalismo; valores

IED (investimento externo direto) 119, 135, 147, 148; China 31, 134, 136, 137, 140, 144, 145, 152, 159; declínio 204, 205; desenvolvimento desigual 100-104; *ver também* dívida; financeiro, sistema

igualdade 51, 79, 190, 194, 219, 220; *ver também* desigualdades

igualitarismo 131

importações 18, 81, 112, 151; baratas; substituição de

impostos 22, 32, 34, 35, 55, 58, 64, 70, 76, 124, 141, 156, 165, 177, 202, 205; cortes de

Índia 19, 86, 96, 168, 169, 187, 200, 208, 217, 219; perspectiva de liberdade 200, 208, 220; neoliberal; Estado 87, 96; neoliberalismo em julgamento 167, 168, 187



Coréia do Sul 11, 82, 95, 99, 103, 105, 106, 116, 118, 119, 121, 125, 126, 128, 131, 134, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 213; e China; perspectiva de liberdade; neoliberal, Estado; desenvolvimento desigual

corporações, poder das 103; consentimento, construção do 51, 57, 58, 59, 63, 64; perspectiva de liberdade 206, 217; neoliberal, Estado 88, 89, 91, 95, 96; neoliberalismo em julgamento 165, 169, 173, 177, 178; desenvolvimento desigual 99, 100, 109; *ver também* financeiro, sistema

Costello, T. 200, 213

Council for National Policy (EUA) 60

Council of Economic Advisers (EUA) 41

Court, J. 53, 54, 59, 90

Cowan, J. 191

Crampton, T. 16

crime 110, 180

crise, administração da 58

cristianismo 94, 185

Cuba 218

cultura 52, 53, 54, 57, 60, 67, 70, 71, 159, 173, 179, 183, 184, 185, 186, 189, 191, 209, 211; valores culturais; "gerras culturais"

Cúpula do Milênio 201

curto prazo, contratos de 181, 182, 183, 188

D

Daewoo 107, 117, 121

Dahl, R. 20

Davis, D. 110

decadência vinda do individualismo 96, 144, 161

déficit financiamento 61, 115, 124, 153, 204, 205, 219

deflação 116, 175, 208, 211

De La Madrid, H. M. 109, 110

De La Rua, F. 115

Dembour, M.-B. 191

democracia 25, 77, 86, 88, 89, 92, 135, 190, 192, 193, 197, 211, 219, 220; exigência de 120; excesso de 198; como luxo 77; significado da 220

Democratas (EUA) 22, 59, 213; consentimento, construção do 60, 62, 63, 71, 73; desenvolvimento desigual 102, 103, 112, 120; *ver também* Clinton; Roosekvelt

Deng Xiaoping 11, 131;

derivados, direitos 195

Derthick, M. 173

descartável, trabalho como mercadoria 77, 185

descolonização 36, 65

desemprego 11, 22, 23, 24, 34, 62, 63, 67, 68, 84, 98, 99, 105, 106, 114, 115, 121, 124, 128, 141, 176, 188, 202, 203; China 141, 156; consentimento, construção do 61-63, 66, 68; desenvolvimento desigual 98, 106, 111-115; desenvolvimento desigual geograficamente 97-129; Argentina 113-115; mudanças desde 1970 97-108; forças e fluxos 125-129; México 108-113; Coréia do Sul 115-122; Suécia 100, 122-125, 126; *ver também* desigualdades.

Desenvolvimento, países em 24, 37, 75, 84, 102, 183; *ver também* África; Ásia; dívida; desigualdades; América Latina; desenvolvimento desigual

desigualdades 27, 108, 116, 155, 159, 203, 217; China 153-163; renda 25-29, 98, 102, 200; aumento das 99, 100, 128; *ver também* classe; países em desenvolvimento; poder; desenvolvimento; desigual

desindustrialização 35, 54, 63, 71, 79, 185

desregulação 12, 31, 33, 34, 76, 83, 90, 97, 100, 106, 124, 173

destruição criativa 13

desvalorização 105, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 147

Dicken, P. 101, 111, 119, 142, 149, 173

dignidade humana 15; *ver também* liberdade

direitos civis 23, 51, 88, 94, 192, 193

direitos e abusos de 51, 210, 211, 212, 218; neoliberal, Estado 75, 79, 89,



95; neoliberalismo em julgamento 173-178, 186-195

direitos humanos 94, 134, 189, 191, 192, 193; *ver* direitos

dirigismo 20

dissidentes, movimentos 15, 93; *ver também* estudantis movimentos

dívida de países em desenvolvimento 19, 39, 175, 207; neoliberal, Estado 84-86; desenvolvimento desigual e crises 104-106, 109, 114, 118

Donguan 143, 161

Duhalde, E. 115, 116

Duménil, G. 12, 14, 25, 26, 28, 33, 35, 38, 39, 42, 102, 171, 204, 205; conceito de liberdade 26, 27, 28, 34, 36, 40, 43; perspectiva da; liberdade 204, 207, 208, 211, 213, 220

E

Eagleton, T.

ganhos *ver* renda/salários 212

economia clássica 30, 199

ECVs (empresas de vilas e cidades, China) 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 149, 156

Edsall, T. 54, 58, 59, 61, 62, 64

Edwards, M. 190

efeito multiplicador 75

Eley, G. 23

elites e restauração do poder 27; China 134, 157; consentimento, construção do 49, 51-54, 60, 61; perspectiva de liberdade 25-29, 33, 36, 39, 40, 41-48; neoliberal, Estado 77, 80, 95; neoliberalismo em julgamento 165, 166, 168; desenvolvimento desigual 100-103, 106-109, 112-115, 117, 122, 124, 127, 129; *ver também* financeiro, sistema "liberalismo embutido"; emprego *ver* trabalho

empreendedorismo 33, 88, 175

Enron 41, 87, 174, 206

EPE (empresas de propriedade do Estado), (China) – solidariedade social 136, 137, 139, 140, 141, 143, 149, 156, 157

Equador 143

Escandinávia *ver também* Suécia 22

escravos, comércio de 172

Espanha 22, 24

espoliação *ver* acumulação 125, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 191, 199, 200, 213, 214, 216, 218

esporte 96, 143, 177

esquerda *ver* socialismo/comunismo

Estado 5, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 43, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 62, 65, 66, 67, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 110, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 136, 137, 140, 141, 145, 148, 153, 158, 159, 162, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 184, 185, 190, 191, 194, 197, 198, 201, 202, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220; autoritarismo e economia de mercado, combinados *ver* China; "capitalismo dos compadres" 107; monopólio 108; empresas de propriedade do *ver* EPE; desenvolvimento desigual 122, 125; *ver também* neoliberal, Estado; bem-estar

Estados Unidos 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 53, 54, 56, 58, 64, 65, 72, 76, 77, 84, 85, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 163, 165, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 220; e China 131, 145, 147, 149, 153, 162; consentimento, construção do 49-67, 71, 73; conceito de liberdade 15-18, 19-28, 31-44, 47, 48; perspectiva da liberdade; neoliberal, Estado 76-



- balanço de pagamentos 66, 67, 153, 203
Balcãs 103
Bales, K. 182
Banco Mundial 13, 20, 38, 64, 83, 100, 102, 109, 126, 127, 133, 189, 195, 201, 214, 219; perspectiva de liberdade 215, 219; desenvolvimento desigual 102, 103, 109, 110, 126, 127
bancos de idéias 13, 31, 50, 53, 64, 92, 125
bancos ver financeiros, sistema
Barboza, D. 158
Bartholomew, A. 192
Bello, W. 12, 90, 213
Belson, J. 150
bem-estar, público 12, 13, 17, 20, 21, 22, 32, 33, 38, 46, 56, 58, 61, 63, 65, 66, 71, 75, 76, 81, 86, 89, 102, 109, 122, 123, 124, 125, 136, 156, 165, 168, 169, 173, 178, 181, 186, 189; consentimento, construção do 62-66; cortes/declínio 13, 18, 33, 87; neoliberalismo em julgamento 166, 173, 178, 182, 184; desenvolvimento desigual 98, 102, 110, 111, 123
Benn, T. 68
Berlinguer, E. 22
Biafrã 66
Blair, A. C. L. 23, 72, 73
Blyth, M. 21, 54, 59, 62, 63, 64, 122, 124
Bond, P. 14, 126, 153, 165, 203, 213
Botsuana 97
Bradsher, K. 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 154, 187
Brady, Plano 85, 108, 112
Brasil 41, 85, 104, 105, 115, 116, 151, 178, 188, 200, 219; perspectiva de liberdade 200, 215, 220; neoliberal, Estado 86, 90; desenvolvimento desigual 101, 104, 105, 106, 114, 115
Breakspear, J. 192
Brecher, J. 213
Bremer, P. 16, 193, 198
Brenner, R. 103
Bretton Woods 20, 22, 132, 153
Brooks, R. 69
Buchanan, J. 64
Buckley, C. 145, 146
Budd, A. 68
Bullard, N. 12, 90, 213
Burkett, P. 133, 139, 140, 150
busca de renda 79
Bush, G. W. 15, 16, 17, 26, 46, 47, 49, 81, 87, 92, 94, 165, 177, 185, 186, 195, 197, 198, 202, 204, 205, 211; conceito de liberdade 15, 16, 46, 47, 49; perspectiva de liberdade 198, 202, 204, 211; neoliberal, Estado 82, 88; neoliberalismo em julgamento 165, 177, 185, 186, 195
Business Roundtable (EUA) 53
- C**
Canadá 77, 152
Gao, L. 133
capital 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 54, 57, 62, 63, 66, 67, 70, 76, 77, 82, 83, 85, 86, 89, 97, 100, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 147, 148, 149, 152, 153, 157, 160, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 191, 193, 194, 195, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 217, 218; classe capitalista ver elites; mobilidade 77, 102, 207; ver também dívida; IED
CAPs (comitês de ação política) 59
Carrillo, S. 22
Carter, J. E. 31, 32, 33
Cartier, C. 159, 160, 183
Casual, trabalho 110, 122
Cavallo, D. 115
Centre for Policy Studies (Reino Unido) 67
CEOs (Chefes Executivos) 52
remuneração e poder 26, 28, 40, 42, 53, 99
chaebols 117, 118, 120, 121
Chandler, D. 189, 190, 192
Chang, H.-J. 30, 75, 94
Chechênia 217
Cheney, R. B. 87, 206



- Cheng, A. 161
Chen, J. 168
Chibber, V. 117
Chile 17, 18, 19, 24, 25, 37, 49, 50, 55, 56, 73, 76, 84, 105, 125, 126, 128, 131, 151, 172, 188, 195; consentimento, construção do 49, 50, 55, 63, 72; conceito de liberdade 17, 18, 25, 26, 38; neoliberal, Estado 76, 85; neoliberalismo em julgamento 173, 187, 188, 194; desenvolvimento desigual 101, 104, 105, 125, 126-128
China 11, 13, 15, 19, 26, 27, 82, 86, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 106, 113, 116, 118, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 172, 177, 182, 183, 184, 186, 187, 194, 195, 200, 202, 204, 207, 208, 211, 213, 215, 217, 219, 220; classe, poder de, restaurado 153-163; consentimento, construção do 19, 27, 29; externas, relações 146-153; perspectiva de liberdade 200, 202, 204, 207, 208, 211-220; interna, transformação 121-167; neoliberalismo em julgamento 165, 167, 169-173, 178, 184-189; neoliberal, Estado 83, 87, 92, 94, 96, 97; EPEs e EVCs 136-141, 145, 146, 147, 149; Tiananmen, Praça 15, 134, 135, 189; desenvolvimento desigual 97, 101, 107, 113, 116, 118, 119, 125;
Chineses na Indonésia 42, 44
Chua, A. 40, 43, 106, 113
cidades ver urbanas áreas
Cingapura 12, 182; e China 131, 149; neoliberal, Estado 81, 91, 95, 96; desenvolvimento desigual 99, 101, 106, 107, 126
CIS 26
Clarke, S. 75
classe média 34, 54, 57, 68, 69, 71, 72, 77, 148, 202
Classe poder de classe: 66; "compromisso" 20; formação 83; conceito de liberdade 41-46; restaurado/a 85, 93, 95, 133, 153-163; social, mobilidade 168; luta de classes 215-217; ver também elites; trabalho; média, classe
classe trabalhadora ver trabalho 21, 34, 56, 57, 60, 65, 70, 71, 72, 94, 108, 156, 162, 166, 177, 181, 191, 213
climática, mudança 186
Clinton, W. J. 23, 95; consentimento, construção do 60, 62, 63, 71, 73
Coca-Cola 47, 90
Cody, E. 161, 162, 163
coerção/força 50, 89, 93; legitimação da 88, 172, 193, 194; neoliberal, Estado 75, 81, 93, 94; ver também financeiro, sistema; militares; poder; Gerra fria, fim da
Comaroff, J. e J. 201
competição, internacional 76, 80, 82, 99, 149; aumento da: em virtude
compressão do espaço-tempo
comunismo ver socialismo 15, 20, 37, 56, 80, 81, 128
comuns/recursos naturais/meio-ambiente explorado 18, 19, 81, 133, 208; degradação/poluição 78, 79, 110, 174, 185-188; movimentos para proteger 200, 214, 215; neoliberalismo em julgamento 177, 187, 188; "tragédia do desaparecimento" 76, 158, 159, 172, 173, 215, 218
confiscatória, deflação 116, 175, 208
confucianismo 200
congresso dos sindicatos (RU) 68
consentimento, construção do 49, 50, 65; Inglaterra; Estados Unidos
conservadores 16, 60, 70, 124; neoconservadorismo 92-96; ver também Thatcher
consumismo 51, 52, 57, 165, 186, 204
contradições do Estado neoliberal 78-81
controle ver planejamento e controle
Coors, J. 53
Corbridge, S. 103, 104, 175
Coréia 11, 82, 95, 99, 103, 105, 106, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 128, 131, 134, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 213, 219; ver Coréia do Sul



- ZERGAN, J. *Future Primitive and Other Essays*. Brooklyn, NY, Autonomedia, 1994.
- ZEVIN, R. New York City Crisis: First Act. in a New Age of Reaction. In: R. ALCALAY, D. MERMELSTEIN (Ed.). *The Fiscal Crisis of American Cities: Essays on the Political Economy of Urban America with Special Reference to New York*. New York, Vintage Books, 1977, 11-29.
- ZHANG, Z. Mediating Time: The "Rice Bowl of Youth" in Fin-de-Siècle Urban China. *Public Culture* 12/1 (2000) 93-113.
- . *Strangers in the City: Reconfigurations of Space, Power, and Social Networks within China's Floating Population*. Stanford, Stanford University Press, 2001.
- . *Whither China? Intellectual Politics in Contemporary China*. Durham, NC, Duke University Press, 2001.

ÍNDICE ANALÍTICO

A

- Abu Dhabi 35
- acumulação por espoliação 125, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 191, 199, 200, 213, 214, 216, 218; crises, administrativas 175, 176; financialização ver sistema financeiro redistribuições pelo Estado 172, 173, 176-178; lutas contra 213, 214, 217, 218; ver também mercadificação; privatização
- advocacia, grupos 190, 191
- África 13, 21, 118, 119, 126, 128, 168, 182, 185, 213, 217, 219; consentimento, construção do; 49, 65 desenvolvimento desigual; 98, 101, 119, 126, 127, 128; neoliberalismo em julgamento 166, 184, 188
- África do Sul 13, 118, 126, 128, 182, 213, 219; perspectiva de liberdade; 199, 213, 217, 220
- ajuste estrutural 38, 83, 84, 102, 176, 188
- Alemanha Ocidental 33, 98, 99, 169
- Allende, S. 17, 18, 37
- Alvarez, L. 36
- América Central 36, 128, 210 perspectiva de liberdade; 210, 212; desenvolvimento desigual; 104, 127, 128; ver também México
- América do Sul 21; consentimento, construção do 49, 50, 56, 64, 73; conceito de liberdade 17-19, 21, 25, 26, 37; perspectiva de liberdade 199, 200, 140, 220; neoliberal, Estado 75, 85, 86, 90; neoliberalismo em julgamento 166, 167, 173, 175, 177, 179, 188, 189, 194; comparação com o EUA 203, 207, 208; ver também Argentina; Brasil; Chile
- América Latina 18, 37, 43, 98, 110, 119, 168, 175, 185, 200, 213; desenvolvimento desigual 101, 104-106, 113-115, 118, 125-128; ver também América Central; América do Sul
- Amin, S. 213
- analfabetismo 169, 201
- anarquia, perigo de 92, 93, 199
- Angell, M. 62
- aquecimento global 185, 186, 187
- árabe-israelense, guerra 22
- Árabes, estados ver Oriente médio 211
- Arábia Saudita 35, 114, 151
- áreas urbanas 105, 135, 158; desenvolvimento rápido 142-145, 158, 159; áreas rurais diferentes 136, 137, 153-159; descontentamento 53-57; ver também estudantes, movimentos de; ver também estudantes, movimentos de; ver também Pequim; Londres; Nova York
- Arendt, H. 209
- Argentina 24, 25, 49, 85, 105, 114, 115, 116, 127, 151, 166, 168, 176, 180, 200, 204, 207, 208, 219; desenvolvimento desigual 101, 104-106, 113-115, 128; EUA, comparação com os 203, 207, 208; neoliberal, Estado 86, 90; neoliberalismo em julgamento 199, 200, 220; perspectiva de liberdade.
- Armstrong, P. 21
- Arnold, M. 16
- Arnold, W. 152
- Arrighi, G. 14, 211
- Ásia 82, 99, 118, 119, 131, 145, 146, 150, 151, 168, 187, 206 austeridade, programa de 110; crise 106, 107, 114, 175, 176; ver também Leste da Ásia; Sudeste Asiático; South East Asia.
- ataque 11 de setembro 15, 17, 93, 209, 210
- ativos públicos 18, 62; apropriados ver privatização; ver também nacionalização; neoliberal, Estado; bem-estar
- Austrália 40, 44, 105, 151, 152
- autoritarismo 46, 80, 89, 91, 92, 96, 131, 163, 189, 217, 219; do Estado neoliberal 90, 91, 93, 96; aliança dos EUA com ver Chile ver também neoconservadorismo; e economia de mercado, combinados ver China.

B

- Babb, S. 19, 69, 84
- Bacon, F. 80
- Baker, D. 168
- Baker, J. 83, 109



- SEABROOK, J. *In the Cities of the South: Scenes from a Developing World*. London, Verso, 1996.
- SEN, A. *Development as Freedom*. New York, Knopf, 1999.
- SMITH, N. *American Empire, Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*. Berkeley, University of California Press, 2003.
- . *The Endgame of Globalization*. New York, Routledge, 2005.
- SOEDERBERG, S. *Contesting Global Governance in the South: Debt, Class and the New Common Sense in Managing Globalization*. London, Pluto Press, 2005.
- . The New International Financial Architecture: Imposed Leadership and "Emerging Markets". *Socialist Register* (2002) 175-192.
- SOROS, G. *The Bubble of American Supremacy: Correcting the Misuse of American Power*. New York, Public Affairs, 2003.
- . *George Soros on Globalization*. New York, Public Affairs, 2002.
- STEDILE, J. Brazil's Landless Battalions. In: T. MERTES (Ed.). *A Movement of Movements*. London, Verso, 2004.
- STIGLITZ, J., *Globalization and its Discontents*. New York, Norton, 2002.
- . *The Roaring Nineties*. New York, Norton, 2003.
- TABB, W. *The Long Default: New York City and the Urban Fiscal Crisis*. New York, Monthly Review Press, 1982.
- TASK FORCE ON INEQUALITY AND AMERICAN DEMOCRACY. *American Democracy in an Age of Rising Inequality*. American Political Science Association, 2004.
- TOUSSAINT, E. *Your Money or Your Life: The Tyranny of Global Finance*. London, Pluto Press, 2003.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *Human Development Report, 1996*. New York, Oxford University Press, 1996.
- . *Human Development Report, 1999*. New York, Oxford University Press, 1999.
- . *Human Development Report, 2003*. New York, Oxford University Press, 2003.
- VALDEZ, J. *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile*. New York, Cambridge University Press, 1995.
- VASQUEZ, I., The Brady Plan and Market-Based Solutions to Debt Crises. *The Cato Journal* 16/2. Online.
- WADE, R. *Governing the Market*. Princeton, Princeton University Press, 1992.



- , Veneroso, F. The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex. *New Left Review* 228 (1998) 3-23.
- WALLACE, T., NGO Dilemmas; Trojan Horses for Global Neoliberalism. *Socialist Register* (2003) 202-19.
- WALTON, J., Urban Protest and the Global Political Economy: The IMF Riots. In: M. SMITH, J. FEAGIN (Ed.). *The Capitalist City*. Oxford, Blackwell, 1987, 354-386.
- WANG, H. *China's New Order: Society, Politics and Economy in Transition*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2003.
- WEI, L. *Regional Development in China*. New York, Routledge/Curzon, 2000.
- WEISBROT, M., BAKER, D. KRAEV, E., CHEN, J. The Scorecard on Globalization 1980-2000: Its Consequences for Economic and Social Well-Being. In: V. NAVARRO, C. MUNTANER. *Political and Economic Determinants of Population Health and Well-Being*. Amityville, NY, Baywood, 2004, 91-114.
- WIGNARAJA, R. (Ed.). *New Social Movements in the South: Empowering the People*. London, Zed Books, 1993.
- WILLIAMS, R., *Culture and Society, 1780-1850*. London, Chatto & Windus, 1958.
- WOO-CUMMINGS, M. (Ed.). *The Developmental State*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1999.
- . *South Korean Anti-Americanism*. Working Paper 93, Japan Policy Research Institute, jul. 2003.
- WORLD BANK. *World Development Report, 2005: A Better Investment Climate for Everyone*. New York, Oxford University Press, 2004.
- WORLD COMMISSION ON THE SOCIAL DIMENSION OF GLOBALIZATION. *A Fair Globalization: Creating Opportunities for All*. Genève, International Labour Office, 2004.
- WRIGHT, M. The Dialectics of Still Life: Murder, Women and the Maquiladoras. *Public Culture* 11 (1999) 453-474.
- WU, X., PERLOFF, J. *China's Income Distribution Over Time: Reasons for Rising Inequality*. CUDARE. Working Papers 977. Berkeley, University of California at Berkeley, 2004.
- YERGIN, D., STANISLAW, J. *Commanding Heights: The Battle between Government and the Marketplace that is Remaking the Modern World*. New York, Simon & Schuster, 1998.
- YEW, L. K. *From Third World to First: The Singapore Story, 1965-2000*. New York, HarperCollins, 1999.
- ZAKARIA, E. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. New York, Norton, 1998.



- LYOTARD, J.-F. *The Postmodern Condition*. Manchester, Manchester University Press, 1984.
- MCCARTNEY, P., STREN, R. *Governance on the Ground: Innovations and Discontinuities in the Cities of the Developing World*. Princeton, Woodrow Wilson Center Press, 2003.
- MACLEOD, D. *Downsizing the State: Privatization and the Limits of Liberal Reforms in Mexico*. University Park, Pennsylvania University Press, 2004.
- MANN, J. *The Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet*. New York, Viking Books, 2004.
- MARTIN, R. *The Financialization of Daily Life*. Philadelphia, Temple University Press, 2002.
- MARX, K. *Capital*. New York, International Publishers, 1967, v. I, III.
- . *Theories of Surplus Value*. London, Lawrence and Wishart, 1969, parte 2.
- MEGGINSON, W., NETTER, J. From State to Market: A Survey of Empirical Studies of Privatization. *Journal of Economic Literature* (2001). Online.
- MERTES, T. (Ed.). *A Movement of Movements*. London, Verso, 2004.
- MILIBAND, R. *The State in Capitalist Society*. New York, Basic Books, 1969.
- MITTELMAN, J. *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance*. Princeton, Princeton University Press, 2000.
- MUHLSEIN, M., TOWE, C. (Ed.). *US Fiscal Policies and Priorities for Long-Run Sustainability*. Occasional Paper 227. Washington, DC, International Monetary Fund, 2004.
- MYERS, N. *The Primary Resource: Tropical Forests and Our Future/Updated for the 1990s*. New York, Norton, 1993.
- . *Ultimate Security: The Environmental Basis of Political Stability*. New York, Norton, 1993.
- NASH, J. *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization*. New York, Routledge, 2001.
- NAVARRO, V. Development as Quality of Life: A Critique of Sen's *Development as Freedom*. In: ——— (Ed.). *The Political Economy of Social Inequalities: Consequences for Health and the Quality of Life*. Amityville, NY, Baywood, 2002, 13-26.
- (Ed.). *The Political Economy of Social Inequalities: Consequences for Health and the Quality of Life*. Amityville, NY, Baywood, 2002.
- , Muntaner, G. *Political and Economic Determinants of Health and Well-Being*. Amityville, NY, Baywood, 2004.



- NOVACEK, M. (Ed.). *The Biodiversity Crisis: Losing What Counts*. New York, American Museum of Natural History, 2001.
- NOZICK, M. *Anarchy, State and Utopia*. New York, Basic Books, 1977.
- OHMAE, K. *The End of the Nation State: The Rise of the Regional Economies*. New York, Touchstone Press, 1996.
- PANITCH, L., GINDIN, S. Finance and American Empire. In: *The Empire Reloaded: Socialist Register 2005*. London, Merlin Press, 2005, 46-81.
- PECK, J. Geography and Public Policy: Constructions of Neoliberalism. *Progress in Human Geography* 28/3 (2004) 392-405.
- , TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode* 34/3 (2002) 380-404.
- PETRAS, J., VELTMEYER, H., *System in Crisis: The Dynamics of Free Market Capitalism*. London, Zed Books, 2003.
- PIKETTY, T., SAEZ, F. Income Inequality in the United States, 1913-1998. *Quarterly Journal of Economics* 118 (2003) 1-39.
- PIORE, M., SABLE, C. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York, Basic Books, 1986.
- POLANYI, K. *The Great Transformation*. Boston, Beacon Press, 1954.
- POLLIN, R. *Contours of Descent*. London, Verso, 2003.
- POULANTZAS, N. *State Power Socialism*. London, Verso, 1978.
- PRASAD, E. (Org.). *China's Growth and Integration into the World Economy: Prospects and Challenges*. Occasional Paper 232. Washington, DC, International Monetary Fund, 2004.
- RAPLEY, J. *Globalization and Inequality: Neoliberalism's Downward Spiral*. Boulder, Colorado, Lynne Reiner, 2004.
- REES, G., LAMBERT, J. *Cities in Crisis: The Political Economy of Urban Development in Post-War Britain*. London, Edward Arnold, 1985.
- ROBINSON, W. *A Theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2004.
- RODRIK, D. *The Global Governance of Trade: As If Development Really Mattered*. New York, United Nations Development Program, 2001.
- ROSENBLUM, N., POST, R. (Ed.). *Civil Society and Government*. Princeton, Princeton University Press, 2001.
- ROSS, A. *Low Pay High Profile: The Global Push for Fair Labor*. New York, The New Press, 2004.
- ROY, A. *Power Politics*. Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2001.



- HAGGARD, S., KAUFMAN, R. (Ed.). *The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts and the State*. Princeton, Princeton University Press, 1992.
- HALE, D., HALE, L. China Takes Off. *Foreign Affairs* 82/6 (2003) 36-53.
- HALL, P. *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. Oxford, Oxford University Press, 1986.
- HALL, S. *Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left*. New York, Norton, 1988.
- HARLOE, M., PICKVANCE, C., URRY, J. (Ed.). *Place, Policy and Politics: Do Localities Matter?* London, Unwin Hyman, 1990.
- HART-LANDSBERG, M., BURKETT, P. *China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle*. New York, 2004 (= *Monthly Review* 56/3).
- HARVEY, D. The Art of Rent; Globalization, Monopoly and the Commodification of Culture. *Socialist Register* (2002) 93-110.
- . *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Blackwell, 1989. [Ed. br.: *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992.]
- . Cosmopolitanism and the Banality of Geographical Evils. In: J. COMAROFF, J. COMAROFF. *Millennial Capitalism and the Culture Neoliberalism*. Durham, NC, Duke University Press, 2000, 271-300.
- . From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation of Urban Governance in Late Capitalism. In: ———. *Spaces of Capital*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2001, cap. 16.
- . *The Limits to Capital*. Oxford, Basil Blackwell, 1983.
- . *The New Imperialism*. Oxford, Oxford University Press, 2003. [Ed. br.: *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2004.]
- . The Right to the City. In: R. SCHOLAR (Ed.). *Divided Cities: Oxford Amnesty Lectures 2003*. Oxford, Oxford University Press, 2006.
- . *Spaces of Hope*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2000. [Ed. br.: *Espaços de esperança*. São Paulo, Loyola, 2004.]
- HAYTER, T., HARVEY, D. (Ed.). *The Factory in the City*. Brighton, Mansell, 1995.
- HEALY, D., *Let Them Eat Prozac: The Unhealthy Relationship Between the Pharmaceutical Industry and Depression*. New York, New York University Press, 2004.
- HELD, D. *Global Covenant: The Social Democratic Alternative to the Washington Consensus*. Cambridge, Polity, 2004.
- HENDERSON, J. Uneven Crises: Institutional Foundation of East Asian Turmoil. *Economy and Society* 28/3 (1999) 327-368.



- HENWOOD, D. *After the New Economy*. New York, New Press, 2003.
- HOFSTADTER, R. *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1996.
- HOLLOWAY, J., PELAEZ, E. *Zapatista: Reinventing Revolution*. London, Pluto, 1998.
- JENSEN, D. *The Culture of Make Believe*. New York, Context Books, 2002.
- JESSOP, B. Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective. *Antipode* 34/3 (2002) 452-472.
- JUHASZ, A. Ambitions of Empire: The Bush Administration Economic Plan for Iraq (and Beyond). *Left Turn Magazine* 12 (fev.-mar. 2004) 27-32.
- KALDOR, M. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge, Polity, 1999.
- KAPLAN, R. *The Coming Anarchy: Shattering the Dreams of the Post Cold War*. New York, Vintage, 2001.
- KING, D. *The Liberty of Strangers: Making the American Nation*. New York, Oxford University Press, 2004.
- KOOLHAAS, R. *Delirious New York*. New York, Monacelli Press, 1994.
- KRASNER, S. (Ed.). *International Regimes*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1983.
- KRUGMAN, P. *The Great Unravelling: Losing Our Way in the Twentieth Century*. New York, Norton, 2003.
- LARDY, N. *China's Unfinished Economic Revolution*. Washington, DC, Brookings Institution, 1998.
- LEE, C. K. *Gender and the South China Miracle*. Berkeley, University of California Press, 1998.
- LEE, S. K. Made In China: Labor as a Political Force? Comunicação apresentada à mesa-redonda "Divided Cities: Oxford Amnesty Lectures 2003", Mansfield Conference, University of Montana, Missoula, 18-2 abr. 2004.
- LI, S.-M., TANG, W.-S. *Chinas Regions, Polity and Economy*. Hong Kong, Chinese University Press, 2000.
- LOMNITZ-ADLER, C. The Depreciation of Life During Mexico City's Transition into "The Crisis". In: J. SCHNEIDER, I. SUSSER (Ed.). *Wounded Cities*. New York, Berg, 2004, 47-70.
- LU, M., FAN, J., LIU, S., YAN, Y. Employment Restructuring During China's Economic Transition. *Monthly Labor Review* 128/8 (2002) 25-31.
- LUDERS, R. The Success and Failure of the State-Owned Enterprise Diverstures in a Developing Country: The Case of Chile. *Journal of World Business* (1993) 98-121.



- CHAMBERS, S., KYMLICKA, W. (Ed.). *Alternative Conceptions of Civil Society*. Princeton, Princeton University Press, 2001.
- CHANDLER, D. *From Kosovo to Kabul: Human Rights and International Intervention*. London, Pluto Press, 2002.
- CHANG, H.-J. *Globalization, Economic Development and the Role of the State*. London, Zed Books, 2003.
- CHIBBER, V. *Locked in Place: State-Building and Late Industrialization in India*. Princeton, Princeton University Press, 2003.
- CHUA, A. *World on Fire: How Exporting Free Market Democracy Breeds Hatred and Global Instability*. New York, Doubleday, 2003.
- CLARKE, S. (Ed.). *The State Debate*. London, Macmillan, 1991.
- CORBRIDGE, S. *Debt and Development*. Oxford, Blackwell, 1993.
- COURT, J. *Corporateering: How Corporate Power Steals your Personal Freedom*. New York, J. P. Tarcher/Putnam, 2003.
- COWAN, J., DEMBOUR, M.-B., WILSON, R. (Ed.). *Anthropological Perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- DAHL, R., LINDBLOM, C. *Politics, Economy and Welfare: Planning and Politico-Economic Systems Resolved into Basic Social Processes*. New York, Harper, 1953.
- DAVIS, D. *Urban Leviathan: Mexico City in the Twentieth Century*. Philadelphia, Temple University Press, 1994.
- DERTHICK, M., QUIRK, P. *The Politics of Deregulation*. Washington, DC, Brookings Institution Press, 1985.
- DICKEN, P. *Global Shift: Reshaping the Global Economic Map in the 21st Century*. 4. ed. New York, Guilford Press, 2003.
- DIXIT, A. *Lawlessness and Economics: Alternative Modes of Governance*. Princeton, Princeton University Press, 2004.
- DRURY, S. *Leo Strauss and the American Right*. New York, Palgrave Macmillan, 1999.
- DUMÉNIL, G., LÉVY, U. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2004.
- . *The Economics of US Imperialism at the Turn of the 21st Century*. *Review of International Political Economy* 11/4 (2004) 657-676.
- . *Neoliberal Dynamics: Towards a New Phase?* In: K. VAN DER FIJ, L. ASSASSI, D. WIGAN (Ed.). *Global Regulation: Managing Crises after the Imperial Turn*. New York, Palgrave Macmillan, 2004, 41-63.
- . *Neoliberal Income Trends: Wealth, Class and Ownership in the USA*. *New Left Review* 30 (2004) 105-133.



- EDSALL, T. *The New Politics of Inequality*. New York, Norton, 1985.
- EDWARDS, M., HULME, D. (Ed.). *Non-Governmental Organisations, Performance and Accountability*. London, Earthscan, 1995.
- ELEY, G. *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- EVANS, P. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- FISHER, W., PONNIAH, T. (Ed.). *Another World is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social Forum*. London, Zed Books, 2003.
- FISHMAN, T. *China Inc.: How the Rise of the Next Superpower Challenges America and the World*. New York, Scribner, 2005.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M., BABB, S. *The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries*. *American Journal of Sociology* 108 (2002) 533-579.
- FRANK, T. *One Market Under God: Extreme Capitalism, Market Populism and the End of Economic Democracy*. New York, Doubleday, 2000.
- . *What's the Matter with Kansas: How Conservatives Won the Hearts of America*. New York, Metropolitan Books, 2004.
- FREEMAN, J. *Working Class New York, Life and Labor Since World War II*. New York, New Press, 2001.
- GEORGE, S. *Another World is Possible If...* London, Verso, 2003.
- . *A Fate Worse Than Debt*. New York, Grove Press, 1988.
- . *A Short History of Neoliberalism: Twenty Years of Elite Economics and Emerging Opportunities for Structural Change*. In: W. BELLO, N. BULLARD, K. MALHOTRA (Ed.). *Global Finance Capital Markets*. London, Zed Books, 2000.
- Gill, L. *Teetering on the Rim*. New York, Columbia University Press, 2000.
- GILLS, B. (Ed.). *Globalization and the Politics Resistance*. New York, Palgrave, 2001.
- GOWAN, P. *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*. London, Verso, 1999.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. London, Lawrence & Wishart, 1971.
- GRAY, J. *False Dawn: The Illusions of Global Capitalism*. London, Granta Press, 1998.
- GREENBERG, M. *The Limits of Branding: The World Trade Center, Fiscal Crisis and the Marketing of Recovery*. *International Journal of Urban and Regional Research* 27 (2003) 386-416.



- SHARTNA, S. Stability Amidst Turmoil: China and the Asian Financial Crisis", *Asia Quarterly*, Winter 2000; <www.fas.harvard.edu/~asiactr/haq/2000001/0001a006.htm>.
- SHI, L. *Current Conditions of China's Working Class*. China Study Group. 3 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.chinastudygroup.org/index.php?action=article&type>>.
- SOMMER, J. A Dragon Let Loose on the Land: And Shanghai is at the Epicenter of China's Economic Boom. *Japan Times*, 26 out. 1994, 3.
- STEVENSON, C. *Reforming State-Owned Enterprises: Past Lessons for Current Problems*. Washington, DC, George Washington University: <<http://www.gwu.edu/~ylowrey/stevensonc.html>>.
- TOWNSEND, M. L., HARRIS, P. Now the Pentagon Tells Bush: Climate Change Will Destroy Us. *Observer*, 22 fev. 2004, online.
- TREANOR, P. *Neoliberalism: Origins, Theory, Definition*. Disponível em: <<http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/neoliberalism.html>>.
- WARNER, J. Why the World's Economy Is Stuck on a Fast Boat to China. *Independent*, 24 jan. 2004, 23.
- YARDLEY, J. Chinese Appeal to Beijing to Resolve Local Complaints. *New York Times*, 8 mar. 2004, A3.
- . Farmers Being Moved Aside by China's Real Estate Boom. *New York Times*, 8 dez. 2004, A1 e A16.
- . In a Tidal Wave, China's Masses Pour from Farm to City. *New York Times*, 12 set. 2004, "Week in Review", 6.
- . Rivers Run Black, and Chinese Die of Cancer. *New York Times*, 12 set. 2004, A1 e A17.
- YASHENG, H., KHANNA, T. Can India Overtake China? *China Now Magazine*, 3 abr. 2004; <www.chinanowmag.com/business/business.htm>.

Livros e artigos de revistas

- AMIN, S. Social Movements at the Periphery, in P. WIGNARAJA (Ed.). *New Social Movements in the South: Empowering the People*, London, Zed Books, 1993, 76-100.
- Angell, M. *The Truth About the Drug Companies: How They Deceive Us and What To Do About It*. New York, Random House, 2004.
- ARENDT, R. *Imperialism*. New York, Harcourt Brace Janovich, 1968.
- ARMSTRONG, A., GLYNN, A., HARRISON, J. *Capitalism Since World War II: The Making and Breaking of the Long Boom*. Oxford, Basil Blackwell, 1991.



- ARRIGHI, G., SILVER, B. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis, Minnesota: University Press, 1999.
- BALES, K. *Disposable People: New Slavery in the Global Economy*. Berkeley, University of California Press, 2000.
- BARTHOLOMEW, A., BREAKSPEAR, J. Human Rights as Swords of Empire. *Socialist Register*, London, Merlin Press (2003) 124-145.
- BELLO, W. *Deglobalization: Ideas for a New World Economy*. London, Zed Books, 2002.
- BULLARD, N., MALHOTRA, K. (Ed.). *Global Finance: New Thinking on Regulating Speculative Markets*. London, Zed Books, 2000.
- BENN, T. *The Benn Diaries, 1940-1990*. Ed. R. Winstone. London, Arrow, 1996.
- BLYTH, M. *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- BODDY, M., FUDGE, C. (Ed.). *Local Socialism? Labour Councils and New Left Alternatives*. London, Macmillan, 1984.
- BOND, P. *Against Global Apartheid: South Africa Meets the World Bank, the IMF and International Finance*. London, Zed Books, 2003.
- . *Elite Transition: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa*. London, Pluto Press, 2000.
- . *Talk Left Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms*. Scottsville, South Africa, University of KwaZulu-Natal Press, 2004.
- . *US and Global Economic Volatility: Theoretical, Empirical and Political Considerations*. Comunicação apresentada ao Empire Seminar, York University, novembro de 2004.
- BRECHER, J., COSTELLO, T., SMITH, B. *Globalization from Below: The Power of Solidarity*. Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2000.
- BRENNER, R. *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*. London, Verso, 2002.
- CAO, L. Chinese Privatization: Between Plan and Market. *Law and Contemporary Problems* 63/13 (2000) 13-62.
- CARTIER, C. *Globalizing South China*. Oxford, Basil Blackwell, 2001.
- . Symbolic City/Regions and Gendered Identity Formation in South China. *Provincial China* 8/1 (2003) 60-77.
- . Zone Fever. The Arable Land Debate and Real State Speculation: China's Evolving Land Use Regime and its Geographical Contradictions. *Journal of Contemporary China* 10 (2001) 455-456.



- BROOKE, K. Korea Feeling Pressure as China Grows. *New York Times*, 8 jan. 2003, W1 e W7.
- BROOKS, R. Maggie's Man: We Were Wrong. *Observer*, 21 jun. 1992, 15.
- BUCKLEY, C. Let a Thousand Ideas Flower: China Is a New Hotbed of Research. *New York Times*, 13 set. 2004, C1 e C4.
- . Rapid Growth of China's Huawei Has its High-Tech Rivals or Guard. *New York Times*, 6 out. 2003, C1 e C3.
- BUSH, G. W. *President Addresses the Nation in Prime Time Press Conference*, 13 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/ncwv/releases/2004/04200404U-20.html>>.
- . Securing Freedom's Triumph. *New York Times*, 11 set. 2002, A33.
- CHENG, A. Labor Unrest is Growing in China. *International Herald Tribune Online*, 27 out. 2004.
- CHINA LABOR WATCH. *Mainland China Jobless Situation Grim, Minister Says*. Disponível em: <http://www.chinalaborwatch.org/en/web/article.php?article_id=50043> (18 nov. 2004).
- CLIMATE CHANGE SCIENCE PROGRAM. *Our Changing Planet: The US Climate Change Science Program for Fiscal Years 2004 and 2005*. Disponível em: <<http://www.usgcrp.gov/usgcrp/Library/ocp2004-5>>.
- CODY, E. Workers in China Shed Passivity: Spate of Walkouts Shakes Factories. *Washington Post*, 27 nov. 2004, A01.
- CRAMPTON, T. Iraqi Official Urges Caution on Imposing Free Market. *New York Times*, 14 out. 2003, C5.
- FARAH, J. *Brute Tyranny in China*. WorldNetDaily.com, postado 15 mar. 2004.
- FISHMAN, T. The Chinese Century. *New York Times Magazine*, 4 jul. 2004, 24-51.
- FORERO, J. As China Gallops, Mexico Sees Factory Jobs Slip Away. *New York Times*, 3 set. 2003, A3.
- FRENCH, H. New Boomtowns Change Path of China's Growth. *New York Times*, 28 jul. 2004, A1 e A8.
- GLOBAL POLICY FORUM. *Newsletter "China's Privatization"*. Disponível em: <<http://www.globalpolicy.org/soccon/ffd/fdi/2003/1112chinaprivatization>>.
- HOUT, T., LEBRETTON, J. The Real Contest Between America and China. *The Wall Street Journal on Line*, 16 set. 2003.
- HUANG, Y. *Is China Playing by the Rules?* Congressional-Executive Commission on China. Disponível em: <<http://www.cecc.gov/piBcs/hearings/092403/huang.php>>.
- KAHN, J.; YARDLEY, J. Amid China's Boom, No Helping Hand for Young Qingming. *New York Times*, 1º ago. 2004, A1 e A6.



- . China Gambles on Big Projects for its Stability. *New York Times*, 13 jan. 2003, A1 e A8.
- . Violence Taints Religion's Solace for China's Poor. *New York Times*, 25 nov. 2004, A1 e A24.
- KIRKPATRICK, D. Club of the Most Powerful Gathers in Strictest Privacy. *New York Times*, 28 ago. 2004, A10.
- KLEIN, N. Of Course the White House Fears Free Election in Iraq. *New York Times*, 24 jan. 2004, 18.
- LANDLER, M. Hungary Eager and Uneasy Over New Status. *New York Times*, 5 mar. 2004, W1 e W7.
- LIU, H., China: Banking on Bank Reform. *Asian Times Online*, atimes.com, 1º jun. 2002.
- LIU SHI. *Current Conditions of China's Working-Class*. China Study Group, 3 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.chinastudygroup.org/index.php?action=article&type>>.
- LOHR, S. IBM Sought a China Partnership, Not Just a Sale. *New York Times*, 13 dez. 2004, C1 e C6.
- . IBM's Sale of PC Unit Is a Bridge Between Cultures. *New York Times*, 8 dez. 2004, A1 e C4.
- MALKIN, E. A Boom Along the Border. *New York Times*, 26 ago. 2004, W1 e W7.
- MONBIOT, G. Punitive — and It Works. *Guardian*, 11 jan. 2005, online edition.
- MONTPELERN WEBSITE: <<http://www.montpelerin.org/aboutmps.html>>.
- MURPHY, D. Chinese Province: Stinking, Filthy, Rich. *New York Times*, 27 out. 2004, B2H.
- National Security Strategy of the United States of America*. Website: <[whitehouse.gov/nsc/nss](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss)>.
- PETERSON, I. As Land Goes To Revitalization, There Go the Old Neighbors. *New York Times*, 30 jan. 2005, 29 e 32.
- ROSENTHAL, E. Workers Plight Brings New Militancy in China. *New York Times*, 10 mar. 2003, A8.
- SACHS, J. New Global Consensus on Helping the Poorest of the Poor. *Global Policy Forum Newsletter*, 18 abr. 2000.
- SALERNO, J., *Confiscatory Deflation: The Case of Argentina*. Ludwig von Mises Institute. Disponível em: <<http://www.mises.org/fullstory.aspx?control=890>>.
- SHARAPURA, S. What Happened in Argentina? *New York Times*, 28 maio 2002; <<http://www.chibus.com/news/2002/05/28/Worldview>>.